

**Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ**  
**Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do**  
**Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde**

**CAMILA SATURNINO BRAGA ENNES**

**CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO UNIVERSITÁRIO EDIFICADO:**  
**Ensino e prática na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal**  
**Fluminense**

**VOLUME I**

**Rio de Janeiro**  
**2019**

CAMILA SATURNINO BRAGA ENNES

CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO UNIVERSITÁRIO EDIFICADO:  
Ensino e prática na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre. Área de Concentração: Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural. Linha de Pesquisa: Patrimônio Cultural: Preservação e Gestão.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Inês El-Jaick Andrade  
Coorientador: Prof. Dr. Ronaldo de Moraes Brilhante

Rio de Janeiro  
2019

CAMILA SATURNINO BRAGA ENNES

CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO UNIVERSITÁRIO EDIFICADO:  
Ensino e prática na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre. Área de Concentração: Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural. Linha de Pesquisa: Patrimônio Cultural: Preservação e Gestão.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Inês El-Jaick Andrade (Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz) - Orientadora

---

Prof. Dr. Ronaldo de Moraes Brilhante (Universidade Federal Fluminense) - Coorientador

---

Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Sônia Aparecida Nogueira  
(Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz)

---

Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Ana Carmen Jara Casco  
(Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN)

Rio de Janeiro  
2019

### Ficha Catalográfica

---

E59c Ennes, Camila Saturnino Braga.

Conservação do patrimônio universitário edificado : ensino e prática na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense / Camila Saturnino Braga Ennes ; orientada por Inês El-Jaick Andrade. – Rio de Janeiro : s.n., 2019.  
2 v.

Dissertação (Mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde ) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2019.  
Bibliografia: 173-183f.

1. Arquitetura. 2. Universidades. 3. Patrimônio. 4. Brasil.

CDD 720.981

## Agradecimentos

Agradeço à Fiocruz pelas iniciativas proporcionadas no curso de Conservação e Restauração de Madeiras e no Mestrado, que proporcionaram o direcionamento de minha carreira e condições para que este trabalho se desenvolvesse.

À minha orientadora, Inês El-Jaick Andrade, por sua dedicação em compartilhar seu conhecimento e por todo apoio no desenvolvimento da pesquisa. Ao meu coorientador Ronaldo de Moraes Brilhante, pelo apoio à aplicação da pesquisa, ensinamentos e pela dedicação à realização da Oficina de Conservação.

À EAU-UFF, para a qual reitero os agradecimentos de meu trabalho final de Graduação em 2014: *“Agradeço à minha escola, a EAU-UFF e a todos que encontrei por lá. Aos jardins, ao chalé e ao casarão, dos quais sentirei saudades, por abrigarem os encontros que me mudaram, me ensinaram, me fizeram valorizar mais ainda os encontros...”*

Aos professores: Ana Carmen J. Casco, pelo apoio ao desenvolvimento da pesquisa, e, sobretudo pelas considerações feitas na Banca de Qualificação; Sônia Nogueira, pelas contribuições na Banca; José Pessoa, pelo fornecimento de material iconográfico; Jorge Baptista de Azevedo, Jorge Crichyno Pinto e Louise Lomardo, pelos depoimentos de afeto e cuidado com a EAU-UFF. Também aos ex-professores Maria Cristina F. de Mello e Cyro Corrêa Lyra, importantes para a trajetória da EAU-UFF, que forneceram depoimentos. À memória de Maria Elisa Meira, presente em tantos relatos, pelo empenho na consolidação do curso e aos inúmeros alunos que produziram materiais utilizados.

Aos profissionais da SAEP e SOMA: pelas informações, em especial a Henrique A. Soares, pelos arquivos de plantas digitalizadas, e Luiz A. Affonso, pela disposição, disponibilidade, e fornecimento de acesso ao material.

Aos mestres com os quais tive a oportunidade de conviver durante o breve período como técnica no Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), no qual pude aprender com pessoas que dedicaram suas vidas ao órgão, com seriedade e empenho, motivadores de grande admiração.

Às muitas pessoas que me acompanham em diversas etapas de meu caminho. A Leonardo Pressi, pelo companheirismo e presença, na distância e na proximidade, apoio e parceria constantes nestes 995km que percorremos inúmeras vezes durante o processo, e pelas trocas patrimoniais – culturais – geológicas presentes em convívio.

Aos amigos e à minha família, em especial aos meus pais, por todo o amparo em toda a minha trajetória, e às minhas irmãs, pela companhia na vida e neste processo. E, por fim, a Deus, por cada graça recebida.

## RESUMO

O presente estudo reflete sobre a categoria de Patrimônio Universitário aplicada a bens culturais edificados, no que tange sua valorização, manutenção e conservação. São ressaltados os valores associados a essa categoria nas metodologias de atribuição de valores do patrimônio cultural da atualidade, com ênfase na categoria proposta por Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes. Aborda-se o caso específico do conjunto arquitetônico e paisagístico, tombado ao nível municipal e estadual, da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (EAU-UFF), no estado do Rio de Janeiro. Desde a ocupação do conjunto pela universidade, esse vem sendo utilizado como objeto de estudos e exercícios acadêmicos relacionados à preservação arquitetônica. O processo de reconhecimento por órgãos de preservação foi consequência da mobilização de docentes e alunos no final da década de 1970, com a então recente ocupação pela Escola de Arquitetura e Urbanismo (EAU). No entanto, o atual estado de conservação do conjunto tombado reflete as dificuldades relacionadas à falta de uma política de gestão e conservação compatível à manutenção do patrimônio cultural edificado da universidade. Nesse sentido, as pesquisas sobre o conjunto realizadas pela comunidade acadêmica podem contribuir para implementar uma prática de conservação sistemática. Sustenta-se que o envolvimento do corpo docente e discente através da incorporação do conjunto - e da problemática de sua preservação - às atividades acadêmicas da EAU seja uma maneira de possibilitar a contínua construção de dados necessários para a gestão da sua conservação. Como produto da dissertação, é proposto um guia para auxiliar no processo de aprendizagem de discentes em disciplinas de relacionadas à preservação de bens culturais contemplando, sobretudo, a prática do registro sistemático de informações e a realização de rotinas de inspeção de danos dos espaços construídos.

Palavras-Chave: Conservação de bens edificados, Conservação Programada, Patrimônio Universitário; Ensino da Conservação.

## ABSTRACT

The present study reflects on the category of University Heritage applied to built heritage, regarding its validation, maintenance and conservation. The study emphasizes the values associated to this category on current methodologies related to cultural heritage, specially the categories proposed by the philosopher Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes. It is presented the specific case of a architectonic and paisagistic set, recognised as heritage at the city and state levels, the Escola de Arquitetura e Urbanismo (School of Architecture and Urbanism) of the Universidade Federal Fluminense (EAU-UFF), located at the Rio de Janeiro State. From the early beginning the architectonic and paisagistic set has been used as a case study in academic practices related to architectonic conservation. The recognition as a heritage was a consequence of the efforts made by the faculty staff and students in the late 1970's, soon after the the EAU started its activities. However, the current maintenance conditions reflect the lack of a specific conservation and management politics regarding the university heritage. Therefore, the research concerning the architectonic and paisagistic set performed by the academic community may contribute for the implementation of a sistematic conservation routine. This work suggests that the student and faculty's staff involvement may contribute for gathering the data necessary for the conservation management . As the dissertation product, it is proposed a systematization related to practical activities to be performed by the undergraduate students that involves, mainly, the accomplishment of damage inspection routines of the buildings.

Palavras-Chave: Conservation of built heritage, Planned Conservation, University Heritage; Heritage Conservation Education.

## LISTA DE SIGLAS

ABEA	Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo
BAU/UFF	Biblioteca de Arquitetura e Urbanismo da UFF
BCG/UFF	Biblioteca Central do Gragoatá da UFF
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAEP/UFF	Coordenadoria de Arquitetura, Engenharia e Patrimônio da UFF
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CECI	Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada
CECOR	Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Universidade Federal de Minas Gerais.
CMA/SOMA/UFF	Coordenação de Manutenção da SOMA/UFF
CMP	<i>Conservation Management Plan</i>
COC/Fiocruz	Casa de Oswaldo Cruz da Fiocruz
CONABEA	Congresso Nacional da ABEA
COPRIT/UFRJ	Coordenação de Preservação de Imóveis Tombados
CPC/USP	Centro de Preservação Cultural da USP
DEPAC	Departamento do Patrimônio Cultural (Niterói)
DIPRIT/UFRJ	Divisão de Preservação de Imóveis Tombados
DPH/Fiocruz	Departamento de Patrimônio Histórico da Fiocruz
DPHA	Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara
EAU-UFF	Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF
ENSEA	Encontro Nacional sobre o Ensino de Arquitetura
ETC/UFF	Escritório Técnico do Campus da UFF
ETU/UFRJ	Escritório Técnico da UFRJ
FAU-USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
FENEA	Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FNA	Federação Nacional de Arquitetos
GCI	<i>Getty Conservation Institute</i>
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IACS/UFF	Instituto de Arte e Comunicação Social da UFF
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
ICR	Instituto Central de Restauração



ICROMM	Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Rio de Janeiro)
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LabCECA	Laboratório de Conservação de Energia e Conforto Ambiental
LAHVI	Laboratório Horto-Viveiro
MP-CECRE	Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos
OEM/COC/Fiocruz	Oficina Escola Manguinhos da COC/Fiocruz
OS	Ordem de Serviço
PCH	Programa Cidades Históricas
PCP	Plano de Conservação Preventiva
PGC	Plano de Gestão da Conservação
PRCEU/USP	Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP
PRECOM <sup>3</sup> OS	<i>Preventive Conservation, Monitoring and Maintenance of Monuments and Sites</i>
PROAD/UFF	Pró-Reitoria de Administração da UFF
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
PRPHC/UFRGS	Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RLICC	<i>Raymond Lemaire International Centre for Conservation</i>
SAEN/UFF	Superintendência de Arquitetura e Engenharia da UFF
SAEP/UFF	Superintendência de Arquitetura, Engenharia e Patrimônio da UFF
SOMA/UFF	Superintendência de Operações e Manutenção da UFF
SPAB	<i>Society for the Protection of Ancient Buildings</i>
UFE	União Fluminense de Estudantes
UFERJ	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UMAC	<i>University Museums and Collections Committee</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO – VOLUME I

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>1. Patrimônio Universitário: Conceituação e Valores atribuídos .....</b>	<b>6</b>
1.1. A atribuição de valores no Patrimônio Cultural .....	6
1.2. Os valores por Ulpiano Meneses e os demais sistemas.....	16
1.3. Contextualização do Patrimônio Universitário .....	27
<b>2. A Escola de Arquitetura e Urbanismo como Patrimônio Universitário edificado da Universidade Federal Fluminense.....</b>	<b>39</b>
2.1. Apresentação e Histórico: usos e intervenções no conjunto até a ocupação da EAU-UFF	39
2.2. O Conjunto e a ocupação pela EAU-UFF: Proteção, valores atribuídos e ensino da Conservação.....	59
2.3. A manutenção dos espaços da universidade e as intervenções mais recentes .....	86
<b>3. Diretrizes para gestão da conservação: uma abordagem pedagógica.....</b>	<b>107</b>
3.1. Terminologias, modelos e instrumentos de Conservação Preventiva para bens culturais edificados .....	107
3.2. Subsídios para o ensino e prática da Conservação Programada: o caso da EAU-UFF ...	121
3.3. Desenvolvimento do Guia de atividade e fichas .....	134
3.3.1. Aplicação da metodologia italiana: Codificação.....	134
3.3.2. Identificação de elementos Construtivos: Chalé .....	137
3.3.3. Identificação de elementos Construtivos: Casarão.....	152
3.3.4. Orientações para a realização das atividades de inspeção de danos e registro de intervenções .....	169
<b>4. Considerações Finais.....</b>	<b>171</b>
<b>5. Bibliografia .....</b>	<b>173</b>

## SUMÁRIO – VOLUME II

### Apêndices

Apêndice 01: Transcrições de relatos

Apêndice 02: Produto

    2a Guia de atividade

    2b Fichas de inspeção

    2c Ficha de registro de intervenções

**Anexo:** CD com arquivos digitais.

## **Introdução**

O conceito de Patrimônio Universitário, muito utilizado para a identificação do patrimônio dos museus e coleções universitárias de ciência e tecnologia, apresenta-se ainda incipiente quando relacionado ao patrimônio edificado, apesar de abrangê-lo. Entende-se por Patrimônio Universitário todo o patrimônio tangível e intangível relacionado a instituições, órgãos e sistemas de ensino superior, bem como à comunidade acadêmica e o ambiente social e cultural do qual este patrimônio faz parte (Conselho Europeu, 2005).

Este trabalho pretende contribuir para a reflexão da temática através da valorização das potencialidades do Patrimônio Universitário edificado para a utilização em atividades acadêmicas de ensino e produção de conhecimento, no que tange a própria manutenção e conservação desses bens. O entendimento de que os bens relacionados à categoria podem constituir uma fonte primária de informação e conhecimento (TALAS, 2015) vem ao encontro do reconhecimento da potencialidade de utilização do conjunto arquitetônico-paisagístico da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (EAU-UFF) como objeto de pesquisa para tais atividades.

Tive a oportunidade de cursar minha graduação em Arquitetura e Urbanismo, concluída em 2014, na EAU-UFF, que funciona em um conjunto edificado composto por dois edifícios ecléticos e um jardim de linhas românticas, tombado a nível municipal e estadual. Com carga horária integral, a presença da comunidade acadêmica na EAU-UFF é bastante intensa, colaborando com a criação de vínculos desta comunidade com seus espaços físicos, que acolhem seu convívio e experiência universitária.

A EAU-UFF destacou-se como o primeiro curso de arquitetura do Rio de Janeiro a incluir disciplinas relacionadas à Restauração em seu currículo obrigatório<sup>1</sup> e vem, desde então, utilizando o seu conjunto em exercícios para algumas destas disciplinas. Pesquisas históricas sobre o conjunto foram realizadas desde que passou a integrar a Escola de Arquitetura, tanto por parte dos alunos, quanto pelo próprio corpo docente, em busca de um maior conhecimento da sua história e dos processos que o levaram a ter a configuração atual. O interesse dos alunos se reflete na adoção do conjunto como objeto de estudo Trabalhos Finais de Graduação, dos quais se destacam os estudos de Castro (2010) e Cordeiro (2009), reconhecidos como referências neste trabalho.

---

<sup>1</sup> Maria Cristina Fernandes de Mello - Trecho de depoimento de 09 de março de 2018. Maria Cristina foi docente da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense entre 1976 e 2002 e participou da incorporação da temática de preservação no currículo letivo.

Também é significativo para a memória institucional o processo de tombamento do conjunto, que contou com uma forte participação docente. Foi iniciado na esfera estadual em 1978, após a recente ocupação dos espaços pela EAU-UFF, como consequência da mobilização de membros de seu corpo docente, sobretudo aqueles relacionados com a especialidade do Patrimônio. O tombamento municipal definitivo foi consolidado em 1991 e o estadual apenas em 2011, apesar de ter sido formalizado provisoriamente ainda em 1978. Ambos os processos se destacam no que se refere aos valores culturais reconhecidos, relacionados principalmente à experiência da comunidade acadêmica e sua relação com a ambiência e os espaços construídos do conjunto.

Apesar dos fortes vínculos, reconhecidos até hoje, entre a comunidade acadêmica e o conjunto da EAU-UFF, enquanto aluna, pude perceber que o conhecimento desta comunidade sobre as motivações que levaram ao tombamento do conjunto é pequeno, além dos aspectos relacionados à sua história e a presença da universidade. Também a trajetória da EAU-UFF na formulação dos currículos básicos dos cursos de arquitetura e urbanismo, com a inclusão de áreas de ensino como a de Técnicas Retrospectivas, relacionada à participação da diretora Maria Elisa Meira e de professores com importante atuação no campo do Patrimônio Cultural, é pouco conhecida.

Em 2017, retornei a EAU-UFF como participante do curso de qualificação em Conservação e Restauração de Madeiras da Oficina Escola de Manguinhos (OEM/COC/Fiocruz) - uma iniciativa da Casa de Oswaldo Cruz (COC) integrada ao Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). O objeto de intervenção para as aulas práticas foi o edifício da EAU-UFF denominado Chalé, através de uma parceria firmada entre esta e a OEM/COC/Fiocruz, na qual foram realizadas intervenções em alguns de seus elementos de madeira. Essa experiência contou com a colaboração da professora Ana Carmen Jara Casco, docente na área de Preservação da EAU-UFF, que foi responsável por ministrar a primeira edição da disciplina, denominada inicialmente de Oficina de Restauo, através da qual os alunos da graduação puderam acompanhar as intervenções realizadas na parceria. Na edição seguinte da parceria, ocorrida no primeiro semestre de 2018, o professor Ronaldo de Moraes Brilhante tornou-se titular da disciplina, que passou a ser denominada Oficina de Restauo.

A atividade da OEM/COC/Fiocruz relaciona-se com iniciativas crescentes a partir da década de 1980<sup>2</sup> que buscaram associar a educação profissional, voltada para técnicas e ofícios

---

<sup>2</sup> Destacam-se como iniciativas pioneiras as *Escuelas Talleres*, na Espanha, que constituem um programa público de formação profissional criado em 1985 com o cujo objetivo de inserir jovens desempregados em atividades de

da restauração que vêm caindo em desuso, com a valorização de saberes tradicionais e mestres de ofícios. No Brasil, o programa Monumenta, executado pelo Ministério da Cultura, através do IPHAN, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e apoio da UNESCO entre 1996 e 2010, tinha como objetivo a preservação do patrimônio edificado, com ênfase nos sítios e conjuntos urbanos, e incluía, entre as suas estratégias, o incentivo a atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauração e educação profissional. O Projeto Oficina-Escola de Manguinhos é efetivamente implantado neste contexto, contemplado pelo programa, consolidando ações de educação patrimonial que já eram realizadas pela Fiocruz. A instituição, na década de 1980, diante da escassez de recursos para as obras de restauro necessárias, já havia realizado iniciativas de capacitação de funcionários responsáveis pela manutenção dos prédios para a atuação nas obras de restauro, através de uma parceria com o Iphan/RJ (NOGUEIRA, ZOUAIN E ANDRADE, 2018).

É cada vez mais evidente a necessidade da disseminação de práticas sistemáticas de conservação sobre bens culturais edificados que sejam priorizadas ou, ao menos, ocorram conjuntamente à realização de intervenções de restauração. Cabe destacar, aqui, que estamos considerando, na presente pesquisa, a restauração como uma intervenção específica, de caráter excepcional, que se insere no âmbito da Conservação. A Conservação é entendida como o conjunto de medidas voltadas para salvaguardar o patrimônio cultural tangível, no que se refere à permanência dos valores que justificaram seu reconhecimento e à sua acessibilidade às gerações presentes e futuras, contemplando medidas que objetivem a prevenção e interrupção de processos de deterioração material. No contexto do patrimônio cultural edificado no Brasil, ainda se observa a predominância de grandes intervenções das grandes obras de restauração sobre práticas de conservação sistemática.

De acordo com a Relação dos Bens Tombados pelo Patrimônio Municipal e Estadual pertencentes à Universidade Federal Fluminense, elaborada em 2018 por técnicos da antiga Superintendência de Arquitetura e Engenharia (SAEN), dentre os espaços construídos da universidade<sup>3</sup>, podem ser identificados 08 bens tombados, sendo 02 deles localizados fora do

---

ofícios relacionadas à recuperação ou promoção do patrimônio cultural ou natural. Fonte: [http://www.mtramiss.gob.es/es/Guia/texto/guia\\_4/contenidos/guia\\_4\\_10\\_6.htm](http://www.mtramiss.gob.es/es/Guia/texto/guia_4/contenidos/guia_4_10_6.htm), em 30 de outubro de 2019.

<sup>3</sup> Hoje, de acordo com o site da instituição, a UFF possui unidades acadêmicas em Niterói e em 11 municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro, sendo constituída por 42 Unidades de Ensino, distribuídas em uma área total de 3.788.734m<sup>2</sup>, sendo 334.775m<sup>2</sup> de área construída. Em Niterói, a UFF conta com três principais campi, Gragoatá, Praia Vermelha e Valonguinho, além de outros 15 Campi/ unidades isoladas. A ocupação da universidade no município constitui uma área total de 516.799m<sup>2</sup>, sendo 269.197m<sup>2</sup> de área construída. Fontes: <http://www.uff.br/?q=apresentacao> e <http://www.uff.br/node/8178>, acesso em 13 de setembro de 2019.

município de Niterói<sup>4</sup>. O relatório, solicitado à Universidade pelo Ministério da Educação após o incêndio no Museu Nacional<sup>5</sup>, identifica o estado de conservação dos elementos arquitetônicos e instalações dos edifícios. No caso do conjunto edificado da EAU-UFF, em sua maioria, o estado de conservação destes elementos foi classificado como “Precário”, principalmente, ou “Regular”. A atual situação dos bens tombados da Universidade reflete as dificuldades administrativas relacionadas à falta de uma política de gestão e conservação adequada para seu Patrimônio Universitário edificado.

Apesar dessa realidade, a importância da manutenção em edifícios históricos é reconhecida desde meados do século XIX, no início do debate teórico da disciplina de Restauração, em discursos de diferentes correntes teóricas. Ao longo do século XX, pôde ser observado o desenvolvimento de experiências metodológicas<sup>6</sup> para a gestão da conservação sistemática dos bens edificados, para as quais podem ser utilizadas diferentes terminologias<sup>7</sup> em suas aplicações. Essas metodologias pleiteiam em comum a construção de uma ferramenta para evitar a necessidade de grandes intervenções de restauro e salvaguardar o bem, no que tange à sua integridade e valores.

Tais metodologias enfatizam a necessidade de um conhecimento aprofundado do bem, tanto relativo aos seus aspectos históricos e construtivos, como aos seus valores enquanto patrimônio. É também reconhecida a necessidade da implementação de rotinas de inspeção e manutenção periódicas que venham a evitar o aparecimento ou agravamento de danos. A Conservação Programada é uma estratégia com o foco na elaboração destas rotinas que pode ser, inclusive, um instrumento dentro de outros modelos de gestão mais abrangentes.

As metodologias de conservação sistemática são analisadas na presente pesquisa com o foco na sistematização das informações sobre o bem e nos instrumentos utilizados em suas rotinas de inspeção e manutenção. A finalidade desta análise será a criação de estratégias de conservação sistemática para o objeto de estudo em questão, o conjunto arquitetônico-paisagístico da Escola de Arquitetura e Urbanismo (EAU) da Universidade Federal Fluminense.

---

<sup>4</sup> Trata-se do Prédio da Reitoria da Faculdade de Odontologia, em Nova Friburgo, com Tombamento Estadual (Processo 300276/85), e do Prédio da Faculdade de Serviço Social de Campos Dos Goytacazes (Tombamento municipal) (SAEN/UFF, 2018).

<sup>5</sup> Informação fornecida pelo arquiteto Luiz A. Affonso, técnico da Superintendência de Arquitetura, Engenharia e Patrimônio da Universidade Federal Fluminense (SAEP/UFF), em reunião realizada em 04 de setembro de 2019.

<sup>6</sup> Foram identificadas como importantes iniciativas o *Monumentenwatch*, na Holanda, o programa *Maintain our Heritage*, no Reino Unido os *Conservation Management Plans* (CPM), na Austrália. No cenário nacional, são identificadas como referência os planos de conservação elaborados pelo CECI – Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, o Plano de Conservação Preventiva para o Museu Casa de Rui Barbosa, as iniciativas em conservação pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Plano de Gestão da Conservação do Edifício Vilanova Artigas, em desenvolvimento na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

<sup>7</sup> São utilizadas terminologias como Planos de Gestão da Conservação, Planos de Conservação Preventiva e Planos de Conservação Programada, que serão brevemente apresentadas nas Referências Bibliográficas e Quadro Teórico.

A proposta é que atividades acadêmicas com o corpo discente da EAU sejam o meio de alimentação e continuidade na elaboração do material proposto, aliando ensino e a prática da conservação sobre o bem.

Minha experiência como frequentadora do espaço durante a graduação, tal como a aproximação como aluna no curso realizado pela OEM/COC/Fiocruz trouxeram o interesse em aprofundar os estudos voltados para o conjunto e enfatizaram o reconhecimento do conjunto como Patrimônio Universitário edificado da UFF. A parceria com a OEM/COC/Fiocruz consolidou em membros do corpo docente da EAU a intenção de criação de uma Oficina de Conservação, com disciplina de apoio, que dê subsídios às práticas de conservação. A partir de tais experiências, somadas a um aprofundamento do conhecimento da conservação sistemática, identifica-se a oportunidade de aliar o ensino e a prática de conservação no âmbito do curso da EAU-UFF, considerando o diferencial de tratar-se de uma faculdade de Arquitetura e Urbanismo com pioneirismo no ensino da preservação arquitetônica. O desenvolvimento do material contou com a experiência de aplicação empírica na disciplina Oficina de Conservação, a qual pude participar como estagiária docente, sob orientação do professor Ronaldo de Moraes Brilhante, coorientador da presente pesquisa. Como produtos, são propostas: Fichas de identificação de danos, que contemplam sua enumeração, mapeamento gráfico e descritivo; um guia de atividades, com instruções para a execução do exercício e uma ficha modelo de Registro de intervenções.

## 1. Patrimônio Universitário: Conceituação e Valores atribuídos

### 1.1. A atribuição de valores no Patrimônio Cultural

O entendimento contemporâneo de Patrimônio Cultural considera uma diversidade de suportes, tangíveis e intangíveis, para manifestações culturais referentes à memória e identidade de grupos humanos em diferentes escalas. Pressupõe também que a identificação do Patrimônio Cultural como tal, assim como sua conservação, está condicionada ao reconhecimento dos diversos valores que são atribuídos a esses bens, por parte dos grupos aos quais estão relacionados, além de especialistas.

Tal entendimento, no entanto, é resultado de transformações que vêm ocorrendo desde o fim do século XVIII, quando o Patrimônio é estabelecido como categoria de pensamento na sociedade ocidental europeia. Neste período, foram reconhecidas na França as primeiras manifestações oficiais da identificação de bens construídos como heranças coletivas, assim como foram criadas medidas para sua proteção. Este processo se intensificou na Europa no decorrer do século XIX com o desenvolvimento de políticas nacionais de salvaguarda para estes bens. Os bens identificados no período eram principalmente os "monumentos históricos", ou ainda, "monumentos históricos e artísticos", reconhecidos como marcos de tempos passados que deveriam ser preservados por conterem **valor histórico e artístico**.

Ao longo do século XX, o campo passou por ampliações no que se refere à conceituação de Patrimônio Cultural, aos valores atribuídos a estes bens e a quem os atribui. Esta ampliação se reflete, inclusive, na utilização de termos mais abrangentes para referir-se à categoria: de 'Monumentos históricos e artísticos', passando por 'Patrimônio histórico e artístico' até o termo mais amplamente utilizado na atualidade, o Patrimônio Cultural, definição que considera, além da variedade de suportes, a variedade de valores atribuídos aos bens para que sejam identificados como tal.

Desta forma, a questão da atribuição de valores no Patrimônio Cultural vem ganhando importância e sendo alvo crescente de estudos no campo. Como parte deste processo, ao longo do século XX e mais recentemente do século XXI, alguns órgãos de preservação e pesquisadores de diferentes países vem desenvolvendo o que Mason (2004, p.67) considerou como "Teorias de preservação centradas em valores", nas quais a compreensão dos valores atribuídos é entendida como uma etapa fundamental da identificação do Patrimônio Cultural e na qual as decisões de conservação devem ser fundamentadas.



Entre 1998 e 2005, o *Getty Conservation Institute* (GCI) realizou pesquisas sobre o tema que foram apresentadas em três publicações<sup>8</sup> realizadas em 2000, 2002 e 2005. A publicação "*Assessing the Values of Cultural Heritage*" (2002), organizada por De La Torre, reúne capítulos desenvolvidos por diferentes pesquisadores que concentram seus estudos em métodos de identificação, articulação e estabelecimento de valores culturais com a finalidade de conservação. Dentre os autores, Randall Mason desenvolve o capítulo "*Assessing Values in Conservation Planning: Methodological Issues and Choices*", no qual menciona alguns dos sistemas de valoração<sup>9</sup> propostos em teorias de preservação centradas em valores, propondo também uma nova tipologia provisória.

Para Marta De La Torre (2013), tais teorias apresentam-se como um avanço no campo, porém ainda necessitam de esclarecimentos e revisões. A autora apresenta uma síntese de importantes conceitos sobre a natureza dos valores culturais no entendimento contemporâneo. Os principais, segundo ela, seriam: um local identificado como patrimônio possui valores múltiplos e não intrínsecos, mas atribuídos por partes interessadas por diferentes razões; os valores mais facilmente reconhecidos são aqueles importantes para os profissionais preocupados com o patrimônio, como o histórico, estético e o científico, enquanto os valores sociais são mais dificilmente identificados e nem sempre evidentes no tecido físico; os valores podem ser influenciados por circunstâncias, evoluir e mudar com o tempo; Os valores são incomensuráveis e estão frequentemente em conflito. (DE LA TORRE, 2013).

O presente trabalho aborda alguns dos sistemas de valores identificados por Mason (2002), além de outros identificados pela autora (vide Tabela 01), com ênfase nas tipologias propostas por Ulpiano Meneses (2007/2017/2018). Tal abordagem tem como objetivo embasar o entendimento de valores que podem ser frequentemente atribuídos ao Patrimônio Universitário e que são identificados no caso do objeto de estudo.

---

<sup>8</sup> Trata-se das publicações: "*Values and Heritage Conservation*" (2000), organizada por Erica Avrami, Randall Mason e Marta de la Torre, na qual são apresentados artigos com parte das discussões realizadas até então pelos pesquisadores envolvidos; "*Assessing the Values of Cultural Heritage*" (2002), organizada por Marta De La Torre, na qual o instituto concentra o estudo em métodos de identificação, articulação e estabelecimento de significação cultural, com a finalidade de conservação. "*Heritage Values in Site Management: Four Case Studies*", que apresenta quatro estudos de caso desenvolvidos durante a pesquisa do GCI em parceria com outras instituições. (AVRAMI, 2000, p. V)

<sup>9</sup> São mencionadas as tipologias de Riegl (1903); Lipe (1984); Carta de Burra (1999); Frey (1997) e *English Heritage* (1997). (DE LA TORRE, 2002, p. 09).

TABELA 01: SISTEMAS E CATEGORIAS DE VALORES							
Alois Riegl (1903)	Valores de memória			Valores de atualidade			
	(a) de Antiguidade	(b) Histórico	(c) Volível de memória ou comemoração	(a) Valor de uso	(b) Valor de arte		
					(b.1) de novidade	(b.2) de arte relativo	
Carta de Burra (1979- 2013) <sup>10</sup>	Valor Estético	Valor Histórico	Valor Científico	Valor Social	Valor Espiritual (acrescido em 1999)		
Fielden (1982)	Valores Emocionais		Valores Culturais		Valores de Uso		
	(a) de Admiração; (b) de Identidade; (c) de Continuidade; (d) Espiritual e simbólico.	(a) Documental; (b) Histórico; (c) Arqueológico, de idade e raridade; (d) Estético e simbólico; (e) Arquitetônico; (f) de Paisagem Urbana, Paisagem e Ecológico; (g) Tecnológico e científico.		(a) Funcional; (b) Econômico; (c) Social; (d) Educacional; (e) Político e étnico			
Liipe (1984)	Valor Associativo / Simbólico	Valor Informacional	Valor estético		Valor econômico (inclui Valor de Uso).		
Fielden e Jokilehto (1993)	Valores Culturais			Valores Socioeconômicos			
	(a) de Identidade; (b) Artístico ou Técnico Relativo; (c) Originalidade.			(a) Econômico; (b) Funcional; (c) Educativo; (d) Social; (e) Político.			
Mason (Getty Conservation Institute) (2002)	Valores Socioculturais			Valores Econômicos			
	(a) Histórico; (b) Cultural / Simbólico; (c) Social; (d) Espiritual / Religioso; (e) Estético.			(a) Valor de Uso (Valor de mercado)	(b) Valor de não-uso <sup>11</sup> (Valor de não-mercado)		
English Heritage / Historical England <sup>12</sup> (1997 / 2008 / 2017)	(1997) <sup>13</sup>	Valor Cultural	Valor Educativo / Acadêmico	Valor Econômico	Valor De Recurso (Resource)	Valor Recreativo	Valor Estético
	(2008)	Valor Histórico		Valor de Evidência	Valor Estético	Valor "Comunal"	
	(2017)	Interesse Histórico		Interesse Arqueológico	Interesse Arquitetônico	Interesse Artístico.	
Norma Lacerda (2012)	Valor de antiguidade		Valor artístico	Valor histórico		Valor Cultural	
	Valores simbólicos		Valor cognitivo	Valor econômico	Valor de opção	Valor de existência	
COC - Fiocruz (2017)	Valor Científico / Tecnológico		Valor Histórico	Valor Educacional	Valor Probatório	Valor de Raridade / Singularidade	
	Valor de Procedência		Valor Social	Valor Artístico / Estético	Valor Simbólico	Valor Econômico	
Ulpiano Meneses <sup>14</sup> (2009/2017/2018)	Valores Cognitivos	Valores Formais / Estéticos	Valores Afetivos	Valores Pragmáticos	Valores Éticos	Valores de Ambiência	
Montreal (2019)	Valor Social / Simbólico	Valor Histórico	Valor Arquitetônico e/ou Artístico	Valor Contextual, Urbano ou Paisagístico	Valores específicos (a) Valor científico / técnico, (b) Valor Arqueológico (c) Valor de uso, (d) Valor Ecológico (e) Valor documental		

<sup>10</sup> A Carta de Burra foi adotada pelo Austrália Icomos pela primeira vez em 1979 na cidade histórica de Burra. Pequenas revisões foram feitas em 1981 e 1988, e outras mais substanciais em 1999. A última revisão data de outubro de 2013. De 1979 a 2013, as categorias de valor se mantêm as mesmas, tendo sido incluído o “Valor espiritual” em 1999. As definições dos valores passaram por algumas pequenas revisões entre 1999 e 2013.

<sup>11</sup> Traduções livres da autora para “Use Value (Market Value)”; “Nonuse Value (Nonmarket Value)”; “Existence Value”; “Option Value” e “Bequest Value”.

<sup>12</sup> O *English Heritage* foi a organização pública da Inglaterra, atuante entre 1985 a 2015, que tinha como objetivo gerir e proteger o patrimônio cultural do país. Hoje, sua atuação é uma atribuição do *Historic England*.

<sup>13</sup> Não houve acesso à política da instituição em 1997. As categorias apontadas como sendo parte desta revisão têm como referência o levantamento apresentado por Mason (2002).

<sup>14</sup> São consideradas as contribuições do autor no artigo "O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas" (2009), nos eventos "II Seminário de bens culturais: patrimônio universitário" realizado em São Paulo em 2017 e “X Fórum de Mestres e Conselheiros do Patrimônio Cultural” em Belo Horizonte, 2018.

Nos sistemas de valoração identificados, os termos utilizados muitas vezes se repetem, mas nem sempre correspondem às mesmas definições ou às mesmas percepções por parte dos grupos envolvidos. Apesar das categorizações propostas proporcionarem uma base, o estudo destes sistemas demonstra a variedade conceitual de suas abordagens e, portanto, a complexidade do tema.

A contribuição pioneira para o desenvolvimento da abordagem contemporânea de atribuição de valores no Patrimônio Cultural, identificada pelo GCI e amplamente conhecida no campo, foi desenvolvida por Alois Riegl (1858-1905), historiador de arte vienense. Riegl foi convidado pela presidência da Comissão Central de Arte e de Monumentos Históricos da Áustria a redigir um documento com a finalidade de "reorganizar a conservação pública dos monumentos" do país (RIEGL, 2014, p. 29). O documento resultou na publicação, em 1903, de "O Culto Moderno dos Monumentos: A Sua Essência e a Sua Origem".

O autor partiu de um questionamento sobre a denominação oficial vigente na Áustria, de 'monumentos históricos e artísticos', no que dizia respeito à conceituação de **valor histórico** e **valor de arte**. O reconhecimento dos bens enquanto monumentos, até então, era baseado na identificação destes dois valores objetivamente. Riegl desmembrou o entendimento destes dois valores através da percepção de suas nuances e subjetividades.

Suas considerações iniciais sobre o 'valor de arte', principalmente, expuseram a subjetividade existente na valoração dos bens. Ele destacou que o entendimento de valor artístico passou por variações desde a Renascença até o início do século XX, prevalecendo duas concepções. A concepção mais antiga, segundo ele não completamente ultrapassada no período de seus escritos, considerava a existência de um "cânone artístico rígido, um ideal artístico objetivo e absoluto, que seria a aspiração de todos os artistas e que quase nenhum deles poderia alcançar por completo" (RIEGL, 2014, p. 34). Nesta concepção, considerava-se que a Antiguidade teria se aproximado deste cânone atribuindo-se, portanto, maior valor artístico às obras deste período. Sobre a concepção do período moderno:

Somente no início do século XX, resolveu-se tirar a consequência necessária das ideias de evolução histórica, considerando toda a criação artística do passado, para nós, como irremediavelmente concluída, desprovida, portanto, de qualquer importância canônica. Contudo, não nos limitamos a apreciar as obras modernas, mas também as antigas, colocando-as mesmo acima das modernas. Isso poderia ser explicado - para além do fator estético sempre presente no interesse histórico - pelo fato de que determinadas obras antigas correspondem, ainda que parcialmente, ao **querer da arte moderno**. (RIEGL, 2014, p. 35, grifo nosso).

Desta forma, a atribuição de valor artístico estaria diretamente condicionada ao 'querer da arte' (*kunstwollen*) de determinado período sendo, portanto, um 'valor de arte relativo' (RIEGL, 2014, p. 69-70). Suas reflexões foram precursoras para o entendimento de que a importância dada aos "monumentos", hoje mais amplamente reconhecidos como bens

culturais, está diretamente relacionada à uma atribuição de valor de caráter subjetivo e não absoluto:

A denominação de 'monumentos', usada para essas obras, deve ser entendida não em sentido objetivo, mas em sentido subjetivo. Seu significado e importância não provêm da sua destinação original, mas daquilo que nós sujeitos modernos atribuímos a eles. (RIEGL, 2014, p. 36).

Com isso, ao questionar e explorar a conceituação dos valores histórico e de arte, Riegl reconheceu outras categorias de valor e criou o que podemos considerar o **primeiro sistema de valoração para os bens culturais**. Esse sistema era dividido em duas principais categorias de valor: os '**valores de memória**' e os '**valores de atualidade**' (RIEGL, 2014).

Outra importante contribuição dos escritos de Riegl foi o reconhecimento de que diferentes categorias de valor podem ser naturalmente **confrontantes**, podendo implicar em diretrizes diferentes no tratamento dos monumentos. Tal característica pode ser compreendida através da definição dos valores por ele considerados, brevemente aqui apresentados.

Dentro dos valores de memória, estavam incluídos os valores de antiguidade, o valor histórico e o valor volúvel de memória ou de comemoração. O **valor de antiguidade** estava relacionado à percepção da ação do tempo sobre o monumento:

Tão logo o objeto individual, elaborado pelo homem ou pela natureza, esteja enformado, começa a atividade destruidora da própria natureza, isto é, as suas forças mecânicas e químicas tendem a desagregar novamente o indivíduo em seus elementos, a fundi-lo novamente na natureza amorfa. É pelos traços desse processo que reconhecemos que um monumento não se originou em um tempo recente, mas em um tempo mais ou menos passado e é na percepção desses traços que seu valor de antiguidade repousa. (RIEGL, 2014, p. 51).

Desta forma, o arruinamento natural de um bem devido a fatores de degradação favoreceria à percepção de seu valor de antiguidade. Sendo assim, a atribuição deste valor interferiria diretamente nas diretrizes de atuação sobre ele:

Do ponto de vista do culto de antiguidade, um fator deve ser absolutamente evitado: a intervenção arbitrária do homem na existência do monumento. Ele não pode sofrer acréscimos nem reduções, nem restituições daquilo que as forças naturais degradaram com o tempo e sequer a supressão do que, lhe tendo sido acrescentado, tenha alterado a forma original. (RIEGL, 2014, p. 52).

Já o **valor histórico** estaria relacionado à percepção da capacidade do monumento documentar níveis de desenvolvimento da atividade humana. Diferentemente do valor de antiguidade, quanto mais preservada esta capacidade no bem, mais preservado seria o seu valor histórico.

O valor histórico de um monumento resulta, para nós, do fato de ele representar um estágio evolutivo individual de um domínio qualquer da atividade humana. Com base nesse ponto de vista, não nos interessam no monumento os traços das influências de degradação da natureza, mas a sua criação original como obra humana. (RIEGL, 2014, p. 55).

O **valor de comemoração** dizia respeito aos monumentos que já foram criados com a intenção de comemorar um determinado momento, com vista à sua transmissão ao futuro. A atribuição do valor de comemoração seria normalmente dada na concepção da obra. A sua conceituação era semelhante ao significado que hoje atribuímos ao termo monumento, como uma "Construção ou obra que transmite a recordação de alguém ou de algum fato memorável"<sup>15</sup>. Apesar destas três categorias serem consideradas valores de memória, os valores históricos e o valor de comemoração, principalmente, se contrapunham naturalmente com o valor de antiguidade:

Enquanto o culto de antiguidade é fundado exclusivamente sobre a degradação e o valor histórico quer detê-la desde já, mas sem tocar a degradação que já se deu e que justifica seu direito de existência, o valor volível de comemoração pretende nada menos do que a imortalidade, o presente eterno, a essência incessante. (RIEGL, 2014, p. 63).

Dentro dos valores de atualidade, estavam incluídos o valor de uso e o valor de arte, que podia ser considerado como desmembrado em valor de novidade e valor de arte relativo. O **valor de uso** relacionava-se com a capacidade de qualquer objeto cumprir sua função utilitária. No caso do patrimônio edificado, estaria relacionado, inclusive, com a manutenção da segurança. Este valor, portanto, era também naturalmente confrontante com o Valor de Antiguidade.

Sobre o Valor de Arte:

Quanto aos valores de arte, devemos distinguir entre o elementar ou de novidade, que depende da integralidade de uma obra recentemente concluída, e o valor relativo, fundamentado na concordância com o querer da arte moderno. (RIEGL, 2014, p. 66).

O **valor de arte relativo**, já aqui mencionado, estava submetido à vontade artística de cada momento. Já o **valor de novidade** era atribuído ao efeito estético de uma obra recém acabada. Pode-se dizer que este valor direcionaria, portanto, à intervenção sobre os bens através da Restauração, tendo como finalidade provocar uma aparência de novidade. Poderia estar normalmente relacionado de maneira harmônica com o valor de uso e confrontar-se diretamente com o valor de antiguidade, "pois privilegia a 'forma inalterada' e a 'policromia pura'" (FABRIS in RIEGL, 2014, p. 18).

Desta forma, Riegl (2014) colocou em debate a complexidade do campo, quando eram considerados objetivamente apenas os valores histórico e artístico, como valores absolutos. A possibilidade de se atribuir valores consonantes e confrontantes nos monumentos expõe a importância da identificação dos valores atribuídos nas diretrizes de conservação, visto que, de acordo com os valores predominantes em um bem, podem ser admitidas diferentes diretrizes.

---

<sup>15</sup>Definição de "Monumento" in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online], 2008-2019, <https://dicionario.priberam.org/monumento>, acesso em 25 de janeiro de 2019.

Dentre os sistemas identificados pelo GCI e no presente estudo, percebe-se um intervalo temporal entre o sistema de Riegl (1903) e o seguinte, identificado na Carta de Burra (1979). Neste intervalo, em alguns documentos, observa-se que a identificação de bens culturais não era sempre restrita aos monumentos históricos e artísticos, porém ainda exclusivamente submetida aos saberes de especialistas. No Brasil, por exemplo, o Decreto-lei n.25 de 1937, lei de criação do atual Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) incorpora, na definição do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, os bens que possuíssem excepcionais valores arqueológicos, etnográficos e bibliográficos, além dos históricos e artísticos. Na Europa, a Recomendação de Paris de 1964, adotada na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, considera na definição dos bens culturais, além dos bens de interesse artístico, histórico, arqueológico, e etnológicos, também as espécies-tipo da fauna e da flora, as coleções científicas e as coleções importantes de livros e arquivos, incluídos os arquivos musicais (UNESCO, 1964).

Os monumentos históricos, no entanto, mantinham-se como alvos principais das ações de preservação, identificados a partir dos valores históricos e artísticos, como mencionado anteriormente. No mesmo ano da Recomendação de Paris mencionada acima, a Carta de Veneza (1964) - Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios - foi produzida no II Congresso de Arquitetos e técnicos do Monumentos Históricos e embasou a fundação do ICOMOS<sup>16</sup>. A carta se configura como um importante e insuperado marco para o desenvolvimento do campo. Ao voltar-se exclusivamente para os monumentos históricos, considerava como finalidade da conservação e da restauração dos monumentos "salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico" (ICOMOS, 1964, art. 3º, grifo nosso). Mencionava os valores histórico e estético ao considerar que a Restauração deveria ter como objetivo conservá-los e revelá-los (ICOMOS, 1964, art. 9º).

Desta forma, as disciplinas de arquitetura, arte e história prevaleciam nos debates do campo do Patrimônio Cultural e a atribuição dos valores era entendida como uma responsabilidade de especialistas vinculados a estes saberes no processo de formalização do reconhecimento de um bem enquanto patrimônio. Para Mason (2002):

*Traditionally, values were articulated by experts' analysis of heritage as a work of art or a record of the past. Only recently has the conservation field begun to embrace such factors as economics, cultural change, public policy, and social issues—and they have yet to be fully integrated into the field.*<sup>17</sup> (MASON, 2002, p. 08, grifo nosso).

---

<sup>16</sup> *International Council on Monuments and Sites* (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios).

<sup>17</sup> Tradução: "Tradicionalmente, os valores eram articulados através da análise de especialistas do patrimônio, como uma obra de arte ou um registro do passado. Apenas recentemente o campo de conservação começou a abranger fatores como economia, mudanças culturais, políticas públicas e questões sociais - e eles ainda precisam ser totalmente integrados ao campo." (MASON, 2002, p. 08, grifo nosso, tradução livre da autora).

Entende-se que, na segunda metade do século XX, o campo do Patrimônio Cultural passou a incorporar discussões advindas das Ciências Sociais que vieram a ampliar sua abordagem. Para Pedrosa (2011):

Ao longo desse tempo, a agregação de uma visão social tem se consolidado, julgando que a conservação de áreas históricas deve se pautar pelos interesses da sua população, guardiã direta dos bens culturais e protagonista dos processos da dinâmica urbana e de associação de valores. (PEDROSA, 2011, p. 19, grifo nosso).

Na Europa, a Declaração de Amsterdã (1975), promulgada pelo Comitê de Ministros do Conselho da Europa no Congresso sobre o Patrimônio Arquitetônico sustentou este processo ao lançar as bases para a Conservação Integrada, afirmando que a "consideração de fatores sociais condiciona o resultado de toda a política de Conservação Integrada" (CONSELHO EUROPEU, 1975, p. 06). Também orientava sobre a participação comunitária, recomendando, por exemplo, que: "Os poderes locais devem aperfeiçoar suas técnicas de pesquisa para conhecer a opinião dos grupos envolvidos nos planos de conservação e levá-la em conta desde a elaboração dos seus projetos." (CONSELHO EUROPEU, 1975, p. 05). A Declaração também menciona o **valor de utilização**, afirmando que "o esforço de conservação deve ser calculado **não somente sobre o valor cultural das construções**, mas também pelo **seu valor de utilização**" (CONSELHO EUROPEU, 1975, p. 05, grifo nosso).

Desta forma, neste período iniciou-se um processo no qual passam a ser considerados também como principais responsáveis os sujeitos das comunidades para os quais os bens possuem múltiplos valores. Tal como Riegl (2014)<sup>18</sup> já indicava, vai sendo consolidado o entendimento contemporâneo de que os valores identificados nos bens não seriam inerentes a eles, mas atribuídos pelas pessoas:

[...] *we must continually recognize that objects and places are not, in and of themselves, what is important about cultural heritage; they are important because of the meanings and uses that people attach to these material goods and the values they represent.*<sup>19</sup> (AVRAMI, 2000, p. 11)

A Carta de Burra, produzida pelo ICOMOS Austrália, em 1979, com diversas atualizações posteriores,<sup>20</sup> destacou-se entre os documentos que contribuíram para a crescente centralidade da atribuição de valores no campo da conservação. O documento lançou as diretrizes da política de conservação nacional e, a partir dele, o conjunto de valores atribuídos

---

<sup>18</sup> O sistema de valores desenvolvido por Riegl e apresentado em 1903 na publicação "O Culto Moderno dos Monumentos: A Sua Essência e a Sua Origem" pode ser considerado o primeiro sistema de valores no campo do Patrimônio Cultural e é abordado mais a frente neste capítulo.

<sup>19</sup> Tradução: "[...] devemos continuamente reconhecer que objetos e lugares não são, em si e por si mesmos, o que há de importante no patrimônio cultural; elas são importantes por causa dos significados e usos que as pessoas atribuem a esses bens materiais e aos valores que representam." (AVRAMI, 2000, p. 11, tradução livre da autora).

<sup>20</sup> A revisão da Carta de Burra em vigor atualmente, assim como seus documentos complementares, foi atualizada em 2013. O comitê do ICOMOS Austrália considera as versões anteriores superadas, podendo ser consideradas apenas como documentação histórica das políticas de preservação na Austrália.

a um bem cultural passou a ser entendido, na Austrália e em algumas linhas teóricas, como a sua "Significação Cultural"<sup>21</sup>. Este termo já havia sido utilizado Artigo 01 da Carta de Veneza (1964), porém sem que fosse apresentada sua definição.

Apesar de ser um documento de abrangência local, com suas recomendações direcionadas à conservação dos bens na Austrália, a Carta de Burra contribuiu para a evolução do entendimento da Significação Cultural para além de seu território, propondo sua operacionalização. Em sua primeira edição, a carta definia o termo como os "**valores estético, histórico, científico e social**, para o passado, presente ou futuro" (ICOMOS AUSTRÁLIA, 1979, p. 01, tradução livre da autora), ainda sem apresentar suas definições<sup>22</sup>. Considerava que os quatro valores nela preestabelecidos eram capazes de abranger todos demais utilizados anteriormente, demonstrando a sistematização da significação que o documento pretendia:

*"Although there are a variety of adjectives used in definitions of cultural significance in Australia, the adjectives "aesthetic", "historic", "scientific" and "social", given alphabetically in the Burra Charter, can encompass all other values."*<sup>23</sup> (ICOMOS AUSTRÁLIA, 1988, p. 12).

Destaca-se, a inclusão do **valor social**, relacionado aos sentimentos espirituais, políticos, nacionais ou outros sentimentos culturais, para uma maioria ou minoria<sup>24</sup> (ICOMOS AUSTRÁLIA, 1988 p. 12). O **valor espiritual** é incluído separadamente na revisão de 1999.

O termo Significação Cultural é utilizado nas publicações do GCI, sendo definido na primeira delas da seguinte maneira:

*Cultural significance is the term that the conservation community has used to encapsulate the multiple values ascribed to objects, buildings, or landscapes. From the writings of Riegl to the policies of the Burra Charter, these values have been ordered in categories, such as aesthetic, religious, political, economic, and soon. This identification and ordering of values serves as a vehicle to inform decisions about how best to preserve these values in the physical conservation of the object or place.*<sup>25</sup> (AVRAMI, 2000, p. 07-08)

---

<sup>21</sup> O termo original em inglês, *Cultural Significance*, é também traduzido para o português como "Significância Cultural", principalmente quando relacionado à expressão Declaração de Significância Cultural, instrumento proposto pela Carta de Burra e utilizado em algumas metodologias para sintetizar os valores atribuídos em um bem. A declaração é exigida pela Unesco no processo de candidatura para a inclusão de bens na Lista de Patrimônio Mundial. Optou-se pela utilização do termo 'Significação' por este ter sido adotado na nova Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN, instituída através da Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018.

<sup>22</sup> As definições para os valores apresentados na Carta foram publicadas em 1984 no documento *Guidelines to the Burra Charter: Cultural Significance* (Guia para a Carta de Burra: Significação Cultural), lançado em complementação à carta e revisado em 1988, assim como o documento principal.

<sup>23</sup> Tradução: "Embora haja uma variedade de adjetivos usados nas definições de significação cultural na Austrália, os adjetivos "estético", "histórico", "científico" e "social", dados em ordem alfabética na Carta de Burra, podem abranger todos os outros valores." (ICOMOS AUSTRÁLIA, 1988, p. 12, tradução livre da autora).

<sup>24</sup> Atualmente a revisão em vigor, de 2013, apresenta novas definições para estes valores.

<sup>25</sup> Tradução: "Significado cultural é o termo que a comunidade conservacionista usou para encapsular os múltiplos valores atribuídos a objetos, edifícios ou paisagens. Dos escritos de Riegl às políticas da Carta de Burra, esses valores foram ordenados em categorias, como estética, religiosa, política, econômica entre outros. Essa identificação e ordenação de valores serve como veículo para informar decisões sobre a melhor forma de preservar esses valores na conservação física do objeto ou local." (AVRAMI, 2000, p. 07-08, tradução livre da autora).



A adoção da Carta de Burra foi acompanhada pelo desenvolvimento, na década de 80, de uma metodologia de planejamento da conservação, os chamados *Conservation Management Plans (CPM)*, ou “Planos de Gestão da Conservação” (PGC)<sup>26</sup> pelo ICOMOS Austrália. A metodologia foi elaborada pelo historiador James Kerr (1932-2014) e registrada em 1982 na publicação *"The Conservation Plan"*, atualmente em sua sétima edição (2013). Pode ser considerado um guia de gestão das intervenções em um bem, tendo como compromisso a salvaguarda da significação cultural nele identificada. A elaboração de um PGC está estruturada em dois estágios: No primeiro, estipula o conhecimento do lugar, com destaque para o estudo de seus valores culturais. No segundo, estabelece políticas da conservação para o lugar e sua implementação. A partir de então, podem ser observadas diferentes metodologias de planejamento da Conservação que estabelecem que, em um primeiro momento, deve ser realizado um conhecimento aprofundado do bem, com a identificação de seus valores atribuídos, a partir dos quais serão estabelecidas as diretrizes de Conservação.

Desta forma, as mudanças conceituais no campo do patrimônio cultural fizeram com que a prática de sua **Conservação** também passasse por revisões, incorporando desafios relacionados aos novos entendimentos:

*Today conservation is understood to be a complex and on-going social process that includes the identification and valorization of heritage, and determines how it is used, cared for, interpreted, and by whom and for whom.*<sup>27</sup> (AVRAMI, 2000, p. 7 apud DE LA TORRE, 2013, p. 157)

Desde a Carta de Burra, outros pesquisadores propuseram sistemas de valoração e metodologias de planejamento da conservação centradas na atribuição de valores. No desenvolvimento deste trabalho, foram identificados: a publicação de Bernard Fielden, em seu manual *Conservation of Historic Buildings*, publicado pela primeira vez em 1982 e atualizado em 2002; seus estudos posteriores em parceria com Jukka Jokilehto, apresentados no *Manual para el manejo de los sitios del Patrimonio Cultural Mundial* cuja primeira edição foi publicada em 1993 pelo ICOMOS (Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais); as contribuições do arqueólogo William D. Lipe, em 1984, com o texto *Value and Meaning in Cultural Resources*, parte da publicação *Approaches to the Archaeological Heritage*, pela Universidade de Cambridge; a tipologia proposta por Randall Mason em *"Assessing the Values of Cultural Heritage"* (2002), publicação do GCI já mencionada anteriormente. Destaca-se a existência de sistemas de valoração que foram adotados por órgãos

---

<sup>26</sup> Também chamados de apenas Planos de Conservação ou Planos Diretores. Os PGC's serão novamente abordados com maior profundidade no terceiro capítulo desta dissertação.

<sup>27</sup> Tradução: "Hoje, a conservação é entendida como um processo social complexo e contínuo que inclui a identificação e valorização do patrimônio e determina como ele é usado, cuidado, interpretado, e por quem e para quem" (AVRAMI, MASON, AND DE LA TORRE, 2000, p. 7 apud DE LA TORRE, 2013, p. 157, tradução livre da autora)

de preservação nacionais e locais. Além da Austrália, outros sistemas podem ser identificados na Inglaterra sob a organização do *English Heritage* (1997) (Mason, 2002) - cujas atribuições passaram por revisões e atualmente são responsabilidade do *Historic England* - e em Montreal, no Canadá, desenvolvido pela *Direction de la culture et du patrimoine de Montréal* (2019).

No Brasil, a política de conservação nacional brasileira não conta com uma sistematização que identifique categorias de atribuição de valores, apesar de pesquisadores brasileiros desenvolverem o assunto. Parte das mudanças no campo podem ser percebidas no âmbito nacional através das diferenças entre o Decreto-lei n.25 de 1937, e a Constituição de 1988. O Decreto-lei n.37, como mencionado, referia-se a bens móveis e imóveis de valor histórico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico que, para serem reconhecidos como patrimônio, deveriam ser inscritos em um dos quatro Livros do Tombo. Já a Constituição de 1988 declara que: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Entre a produção dos pesquisadores que se dedicam nesse tema destacam-se os estudos de Norma Lacerda (2012) em seu artigo "Valores dos Bens patrimoniais", parte da publicação "Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos" do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI); os estudos elaborados por pesquisadores da Casa de Oswaldo Cruz, na Fiocruz, apresentados no Programa de Conservação e Restauração de Acervos em 2017, como parte da Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde, lançada em 2013; e, por fim, os estudos desenvolvidos por Ulpiano Meneses (2009/2017/2018), abordados com mais profundidade a seguir.

## **1.2. Os valores por Ulpiano Meneses e os demais sistemas**

Ulpiano Meneses é um importante pesquisador brasileiro no campo do Patrimônio Cultural, filósofo e professor emérito da USP, tendo sido membro do CONDEPHAAT (1971-1987, 1996-2004 e 2006-2007) e do Conselho do IPHAN (desde 2005), dentre outras atribuições, que vem desenvolvendo estudos que consideram também a atribuição de valores como uma questão central no campo. Parte deles foi publicada no artigo "O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas" (2009), que se consistiu na transcrição de sua fala na Conferência Magna do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Como o título do artigo menciona, o autor sugere uma revisão das premissas que orientam o trabalho no campo do patrimônio cultural, propondo uma tipologia de valores a serem utilizados. Mais

recentemente, apresentou o desenvolvimento destes estudos também em outros eventos, como o "II Seminário de bens culturais: Patrimônio Universitário" que aconteceu na Universidade de São Paulo em novembro de 2017 e na mesa de abertura do "X Fórum de Mestres e Conselheiros do Patrimônio Cultural" em Belo Horizonte, em agosto de 2018, por exemplo.

Meneses (2009) considera que, para além do reconhecimento dos suportes imateriais, a maior mudança entre as concepções para o Patrimônio Cultural Brasileiro, contidas no Decreto-lei n.37 e na Constituição de 1988, respectivamente, está na inclusão dos sujeitos como agentes ativos na determinação do patrimônio cultural e em sua atribuição de valores:

Em outras palavras, era o poder público que instituía o patrimônio cultural, o qual só se comporia de bens tombados. O tombamento, portanto, tinha papel instituinte do valor cultural - daquele valor que credenciava a inclusão do bem num rol formalmente definido. Ao inverso, a nova Constituição Federal reconheceu aquilo que é posição corrente, há muito tempo, nas ciências sociais: os valores culturais (os valores, em geral) não são criados pelo poder público, mas pela sociedade. O patrimônio é, antes de mais nada, um fato social. (MENESES, 2009, p. 33-34).

Além disso, para Meneses (2009), a Constituição de 88 identifica o Patrimônio Cultural como referente à identidade, memória e ação de diferentes grupos, admitindo-o como algo que já é naturalmente vivenciado, ainda que não necessariamente determinado como tal pelo Estado. O poder público passou a ter um papel declaratório, de reconhecimento dos valores que são gerados não por ele, mas pelos diversos grupos formadores da sociedade brasileira, além da tarefa de promovê-lo e protegê-lo com a colaboração da comunidade (MENESES, 2009)<sup>28</sup>.

O autor considera que as novas diretrizes constitucionais, no entanto, pareceram valer apenas para as políticas de patrimônio imaterial, enquanto continuamos lidando com os bens materiais "como se o valor cultural fosse identificável exclusivamente a partir de certos traços intrinsecamente presentes nos bens" (MENESES, 2009, p. 34). Desta forma, tornar-se-ia necessário "repensar o quadro de valores culturais vigentes", que deveriam ser formulados "do ponto de vista das práticas culturais e seus praticantes, não mais supondo que tais valores sejam imanentes as coisas." (MENESES, 2009, p. 31). Afinal, apesar do entendimento contemporâneo da atribuição de valor, "Se o valor e sempre uma atribuição, quem o atribui? Quem cria valor?" (MENESES, 2009, p. 33)

Aqui está, pois, o coração de nosso problema: falar e cuidar de bens culturais [...] é falar de coisas (ou práticas) cujas propriedades, derivadas de sua natureza material, são seletivamente mobilizadas pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, [...] a matriz desses sentidos, significações e valores não está nas coisas em si, mas nas práticas sociais. Por isso, atuar no campo do patrimônio cultural e se defrontar, antes de mais nada, com a problemática do valor, que ecoa em qualquer esfera do campo. (MENESES, 2009, p. 32, grifo nosso).

---

<sup>28</sup> Informações baseadas no conteúdo do artigo referenciado e em informação fornecida por Ulpiano T. Bezerra de Meneses na *Conferência de abertura: As dimensões do patrimônio*, no X Fórum de Mestres e Conselheiros do Patrimônio Cultural, em Belo Horizonte, em 29 de agosto de 2018.

Meneses propõe uma tipologia focada em identificar componentes ou critérios do valor cultural tal como praticado pelos sujeitos na observação participante (MENESES, 2017, não publicado). A tipologia por ele proposta será especialmente considerada neste trabalho por deslocar a matriz de valores dos bens para os sujeitos e suas relações diretas com esses bens, enfatizando a premissa amplamente difundida de que os valores culturais não são inerentes aos bens, mas atribuídos. Seu sistema abrange os seguintes valores: **cognitivos, estéticos, afetivos, pragmáticos, de ambiência e ético-políticos**.

O **Valor Cognitivo**, teria relevância "quando o interesse de conhecer qualquer grau do conhecimento, popular ao científico, encontra no bem potencial de informação, aprofundamento e iluminação" (Informação verbal)<sup>29</sup>. Refere-se a capacidade de se obter informações através do bem, sobre processos de produção material, social e simbólica desses bens, sua trajetória, referências e imaginários efeitos. Processos que sustentam o patrimônio imaterial, assim como, o material (Informação verbal)<sup>30</sup>. Assim:

Por seu intermédio pode-se conhecer o conceito de espaço que organizou o edifício, seus materiais e técnicas, seu padrão estilístico; podemos traçar os efeitos dos interesses em causa na sua projeção, as condições históricas (técnicas, econômicas, políticas, sociais, culturais) de sua construção, usos e apropriações, os diversos agentes ou categorias sociais envolvidos, sua trajetória, sua biografia. O bem está sendo tratado, então, como documento, ao qual se dirigem questões para obter, como resposta, informação de múltipla natureza. (MENESES, 2009, p. 35, grifo nosso).

O autor destaca que “Trata-se de um valor de fruição predominantemente intelectual, mas não alheio à emoção e ao interesse que possa despertar e ao interesse de camadas mais amplas da sociedade.”<sup>36</sup> (MENESES, 2017, p.10, não publicado).

Os **Valores Afetivos**, segundo Meneses, são relacionados à memória e aos processos identitários. “São afetivos pois constam de vinculações subjetivas que estabelecemos com certos bens. São os processos de pertencimento a um espaço físico ou simbólico, como uma cidade, uma casa, uma igreja [...]” (Informação verbal)<sup>31</sup>.

De acordo com a tipologia de Meneses, o **valor histórico**, conforme usado muitas vezes no campo, estaria ora relacionado aos **valores cognitivos**, ora aos **valores afetivos**. Apesar de nem todos os sistemas de valoração aqui abordados reconhecerem o valor histórico como uma categoria, ele é amplamente mencionado no campo do Patrimônio Cultural, entre especialistas ou não, como um valor objetivo e determinante. Muitas vezes, inclusive, o desenvolvimento de ações de proteção a um bem é justificado somente pela atribuição do valor histórico. Nem

---

<sup>29</sup> Informação fornecida por Ulpiano T. Bezerra de Meneses na *Conferência de abertura: As dimensões do patrimônio*, no *X Fórum de Mestres e Conselheiros do Patrimônio Cultural*, em Belo Horizonte, em 29 de agosto de 2018.

<sup>30</sup> *Ibid.*, 29 de agosto de 2018.

<sup>31</sup> *Ibid.*, 29 de agosto de 2018.

sempre, no entanto, baseia-se em um entendimento claro de quais relações implicam nesta atribuição, tanto entre os usuários e o bem, quanto para o desenvolvimento de ações de conservação.

Os valores que costumamos chamar de históricos (mas relacionados a memória e não ao conhecimento controlado) estariam mais bem enquadrados na categoria de valores afetivos. Não são propriamente históricos, já que se trata de formulação de autoimagem e reforço de identidade. São afetivos, pois constam de vinculações subjetivas que se estabelecem com certos bens [...] se se tratar de História como produção crítica de conhecimento, estamos no domínio dos valores cognitivos (o primeiro mencionado). Se se tratar de carga simbólica e de vínculos subjetivos, como o sentimento de pertença ou identidade, o domínio é dos valores afetivos. (MENESES, 2009, p. 36).

Para Meneses, quando relacionado à memória social, identidade e pertencimento, o que comumente se identifica como valor histórico seria uma atribuição de valor afetivo. “São processos emocionais de representação de si próprio num passado atualizado sempre em atualização. Objetos mnemônicos ou de referência biográfica ou sentimental também exemplificam esta categoria.” (Informação verbal)<sup>32</sup>. Neste sentido, se enquadram valores atribuídos a bens devido à sua relação com personalidades importantes, datas comemorativas e acontecimentos que façam parte de processos identitários de grupos e comunidades. Valores cognitivos também podem ser atribuídos a esses bens, porém advindos de outra relação:

[...] a própria noção de histórico adotada pelo Decreto-Lei 25 vai na direção do valor afetivo, quando seleciona objetos que são contaminados pelo contato com eventos e personalidades; nada impede, contudo, que eles possam ser alvo de valores cognitivos, se tratados como documentos. Em última instância, documento é todo suporte empírico capaz de responder a uma pergunta do observador (MENESES, 2009, p. 36).

A diferença entre estas duas categorias estaria diretamente relacionada a diferença entre memória e história:

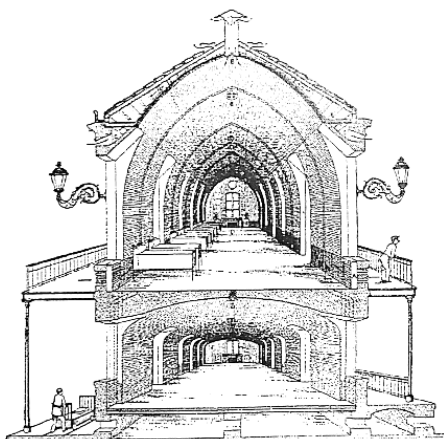
A memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e social, processo psicossocial de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz. Para o especialista, ela não se confunde, pois, com a História, que é forma de conhecimento controlado, operação cognitiva. A memória tem, também, potencial cognitivo, mas não está comprometida com a função crítica da história. Ela se situa melhor no campo da experiência histórica, portanto do passado vivido no fluxo do presente. (MENESES, 2017, p. 12, não publicado).

As duas imagens abaixo podem exemplificar a atribuição dos dois tipos de valores, que podem estar relacionados e serem atribuídos conjuntamente. A primeira (Figura 01) representa o corte de um edifício hospitalar construído de acordo com o sistema Tollet, de arquitetura hospitalar, que, com bases higienistas, tinha como premissa a busca por conforto, higiene, aeração e insolação dos ambientes de cura. Desta forma, arquitetura hospitalar histórica pode informar sobre conceitos da medicina da época e a história das ciências e da saúde, a partir da

---

<sup>32</sup> Ibid., 29 de agosto de 2018.

observação de sua distribuição espacial e sistemas de ventilação, aspectos que podem proporcionar a atribuição de **valores cognitivos**. Já a imagem seguinte (Figura 02), representa o Santuário da *Piazza Nettuno*, em Bologna, que nasceu por iniciativa espontânea dos cidadãos a partir da manhã de 21 de abril de 1945, quando a cidade foi libertada do domínio fascista. Durante a Segunda Guerra, o local era usado para a execução de membros da resistência. Após a libertação, cidadãos começaram a depositar flores e fotos de seus entes perdidos na parede onde muitos haviam sido baleados. Predominam os **valores afetivos** relacionados à memória.



**Figura 1:** “Hospital ward on the Tollet system; 1872. A, B, C: air intakes and vents for used air. After Tollet, 1894, Pl.83i. Fonte: MIGNOT, Claude. *Architecture of the Nineteenth Century in Europe*, 1984, p.231.



**Figura 2:** *Sacrario Piazza Nettuno*, Bologna, Itália. Fonte: <http://www.bolognatoday.it/>, em setembro de 2019.

Diante destes aspectos, ambos podem ser considerados passíveis de atribuição de valor histórico de acordo com determinadas categorias. No entanto, as naturezas das relações entre os indivíduos e estes bens difere-se, não impedindo que ambos os valores, cognitivos e afetivos, sejam atribuídos nos dois casos.

Alguns sistemas de valoração mencionados na Tabela 01 consideram, além do valor histórico, valores distintos que se aproximam à conceituação do valor cognitivo e do valor afetivo descritos por Meneses. Utilizam-se termos como **valor educacional**<sup>33</sup>, **valor informacional**<sup>34</sup>, **valor documental**<sup>35</sup> e **valor de evidência**<sup>36</sup>, para aqueles relacionados aos

<sup>33</sup> Indicado entre os valores de uso de Fielden (1982); na primeira tipologia do *English Heritage* (1997) e na metodologia da Fiocruz (2017).

<sup>34</sup> Indicado por Lipe (1984)

<sup>35</sup> Indicado nos valores culturais de Fielden (1982) e entre os valores específicos da tipologia de Montreal (2017).

<sup>36</sup> Termo indicado também para referir-se ao valor científico da Carta de Burra (2013), indicado na tipologia do *English Heritage* (2008).

valores cognitivos, e **valor associativo**<sup>37</sup>, **valor simbólico**<sup>38</sup>, **valor de identidade**<sup>39</sup>, quando relacionados aos valores afetivos.

O arquiteto e conservador Bernard Fielden, em seu manual *Conservation of Historic Buildings*, publicado pela primeira vez em 1982 e atualizado em sua terceira edição em 2003, propunha três categorias de valor: **valores emocionais**, **valores culturais** e **valores de uso**, incluindo outros valores dentro destas categorias:

*(1) Emotional values: (a) wonder; (b) identity; (c) continuity; (d) spiritual and symbolic. (2) Cultural values: (a) documentary; (b) historic; (c) archaeological, age and scarcity; (d) aesthetic and symbolic; (e) architectural; (f) townscape, landscape and ecological; (g) technological and scientific. (3) Use values: (a) functional; (b) economic; (c) social; (d) educational; (e) political and ethnic.*<sup>40</sup> (FIELDEN, 2003, p. X).

O **valor educacional** é identificado por Fielden (2003) em seu manual como um subtipo do **valor de uso**, destacando seu reconhecimento para o estudo de história e considerando os edifícios históricos provedores de evidências. (FIELDEN, 2003, p.X, grifo nosso).

Fielden (2003) considerava que os **valores culturais** (documental; histórico; arqueológico, de idade e raridade; estético e simbólico; arquitetônico; de paisagem urbana, paisagem e ecológico; tecnológico e científico) eram aqueles "apreciados por pessoas instruídas e definidos por especialistas e acadêmicos" (FIELDEN, 2003, p. VIII, tradução livre da autora). Esta classificação demonstrava o alinhamento com uma concepção conceitual que entendia a Cultura, ao menos enquanto termo, como proveniente das elites intelectuais. O autor, no entanto, reconhecia a possibilidade de serem atribuídos valores por parte de outros atores de comunidades, através dos **valores emocionais** e dos **valores de uso**, nos quais incluía valores de identidade, espirituais e simbólicos, sociais, políticos e étnicos, por exemplo.

Pode-se dizer que, dentro da concepção de Meneses, que identifica todos os valores como valores culturais a partir de uma concepção contemporânea ampla de cultura, os valores identificados por Fielden (2003) como culturais estariam relacionados ao **valor cognitivo**, por partirem da identificação do bem como documento, capaz de fornecer informações sobre aspectos relacionados a diferentes áreas de conhecimento de acordo com o interesse do olhar do indivíduo. Desta forma, o que identificado como valor arquitetônico, por exemplo, em determinadas categorias, para Meneses seria relacionado à atribuição de um valor cognitivo.

---

<sup>37</sup> Indicado por Lipe (1984)

<sup>38</sup> Também usado para referir-se ao valor associativo de Lipe (1984). Indicado nos valores emocionais de Fielden (1982), nos socioculturais de Mason (2002), nos sistemas de Lacerda (2012), Fiocruz (2017) e de Montreal (2017).

<sup>39</sup> Indicado entre os valores emocionais de Fielden (1982) e entre os valores culturais de Fielden e Jokilehto (1993).

<sup>40</sup> Tradução: "(1) Valores emocionais: (a) admiração; (b) identidade; (c) continuidade; (d) espiritual e simbólico. (2) Valores culturais: (a) documental; (b) histórico; (c) arqueológico, de idade e raridade; (d) estético e simbólico; (e) arquitetônico; (f) de paisagem urbana, paisagem e ecológico; (g) tecnológico e científico. (3) Valores de uso: (a) funcional; (b) econômico; (c) social; (d) educacional; (e) político e étnico." (FIELDEN, 2003, p. X, tradução livre da autora).

O arqueólogo William D. Lipe, em 1984, com o texto *Value and Meaning in Cultural Resources*, parte da publicação *Approaches to the Archaeological Heritage*, pela Universidade de Cambridge, utilizando termos diferentes, se aproxima das definições propostas por Meneses (2009). O autor utiliza o termo *cultural resources* (recursos / meios culturais) para referir-se às coisas materiais produzidas pela atividade humana no passado que sobreviveram até o presente e que poderiam funcionar como recursos - ou seja, para uso e benefício - no presente e no futuro. Considerando que todos os objetos testemunhos de um tempo passado poderiam ser recursos culturais em potencial, para o autor, a gestão dos recursos culturais passava pela difícil questão de determinar quais deles deveriam ser salvos e quais se permitiria serem destruídos (LIPE, 1984). Apesar de não abordar diretamente essa dificuldade, seus estudos se concentravam no que levava estes objetos a se tornarem recursos culturais, passando então pela questão dos "Valores e significados nos recursos culturais", título do artigo em questão.

O autor considerava que os valores, diferentes de propriedades como cor, tamanho e dureza, não eram inertes a qualquer bem cultural recebido do passado: "*Value is learned about or discovered in these phenomena by humans, and thus depends on the particular cultural, intellectual, historical, and psychological frames of reference held by the particular individuals or groups involved*".<sup>41</sup> (LIPE, 1984, p. 02).

Ele destacava que as qualidades específicas de um potencial recurso cultural, assim como sua autenticidade como produto cultural de proveniência específica, não eram irrelevantes. Sozinhas, no entanto, elas não determinariam valor, mas necessitariam de uma cognição humana e um contexto (LIPE, 1984). Lipe (1984) identifica quatro categorias de valor: **valor associativo / simbólico**, **o valor informacional**, **o valor estético** e **o valor econômico**.

O entendimento de **valor associativo / simbólico** estaria próximo à concepção do **valor afetivo** de Meneses que é, muitas vezes, entendida como **valor histórico**. Estava relacionado ao potencial dos recursos culturais funcionarem como símbolos ou mnemônicos do passado (LIPE, 1984). Para Lipe (1984) os bens materiais seriam capazes de servir como elos tangíveis com o passado de uma maneira que histórias escritas ou narradas não poderiam. Isso não significava que essa capacidade dos recursos culturais fosse superior ou independente desses outros meios, mas os recursos materiais ofereceriam um conhecimento subjetivo de que ele experimentou um contato direto e tangível com o passado, e aí estaria, também, a importância

---

<sup>41</sup> Tradução: "O valor é aprendido ou descoberto nesses fenômenos pelos seres humanos e, portanto, depende dos quadros culturais, intelectuais, históricos e psicológicos particulares de referência mantidos pelos indivíduos ou grupos específicos envolvidos." (LIPE, 1984, p. 02, tradução livre da autora).



de sua autenticidade. Esse valor estava então relacionado à visão do passado que o bem evocava e ao afeto associado à esta experiência. (LIPE, 1984).

O **valor informacional**, assemelhando-se ao **valor cognitivo** de Meneses, estaria relacionado à percepção da capacidade do bem informar, como uma fonte primária, sobre este passado que testemunhava:

*All past cultural materials, large and small, grand and commonplace, have at least some power to inform us about the past, if only we have the wit to ask the right questions and the methods with which to extract the appropriate answers.*

*Informational value emerges most clearly from formal research;*<sup>42</sup> (LIPE, 1984, p. 06).

Suas considerações traziam questões relacionadas à prática da pesquisa arqueológica que enfatizavam a importância da integridade material dos recursos culturais, assim como de se preservar o valor informacional para o futuro. Como o valor informacional estaria relacionado a campos de saberes específicos, que estão em constante evolução, é possível que os meios de pesquisa vinculados a estes conhecimentos, no futuro, sejam capazes de extrair informações dos recursos culturais que hoje não seriam identificadas: *"Yet we know that as our research disciplines evolve, new questions and new methods will enable us to achieve understandings of the past that will be of a quality now unattainable."*<sup>43</sup> (LIPE, 1984, p. 07).

Na arqueologia, os métodos para o estudo direto de recursos culturais podem ser destrutivos, de maneira que esta preocupação se torna mais evidente. A preocupação com o valor associativo / simbólico para o futuro, no entanto, também era pertinente para o autor, que considerava que suas necessidades também poderiam mudar no futuro. Desta forma, seria um desafio para a Conservação proteger os valores identificados em seu tempo atual sem prejudicar valores em potencial para as gerações futuras, sem o conhecimento de quais valores serão identificados. Tais considerações demonstram o entendimento de que a atribuição de que a atribuição de valores pode evoluir e mudar com o tempo.

Na publicação do GCI *"Assessing the Values of Cultural Heritage"* (2002), Randal Mason propõe uma tipologia que reconhece o **valor histórico** como englobando tanto valores afetivos como cognitivos, e inclui o **valor educacional e/ou acadêmico**, como um subtipo do histórico:

*Educational/academic value is a type of historical value. The educational value of heritage lies in the potential to gain knowledge about the past in the future through,*

---

<sup>42</sup> Tradução: "Todos os materiais culturais do passado, grandes e pequenos, grandes e comuns, têm pelo menos algum poder para nos informar sobre o passado, se tivermos a inteligência de fazer as perguntas certas e os métodos com os quais extrair as respostas apropriadas. O valor informacional emerge mais claramente da pesquisa formal" (LIPE, 1984, p. 06, tradução livre da autora).

<sup>43</sup> Tradução: "No entanto, sabemos que, à medida que nossas disciplinas de pesquisa evoluem, novas perguntas e novos métodos nos permitirão alcançar entendimentos do passado que serão de uma qualidade agora inatingível." (LIPE, 1984, p. 07, tradução livre da autora).

*for instance, archaeology or an artist's creative interpretation of the historical record embodied in the heritage.*<sup>44</sup> (MASON, 2002, p.11)

Outro entendimento sobre o "valor cognitivo" é apresentado por Norma Lacerda (2012), que afirma que:

[...] considerar o bem patrimonial como impregnado de valores histórico, artístico, cultural e simbólico significa reconhecê-lo como suporte narrativo da sua memória e, portanto, considerar que ele é portador de um valor cognitivo, constituindo-se em instrumento de formação nas áreas históricas, artística e cultural (LACERDA, 2012, p.49, grifo nosso)

O **valor educacional** também é reconhecido pela Casa de Oswaldo Cruz (COC) - Fiocruz no Programa de Conservação e Restauração de Acervos (2017). O programa estabelece a previsão de elaboração de Planos de Conservação Preventiva e de Gestão de Riscos para todas as edificações. Tais planos possuem uma etapa de Valoração, onde o Valor educacional é definido como "o componente do patrimônio que contribui para a educação "formal" e "não-formal" por meio de sua utilização em atividades de ensino, divulgação e popularização da ciência e da saúde, educação patrimonial." (COC/FIOCRUZ, 2017, p.28).

Percebe-se que, ou através da denominação de valor histórico ou da utilização de termos específicos separadamente, a identificação da possibilidade de se identificar um bem como documento e dele apreender informações – **valor cognitivo** – assim como de se estabelecer relações simbólicas com ele, relacionadas à identidade, representação do passado e memórias coletivas – **valores afetivos** – estão presentes em todas as tipologias de valores e são centrais no entendimento contemporâneo de Patrimônio Cultural.

Muitos autores, ao se aproximarem da concepção de Meneses em relação aos valores cognitivos, associam este valor diretamente ao ensino formal e a saberes específicos. Para Meneses, no entanto, a atribuição de valor cognitivo independe do ensino e do conhecimento formal, mas provém da experiência:

Quando um certo bem (por exemplo, um espaço, uma festa religiosa uma estrutura arquitetônica, ou uma coleção museológica de instrumentos de trabalho) for de molde a prover conhecimento, ou constituir oportunidade de conhecimento – então seu valor dominante é o cognitivo. Falo de conhecimento sem pressupor qualquer exigência epistemológica: trata-se do conhecimento experiencial – embora ele possa ser eventualmente completado por fora. (MENESES, 2017, p. 10, grifo nosso).

Podemos considerar que a atribuição de valores está sempre relacionada à bagagem de conhecimentos e vivências que os agentes envolvidos com os bens carregam. Ao olhar o encaixe de uma esquadria de madeira, por exemplo, um leigo pode receber informações sobre como aquele encaixe foi executado, ainda que não conheça a técnica de execução do encaixe,

---

<sup>44</sup> "O valor educacional / acadêmico é um tipo de valor histórico. O valor educacional do patrimônio reside no potencial de obter conhecimento sobre o passado no futuro, por exemplo, através da arqueologia ou da interpretação criativa de um artista do registro histórico incorporado no patrimônio." (MASON, 2002, p.11, tradução livre da autora).

ou que não compreenda que esta técnica pode corresponder a determinado período de construção. Um especialista em sistemas construtivos históricos, no entanto, poderá relacionar as informações visuais que recebe ao observar o bem com o conhecimento técnico que já possui e, assim, ampliá-lo.

Da mesma forma, podemos considerar que a observação de uma formação geológica, por exemplo, pode informar sobre os processos que a podem ter gerado, independente do conhecimento prévio de geomorfologia que o observador carrega. Para um geólogo que já conhece os processos, a relação ocorrerá mais facilmente. A construção do conhecimento dos processos geológicos pode, inclusive, ter passado primeiramente pela observação destas formações, antes que se houvesse o conhecimento formal destes processos.

A consideração de que estes valores são inicialmente cognitivos, e não diretamente valores arquitetônicos, geológicos, etc, facilita, inclusive, a interseção entre conhecimentos de diferentes naturezas a partir dos valores cognitivos de um bem. A identificação de valores atribuídos não deve limitar-se no reconhecimento de um valor cognitivo, ou qualquer outra tipologia, mas no entendimento aprofundado da implicação deste valor em cada caso.

O **Valor Estético**, segundo Meneses, não diria respeito a nenhum cânone formal, mas ao efeito da presença de atributos, nos bens, capazes de aguçar a percepção. Não estaria relacionado a estilos, apesar dos atributos formais destes poderem provocar tal efeito (MENESES, 2009).

A definição de valor estético da Carta de Burra (2013) assemelha-se a esta. Relacionando-o com a experiência sensorial e perceptiva, refere-se não somente a aspectos visuais, como cores, texturas e movimento, mas também a não visuais, como aromas e sons, que impactem pensamentos e sentimentos humanos. (ICOMOS AUSTRÁLIA, 2013a). Lipe (1984) também considerava o valor estético de maneira semelhante, enfatizando, no entanto, que este estaria influenciado por diversos fatores extrínsecos, aproximando-se das considerações de Riegl (1903) sobre o valor de arte relativo:

*[...] some forms, textures, and qualities of cultural materials are more intrinsically appealing to the observer's aesthetic sense than are others, i.e., that there is some component in this relationship that stems directly from the human psyche. In any particular case, however, aesthetic appreciation is conditioned and mediated by preferences and standards specific to the observer, which in turn are highly influenced by preferences and standards specific to the observer's culture.*<sup>45</sup> (LIPE, 1984, p. 07).

---

<sup>45</sup> Tradução: "[...] algumas formas, texturas e qualidades de materiais culturais são mais intrinsecamente atraentes para o senso estético do observador do que outras, ou seja, que há algum componente nessa relação que decorre diretamente da psique humana. Em qualquer caso particular, entretanto, a apreciação estética é condicionada e mediada por preferências e padrões específicos do observador, que por sua vez são altamente influenciados por preferências e padrões específicos da cultura do observador" (LIPE, 1984, p. 07, tradução livre da autora).

Os **Valores Pragmáticos**, para Meneses (2009, p.37) “são valores de uso percebidos como qualidades.” Também considera:

Se o usuário ou observador, diante do bem, estiver preocupado, não em conhecê-lo ou se deixar levar por seus atributos formais, mas em utilizá-lo (de fato ou virtualmente), isto é, colocá-lo em atividade, os valores dominantes serão pragmáticos. Não se confundem com valores econômicos, mas é claro que estes podem assumir uma dimensão econômica e prover recursos materiais (MENESES, 2017, p. 13, não publicado).

Desta forma, Meneses entende os valores econômicos como não antagônicos aos culturais, porém relacionados a lógicas diferentes:

Na perspectiva que desenvolvi, não há qualquer antagonismo. Há uma dimensão econômica no bem cultural, assim como uma dimensão cultural no bem econômico. [...] A oposição existe, sim, entre a lógica da cultura (que é uma lógica de finalidade, em que a produção do sentido e da comunicação é que constitui prioridade, como acentua García Canclini) e a lógica de mercado (que tende a instrumentalizar a cultura, na obtenção do lucro) (MENESES, 2009, p. 38).

Lipe (1984) também considerava que as decisões relacionadas à conservação dos recursos culturais tinham uma dimensão econômica. O **valor econômico**, para ele, estaria relacionado ao fato de que os recursos culturais não estavam isentos da "tendência do mundo moderno de reduzir todos os custos e benefícios em termos monetários, mesmo quando lida com valores que são difíceis, se não impossíveis, de quantificar e comparar, e com propriedades insubstituíveis", como é o caso dos recursos culturais (LIPE, 1984, p. 08, tradução livre da autora). Considerava que os demais valores também poderiam ser traduzidos em valor econômico dependendo do interesse de mercado em relação a eles.

O **Valor de Ambiência** de Meneses (2009) destaca-se dentro das demais tipologias. Ainda não era descrito separadamente no artigo "O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas" (2009), porém consta nas suas manifestações mais recentes, de 2017 e 2018, mencionadas anteriormente. Estariam relacionados à localização de um bem dentro dos sistemas do qual faz parte e do qual é indissociável:

São os valores que permitem a localização de um bem, não apenas num quadro espaço-social, como ainda, dentro dos diversos sistemas que os integram a outros bens e as teias de relações de que participam. Por exemplo: o sistema de objetos com coleções, conjuntos formais, cronologias e tudo aquilo que se encontra associado. (Informação verbal)<sup>46</sup>

Por último, os **Valores Ético-Políticos**:

[...] são os valores associados ao potencial de interação social em que os bens são apropriados e postos a funcionar. Envolvem o respeito ao trabalho morto acumulado nos bens. Portanto, levam à condenação do desperdício e do esquecimento que eles podem se encontrar ou de sua destruição sem responsabilidade social. (Informação verbal)<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> Ibid., 29 de agosto de 2018.

<sup>47</sup> Ibid., 29 de agosto de 2018.

As definições das tipologias dos valores desenvolvidas por Meneses demonstram a importância de, anteriormente à definição e separação de categorias, se compreender as relações que os sujeitos estabelecem com os bens. A partir desta compreensão, o estabelecimento das diretrizes de conservação deve ser realizado de maneira a não prejudicar, mas favorecer, a manutenção destes valores.

### **1.3. Contextualização do Patrimônio Universitário**

Em estudos relacionados ao Patrimônio Cultural, frequentemente são utilizadas categorias para referir-se a grupos específicos de bens que possuem determinadas afinidades, como: Patrimônio da Ciência e da Saúde, Sacro/Religioso, Tecnológico, Industrial, Artístico, dentre outros, incluindo-se o Patrimônio Universitário. Pode-se considerar que tais afinidades, normalmente identificadas por especialistas, ocorrem no âmbito dos valores atribuídos, predominando, principalmente, os valores cognitivos e de uso nesta identificação, podendo abranger também os demais valores.

No final do século XX e início do século XXI, pôde ser percebida uma maior atenção ao então chamado Patrimônio Universitário através da criação de organizações e documentos voltados para valorização e pesquisa deste patrimônio. A utilização do termo para a identificação da categoria surge, inicialmente, relacionada à identificação dos museus e coleções científicas pertencentes a universidades.

No Brasil, um marco que refletiu a preocupação em se ampliar a discussão e valorizar a categoria foi o primeiro Encontro de Museus Universitários, realizado em 1992 na cidade de Goiânia. O encontro, organizado por um grupo de profissionais envolvidos nestas instituições, resultou na formação de um Fórum permanente de Museus Universitários que, entre momentos de maior e menor atuação, continua atualmente ativo. Entende-se como Museus Universitários todos os acervos e coleções museológicas pertencentes a instituições de ensino superior.

O fórum realizou seu 5º encontro em outubro de 2018 em Belo Horizonte, no qual foi produzida uma carta aberta aos Ministros da Educação e Cultura, motivada pelo recente incêndio do Museu Nacional. A carta apresenta demandas relacionadas a questões orçamentárias e emergenciais das instituições e reafirma certos aspectos a respeito dos Museus Universitários brasileiros, como sua vinculação ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, enquanto partes de instituições universitárias, conforme exposto em nossa Constituição: "Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão." (BRASIL, Constituição, 1988, art. 207).

Este aspecto já era mencionado por Maria Cristina Oliveira Bruno (1997), em ensaio apresentado no I Simpósio sobre Museologia na Universidade Federal de Minas Gerais, na mesa redonda "Pesquisa, Ensino e Extensão nos Museus Universitários"(Belo Horizonte), como uma particularidade dos museus universitários:

Os museus universitários brasileiros são muito diferentes entre si. Entretanto, o que os une é a cumplicidade com o ensino, pesquisa e extensão. O comprometimento com estas três funções universitárias é o que permite um olhar de aproximação, o delineamento de caminhos paralelos e, mesmo, a possibilidade de propostas conjuntas. (BRUNO, 1997, p. 47, grifo nosso).

Desta forma, pode-se considerar que os esta tipologia de museus tem como uma de suas particularidades, quando comparada a outras tipologias, o seu comprometimento com tais princípios. A origem destes museus, no entanto, nem sempre esteve originalmente vinculada a estas instituições. No contexto brasileiro, Bruno (1997) comenta:

Estes museus nem sempre nasceram no âmbito do universo acadêmico. Algumas vezes as universidades receberam instituições completas, em outras, os próprios departamentos e institutos têm gerado processos museológicos e, muitas vezes, as instituições universitárias receberam, como herança, algumas coleções que impulsionaram o surgimento de museus. (BRUNO, 1997, p. 47).

O termo Patrimônio Universitário é também muitas vezes relacionado ao chamado Patrimônio da Ciência e Tecnologia. Handfas, Granato e Lourenço (2016) descrevem este último como:

[...] tudo o que se preserva para gerações futuras, originado da produção de conhecimento científico e tecnológico relacionado à aventura do homem para desvelar o desconhecido em sua busca incessante por novas interpretações e representações científicas do mundo e da vida. (HANDFAS; GRANATO; LOURENÇO, 2016, p. 05)

Sendo as Universidades instituições essencialmente relacionadas à difusão e produção de conhecimento, parte expressiva do chamado Patrimônio da Ciência e Tecnologia encontra-se relacionada ou sob pertencimento destas instituições. Nem sempre, no entanto, são valorizados como tal. Handfas, Granato e Lourenço (2016, p. 09) destacam que muitos bens que se configuram como Patrimônio Cultural Universitário de Ciência e Tecnologia não se encontram “musealizados” e por vezes "restam apenas como objetos dispersos guardados sem qualquer tratamento”.

Apesar de o conceito de Patrimônio Universitário no Brasil ser amplamente utilizado na identificação dos museus e coleções universitárias, enquanto categoria, ele não está restrito aos acervos e coleções museológicas ou à prática científica e tecnológica. Universidades são, muitas vezes, portadoras de bens culturais que formam um patrimônio heterogêneo, tangível e intangível, relacionado a diferentes aspectos, do conhecimento humano, do desenvolvimento científico, de manifestações socioculturais, formações e organizações territoriais e etc. O termo, apesar de poder abranger todos estes suportes, quando relacionado ao patrimônio edificado, por exemplo, ainda é pouco abordado.

No contexto Europeu, destacam-se como organizações e documentos voltados para valorização e pesquisa do Patrimônio Universitário o UMAC - *University Museums and Collections Committee* (Comitê de Museus e Coleções Universitárias); a rede UNIVERSEUM - Rede do Patrimônio Universitário Europeu e a recomendação de ministros do Conselho Europeu (2005) sobre o Patrimônio Universitário.<sup>48</sup>

O UMAC é um comitê vinculado ao ICOM (Conselho Internacional de Museus) que tem como foco os Museus e coleções Universitárias. O comitê foi oficialmente criado em junho de 2000 pelo Conselho Executivo do ICOM e sua primeira conferência realizada 2001. Sua criação foi concebida e proposta por um grupo internacional de profissionais de museus universitários motivados pela percepção de que estes enfrentavam problemas específicos, diferentes dos demais museus, por fazerem parte de uma instituição de ensino superior maior.<sup>49</sup> Atualmente, o comitê registra a existência de cerca de 3690 Museus e coleções Universitárias existentes em todos os continentes.<sup>50</sup>

A recomendação de ministros do Conselho Europeu (2005) sobre o patrimônio universitário, também mencionada na Carta aberta produzida no 5º Encontro de Museus Universitários, traz uma definição para o termo Patrimônio Universitário. Tal definição tem sido amplamente utilizada e considera o Patrimônio Universitário de maneira mais abrangente, não restrita às coleções museológicas:

*[...] the “heritage of universities” shall be understood to encompass all tangible and intangible heritage related to higher education institutions, bodies and systems as well as to the academic community of scholars and students, and the social and cultural environment of which this heritage is a part. The “heritage of universities” is understood as being all tangible and intangible traces of human activity relating to higher education. It is an accumulated source of wealth with direct reference to the academic community of scholars and students, their beliefs, values, achievements and their social and cultural function as well as modes of transmission of knowledge and capacity for innovation*<sup>51</sup>. (CONSELHO EUROPEU, 2005, p. 03, grifo nosso)

---

<sup>48</sup> Levantamento realizado por Sébastien Soubiran, Marta C. Lourenço, Roland Wittje, Sofia Talas e Thomas Bremer e apresentado em *Initiatives européennes et patrimoine universitaire*, La Lettre de l’OCIM [Online], 2009. Acesso em 22 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/ocim/229>.

<sup>49</sup> Informações retiradas do site oficial do UMAC. Disponível em: <http://umac.icom.museum/about-umac/umac-history/>. Acesso em 22 de janeiro de 2019.

<sup>50</sup> Informações retiradas do Banco de dados mundial de museus universitários e coleções, compilado pelo UMAC. Acesso em 22 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://university-museums-and-collections.net/>

<sup>51</sup> Tradução: “[...] o “patrimônio universitário” deve ser entendido como abrangendo todo o patrimônio tangível e intangível relacionado a instituições, órgãos e sistemas de ensino superior, bem como à comunidade acadêmica de pesquisadores e estudantes, e o ambiente social e cultural do qual este patrimônio faz parte. O “Patrimônio Universitário” é entendido como sendo todos os traços tangíveis e intangíveis da atividade humana relacionados ao ensino superior. É uma fonte acumulada de riqueza, com referência direta à comunidade acadêmica, suas crenças, valores, conquistas e sua função social e cultural, bem como modos de transmissão de conhecimento e capacidade de inovação.” (Conselho Europeu, 2005, p. 03, tradução livre da autora, grifo nosso).

Desta forma, podemos considerar que o Patrimônio Universitário abrangerá bens de qualquer natureza de suporte que tenham valores atribuídos por parte de grupos da comunidade acadêmica e outros envolvidos, relacionados à experiência da universidade.

A rede Universeum, criada em 2000, também considera, desde sua criação, o Patrimônio Universitário dentro desta ampla abordagem. A rede visa a preservação, estudo, acesso e promoção deste patrimônio, tangível e intangível, incluindo, além de museus e coleções, também arquivos, bibliotecas, jardins botânicos, observatórios astronômicos, laboratórios, edifícios, etc., ou seja, o patrimônio como um todo (TALAS, 2015).

Sofia Talas (2015), presidente do Comitê Executivo da Universeum entre 2014 e 2017, justifica a importância da existência da rede, apresentando as dificuldades e potencialidades em comum entre os bens relacionados à essa categoria no cenário europeu. Para ela, importância da identificação desta categoria está no reconhecimento de particularidades relacionadas ao reconhecimento, gestão, salvaguarda e divulgação dos bens culturais das universidades. Apesar de tratar e apresentar uma realidade europeia, são claras as semelhanças com a realidade do objeto de estudo deste trabalho e de outras instituições brasileiras, tanto relacionadas às dificuldades quanto às potencialidades.

Um dos problemas identificados por Talas (2015) refere-se às dificuldades de sua gestão por parte das instituições:

*The point is that, even when it is known, university heritage is extremely fragile - its destiny often depends on a rector or even on a single professor. As a matter of fact, heritage is generally not easily dealt with by universities. They often see it as a burden, they sometimes regard it as out of their tasks or simply don't know exactly how to deal with it - what missions? what possible outcomes? There are also very classical and shared problems, even when universities are interested: lack of funds, collections not accessible, lack of staff, research not regarded as part of the tasks of university heritage staff, while of course research is crucial to extract the richness of information [...] Finally, in some cases, the staff dealing with heritage is not trained enough: university heritage community is actually quite heterogeneous and fragmented. It is mainly because of these difficulties that the potentialities of university heritage are still not or not fully explored.<sup>52</sup> (TALAS, 2015, p. 73)*

Apesar do reconhecimento de que muitas vezes o patrimônio universitário não é sequer reconhecido, as dificuldades mencionadas por Talas (2015) podem ser identificadas facilmente

---

<sup>52</sup> Tradução: "A questão é que, mesmo quando conhecido, o patrimônio universitário é extremamente frágil - seu destino depende muitas vezes de um reitor ou mesmo de um único professor. De fato, o patrimônio geralmente não é facilmente tratado pelas universidades. Elas geralmente o veem como um fardo, às vezes não o consideram parte de suas responsabilidades, ou simplesmente não sabem exatamente como lidar com ele - Que missões? Que resultados possíveis? Há também problemas muito clássicos e compartilhados, mesmo quando as universidades estão interessadas: falta de fundos, coleções não acessíveis, falta de equipe, a desconsideração da pesquisa como parte das responsabilidades da equipe de patrimônio da universidade, quando claramente a pesquisa é fundamental para extrair a riqueza de informações [...] Finalmente, em alguns casos, o pessoal que lida com o patrimônio não é capacitado o suficiente: a comunidade de patrimônio universitário é, na verdade, bastante heterogênea e fragmentada. É principalmente por causa dessas dificuldades que as potencialidades do patrimônio universitário ainda não são, ou não totalmente, exploradas." (Talas, 2015, p. 73, tradução livre da autora).



em relação aos bens de Patrimônio Universitário que já são amplamente conhecidos, devido à atribuição principalmente de valores cognitivos e de uso, e sobretudo por parte de especialistas, como bens imóveis e coleções. Sobre estes bens, é clara a responsabilidade de gestão e conservação por parte das instituições.

A Carta aberta produzida no 5º Encontro de Museus Universitários (2018), no Brasil, relata uma dificuldade semelhante em relação aos museus universitários brasileiros: a destinação de verbas para a gestão do Patrimônio, quase sempre, não é alvo de uma política específica na gestão das instituições universitárias:

Assim como muitos dos museus universitários do país, o Museu Nacional vincula-se a uma autarquia federal, que por sua vez, está subordinada ao Ministério da Educação. Contudo, este Ministério não possui nenhum programa orçamentário que destine verbas para os museus sob sua responsabilidade, assim como não possui nenhum controle acerca de quantos museus e qual patrimônio cultural é administrado cotidianamente pelas universidades brasileiras. (REDE DE MUSEUS UNIVERSITÁRIOS, 2018, p. 01).

Tal dificuldade, identificada no contexto institucional do objeto de estudo desta dissertação, conforme será abordado no Capítulo 2, parece ser comum na gestão do patrimônio das universidades brasileiras. Algumas instituições<sup>53</sup> desenvolveram iniciativas voltadas para o reconhecimento de seus bens culturais que tiveram como parte de seus resultados a publicação de documentos<sup>54</sup>, nos quais são explicitadas as dificuldades e esforços dessas na gestão de seus bens. No caso, são destacados os bens do Patrimônio Universitário edificado destas instituições, sendo o objeto de estudo deste trabalho relacionado a esta tipologia.

Relativamente ao Patrimônio Arquitetônico Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a instituição possui doze conjuntos arquitetônicos e paisagísticos tombados em algum nível, e conta com a Coordenação de Preservação de Imóveis Tombados (COPRIT), como parte do Escritório Técnico da Universidade (ETU/UFRJ) para “estabelecer diretrizes para intervenção nos imóveis tombados e ser a interface da UFRJ junto aos órgãos governamentais de tutela de imóveis tombados” (ARAÚJO JR., 2015, p.150). Foi coordenação criada em 2004, como Divisão de Preservação de Imóveis Tombados (DIPRIT), a partir da observação de uma demanda existente desde a década de 1980, a partir de quando se intensificaram os tombamentos de edifícios da universidade. A COPRIT é dividida em quatro divisões: Divisão de Projetos de Imóveis; Divisão de Obras e Conservação de Imóveis Tombados; Divisão de Captação de Recursos e Divisão de Preservação do Museu Nacional<sup>55</sup>. Apesar da existência do setor, Andréa Borde e Paulo Bellinha (2015), em “Conservação e

---

<sup>53</sup> Foram identificadas iniciativas por parte da Universidade de São Paulo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul.

<sup>54</sup> Trata-se das publicações: Conservação e reativação do patrimônio arquitetônico universitário, de Andréa de Lacerda Pessôa Borde e Paulo Roberto Tavares Bellinha (Organizadores), de 2015,

<sup>55</sup> Informações retiradas de <https://ufrj.br/escrit-rio-t-cnico-da-universidade-etu>, acesso em 26 de outubro de 2019.

Reativação do Patrimônio Arquitetônico Universitário”, capítulo que faz parte da publicação de mesmo nome, por eles organizada, destacam que a deterioração do estado de conservação de muitos imóveis está relacionada à falta de dotação orçamentária para a manutenção e preservação dos imóveis tombados da Universidade. Borde e Bellinha (2015) acrescentam ainda que, apesar de parcerias público/privadas serem alternativas para o financiamento de projetos e obras de restauro, a **não elaboração de um plano de conservação integrada**, envolvendo aspectos relacionados também à manutenção e à educação patrimonial, acarretará na necessidade da realização novos projetos e obras de restauro em um curto espaço de tempo. (BORDE e BELLINHA, 2015).

Sobre as formas de financiamento para a preservação de bens culturais edificados no Brasil, Edmar Araújo Junior (2015), pesquisador nas áreas de Economia da Cultura e Patrimônio Cultural, na publicação organizada por Borde e Bellinha sobre o Patrimônio da UFRJ, explica:

Para viabilizar a proteção dos monumentos públicos tombados pelo IPHAN, órgão de tutela federal, por exemplo, há duas formas de financiamento: uma com recursos provenientes diretamente dos cofres públicos disponibilizados pelo Orçamento Geral da União (OGU) e outra com recursos disponibilizados pelos mecenas, que deduzem integralmente esses recursos do montante dos impostos devidos para financiarem as ações na área da cultura no país. No caso dos bens tombados pelo Estado. No caso dos bens tombados pelo Estado do Rio de Janeiro e seus Municípios, a lógica é semelhante: há uma parcela de recursos disponibilizados diretamente pelos cofres públicos aos órgãos da administração direta responsáveis pela Gestão patrimonial e outras fontes de recursos advindas de renúncia fiscal - abatidas do ICMS, no caso dos estados, e do ISS, no caso dos municípios - e operacionalizadas através de editais de projetos culturais. (ARAÚJO JR., 2015, p.147-148).

Dentre iniciativas financiadas por fontes advindas de recursos fiscais, destaca-se o Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural (PRPHC), criado em 1999 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O projeto é viabilizado através de recursos da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91, Lei Rouanet), com o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), incluído na modalidade de incentivo a projetos culturais, conhecida por mecenato. Tem como missão preservar o uso do conjunto das edificações que constituíram, no final do século XIX e no início do século XX, as sedes dos primeiros cursos que originaram a instituição. Através dele, tem sido realizadas as restaurações destes edifícios. Em 2000, para administrar o programa, foi criada a Secretaria de Patrimônio Histórico por meio de estudos e trabalhos interdisciplinares, realizados por equipes reunindo professores, técnico-administrativos, estudantes e outros profissionais (DEVINCENZI, 2015). A secretaria foi renomeada como Setor de Patrimônio Histórico (SPH) em 2012 e passou a ser vinculada à Superintendência de Infraestrutura. As ações do SPH/UFRGS compreendem: a Gestão Documental, compreendendo pesquisas históricas, iconográficas e registro de dados; os Projetos de Intervenção; implantação de acessibilidade; Execução e fiscalização das obras e

Captação de Recursos, tal como a execução de programas e projetos de Educação Patrimonial. As ações de Educação Patrimonial compreendem: Caminhadas orientadas; Visitas Guiadas Teatralizadas; Seminários; Cursos; Exposições; Mostras de cinema e participação em concursos para seleção de trabalhos relativos ao patrimônio cultural. As Caminhadas orientadas e as Visitas Guiadas Teatralizadas, principalmente, utilizam diretamente o patrimônio edificado como objeto pedagógico das ações. Destaca-se a participação do corpo discente de alunos do Bacharelado em Teatro do Instituto de Artes nestas atividades.

A menção de Araújo Jr. (2015) às verbas disponibilizadas diretamente pelos cofres públicos às instituições responsáveis, no entanto, não se refere a verbas específicas para a preservação do patrimônio universitário, mas ao orçamento geral destas instituições. Neste contexto, as políticas de gestão das universidades dificilmente destinam recursos específicos para a gestão e preservação de seus patrimônios.

Para Mendonça Jr. (2016), em “Patrimônio Cultural da/na Universidade Federal de Pernambuco: análise de um quadro de ausência e/ou insuficiência de financiamento e de políticas”, as universidades brasileiras, apesar serem responsáveis pela maior parte de nosso patrimônio científico, apresentam grande dificuldade em desenvolver políticas específicas de preservação patrimonial, possivelmente por esta não ser sua função primordial. Desta maneira, muitas vezes, passam a acolher os temas relativos ao patrimônio cultural e suas instituições somente no âmbito da extensão universitária (MENDONÇA JR., 2016).

No contexto de iniciativas criadas no âmbito da extensão universitária, destaca-se a iniciativa da Universidade de São Paulo (USP) que, em 1987, instituiu a Comissão de Patrimônio Cultural, no âmbito da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU/USP). Em 2002, a comissão se transformou em Centro de Preservação Cultural (CPC/USP) e, a partir de 2004, se instalou na Casa de Dona Yayá, imóvel construído no final do século XIX e tombado a nível estadual pelo Condephaat-SP (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo). Inicialmente, o CPC/USP foi criado como uma instituição de custódia do patrimônio edificado da USP. Com o tempo, suas ações passaram a abranger mais amplamente a questão do patrimônio cultural incluindo, além das responsabilidades relacionadas aos aspectos materiais de seu patrimônio, debates sobre questões relacionadas a aspectos imateriais de inclusão social, identidade e cidadania (PEREIRA; PINHEIRO, 2011). Em 2017, conforme mencionado anteriormente, o CPC/USP lançou a “Carta Patrimonial da USP”, na qual apresenta sua definição para os bens culturais universitários assemelhando-se à apresentada pelo Conselho Europeu (2005) e pela rede Universeum. Dentre as ações recentes da USP que contemplam o

seu Patrimônio Cultural Edificado, está o desenvolvimento de estudos para implantação do Plano de Gestão da Conservação do Edifício Vilanova Artigas, que abriga o funcionamento da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP). A pesquisa foi viabilizada pelo financiamento do programa *Keeping it Modern*, da *Getty Foundation* e suas ações são abordadas no Capítulo 03 desta dissertação.

Um dos aspectos que contribui para a falta de atenção à gestão dos bens culturais universitários por parte das políticas institucionais e na destinação de recursos específicos nos orçamentos gerais das universidades, é, também, a especificidade que o trabalho voltado para o patrimônio requer, conforme também identificado por Edmar Araújo Jr. (2015) no caso do Patrimônio Arquitetônico Universitário:

[...] a elevação dos custos de manutenção do patrimônio é inevitável, sobretudo pelo processo natural de deterioração deste bem. Além disso, alguns processos de recuperação exigem métodos e habilidades de trabalhos qualificados, que tendem a desaparecer. Os salários são mais elevados do que na construção civil, em geral, ao mesmo tempo em que muitas ocupações com técnicas imutáveis no trabalho de restauro estão diminuindo. (ARAÚJO JR., 2015, p.147).

Assim como Borde e Bellinha (2015) identificam a necessidade de elaboração de um **plano de conservação integrada**, é também identificada por José Tavares Correia de Lira (2014), como uma dificuldade do CPC/USP a inexistência de um **sistema integrado de conservação e planejamento preventivos**, que poderia “desacelerar os processos de desgaste material dos bens, monitorar a sua deterioração e os riscos a que se expõem, bem como ativar oportunamente intervenções, reparos e reconstruções” (LIRA, 2014, p.32). Suas considerações são apresentadas no capítulo “Patrimônio Edificado como Patrimônio Universitário: o CPC e a USP”, parte da publicação “Patrimônio construído da USP: preservação, gestão e memória”, por ele organizada e publicada pelo CPC/USP em 2014.

São destacadas, ainda, outras dificuldades que podem fazer parte da realidade de diferentes universidades brasileiras, conforme se observa no caso da EAU-UFF. Destacam-se: a desarticulação entre os setores responsáveis pela gestão patrimonial no interior da universidade; a ausência de quadros e setores especializados nos órgãos executivos e operacionais da instituição (engenheiros e arquitetos especializados em patrimônio, restauradores, artífices e mestres com domínio de técnicas tradicionais), assim como a carência de protocolos especializados; e a ausência de visão de conjunto dos bens protegidos e das intervenções neles praticadas (LIRA, 2014).

Lira (2014) identifica também que, no Brasil, a representatividade do Patrimônio Universitário edificado entre os bens tombados pelo IPHAN é pequena, contando com poucos exemplares, a despeito da contribuição destas instituições para a sociedade:

É tímido o lugar dos edifícios e campi de universidades entre os bens privilegiados em políticas oficiais de preservação. Ainda hoje, a despeito de sua importância nos processos de modernização das nações e universalização da cultura ocidental, assim como na racionalização dos regimes de conhecimento afirmação de valores de tolerância, secularidade e livre-pensamento, as universidades continuam pouco representadas nas listas e livros nacionais e internacionais de patrimônio cultural. Em detrimento do papel que elas vêm desempenhando no último século na produção de conhecimento especializado, na formação de quadros técnicos e dirigentes, no estabelecimento de projetos e redes de intercâmbio e cooperação, na avaliação, investigação e formulação de políticas e ações de salvaguarda, conservação e restauro. (LIRA, 2014, p.17).

O autor considera que esta baixa representatividade, quando relacionada aos bens edificados – ainda bens mais presentes nas ações de preservação –, pode estar associada ao fato de que as universidades brasileiras são relativamente novas, quando comparadas não só às instituições europeias, mas também das américas britânica e hispânica. (LIRA, 2014). Considerando-se que boa parte dos edifícios históricos destas instituições são identificados como representantes do estilo eclético, o fato de este estilo ter sido pouco considerado nas políticas de preservação do IPHAN até as últimas décadas do século XX, em um período em que os valores arquitetônicos e históricos eram considerados quase exclusivamente, também pode ter colaborado também para esta consideração. Estes bens não eram considerados como portadores de valor arquitetônico, a exemplo do conjunto arquitetônico e paisagístico da EAU-UFF, conforme será abordado no segundo capítulo desta dissertação. Valores relacionados à vida acadêmica, à convivência intelectual e cultural e ao papel das universidades como locais de crítica e debate, capaz de produzir mobilizações e mudanças, tampouco eram considerados para o reconhecimento de bens patrimoniais por parte do poder público pelo órgão federal.

Para Lira (2014), desta forma, os bens universitários, quando representados nestas políticas, raramente tinham seus tombamentos associados à experiência universitária, no que tange suas justificativas e critérios de atribuição de valores. Dentre os bens listados na Unesco como patrimônio da humanidade, no entanto, o reconhecimento, em alguns casos, enfatiza suas vinculações ao contexto universitário:

Por exemplo, o Horto Botânico de Pádua de 1545, incluído em 1997, porque, segundo a Unesco, a sua história se cruzaria à da Universidade de Pádua enquanto berço de variadas disciplinas científicas como botânica, química, medicina, farmácia e ecologia, e da moderna compreensão das relações entre natureza e cultura [...] ou ainda, o campus central da Universidade Nacional Autônoma do México, cujo conjunto edificado e de obras de arte ali composto entre 1949 e 1952 seria reconhecido em 2007 como um dos ícones da modernidade cultural e educacional da América Latina ao cristalizar um ideal radical de autonomia universitária e direitos humanos de acesso à educação, à arte e à ciência. (LIRA, 2014, p.19-20).

Lira (2014) também relacionava a baixa relação de edifícios universitários tombados à fragilidade da discussão acerca de um conceito nativo de Patrimônio Universitário. Posteriormente à sua publicação, em 2017, o CPC/USP publicou a “Carta Patrimonial da USP”, na qual apresenta sua definição para os bens culturais universitários:

1. Tendo por base os preceitos do artigo 216 da Constituição Federal, o patrimônio cultural da Universidade de São Paulo abrange o conjunto de bens de natureza tangível ou intangível que façam referência às práticas culturais, à memória e à ação dos vários grupos formadores da Universidade.
2. Os bens culturais acima referidos constituem-se na medida em que seletivamente se atribuem a eles, por parte dos vários grupos formadores da Universidade, valores, sentidos e significados variados.
3. Os bens culturais universitários incluem, mas não se limitam, a manifestações e referências culturais de estudantes, professores, funcionários da Universidade, bem como da sociedade a ela externa, como festas, lugares, paisagens e celebrações; rotinas, práticas, modos de fazer, de criar e tradições acadêmicas; acervos de natureza arquivística, museológica e bibliográfica; espaços, sítios e conjuntos arquitetônicos e urbanísticos; lugares de memória e consciência e paisagens.
4. As práticas culturais dependem de seus vetores, suportes e referenciais materiais, mas estes, desvinculados das práticas, perdem seu sentido. São indissociáveis, portanto, as dimensões materiais e imateriais dos bens culturais. (CAMARGO, 2017, p.166, grifo nosso).

A definição proposta na carta assemelha-se à apresentada pelo Conselho Europeu (2005) e pela rede Universeum, demonstrando o desenvolvimento de uma unidade no campo. Ambas as definições demonstram a possibilidade de reconhecimento do patrimônio universitário através da atribuição de diversos valores a determinados bens, relacionados à vivência e memória de diferentes grupos das comunidades acadêmicas.

Como potencialidade do Patrimônio Universitário, Talas (2015) destaca o fato de se constituir como uma importante fonte primária de informação e conhecimento, conforme pode ser observado na seguinte passagem:

*[...] universities' heritage constitutes a precious primary source of information for an amazing variety of fields and, first of all, for cutting-edge research: historical herbaria are for instance crucial to study biodiversity, as well as historical thermometers are indispensable to study climatic changes. Moreover, universities' heritage conveys crucial information for the history of art, history of architecture, history of science, history of teaching, history of institutions, history of the territory, etc...<sup>56</sup> (Talas, 2015, p. 74)*

A potencialidade mencionada por Talas (2015) enfatiza a possibilidade de se atribuir, por parte da comunidade acadêmica e dos demais usuários, o **valor cognitivo** no Patrimônio Universitário. Uma particularidade no caso deste patrimônio é o fato do valor cognitivo estar harmonicamente relacionado ao **valor pragmático**, ou **valor de uso** – quando identificado como qualidade – no que tange a **vivência do patrimônio universitário em atividades de ensino, pesquisa e extensão destas instituições**.

---

<sup>56</sup> Tradução: "... o patrimônio universitário constitui uma preciosa fonte primária de informação para uma incrível variedade de campos e, antes de tudo, para pesquisa de ponta: herbários históricos são, por exemplo, cruciais para estudar a biodiversidade, assim como termômetros históricos são indispensáveis para estudar as mudanças climáticas. Além disso, a patrimônio universitário transmite informações cruciais para a história da arte, história da arquitetura, história da ciência, história do ensino, história das instituições, história do território, etc." (Talas, 2015, p. 74, tradução livre da autora).

O reconhecimento de que edifícios podem ser fontes de informação está na própria definição do valor cognitivo por Meneses (2009). Outros autores mencionam também essa potencialidade, como Borde e Bellinha (2015), que enfatizam que as edificações:

[...] nos informam sobre as práticas espaciais, as territorialidades, as linguagens estilísticas, os processos construtivos e as diferentes concepções dos espaços de ensino e pesquisa ao longo do tempo, que conferem singularidade a este patrimônio. (BORDE E BELLINHA, 2015, p.13).

Tal aspecto pode contribuir em implicações práticas e objetivas para os bens edificados. Para Araújo Junior (2015):

A sobreposição entre patrimônio e universidade representa uma garantia de que esses bens imóveis tombados possam ter valores de usos para o ensino universitário, sobretudo, como forma de democratização do acesso e como laboratório in loco para profissionais de projeto, cultura e restauro. (ARAÚJO JUNIOR, 2015, p.145).

As necessidades de conservação do Patrimônio Universitário edificado demandam conhecimentos e formação específicos, além de observação e manutenção sistemáticas. Desta forma, o envolvimento da comunidade acadêmica através de atividades voltadas para o ensino, pesquisa e extensão, objetivando a conservação dos edifícios, apresenta-se como uma oportunidade de utilizar potencialidades de experiência deste patrimônio, identificadas por Talas (2015), para a mitigação de parte de suas dificuldades de gestão, também mencionadas pela autora, através da colaboração com os instrumentos de política institucional. Borde e Bellinha (2015) identificam a possibilidade de promover esta articulação voltada para a conservação dos bens:

Acreditamos que a articulação entre pesquisa acadêmica, gestão patrimonial cotidiana e formulação de políticas de conservação integrada do patrimônio cultural universitário pode ser um caminho para romper este moto contínuo. [referindo-se ao curto espaço de tempo entre uma obra de restauração e a necessidade de um novo projeto] O eixo norteador desta articulação é a compreensão de que as edificações notáveis são também aulas. [...] A universidade é o maior celeiro de formação de profissionais capacitados para participar na conservação destes imóveis e, portanto, locus privilegiado para uma atuação plural no campo do patrimônio cultural. (BORDE E BELLINHA, 2015, p.13, observação nossa).

Apesar de este trabalho enfatizar aspectos relacionados ao patrimônio edificado, devido à natureza do objeto de estudo e às particularidades que envolvem sua conservação, é importante destacar que o patrimônio universitário deve ser entendido em um conjunto. Em artigo que investiga a atuação da Rede de Museus Universitários de Pelotas, Mota, Pereira e Leal (2017) destacam a importância, por exemplo, do acervo documental como parte deste patrimônio. Considera que os documentos de uso corrente das universidades, gerados no uso cotidiano dos setores administrativos, constituem-se como importantes fontes de informação sobre os diversos processos pelos quais as instituições passam, as ações de sua comunidade acadêmica e suas relações com órgãos externos, “tais quais outras instituições educacionais, órgãos vinculados à prefeituras, empresas de prestação de serviços, contratos, convênios,

parcerias, projetos, entre outros” (MOTA; PEREIRA; LEAL 2017, p.2344). Enfatiza que estes documentos podem ser registros de importantes momentos, visto que estas instituições:

Passam por processos dos mais complexos dentro de seus contextos locais e nacionais, como é o caso da ditadura militar brasileira, que teve forte impacto nestas instituições, onde a censura, o medo e a resistência conviviam lado a lado. [...] Todos estes processos específicos pelos quais estas instituições passam, ficam registrados em documentos nos mais diversos tipos de suporte, havendo uma holística única de histórias que podem ser estudadas através dos olhos destas grandes e importantes instituições, que têm como meta a geração e externalização de conhecimento. (MOTA, 2017, p.2344).

Desta forma, estes documentos possuem grande importância na manutenção da memória institucional das universidades, podendo também ser objeto de atividades e prática acadêmica de diferentes áreas. Além disso, no caso do patrimônio edificado, por exemplo, são, muitas vezes, cruciais para o conhecimento dos bens e entendimento do histórico dos processos e intervenções pelos quais passaram, informações fundamentais na elaboração de planos de conservação. Frequentemente, no entanto, estes arquivos são considerados irrelevantes com o passar do tempo, sendo perdidos ou armazenados em arquivos mortos.

Assim, o maior risco de perda não está nos bens facilmente reconhecidos e identificados como bens patrimoniais nas universidades, mas aos que não são facilmente reconhecidos. É preciso investigar os valores que são atribuídos no cotidiano pelos diferentes grupos que formam a comunidade acadêmica. São os que vivenciam os espaços das universidades, que determinam e dão sentido, por sua vez, ao Patrimônio Universitário.

O segundo capítulo desta dissertação se dedica à compreensão dos valores atribuídos ao conjunto arquitetônico e paisagístico da EAU-UFF relacionados a experiência acadêmica dos grupos envolvidos em seu processo de tombamento. Parte-se do entendimento que muitos destes sentidos se mantêm hoje na vivência da comunidade acadêmica e que a conservação do conjunto pode ser favorecida pela realização de práticas condizentes com a manutenção e respeito a estes valores.



## 2. A Escola de Arquitetura e Urbanismo como Patrimônio Universitário edificado da Universidade Federal Fluminense

### 2.1. Apresentação e Histórico: usos e intervenções no conjunto até a ocupação da EAU-UFF

O conjunto da EAU-UFF é parte do Campus da Praia Vermelha, localizado à Rua Passo da Pátria, 156, São Domingos - Niterói. Esse conjunto é formado por dois edifícios ecléticos construídos entre o final do século XIX e início do século XX, popularmente chamados de Chalé e Casarão, e um jardim de linhas românticas ao redor. Possui tombamento estadual, sob os cuidados do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) e municipal, pelo Departamento do Patrimônio Cultural (DEPAC) de Niterói.



**Figura 3:** Mapa com delimitação aproximada do Campus da Praia Vermelha, área tombada e área de tutela, baseado em Relatório ambiental simplificado dos campi da universidade federal fluminense - Campus do Valonguinho - Campus da Praia Vermelha e Campus do Gragoatá (2011) e em área definida no processo de tombamento pelo INEPAC.

Elaboração da autora.

Legenda:

- Campus da Praia Vermelha
- Área de tutela
- Área tombada (edifícios e jardim)



**Figura 4:** Mapa com delimitação de área tombada e marcação de edificações, baseado em área definida no processo de tombamento pelo INEPAC.

Elaboração da autora.

Legenda:

- Campus da Praia Vermelha
- Área tombada (edifícios e jardim)
- Edifícios. A: Chalé / B: Casarão

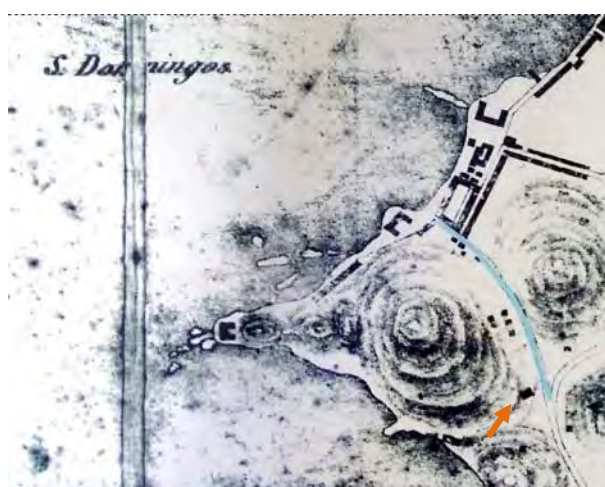


**Figura 5:** Chalé da EAU-UFF em 03 de julho de 2018. Aos fundos, prédio da Escola de Engenharia construído em 1972.  
Fonte: Camila Ennes



**Figura 6:** Casarão da EAU-UFF em 03 de julho de 2018. Ambiência do jardim, também tombado, ao redor. Fonte: Camila Ennes

A primeira edificação construída, o Chalé, fazia parte de uma chácara residencial no fim do século XIX. Apesar de constar em seu frontão a data de 1888, indicada nos processos de tombamento como sua data de construção, pesquisas apresentadas por Castro (2010) sugerem a possibilidade de que, nesse ano, tenham sido realizadas apenas intervenções em uma edificação pré-existente, de construção anterior. A hipótese parte da identificação de uma planta da cidade de Niterói, de 1858, na qual consta uma edificação em local aproximado à atual localização do Chalé. Além disso, indícios relacionados à tipologia construtiva de suas alvenarias<sup>57</sup> e um outro Mapa do bairro de São Domingos, datado de 1839 e mencionado nas pesquisas de Mello (1999), no qual também pode ser identificada a edificação anterior, reforçam a hipótese sugerida por Castro (2010).



**Figura 7:** Mapa do Bairro de São Domingos em 1839.  
Fonte: Arquivo Nacional apud. Mello (1999, p.02).  
(adaptado).

Legenda: / Rua Fresca (atual Rua Passo da Pátria)  
↑ Edificação em localização aproximada a do Chalé.



**Figura 8:** Planta da cidade de Niterói, Capital da Província do Rio de Janeiro (1858) in NIEMEYER, Conrado Jacob de. Carta chorographica da provincia do Rio de Janeiro: Lith. Imp. de Ed. Rensburg, 1858-1861.

Fonte: <http://realitas.joaoseccarmona.com/> (adaptado)

Algumas pesquisas históricas já realizadas<sup>58</sup> apontam também para divergências nas informações sobre a propriedade do terreno, no início do Século XX, e a data de venda para a empresa britânica *Western Telegraph Company*, responsável pela construção do segundo edifício, o Casarão. Os processos de tombamento, inicialmente, mencionam que a chácara havia sido vendida em 1917 à empresa por Francisco Manuel da Silva Rocha. Já as pesquisas do historiador Emmanuel de Macedo Soares (2006), conforme Mello (1999) e Castro (2009) apontam, indicam que a venda da propriedade teria ocorrido ainda em 1902 pelos herdeiros do Comendador Joaquim José Rodrigues Guimarães, proprietário da chácara em meados do século XIX. Sobre Francisco Manuel da Silva Rocha, não foram encontradas referências.

<sup>57</sup> No Projeto de Restauração do Chalé (EAU) no Campus Praia Vermelha, elaborado pela empresa Acrópole Arquitetura Ltda., são identificadas quatro tipologias construtivas diferentes nas alvenarias da edificação.

<sup>58</sup> Foram identificadas as pesquisas de Mello (1999) e Castro (2010).

O Comendador Joaquim José Rodrigues Guimarães, de família portuguesa, foi um rico comerciante de Niterói, “antigo negociante de fazendas” (Diário de Notícias, 1886, p.01). Sua esposa, Carolina Menezes Fróes Rodrigues Guimarães, pertencia à família Fróes, também influente e parte da elite da cidade. Sua morte, “na sua casa em São Domingos”, foi noticiada pelo Diário de Notícias (RJ) em 28 de setembro de 1886 da seguinte forma:

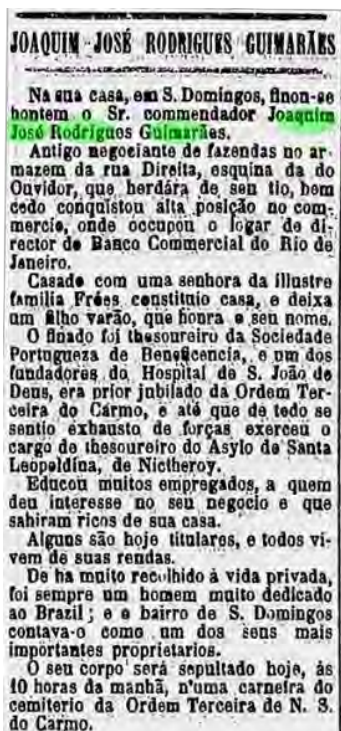


Figura 9: Notícia da morte de Joaquim José Rodrigues Guimarães, proprietário, no século XIX, da Chácara onde atualmente funciona a EAU-UFF. Fonte: Diário de notícias (RJ), 28 de setembro de 1886, p.01, acesso em Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

Como pode-se perceber, a data de sua morte é anterior à que consta no frontão do Chalé, de 1888. Neste ano, caso as informações fornecidas por Soares (2006) estejam corretas, a chácara era propriedade de seu filho, o também comendador Joaquim José Rodrigues Guimarães Junior, influente na cidade e, provavelmente, responsável pelas alterações na edificação do Chalé após a morte de seu pai.

As chácaras residenciais, localizadas normalmente nas periferias de centros urbanos e com seus edifícios construídos isolados, no centro dos terrenos, foram muito comuns entre as famílias de estrangeiros e elites locais no Brasil, no final do Século XIX e início do Século XX. Também a tipologia de chalé era frequente nestas edificações. Nestor Goulart Reis Filho, em “O quadro da Arquitetura no Brasil” (2014), publicado pela primeira vez em 1970, destacou a influência, nesse período, da supressão do tráfico de escravos, do início da imigração europeia, do desenvolvimento do trabalho remunerado e do sistema ferroviário na mecanização da produção de materiais de construção, que colaboraria para a reprodução desta tipologia construtiva:

Surgiam então as casas construídas com tijolos e cobertas com telhas de tipo Marselha, onde a madeira serrada permitia um acabamento mais perfeito de janelas, portas e beirais. Estes últimos ostentariam ornamentos de madeira serrada, conhecidos como

lambrequins. [...] O uso da madeira era tão frequente quanto possível. Além dos pisos e forros, das portas e janelas, surgia também no arremate dos telhados, com peças de acabamento decorativo, serradas ou torneadas. Os novos recursos disponíveis, em máquinas e ferramentas, na Europa e mesmo no Brasil, tornaram quase obrigatórias algumas soluções rebuscadas, como afirmação e mesmo ostentação daquelas possibilidades. Alguns telhados e alpendres eram assim enfeitados com verdadeiras guirlandas, chamadas lambrequins, feitas de peças de madeira recortada. O ponto mais visado era a empena voltada para a rua, onde se compunha, geralmente, uma espécie de frontão, ao qual se associava um óculo central. A composição, apoiada nos arremates dos beirais, formava um triângulo em cada extremidade, - ocultando as calhas - e um outro no vértice, junto à cumeeira, arrematada em geral por um mastro torneado. (REIS FILHO, 2014, p. 48 e 158).

Os elementos mencionados podem ser facilmente observados na edificação do Chalé. Também Reis Filho (2014) esclarece como o termo passou a ser utilizado no reconhecimento da tipologia no Brasil:

Por chalé passou-se portanto a entender, no Brasil, um esquema de residência com acabamento romântico, sugerindo habitação rural montanhosa da Europa, mas com variações que incluíam um uso mais freqüente de madeira, paredes de tijolos aparentes, equipamentos de ferro fundido, como colunas, grades e alpendres e até mesmo revestimento com elementos decorativos de inspiração greco-romana. (REIS FILHO, 2014, p. 159).

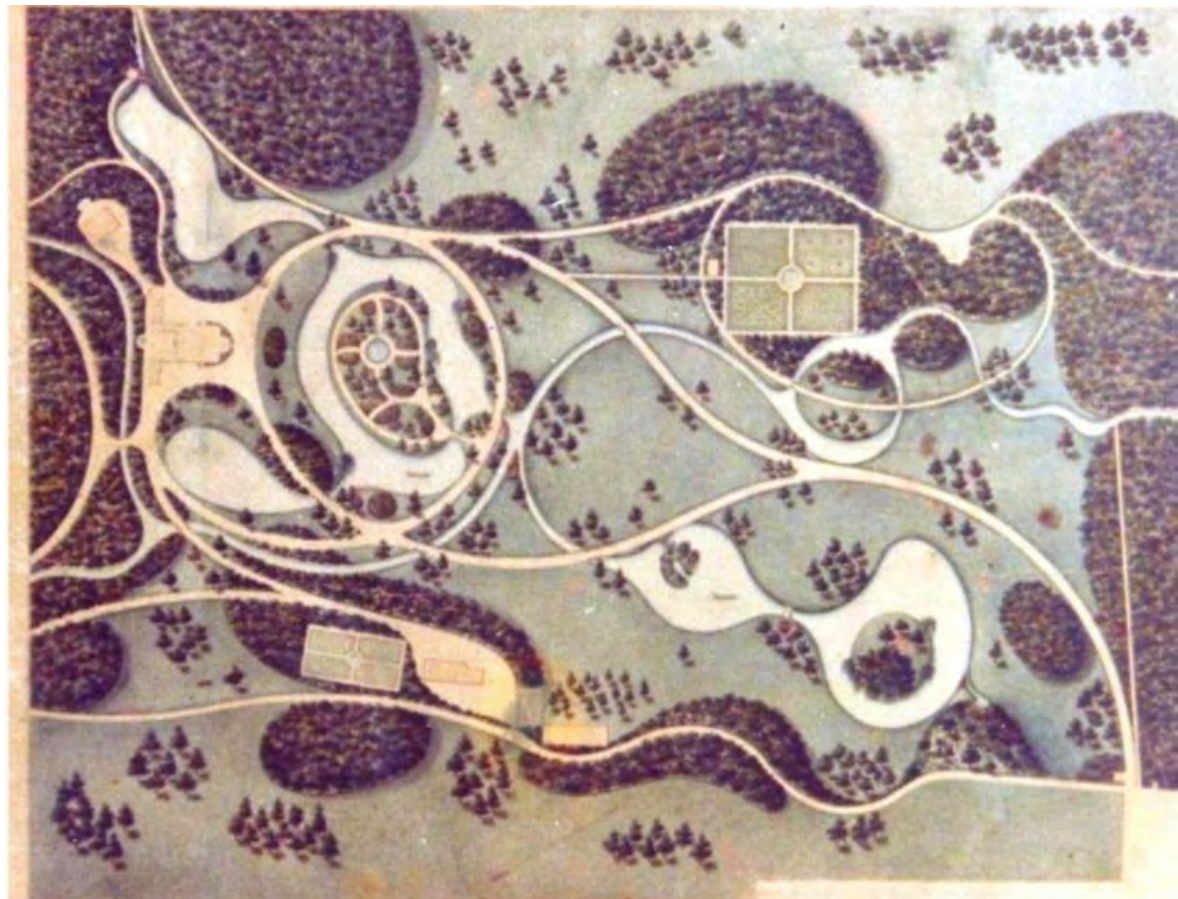
Outras edificações residenciais do período, no Brasil, demonstram a presença desta tipologia de chácara residencial. Destaca-se, pelas semelhanças com o Chalé da EAU-UFF, a atualmente chamada "Chácara do Challet" (Figuras 10-12), localizada em Nova Friburgo e utilizada pelo *Country Club* de Friburgo. Construída entre 1850 e 1860 para o lazer e descanso da família Clemente Pinto, foi propriedade do 1º Barão de Nova Friburgo. Podem ser observadas semelhanças principalmente a partir da análise visual da composição da fachada principal. Em planta, no entanto, apesar de não termos identificado registro da configuração espacial interna original do Chalé da EAU-UFF, o material analisado aponta para tipologias bastante diferentes. As semelhanças observadas referem-se às proporções, presença de porão alto, volumetria do telhado; frontão triangular; uso de lambrequins; simetria, quantidade e ritmo dos vãos; alpendre centralizado com pilares esbeltos, escada em cantaria com corrimãos em curva (perdidos no Chalé, porém visualizados em diversas referências fotográficas mais antigas); etc. Segundo Amaduro (2009), sobre a Chácara do Challet de Nova Friburgo:

O Challet foi projetado pelo arquiteto alemão Gustave Waenheldt, o mesmo que projetou outras importantes residências do Barão, como o Palácio Nova Friburgo na cidade do Rio de Janeiro (atual Museu da República no bairro do Catete) e o Solar do Gavião em Cantagalo. Os jardins da Chácara foram projetados por Auguste François Marie Glaziou, o renomado paisagista francês que fez do Brasil o berço de seu trabalho. Foi ele quem realizou as obras de reforma do Passeio Público e a execução do Campo de Santana e dos jardins da Quinta da Boa Vista. (AMADURO, 2009, p.01).



**Figuras 10 e 11 (acima e esquerda):** Chácara do Challet, localizado na cidade de Nova Friburgo.  
Fonte: [www.avozdaserra.com.br](http://www.avozdaserra.com.br), acesso em 25 de setembro de 2019.

**Figura 12 (abaixo):** Fotografia do Projeto original em aquarela de August Glaziou: Jardins da Chácara do Challet. final do século XIX. Fotografia do acervo do Nova Friburgo Country Clube e Projeto original de acervo da família Guinle. Fonte: [www.dezenovevinte.net](http://www.dezenovevinte.net), acesso em 25 de setembro de 2019.



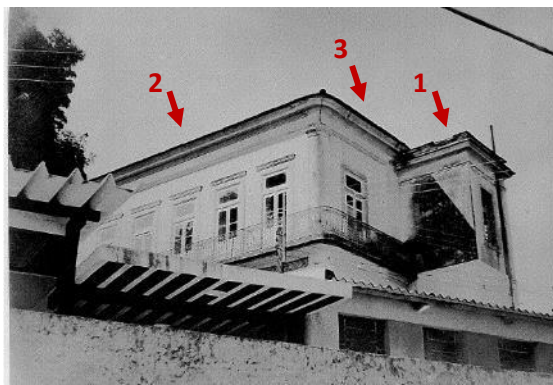
Muito próximo ao Chalé da EAU-UFF, encontrava-se o Palacete Bartholdy, hoje conhecido como Solar do Jambeiro. Também situado no centro de um grande terreno arborizado, foi construído em 1872 pelo comerciante português Bento Joaquim Alves Pereira, que residiu no edifício por um curto período. Entre maio de 1887 a março de 1888, foi ocupado pelo pintor Antônio Parreiras que, em seguida, construiria sua residência própria nas proximidades.



**Figura 13:** Fotografia antiga do Solar do Jambeiro. Data desconhecida. Fonte:

<http://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/fontes-documentais/fotografia/248-solar-do-jambeiro>, em 21 de setembro de 2019.

Segundo Mello (1999), baseada nos estudos de Soares (entre 1980 e 2006), Guimarães Jr. teria pedido ao artista, seu vizinho, que pintasse a casa de sua família. Nesta referência, assim como em outras fotografias antigas, observa-se a existência da parte dos fundos do Chalé, que contava com um segundo pavimento e que foi demolida após a ocupação da universidade.



**Figura 14 (acima, esquerda):** Segundo pavimento do Chalé, representado na pintura "Chalet da família Fróes da Cruz na rua Passos da Pátria" de Antônio Parreiras (1890). Fonte: Adaptado de Vistas e paisagens de Niterói (Silveira, 2002).

**Figura 15 (acima, direita):** Vista de segundo pavimento do Chalé, ainda existente, em 1968, já durante ocupação Escola de Engenharia. Percebe-se a construção de um anexo (1) na Fachada Lateral esquerda (3), não existente na pintura de Parreiras, provavelmente construído em ocupações posteriores. Fonte: Acervo fotográfico da EAU-UFF, fornecida à autora pelo Professor José Pessoa.

**Figura 16 (esquerda):** "O chalet com 2 pavimentos antes da demolição para a construção do prédio da engenharia", data e autoria desconhecidas. Fonte: Extraída de Mello (1999, p.12). É possível que esta fotografia represente a quina da fachada de fundos (2) com a fachada lateral direita (4), mostrando a ligação coberta com edifício anexo na lateral do Chalé (5), assim como também mostra a Figura 37 (p.55). Na Figura 16 é possível visualizar um revestimento na fachada de fundos, aparentemente de azulejos cerâmicos estampados, solução semelhante à identificada no edifício do Solar do Jambeiro. O revestimento, no entanto, não é identificado na Figura 15.

Guimarães Jr. nasceu por volta de 1850 e faleceu em 1901, sem filhos, deixando sua herança para sobrinhos. De acordo com Soares (2006), um ano após a sua morte, seus herdeiros, dentre eles, Leopoldo Fróes, teriam vendido a chácara para a *Western Telegraph Company*:

Tendo falecido solteiro, deixou aos 22 sobrinhos uma fortuna calculada em 2 mil contos de réis, e com a parte que lhe coube Leopoldo [Fróes<sup>59</sup>] pôde partir para a Europa, onde se profissionalizou como ator. Em 1902 os herdeiros angariaram mais 80 contos vendendo à *Western Telegraph Company* a casa em que viveu na rua Passo da Pátria, e que pertencera a seus pais, hoje sede da Escola de Arquitetura. Foi um dos grandes benfeitores do Asilo Santa Leopoldina, tendo também contribuído para a reconstrução da capela de São Domingos, iniciada em 1898 e concluída pouco depois de sua morte. (SOARES, 2006, p.471).

As informações fornecidas por Soares (2006) podem ser confirmadas através de notícias de periódicos da época. A morte de Joaquim José Rodrigues Guimarães Junior foi noticiada no jornal O Fluminense em 28 de maio de 1901, indicando que ele faleceu em seu palacete, situado na Rua Passo da Pátria, nº 32. No ano seguinte, em 04 de setembro de 1902, foi anunciado um leilão de todo o mobiliário de sua casa (Figura 17):

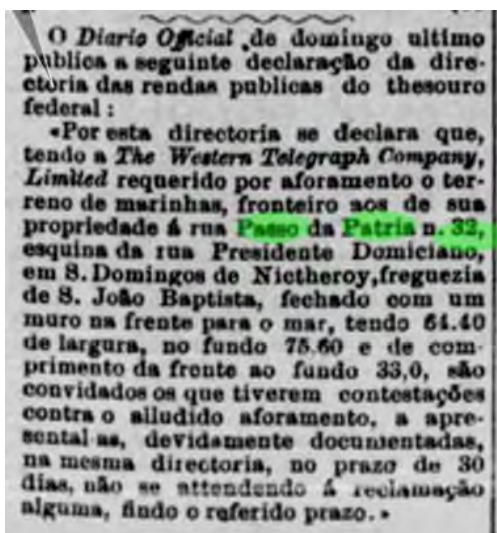


Figura 17: Notícia de leilão de todos os móveis na chácara a Rua Passo da Pátria, n.32. Fonte: A Capital (RJ), 26 de novembro de 1904, p.03. Acesso em Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional (<https://bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

Percebe-se que o número não corresponde ao endereço atual - Rua Passo da Pátria, nº.156. A menção ao nº.32, no entanto, aparece novamente noticiada em 1904, referindo-se a uma chácara situada à esquina da Rua Presidente Domiciano – localização compatível com a do Chalé – como já sendo propriedade da empresa *Western Telegraph Company* (Figura 19). Esta informação sugere duas possibilidades: a primeira, de que a numeração da rua tenha mudado posteriormente, passando a propriedade a ser identificada pelo nº.156. Esta possibilidade estaria em concordância com a informação de Soares (2006) de que a venda da

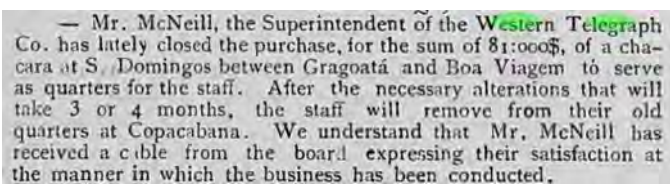
<sup>59</sup> Leopoldo Fróes (1882 – 1932) foi um ator, escritor e diretor de Teatro famoso no início do século XX.

propriedade ocorrera antes de 1917, logo após a morte de Joaquim José Rodrigues Guimarães Junior, diferentemente do que apontam os processos de tombamento.<sup>60</sup>



O Diário Oficial, de domingo ultimo publica a seguinte declaração da directoria das rendas publicas do thesouro federal:

«Por esta directoria se declara que, tendo a *The Western Telegraph Company, Limited* requerido por aforamento o terreno de marinhãs, fronteiro aos de sua propriedade á rua **Passo da Pátria n. 32**, esquina da rua **Presidente Domiciano**, em S. Domingos de Nitheroy, freguezia de S. João Baptista, fechado com um muro na frente para o mar, tendo 61.40 de largura, no fundo 75.60 e de comprimento da frente ao fundo 33,0, são convidados os que tiverem contestações contra o alludido aforamento, a apresentalas, devidamente documentadas, na mesma directoria, no prazo de 30 dias, não se attendendo á reclamação alguma, fudo o referido prazo.»



— Mr. McNeill, the Superintendent of the *Western Telegraph Co.* has lately closed the purchase, for the sum of 81,000\$, of a chacara at S. Domingos between Gragoatá and Boa Viagem to serve as quarters for the staff. After the necessary alterations that will take 3 or 4 months, the staff will remove from their old quarters at Copacabana. We understand that Mr. McNeill has received a cable from the board expressing their satisfaction at the manner in which the business has been conducted.

**Figura 18 (acima):** O periódico *The Brazilian Review* noticia, em 09 de setembro de 1902 (p. 444), a compra da chácara em São Domingos para abrigar as instalações da *Western Telegraph Company*. Disponível na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

**Figura 19 (esquerda):** Referência à localidade da Rua Passo da Pátria, n. 32, como sendo já propriedade da empresa *Western Telegraph Company*. Fonte: *A Capital* (RJ), 26 de novembro de 1904, p.03. Disponível na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

A segunda possibilidade, considerada por Bezerra (2015), seria que a empresa tivesse comprado em 1902, uma propriedade e, posteriormente, em 1917, tivesse adquirido e mudado suas instalações para a chácara de nº156, de Francisco Manuel da Silva Rocha, onde estaria localizada atualmente a Escola de Arquitetura, em conformidade com os processos de tombamento. Esta possibilidade, no entanto, não é compatível com a informação que consta na pintura de Antônio Parreiras, que supostamente representa os fundos do edifício do Chalé como pertencente à família Fróes. O atual número 32 da Rua Passo da Pátria tampouco corresponde à esquina com a Rua Presidente Domiciano. Desta forma, as informações fornecidas pelo historiador Emmanuel Macedo de Soares seriam as mais plausíveis. As informações dos processos de tombamento, no entanto, devem ser alvo de uma pesquisa mais aprofundada para que sejam esclarecidas suas fontes.

Antes de instalar-se em Niterói, a empresa situava-se em Copacabana. Um dos motivos pelos quais o terreno da chácara foi escolhido era sua proximidade com a antiga Praia Vermelha, hoje aterrada, que facilitaria as necessidades de transporte para o Rio de Janeiro através de embarcações próprias (INEPAC, 1977b). Os serviços da companhia incluíam a instalação de cabos submarinos de longa distância e à grande profundidade, sendo a *Western Telegraph Company* uma das empresas britânicas incumbidas de cumprir essa função na área de comunicação, operando cabos submarinos que conectavam o Brasil com outras localidades do mundo (Bezerra, 2015). Desta forma, o requerimento do terreno ao litoral da chácara (Figura

<sup>60</sup> Consta no processo de tombamento estadual, pelo INEPAC, em 2005 – quando da proposição de tombamento definitivo do conjunto – um parecer do Conselheiro Estadual Rui Velloso no qual são informadas as divergências entre as informações contidas inicialmente no processo de tombamento e as informações fornecidas pelo historiador Emmanuel Macedo de Soares a uma reportagem, naquele ano.



19) era estratégico não só para o transporte ao Rio de Janeiro, mas também para os serviços a serem executados pela empresa, que tinha a intenção de aterrar um cabo telegráfico em Niterói.

A vinda da companhia para a cidade foi um dos processos identificados por Bezerra (2015) que provocaram a imigração de britânicos para cidade no fim do Século XIX e início do Século XX. Após instalar-se na chácara onde já existia o Chalé, que inicialmente abrigou a residência do Engenheiro responsável, Mr. Bennet, e sua família, a companhia foi responsável pela construção das primeiras instalações de laboratórios (INEPAC, 1977a) e de outros edifícios: um anexo aos fundos do Chalé, com estilo semelhante, onde funcionariam os laboratórios da empresa, demolido após a ocupação da universidade (Figuras 20 e 21) e um edifício que serviria como alojamento dos engenheiros, atualmente chamado de Casarão, parte do conjunto tombado da EAU-UFF. Não há informações precisas sobre suas datas de construção. Para o Casarão, encontra-se a referência da data de 1917 (Mello e Vasconcellos, 1987).

Em 1990, Richard Kelynack Cocks, ex-funcionário da *Western Telegraph Company* que, aos 90 anos, veio à América Latina para visitar os locais onde havia trabalhado para a empresa, cedeu fotografias de 1927, nas quais, além de outros espaços do conjunto, pode ser observado o edifício dos laboratórios, anexo ao Chalé. O professor de Paisagismo da EAU-UFF, Jorge Baptista de Azevedo, teve a oportunidade de recepcionar o ex-funcionário na ocasião e relatou<sup>61</sup>:

“...em uma tarde solitária de verão, em pleno período de férias observei um casal de idosos caminhando pelos jardins da EAU UFF, eram o inglês Mister Cocks e uma amiga brasileira, já viúva de seu antigo companheiro de trabalho e grande amigo pessoal. Foi eu quem os recebi, ele tinha trabalhado aqui na Western Telegraph e, agora, na alta idade resolvera passear pelos lugares mais felizes de sua vida. Falou das antigas instalações, das pescas e banhos de mar encantados em uma baía completamente limpa e cheia de vida marinha, bem como ainda dos bailes que os jovens ingleses davam no Casarão; [...] Ele me falou das instalações e que daqui saiam dois cabos submarinos que cruzavam o Atlântico em direção à África e Europa. Foi muito comovente esse encontro inesquecível, ele ficou muito feliz de saber que aquele local de tantas lembranças felizes tinha se transformado em uma Escola de Arquitetura e Urbanismo. Logo depois, ele nos enviou um material riquíssimo de fotos e textos sobre sua passagem na Western, demonstrando seu carinho e seriedade com a memória. Esse material, com acréscimos das etapas mais recentes na época, sob coordenação da prof<sup>a</sup> Isabel Eiras, e com meu auxílio e da prof<sup>a</sup> Cristina Mello virou um conjunto de painéis sobre toda essa História da nossa Escola e ficavam dispostos na parede próxima da sala da Direção. Infelizmente, tais painéis foram retirados, cheguei a ver um deles jogado no fundo de uma sala. (AZEVEDO, 2019, p.01 e 02).

---

<sup>61</sup> Apêndice 01e: (AZEVEDO, 2019, p.01 e 02).



**Figura 20:** Edifício de laboratórios (1927). Fonte: INEPAC (1977b), fornecida pela família de Mr. Bennet, engenheiro responsável pela implantação da companhia



**Figura 21:** Edifício de laboratórios (s/d). Fonte: Imagens cedidas por Richard Kelynack Cocks ao Acervo fotográfico da EAU-UFF em 1990. Fornecidas à autora pelo Professor José Pessoa.



**Figura 22 (acima, esquerda):** Casarão (alojamentos) em 1927. Fone: Imagens cedidas por Richard Kelynack Cocks à EAU-UFF em 1990. Fornecidas à autora pelo Prof. José Pessoa.

**Figura 23 (esquerda):** Ampliação da Figura 22. Destaque para a estrutura aparentemente em madeira, não mais existente.

**Figura 24 (acima):** Fotografia atual de trecho de guarda-corpo preservado. Fonte: Acervo da autora, tirada em 06 de setembro de 2019.

Pode ser observado nas Figura 22 a 24 que a lateral do Casarão, hoje utilizada como fachada principal, não apresentava acesso externo, apenas interno. Além disso, havia uma estrutura de pilares, arcos e guarda-corpos que foi demolida e substituída por pilares de tijolos maciços e guarda-corpos tubulares que aparentava ser em madeira, seguindo o mesmo padrão que alguns trechos do guarda-corpo ainda apresentam (Figura 24).

Relativamente aos elementos do Jardim, é difícil precisar o que havia antes da chegada dos ingleses e o que foi posterior. Nas Figuras 25 e 26, podem ser observados elementos em *rocaille*, técnica através da qual, segundo Magalhães (2017), se utilizava cimento armado imitando a textura de elementos naturais, como troncos de árvores e rochas, por exemplo, para a confecção de ornatos em parques públicos e jardins, incluindo-se os das residências de famílias abastadas. Esses ornatos eram comuns entre o final do século XIX e início do século XX no que ficou conhecido como “estilo *paysager*”.



**Figura 25:** Grupo de engenheiros da *Western Telegraph Company* no Jardim, Chalé ao fundo (s/d). Fonte: INEPAC (1977), fornecida pela família de Mr. Bennet, engenheiro responsável pela implantação da companhia.



**Figura 26:** Entrada lateral do Casarão e parte do jardim, com elementos em *rocaille* (1927). Fonte: Imagens cedidas por Richard Kelynack Cocks à EAU-UFF em 1990. Fornecidas à autora pelo Prof. José Pessoa.

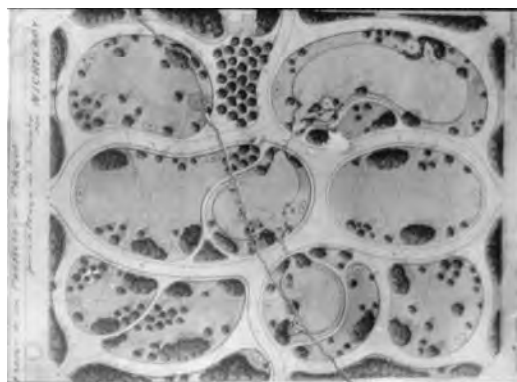
Estes elementos estão, também, muito presentes em um jardim histórico do mesmo período na cidade de Niterói, o Campo de São Bento, que possui tombamento municipal (Processo nº 101/1788/90). O parque público foi projetado em 1850 pelo paisagista belga Arsène Puttemans, e teve sua urbanização concluída apenas em 1903 pelo prefeito Pereira Ferraz, inicialmente com o nome de Praça Visconde de Abaeté.<sup>62</sup>

<sup>62</sup> O parque público foi projetado em 1850 pelo paisagista belga Arsène Puttemans, e teve sua urbanização concluída apenas em 1903 pelo prefeito Pereira Ferraz, inicialmente com o nome de Praça Visconde de Abaeté. Fonte: <https://culturaniteroi.com.br/blog/?id=488&equ=depac>, acesso em 26 de setembro de 2019.



**Figura 27:** Foto antiga de ponte em rocaille no Campo de São Bento (s/d).

Fonte: [www.coseac.uff.br/cidades/fotos/antig027.jpg](http://www.coseac.uff.br/cidades/fotos/antig027.jpg), acesso em 19 de setembro de 2019.



**Figura 28:** “Esboço de um projecto para a Praça de S. Bento em Nichteroy, de Arsène Puttemans (s/d). Fonte: <http://www.belgianclub.com.br/pt-br/heritage/campo-de-sao-bento-niteroi>, acesso em 19 de setembro de 2019.

A presença dos funcionários no alojamento da *Western Telegraph Company* fez com que a chácara ficasse conhecida como “Chácara dos Ingleses” (Mello, 1999; Velloso, 2005 e Castro, 2010). Além da companhia de telégrafos, outras empresas britânicas também proporcionaram a vinda de ingleses para Niterói, dentre elas, a *Leopoldina Railway*, cujos funcionários ficavam alojados na Estrada Fróes, nº47, local que também veio a ficar conhecido como Chácara dos Ingleses. A presença desta comunidade britânica, considerada por Wehrs (1984, apud. Mello, 1999) como uma “colônia britânica”, tornou-se expressiva.

Soares (2006) menciona que a atual Praça Nilo Peçanha (antiga praça Visconde de Prados), localizada em frente ao conjunto da EAU-UFF, era também conhecida como “Jardim dos Ingleses”, devido à forte presença que os imigrantes mantinham no local. Antes de 1905, data em que o então prefeito realizou obras de aterro e urbanização, a praça era considerada um charco insalubre. De acordo com o autor, após as obras:

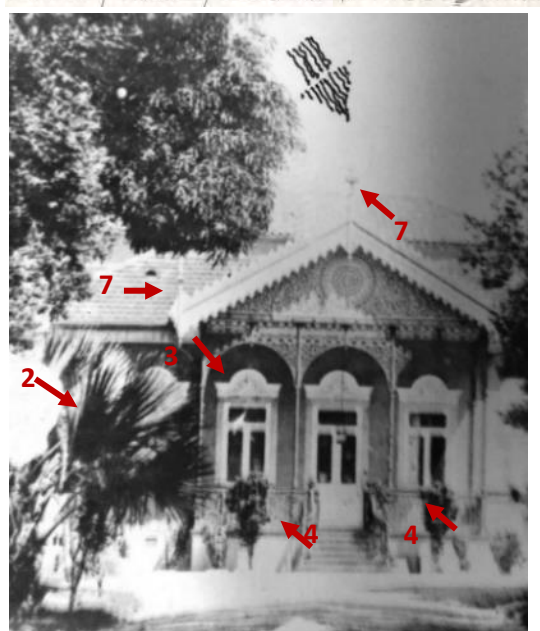
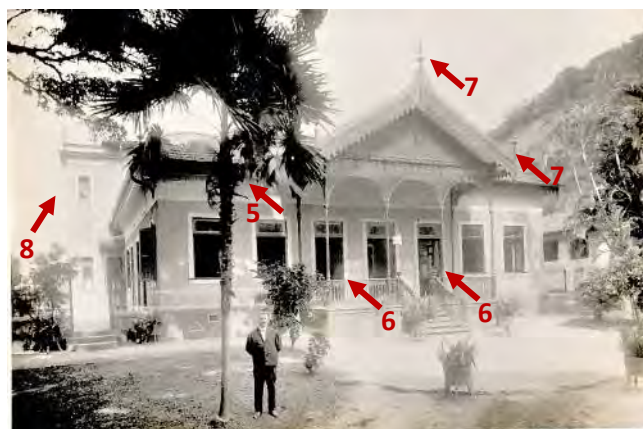
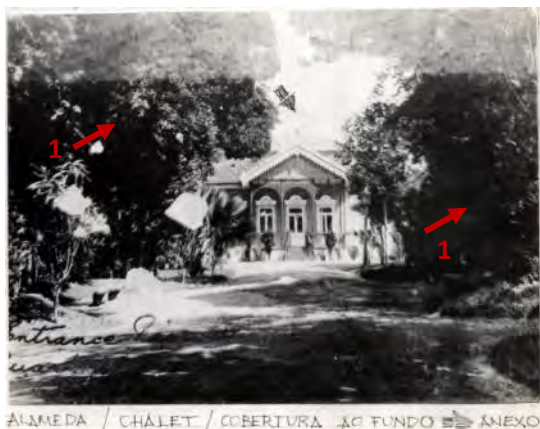
“Os funcionários dessas empresas, em sua maioria ingleses, utilizavam a praça em seus passeios e outras atividades de lazer, inclusive concorridas quermesses realizadas a partir de 1914 com vistas à construção do templo anglicano de Icaraí.” (SOARES, 2006, p.508)

Wehrs (1984, apud. Mello, 1999) identifica algumas edificações notáveis que marcaram a presença dos ingleses na cidade, como a igreja anglicana *All Saints Church (Anglican Episcopal)* (construção iniciada em 1921), atual igreja Presbiteriana Betaninha, localizada na Rua Otávio Carneiro, n.144, e o clube *The Rio Cricket and Athletic Association* (1897), atual Rio Cricket e Associação Atlética, localizado na Rua Fagundes Varela, n. 637, ambos em Icaraí.

Em sua pesquisa, Bezerra (2015) realizou entrevistas com filhos de ex-funcionários da *Western Telegraph Company* que mencionam a realização de festas na chácara, para as quais eram alugadas barcas que serviam para realizar a travessia de membros da comunidade britânica que moravam na cidade do Rio de Janeiro, viabilizando o transporte para a celebração. A autora

identifica uma passagem no periódico *The Brazilian Review* em 24 de setembro de 1907, no qual é noticiada uma destas celebrações:

No sábado, dia 14 (inst) o presidente e o "Messe" da Chácara Western Telegraph ofereceram um baile muito agradável na propriedade em São Domingos. Nada menos que 300 pessoas estiveram presentes a este evento e três salões ficaram repletos de convidados. O ambiente estava lindamente decorado, com lanternas e luzes coloridas. O lugar é ideal para bailes e os membros do "Mess" não mediram esforços para que o evento fosse um sucesso. Uma barca especial foi contratada e por volta das 3 horas da madrugada, a maioria dos participantes retornou ao Rio fazendo-se acompanhar pela luz da Lua. (*THE BRAZILIAN REVIEW*, 1907, p.18 apud. BEZERRA, 2015, p.224. Tradução de BEZERRA, 2015).



**Figura 29 (acima, esquerda):** [E]ntrance Rio [Q]uarters (s/d). Destaque, pela autora (seta vermelhas), para a densidade da vegetação nas laterais do edifício (1), não visualizada na fotografia seguinte (Figura 30).

Fonte: INEPAC (1977a), fornecida pela família de Mr. Bennet, engenheiro responsável pela implantação da companhia no local.

**Figura 30 (esquerda):** Ampliação da Figura 29. Destaque, na fotografia original (seta em caneta preta) para o volume do telhado do segundo pavimento. Destaque, pela autora (setas vermelhas), para o porte da palmeira (2) existente no jardim, para os tímpanos ornados nas janelas (3) e para os vãos de esquadrias nas laterais da porta principal, que, apesar de a resolução não permitir afirmar, pareciam ainda ser janelas, e não portas, como hoje.

**Figura 31 (acima, direita):** *Rectreation & mess building* (1927). Destaque para, possivelmente, a mesma palmeira já com o porte maior (5), as janelas já com os ornatos superiores retirados e as antigas janelas, laterais à porta principal, convertidas também em portas (6). Percebe-se também, em ambas as fotos, a existência de mastros torneados nos três vértices do frontão (7), hoje perdidos. Também se observa uma parte anexa construída na lateral esquerda da parte do Chalé que continha dois pavimentos, não visualizada na pintura de Parreiras (Figura 14, p.44), sugerindo que esta intervenção tenha sido decorrente da ocupação dos ingleses. Fonte: Cedida por Richard Kelynack Cocks à EAU-UFF em 1990. Fornecidas à autora pelo Prof. José Pessoa.

A passagem faz menção a três salões repletos de convidados. Não há referência sobre a localização exata dos três salões. A Figura 31 é intitulada como *Rectreation & mess building* (1927), sugerindo a possibilidade de que a edificação do Chalé fosse destinada a atividades de lazer. Desta forma, é possível imaginar que a parte demolida de seu corpo, que continha um segundo pavimento, contemplasse a residência do Engenheiro Responsável, enquanto a edificação térrea, ainda existente, servia a essa finalidade.

Nas fachadas da edificação, podem ser identificadas intervenções atribuídas à ocupação dos ingleses, já observadas por Castro (2010) e Mello (1999): a retirada de tímpanos ornados que existiam sobre os vãos. A Figura 29, fornecida ao INEPAC (1977a) pela família de Mr. Bennet, engenheiro responsável pela implantação da companhia no local, apesar de não ter a data mencionada, mostra o Chalé ainda com esses elementos, enquanto a Figura 31, datada de 1927 e fornecida pelo engenheiro Richard Kelynack Cocks à EAU-UFF em 1990, mostra a intervenção já realizada. Também pode ser observada a diferença de porte de uma palmeira do jardim – provavelmente a mesma nas duas imagens – denunciando certa distância temporal entre elas. A Figura 29 apresenta também uma maior densidade vegetal nas laterais do edifício. É possível que esta fotografia tenha sido realizada no início da ocupação dos ingleses, ainda sem terem sido construídos o Casarão e o edifício anexo de laboratórios. Na Figura 31, pode ser observado um outro edifício anexo na lateral direita do Chalé, também demolido posteriormente.



**Figura 32 (acima, esquerda):** Fotografia intitulada como [M]ess Room (provavelmente “Mess”). O modelo de janela, na lateral, é o mesmo observado nas esquadrias do Chalé até hoje, com exceção da perda das almofadas inferiores, observada na maior parte dos elementos atualmente. Fonte: Inepac (1977), fornecida pela família de Mr. Bennet, engenheiro responsável pela implantação da companhia na época. A **Figura 33 (acima, direita)** mostra a mesma composição da imagem anterior, podendo ser observado, no entanto, o início a escada que provavelmente levava ao segundo pavimento do Chalé (destaque). Fonte: Imagens cedidas por Richard Kelynack Cocks à EAU-UFF em 1990. Fornecidas à autora pelo Prof. José Pessoa. Não foi possível, no entanto, definir com precisão a localização da fotografia dentro do edifício, hoje.

Foi identificada, no acervo digitalizado de plantas fornecido pela SAEP, uma planta denominada “Propriedade da *Western Telegraph Co* – Rua Passo da Pátria, n.156: Construção de dois trechos de muralha de alvenaria e remoção da terra proveniente da queda de barreiras”, cujo carimbo da prefeitura data de 1922. Nessa planta, a ocupação da empresa no terreno pode ser representada esquematicamente da seguinte maneira:



**LEGENDA**

- |   |             |                           |                                 |
|---|-------------|---------------------------|---------------------------------|
| ■ Ocupação de acordo com planta de 1922 ( <i>Western Telegraph Company.</i> ) | 01: Chalé   | 03: Anexo de laboratórios | 05: Tanques                     |
|   | 02: Casarão | 04: Quadra                | 06: Construção não identificada |

**Figura 34:** Ocupação em 1922. Planta esquemática elaborada pela autora a partir de planta fornecida pela SAEP.

Fotografias antigas do conjunto parecem corresponder às construções 05 e 06:



**Figura 35 (abaixo):** Vista de parte da quadra e de construção coberta que pode corresponder ao abrigo dos tanques, identificados pelo nº 05. Sem data.

**Figura 36 (esquerda):** Em 1924, Vista de parte da quadra e de construção que pode corresponder à identificada pelo nº. 06.

Fonte: Imagens cedidas por Richard Kelynack Cocks à EAU-UFF em 1990. Fornecidas à autora pelo Prof. José Pessoa



De acordo com os Dados Cronológicos apresentados no “Inventário dos Bens de Interesse Histórico e Artístico do Estado do Rio de Janeiro - Alojamento da Western Telegraph”, de 1977, o conjunto pertenceu à *Western Telegraph Company* entre 1917 e 1943, tendo sido vendido, neste ano, para a “Companhia de Melhoramentos de Niterói”. Não há uma data precisa para o encerramento da atuação da empresa no local, no entanto, sabe-se que, a partir de 1934, o tradicional “Colégio Icaraí” passou a ocupar as dependências do conjunto, possivelmente ainda sob propriedade da empresa. Richard Kelynack Cocks informou, em carta à EAU-UFF em 1990, que ele e um amigo, também ex-funcionário, haviam sido transferidos de volta para Londres em 1930. O Colégio Icaraí, de acordo com um anúncio publicado na edição nº.192 da revista “Vida doméstica”, em março de 1934 (Figura 37, p.55), utilizaria todas as dependências que hoje fazem parte do conjunto tombado da EAU-UFF, além dos edifícios

demolidos. O anúncio apresenta um conjunto de fotografias dos espaços que demonstram suas configurações no início das atividades do colégio. Apesar da baixa qualidade das imagens, é possível verificar o edifício do Chalé a partir do morro do Gragoatá, ainda com seu segundo pavimento, e as conexões cobertas entre ele e os edifícios anexos, aos fundos (1) e em sua lateral direita (2). A conexão coberta na lateral direita justifica a conversão de um vão de janela em porta, possivelmente executada no mesmo momento em que os ingleses executaram as intervenções nos vãos da fachada frontal e lateral esquerda.

A exceção desta propaganda, as informações a respeito dos usos do conjunto pelo Colégio Icarai tinham como referência o inventário do INEPAC (1977b), que informava que, de acordo com o depoimento de uma ex-aluna, o Casarão era utilizado para as salas de aula e o Chalé para o refeitório. Tais informações estão em concordância com o anúncio, com exceção, porém, para o fato de que os espaços eram divididos entre pavilhões feminino e masculino. Desta forma, de acordo com a revista, o uso dos espaços ocorria da seguinte maneira:

- Chalé: chamado de Pavilhão central, continha o “refeitório dos meninos, salão de conferências, salão de projeções (diascópia, epidascópia, cinema); residência do diretor; biblioteca dos meninos, parlatório.” Pode ser observada na fotografia a existência de canteiro nas laterais da varanda (3) e dos mastros torneados nos três vértices do frontão (4), assim como nas Figuras 29 a 31.
- Casarão: chamado de Pavilhão de frente, continha: “dormitório, refeitório e biblioteca das meninas, secretaria, tesouraria, gabinete do Inspector Federal; curso maternal e infantil.”
- Antigo anexo de laboratórios (atrás do Chalé), continha: aulas do curso secundário de meninos, aulas do curso de admissão; enfermaria, trez [sic] dormitórios para menores, médios e maiores, quartos de professores e inspectores, gabinetes de química, física e redação do jornal “A ideia”; escola de soldados, fiscalização.
- Jardins: também setorizados como os “recreios” feminino e masculino.
- Orla: neste período, ainda não havia sido realizado o aterro da orla junto ao terreno (década de 1970), desta forma, as instalações do colégio contavam também com uma “praia de banhos”.

Outra propaganda do Colégio, publicada na revista “O Malho” em 08 de março de 1934 (Figura 38), também mostra as instalações do antigo anexo de laboratórios em uma fotografia aparentemente feita a partir do segundo andar do Chalé. A propaganda informa que este pavilhão dispunha de 38 salas de aula.



VIDA DOMESTICA

O Colégio Icarai é já muito conhecido pelo seu passado, que corresponde ao seu melhor atestado. Em vista do desenvolvimento que foram tendo todas as suas secções e sendo cada vez maior a procura que tem, justificada pela eficiencia do seu ensino e excelencia do seu tratamento, este importante estabelecimento educacional delibe-

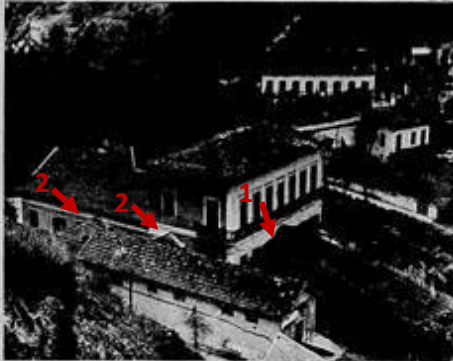
Em baixo: Pavilhão de frente; dormitório, refeitório e biblioteca das meninas; secretaria; tesouraria; gabinete do Inspector Federal; curso maternal e infantil.



moderna pedagogia, pela egie-ne escolar, pela educação física junto á educação mental, ali se encontra, sob a competencia de professores justamente considerados como mestres em toda a accepção da palavra. Entre o seu corpo docente encontram-se, entre outros, os

Entrada principal do Colégio.

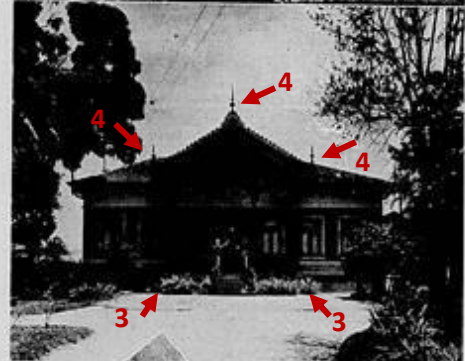
Em baixo: Departamento feminino, vendo-se uma área do recreio das meninas.



COLEGIO ICARAI

As suas novas e belas instalações

NICTEROI



Vista parcial, vendo-se a área coberta que liga o pavilhão central com o terreiro, que contém: aulas do curso secundario de meninos; aulas do curso de admisso; enfermaria; tres dormitórios para menores, médios e maiores; quartos de professores e inspectores; gabinete de fisica, química e redação do jornal "A Idéia"; escola de soldados; fiscalisação.

Pavilhão central: refeitório dos meninos; salão de conferencias; salão de projeções (diacópia, epidascópia, cinema); residência do director; biblioteca dos meninos; parlatório.

rou ampliar consideravelmente a sua instalação, para o que lhe foi necessario transferir a sua sede, o que fez para um dos melhores pontos. Instalado em sua nova fase, no grande edificio onde funcionou o "Western Telegraph", á rua Passo da Patria, o Colégio Icarai apresenta-se agora ainda melhor preparado para a sua nobre finalidade. A visinha cidade de Nicteroi orgulha-se, assim, de possuir um estabelecimento de ensino verdadeiramente modular. Tudo quando é indicado pela

Praia de banhos, pertencente ao Colégio.



Parque arborizado, vendo-se um trecho do recreio para médios, menores e maiores.

seguintes srs.: drs. Stephane Vannier, Castro Guimarães, Al-

berico Diniz, João da Matta, Filippe Coimbra, Pery Valentim, Alpheu Braga, Ismael Coutinho, Soares Brandão, Belfort Vieira. Estes nomes são mais que a garantia de um solido aproveitamento dos alunos

Sobre as novas instalações do acreditado Colégio, mais e melhor do que nós falamos os interessantes clichés que ilustram esta pagina, que nos dão uma idéa da vastidão do recinto, da beleza dos aspectos naturais e da meticulosidade com que foram instalados seus departamentos.

Figura 37: Anúncio com descrição dos espaços ocupados pelo Colégio Icarai, a partir de 1934, e que hoje compõem o conjunto tombado da EAU-UFF. Fonte: Revista Vida doméstica, Edição n.º. 192, março de 1934, p.32.). Disponível na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).



## COLLEGIO ICARAHY

O Collegio Icarahy, estabelecimento de ensino primario e secundario, dos mais acreditados no Brasil, acaba de transferir a sua sede, localizando-a á rua Passo da Patria, 156, em Nictheroy, num soberbo e magestoso edificio. E' um monumento dentro de um frondoso parque, deitando, ao fundo, para o mar. Um conjunto harmonioso e pittoresco, onde reina o socego, a paz e a dadivosa tranquillidade para quem estuda. Dir-se-ia um campo para a salutar meditacão. E' seu director o Dr. Jorge Ahrens, luminar em nossas letras, notavel historiador, publicista, escriptor, além de aprimorado educador. Já na geracão hodierna se apontam cerebrazões formadas no Collegio Icarahy, o que indica a objectivacão segura de esse "condottiere" de homens.

O estabelecimento dispõe de tudo. Amplas salas de aulas, dormitórios para alumnos de ambos os sexos metuculosamente dispostos, hygiene impecavel, recreios ensombrados, gabinetes de ciencias naturaes, t u d o distribuido em observancia á arte e bom gosto. Seu corpo docente é uma expressão da alta mentalidade, pois, dentre os professores notamos: Dr. Stephano Vannier, Castro Guimarães, Lacerda Nogueira, Miranda Jordão, Lyster Ferrone, Alberico Diniz, João da Mattia, Felipe Coimbra, Pery Valentim, Alpheu Braga, Ismael Coutinho, Soares Brandão, Belfort Vieira e tantos outros.

O Collegio Icarahy foi o escolhido por Mussolini para ali manter um curso de lingua e literatura italianas, ás expensas do proprio governo, sendo para taes cadeiras designado o professor Francisco Desiderati. Dos antigos alumnos desse collegio uma grande phalange occupa hoje postos de relevo, entre os quaes: capitão Castro Affonso, director da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio; Dr. Ernesto Imbassahy de Mello, director da Escola do Trabalho do mesmo Estado; Dr. Geraldo de Mello, official de gabinete do Interventor Ary Parreiras; Dr. Miguelotti Vianna, Director do Instituto Bios.

Tambem Mme. Ary Parreiras fez seus estudos no Collegio Icarahy, onde foi uma alumna das que mais se destacaram.

São essas, em ligeiros traços, as credencias do estabelecimento que hoje occupa esse logar marcante que todos reconhecem sinceramente e cujas portas estão abertas para receber a mocidade sequiosa de saber e que ali tudo encontrará para a illuminação de suas intelligencias.



Pavilhão onde se dispõem 38 salas de aula.

Alumnas do Collegio Icarahy e stre-gues a exercicis de gymnastico.



Figura 38: Anúncio com descrição dos espaços ocupados pelo Colégio Icarai, a partir de 1934, e que hoje compõem o conjunto tombado da EAU-UFF. Fonte: Revista O Malho, 08 março de 1934, p.34.) Disponível na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

Foram identificadas poucas referências sobre as ocupações do conjunto entre a instalação do Colégio Icaraí e a da universidade. De acordo com dados cronológicos fornecidos pelo INEPAC (1977), após a ocupação do Colégio:

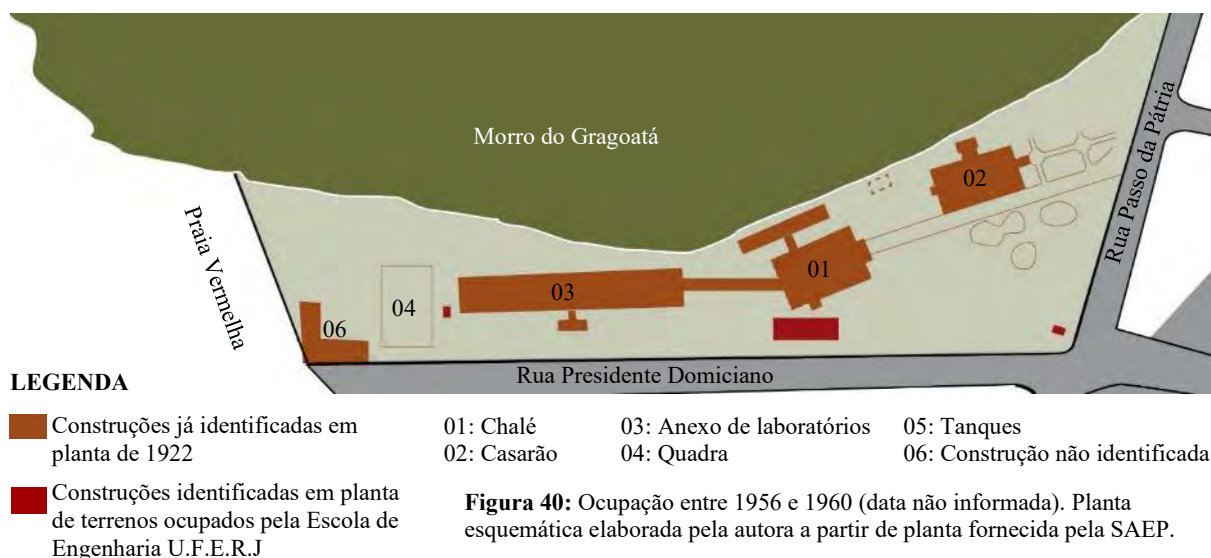
- **1943** a *Western Telegraph* vende o conjunto à Companhia de Melhoramentos de Niterói.
- **1947**: o conjunto passa a ser propriedade da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio, Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul e Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro.
- Entre **1948 e 1956**: Passa se instalar o Serviço de Águas e Esgotos da Prefeitura. Parte do Casarão era ocupada também pela Escola Fluminense de Engenharia.
- **1956**: A Escola Fluminense de Engenharia passa a ocupar todo o Casarão através de uma mobilização dos estudantes. De acordo com Mello e Vasconcellos (1987, p.24): “Os participantes do episódio ocorrido em 1956 relatam-no com muita euforia: os alunos da Escola de Engenharia, mobilizados pelo Diretório Acadêmico, conseguiram desalojar os funcionários da Prefeitura, invadindo e ocupando o Casarão.”

A Escola Fluminense de Engenharia foi criada em 1952, tendo sua aula inaugural, de acordo com Mello e Vasconcellos (1987), ocorrido em 1953, nas dependências do Liceu Nilo Peçanha, no Centro de Niterói. Em 1955 instalou-se na Rua Marquês de Paraná, n°.108 e logo no ano seguinte, ocupou o Casarão e o Chalé.



**Figura 39:** Chalé já ocupado pela Escola Fluminense de Engenharia.  
Fonte: Acervo da EAU-UFF, origem desconhecida, década de 1950.  
Fornecidas à autora pelo Prof. José Pessoa.

Foi identificada, no acervo digitalizado de plantas fornecido pela SAEP, uma planta dos terrenos ocupados pela Escola de Engenharia da ainda U.F.E.R.J. A ocupação assemelha-se muito à identificada em planta de 1922, correspondente à ocupação da companhia inglesa



A Universidade Federal Fluminense (UFF) foi criada em 1960 com o nome de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ). Originou-se a partir da mobilização da sociedade fluminense, ao longo da década de 1950, pela criação de uma Universidade Federal para o Estado do Rio de Janeiro através da unificação e federalização de escolas de ensino superior, federais, estaduais e particulares, já existentes em Niterói<sup>63</sup>, dentre elas, a Escola Fluminense de Engenharia que, nesse ano, já ocupava o Casarão. As reivindicações do movimento estudantil, representado no período pela União Fluminense de Estudantes (UFE), tiveram grande importância nestas mobilizações pela criação da UFERJ. A atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), naquele contexto, ainda era a chamada Universidade do Brasil, tendo adquirido o seu nome atual em 1965, no mesmo contexto em que a UFERJ passou a se chamar UFF (CORTE E MARTINS, 2010).

Diante da dispersão espacial das unidades que compunham inicialmente a universidade e sua necessidade de estruturação e expansão, esta passou a elaborar um Plano Piloto e Plano Diretor que definiam uma organização de seus espaços em três principais campi: Valoguinho, Gragoatá e Praia Vermelha. De acordo com Monteiro (2009, p.05): “O período de concepção do projeto do campus da UFF decorre da segunda metade da década de 1960 até 1974, quando foi instalado o Escritório Técnico do Campus – ETC/UFF, pela Norma de Serviço nº. 58/1974 do então Reitor da Universidade, com o objetivo de estabelecer o Plano Diretor do Campus.” O campus da Praia Vermelha, de acordo com os planos, abrigaria o Setor de Ciências exatas, Setor Tecnológico e Setor de Reservas.

<sup>63</sup> Originou-se da incorporação das Escolas Federais de Farmácia, Odontologia e Direito (1912), Medicina (1926) e Medicina Veterinária (1936); agregou outras cinco, das quais três eram estaduais, a saber: Enfermagem (1944), Serviço Social (1945), Engenharia (1952), e outras duas, particulares, Ciências Econômicas (1942) e Filosofia (1947).

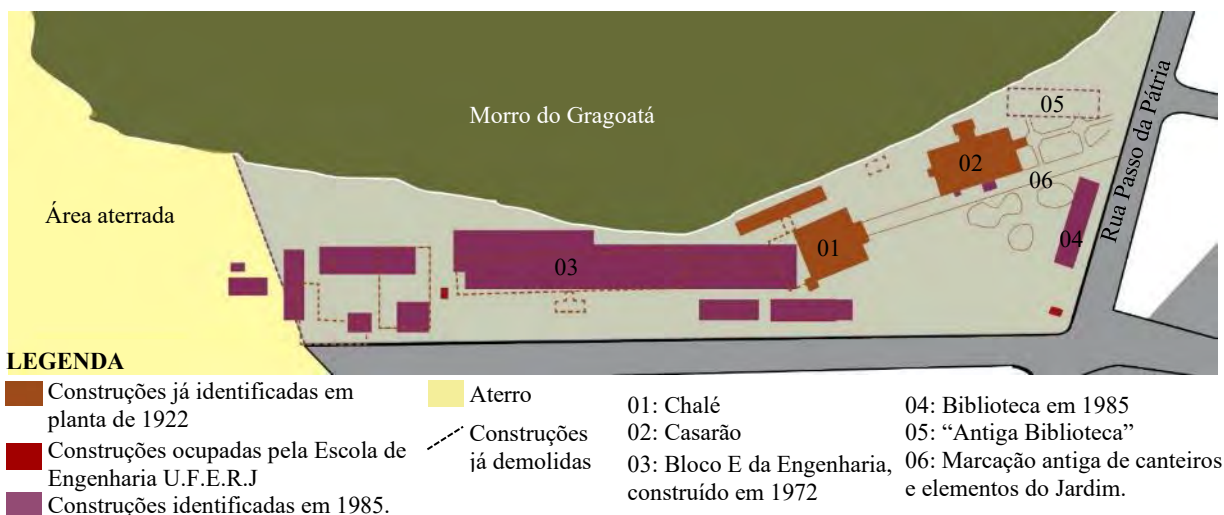
## **2.2. O Conjunto e a ocupação pela EAU-UFF: Proteção, valores atribuídos e ensino da Conservação**

O curso de Arquitetura da UFF surgiu em 1970 (MELLO; VASCONCELLOS, 1987), ainda como um departamento sob administração da Escola de Engenharia, tendo seus primeiros alunos ingressos em 1971 (UFF, 1971). Inicialmente, ocupava apenas parte do edifício do Casarão, dividindo seus espaços com outros cursos da Escola de Engenharia, cuja pós-Graduação funcionava no Chalé. De acordo com o Prof. Jorge Crichyno<sup>64</sup>, nesse edifício, apenas o “Salão Grande” (atual auditório) era usado pelo curso de arquitetura como uma sala de Projeto de Urbanismo, pelo prof. Ferdinando Moura Rodrigues e, no Casarão, poucas salas, como a atual “Sala 11”, que tinha aulas com o Prof. Carlos Nelson Ferreira dos Santos. A biblioteca ficava no pátio do estacionamento, em uma estrutura metálica provisória, tendo sofrido, inclusive, um desabamento por ação da chuva que fez com que o seu acervo fosse levado temporariamente para o saguão do Casarão.

O Plano Diretor, apresentado em 1977, tinha como uma de suas premissas a renovação dos espaços construídos através de demolição de edificações antigas “sem comprovado valor histórico”, prevendo a demolição dos prédios que hoje compõem a EAU-UFF (MONTEIRO, 2009, p.06). Antes desse ano, ainda em 1972, a universidade chegou a demolir o edifício que continha os antigos laboratórios da *Western Telegraph Company*, anexo aos fundos do Chalé, e parte deste, que continha o segundo pavimento, para construção do edifício denominado “Bloco E”, que passou a abrigar os cursos da Escola de Engenharia. No entanto, mediante a manifestação de desaprovação por parte dos professores e alunos, a demolição não se estendeu ao restante do Chalé e ao Casarão. A construção do Bloco E, primeiro prédio para a Escola de engenharia, seguiu um projeto da autoria do Professor Paulo Alberto Rodrigues e encerrou-se em 1974 (MONTEIRO, 2009, p.15).

---

<sup>64</sup> Apêndice 01c: (PINTO, 2019, p.03).



**Figura 41:** Campus da Praia Vermelha. Situação em 1981 – 1985. Elaborado pela autora a partir de planta de Levantamento topográfico e limites desenvolvida pelo Escritório técnico do Campus em 1981 e fornecida à autora pela SAEP, e de Planta de Situação do Campus em 1985, elaborada por Mello e Vasconcellos, 1987, p.82. A “Antiga Biblioteca”(05), provavelmente é a mesma mencionada pelo Prof. Jorge Crichyno em entrevista, onde, hoje, há um estacionamento próximo à entrada do Campus. Observa-se também uma “Biblioteca Atual” (04), em área hoje composta por canteiros do Jardim. A marcação de canteiros (06) demonstra a composição anterior à reforma do Campus, com uma alameda que liga o antigo portão de entrada, hoje desativado, ao Chalé, conforme mencionado pelo professor Jorge Baptista de Azevedo em entrevista.

A demolição executada e a ameaça de que todo o conjunto fosse perdido provocaram a mobilização de parte da comunidade acadêmica pelo tombamento dos edifícios. O processo foi solicitado ao Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC (Processo E-03/34562/78) e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (Processo 1005-T-1979), inicialmente. No âmbito municipal, a solicitação ocorreu posteriormente, apenas em 1991. Apesar de, na numeração do processo do IPHAN constar a data de 1979, na publicação “História da universidade em suas edificações”, desenvolvida entre 1985 e 1987 pela ex-professora da EAU-UFF, Maria Cristina Fernandes de Mello, e Lélia Mendes de Vasconcellos, é informado que:

Já em 1976 o professor do departamento de arquitetura da Universidade Federal Fluminense, Wagner Morgan de Almeida, encaminhara a solicitação de tombamento ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [atual IPHAN] acompanhado de um criterioso inventário das condições do prédio em questão. Em 25 de junho de 1980, o mesmo professor voltou a solicitar esse tombamento à mesma secretaria. (MELLO; VASCONCELLOS, 1987, p.28).

Não foi obtido acesso ao processo tramitado no IPHAN, que teve como resultado o indeferimento. A respeito do Processo no INEPAC, em 1977, já havia sido elaborada pelo instituto – possivelmente já diante da manifestação da comunidade acadêmica, apesar desta não contar no processo – a inventariação dos edifícios do “Alojamento da *Western Telegraph*” e do “Chalet”, como parte do “Inventário dos Bens de Interesse Histórico e Artístico do Estado do Rio de Janeiro”. Muitas fotografias do período de ocupação dos ingleses, doadas ao INEPAC pela família do Engenheiro responsável pela implantação da *Western Telegraph*, Mr. Bennet, compõem estes documentos, além do levantamento fotográfico do conjunto no período de sua elaboração (vide Figuras 42 a 45)



**Figura 42 (acima, esquerda):** Chalé (1977), sendo possível ainda observar o anexo na lateral direita, e a proximidade da encosta do morro, antes da realização do corte para abertura de via. \*

**Figura 43 (acima, direita):** Chalé e jardim (1977). Conforme relato do Prof. Jorge Crichyno, pode ser observada a utilização do pátio como estacionamento, muito próximo ao edifício, e a inexistência de canteiros delimitados nesta área. \*

**Figura 44 (esquerda):** Chalé e Casarão (lateral), com caminho que ligava a entrada ao Chalé. \*

\*Fonte: Inepac, 1977 (Inventário dos Bens de Interesse Histórico e Artístico do Estado do Rio de Janeiro: “Alojamento da Western Telegraph” e “Chalet”).



**Figura 45:** Montagem de fotografias do Casarão (1977). Pode ser visualizada a existência ainda do assento do banco em rocaille, observado também na Figura 26 (pág.49), a encosta do morro ainda próxima ao edifício e o convívio comunitário no espaço. Fonte: Inepac, 1977 (Inventário dos Bens de Interesse Histórico e Artístico do Estado do Rio de Janeiro: “Alojamento da Western Telegraph” e “Chalet”).

O professor Jorge Crichyno, em relato<sup>65</sup>, destaca alguns aspectos do conjunto, no período em que foi realizado o inventário, que podem ser observados nas Figuras 37 a 40, como: a não existência de canteiros e pavimentação, ficando o solo e as raízes das árvores expostos; o estacionamento de veículos, realizado muito próximo aos edifícios; e o abandono dos espaços, por parte da universidade, refletido na precariedade do estado de conservação. O professor enfatiza, que, apesar disso, a presença da comunidade acadêmica era muito intensa. Com carga horária integral, aulas realizadas de manhã até a noite e, inclusive, aos sábados, e diante de um período de ditadura militar, a preocupação do diretório acadêmico era de fortalecimento e consolidação das condições de trabalho. O professor Jorge Baptista de Azevedo, também em relato, lembra, ainda, do banco em *rocaille* (Figura 45), observado também em fotografias durante a ocupação dos ingleses (Figuras 25 e 26, pág.49), e de sua utilização no convívio da comunidade acadêmica: “Saudades ainda do antigo banco circular, feito ao melhor estilo romântico de concreto imitando madeira, em que sentávamos vendo os outros e estudávamos textos, até com a presença do professor.”<sup>66</sup>

O desenvolvimento destes inventários fez parte de uma fase de trabalhos do INEPAC, tendo à frente do órgão, neste período, Alexander Nicolaeff e Rachel Sisson, marcada pela inventariação de bens. Estas ações foram incentivadas pelo Programa Cidades Históricas (PCH), através do qual o governo federal investiu no desenvolvimento de planos, projetos e programas de inventariação e restauração a nível nacional, repassando recursos aos Estados (LERNER, 1998). Conforme mencionou Dina Lerner (1998), arquiteta do INEPAC entre 1983 e 2019<sup>67</sup>, em uma palestra sobre as “Experiências de Inventário do Rio de Janeiro “realizada no “Encontro de inventários de conhecimento” do IPHAN em 1995, o repasse do PCH no Rio de Janeiro foi bastante limitado e restrito quanto aos prazos de execução, conteúdo e metodologia propostos pelo programa federal, de maneira a provocar uma série de dificuldades na realização do inventário, relativas ao levantamento dos bens a serem inventariados e ao aprofundamento das discussões entre os profissionais contratados para sua execução, por exemplo, tendo resultados por vezes “superficiais e heterogêneos”. Apesar disso, a arquiteta considerou que o período “foi importantíssimo para o órgão, constituindo-se, ainda hoje, no grande acervo documental que compõe a maior parte de seus arquivos.” (LERNER, 1998, p.83). Os documentos do inventário, referentes aos dois edifícios, já mencionavam como “Perigos potenciais” os decorrentes da má ocupação da universidade, como: “Deformações do sítio pelo

---

<sup>65</sup> Apêndice 01c: (PINTO, 2019, p.03).

<sup>66</sup> Apêndice 01e: (AZEVEDO, 2019, p.02).

<sup>67</sup> Dina Lerner foi diretora do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do INEPAC de 1983 a 1986 e depois diretora geral da instituição de 1985 a 1987, tendo realizado uma contribuição inestimável na formação e ações do instituto durante toda sua atuação.



uso atual desorganizado, tendo em vista o projeto de realização de um Campus Universitário que, na sua concepção, poderá não considerar nem o edifício nem o entorno”. (INEPAC, 1977).

O processo de tombamento no INEPAC foi iniciado em 30 outubro de 1978. Já em 12 de dezembro de 1978, o Instituto enviou ao Reitor da UFF uma notificação informando a determinação do Tombamento provisório. O processo seguiu tramitação usual, com encaminhamentos positivos, até abril de 1979, quando, devido à similaridade com outro processo, que havia recebido parecer contrário ao tombamento, pôs-se em dúvida a legalidade do tombamento estadual de um bem de propriedade federal, com hierarquia superior ao Estado. O entendimento da Procuradoria do Estado, neste período, era que bens de propriedade federal não poderiam ser tombados a nível estadual, mas apenas no âmbito federal. Desta forma, o processo foi encaminhado para a avaliação do IPHAN.

O parecer de assessor jurídico do IPHAN estava de acordo com a Procuradoria do Estado quanto à impossibilidade de tombamento estadual. O processo foi então encaminhado para análise técnica deste, cujo parecer tem autoria de Dora Monteiro e Silva Alcântara. A arquiteta, em conformidade com as ações do IPHAN ao longo da década de 1970, menciona que, ao órgão, caberia analisar o valor excepcional desses bens. Em seu parecer considera que, sob o ângulo exclusivo do valor arquitetônico, nem o Chalé nem o Casarão o teria.

Pode-se considerar que a arquitetura eclética era “marginalizada até então pelos conceitos tradicionais com que o órgão federal atribuía valor a determinados bens” (LERNER, 1998, p.80). Apesar disso, Alcântara (1979) reconhece importância na arquitetura dos edifícios como manifestações da influência estrangeira e enfatiza, principalmente, a atribuição de outros valores, que não os históricos e artísticos, relacionados à **ambiência do conjunto** e à **relação de identidade da comunidade acadêmica com os espaços**, mencionando os **esforços desta comunidade** para a preservação destes bens. Se considerarmos a definição de **valores ético-políticos** de Meneses (2009), que os considera como associados ao potencial de interação social em que os bens são apropriados e à condenação de sua destruição sem responsabilidade social, podemos considerar que a arquiteta identifica a atribuição destes valores por parte da comunidade acadêmica do curso de Arquitetura:

A abertura de diversos “estilos”, que o ecletismo oferecia, correspondeu a um período histórico em que imigrações mais diversificadas, trazendo novas sugestões culturais, incorporavam-se ao que já se alcançara como sedimentação, em termos de arquitetura.[...] Outro mérito que, para nós, o conjunto possui, é o de ser muitíssimo admirado pelos estudantes de Arquitetura da UFF, que até greve já fizeram por sentir que o Casarão deverá desaparecer, de acordo com os planos da Reitoria para a área. Atualmente, eles fazem um esforço a fim de recuperar o sótão, na esperança de sensibilizar a Universidade para conservação do edifício. [...] Cabe a nós um julgamento quanto ao valor excepcional desses bens. Sob o ângulo exclusivo do valor arquitetônico, nenhum dos prédios o possui. Em conjunto com árvores frondosas (mais de uma dezena), que formam a ambiência acima descrita, esse valor torna-se

muito maior; e, o que nos parece mais significativo, o interesse dos alunos e de vários professores da Fac. de Arquitetura pela preservação desses elementos, que deve ser estimulado. O apoio à mentalidade que se cria nesse sentido, parece-nos de excepcional importância. (ALCÂNTARA, 1979, p.23, grifo nosso).

Dora Alcântara propõe que o impedimento de tombamento de bem federal pelo INEPAC, determinado pela Procuradoria do Estado e pela assessoria jurídica do IPHAN, pudesse ser ponderado e que fosse estudada a possibilidade de se criar um dispositivo legal que permitisse esta ação por parte órgãos estaduais em situações semelhantes. Suas considerações, analisadas hoje, são importantes para compreendermos as diferenças entre as ações dos órgãos federal e estadual, no caso do Rio de Janeiro, neste período, e a importância e significado dos tombamentos do INEPAC em suas primeiras décadas de atuação.

O INEPAC foi criado em 1964 como Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico (DPHA) do Estado da Guanabara. O primeiro tombamento realizado pela então DPHA, o Parque Lage, já demonstrava diferenças em sua atuação: era o tombamento de um edifício de arquitetura eclética e continha o reconhecimento da “necessidade de proteger com o tombamento um patrimônio natural agenciado pelo homem, e importante área de lazer, ameaçada pela especulação imobiliária.” (LERNER, 1998, p.80). Segundo Lerner (1998):

Nos primeiros atos da antiga DPHA já é possível notar a preocupação de ocupar um espaço deixado pelo órgão federal [IPHAN] no que se refere ao reconhecimento oficial de um novo universo cultural, até então discriminado, que precisava urgentemente ser protegido das crescentes ameaças de destruição. Na abrangência da escolha do objeto do tombamento e do objeto dos inventários realizados ao longo do tempo, percebemos a ampliação do conceito de bem cultural. (LERNER, 1998, p.80, grifo nosso).

Ao mencionar o reconhecimento de um novo universo cultural, Lerner (1998) refere-se justamente ao “reconhecimento de novos valores, não contemplados pelas ações oficiais de preservação” no âmbito federal, e ao “desafio da ampliação dos conceitos e valores que identificam os patrimônios culturais e comunitários” (LERNER, 1998, p.79). Desta forma, as ações da antiga DPHA já procuravam demonstrar um compromisso com a ampliação do entendimento de Patrimônio Cultural em suas responsabilidades. Este compromisso foi enfatizado no nome do instituto que, em 1974/75, com a fusão do antigo estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro, muda de DPHA para Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) (LERNER, 1998, p.79).

Ao longo da década de 1970, principalmente, conforme abordado no Capítulo 1, amplia-se a concepção de Patrimônio Cultural a partir da inclusão de discursos advindos das Ciências Sociais que têm como fundamento uma visão antropológica de Cultura. Esta ampliação já havia sido incorporada ao discurso do INEPAC antes de tornar-se parte do discurso do IPHAN, como ocorre a partir da gestão de Aloísio Magalhães em 1980, com a também criação da Fundação Pró-memória. Segundo Lia Motta (2000):

Os dirigentes e técnicos que atuavam nos novos órgãos de preservação, assim como aqueles incorporados ao IPHAN na sua versão Pró-Memória, criticavam o critério inicial empregado pelo IPHAN por privilegiar um patrimônio homogêneo para a representação de uma identidade nacional, sem considerar a diversidade da cultura produzida no país. Criticava-se a seleção, quase exclusiva, de imóveis e sítios coloniais e excepcionais e apontava-se para a “quase total indiferença às manifestações mais simples de arquitetura”<sup>68</sup>, conforme palavras do arquiteto Alex Nicolaeff, diretor, de 1975 a 1979, do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), no painel da exposição comemorativa de 25 anos da instituição. (MOTTA, 2000, p.16).

Ainda de acordo com Motta (2000), a partir de 1979:

[...] teve início no INEPAC um período mais vigoroso no que se refere à busca de um discurso condizente com o novo momento. A “abertura política” e a luta pela redemocratização do país ganhavam força e com elas a legitimidade das comunidades e de suas reivindicações. De 1979 a 1983, na gestão do sociólogo e antropólogo Manoel Diegues Júnior na direção geral e do arquiteto Ítalo Campofiorito na direção da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, o principal projeto empreendido foi o atendimento às demandas das comunidades. Nenhum processo de tombamento foi aberto no período por iniciativa do INEPAC (MOTTA, 2000, p.67).

A incorporação desses discursos antecede a Constituição de 1988 que trouxe a nova definição de Patrimônio Cultural Brasileiro, mais condizente com tais conceituações, o que demonstra que a mudança na legislação representava a consolidação de mudanças que já vinham ocorrendo nas discussões do campo. Apesar disso, assim como Meneses (2009) identifica que as novas diretrizes constitucionais, na prática, pareceram não valer efetivamente para as políticas de patrimônio material, Lia Motta (2000) também considera, em relação às ações de proteção do patrimônio construído de 1979 a 1990, que estas:

[...] pouco correspondeu às pretensões do discurso da época. A opção popular, a inclusão da diversidade cultural, o conhecimento a ser apropriado e devolvido como matéria de identidade e de novas produções, a reelaboração da dicotomia erudito/popular, o respeito à historicidade urbana e ao cotidiano e as referências da cidadania, todas foram noções referidas nos novos discursos, mas que pouco se realizaram (MOTTA, 2000, p.67).

Ainda assim, as ações do INEPAC nas suas primeiras décadas de atuação se destacam pelo esforço em condizerem com o conceito ampliado de Patrimônio Cultural e por abrangerem bens antes negligenciados pelo órgão federal. O processo de tombamento do conjunto da EAU-UFF, cujo tombamento definitivo ocorreu apenas em 2011, exemplifica estes aspectos: ainda que se trate de um patrimônio construído com características estilísticas marcantes, destaca-se o fato de não serem estes os principais valores enfatizados nos pareceres realizados para o tombamento do conjunto entre 1978 e 2005, mas principalmente os associados à ambiência, ao convívio e identidade da comunidade acadêmica, conforme abordado ao longo deste capítulo.

Após o parecer da arquiteta Dora Alcântara e o posicionamento contrário dos setores jurídicos dos órgãos, a tramitação do processo não teve avanços durante certo período. Apesar

---

<sup>68</sup> NICOLAEFF, Alex. Exposição comemorativa de 25 anos do INEPAC. Rio de Janeiro: 1990 (mimeo), p. 4 apud. Motta, 2000, p.16.

disso, há um registro, apresentado por Mello e Vasconcellos (1987) de cópia da carta encaminhada em 1980 ao então presidente do IPHAN, Aloísio Magalhães, com a solicitação de tombamento, assinada pelo professor Wagner M. de Almeida e outros docentes e técnicos da UFF (Figuras 46 e 47, págs. 67 e 68). No período em que a carta foi escrita, de acordo com o relato, já estava sendo executada parte das obras para o Campus da Praia Vermelha. A carta é assinada por membros de diferentes departamentos e cursos.

A ex-professora Maria Cristina Fernandes de Mello conta, em depoimento<sup>69</sup>, que, para a abertura de uma rua de acesso ao estacionamento e às outras edificações previstas no Campus (Figuras 48 e 49, pág. 69), foi realizado um corte vertical na encosta morro do Gragoatá, de maneira inadequada, ainda em 1980. Cristina Mello associa a maneira na qual a intervenção foi feita ao descaso com o ainda Departamento de Arquitetura e a uma disputa política existente entre arquitetura e engenharia.

---

<sup>69</sup> Apêndice 01a: (MELLO, 2018, p.17).

A Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
Dr. Aloisio Sergio Magalhães

Solicitação de Tombamento do Antigo Alojamento da Western  
Telegraph e do Chalet

Encaminhamos este pedido de tombamento dos referidos prédios, e solicitamos a atenção da Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, face aos novos acontecimentos que dizem respeito a preservação dos edifícios. O prédio, antigo Alojamento da Western Telegraph, encontra-se atualmente ameaçado de sofrer alterações arquitetônicas, principalmente causadas pelo desmatamento da encosta do morro que compõe o entorno.

A Universidade está executando uma via de acesso às outras unidades que estão sendo construídas no Campus.

Este acesso, dada as suas dimensões, servirá para veículos o que poderá prejudicar significativamente o monumento. Sómente com um estudo adequado e com orientação de um profissional reconhecidamente especializado na área de Patrimônio Histórico, este acesso poderá ser concretizado.

O monumento está precisando de urgente tombamento, para que sirva de testemunho de uma época da cidade, da própria Universidade Federal Fluminense e em especial da tradicional Escola de Engenharia, hoje Unidade Universitária da UFF.

Concluindo poderemos afirmar tratar-se de Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de valor inestimável para o futuro Campus Universitário.

A manutenção dos edifícios históricos nesta área urbana é considerada pela população como vital para sua vida cultural.

Cabe lembrar que o Governo Municipal considerou, através de seus planos urbanos, os bairros de São Domingos, Gragoatá e In

*Abullos*

Figura 46: Cópia de carta de Solicitação de tombamento do Antigo Alojamento da Western Telegraph e do Chalet, escrita por membros da comunidade acadêmica da UFF e destinada ao então presidente do IPHAN, Aloisio Magalhães (Junho/1980) (Parte 1). Fonte: Extraída de Mello e Vasconcellos, 1987, p.34.

é como áreas de sítios históricos. O tombamento deste conjunto seria o início de um processo de preservação das áreas tradicionais da cidade. Portanto a presença da ação do Estado ou da União exigindo o tombamento consolidaria a conservação do Sítio Histórico de Niterói.

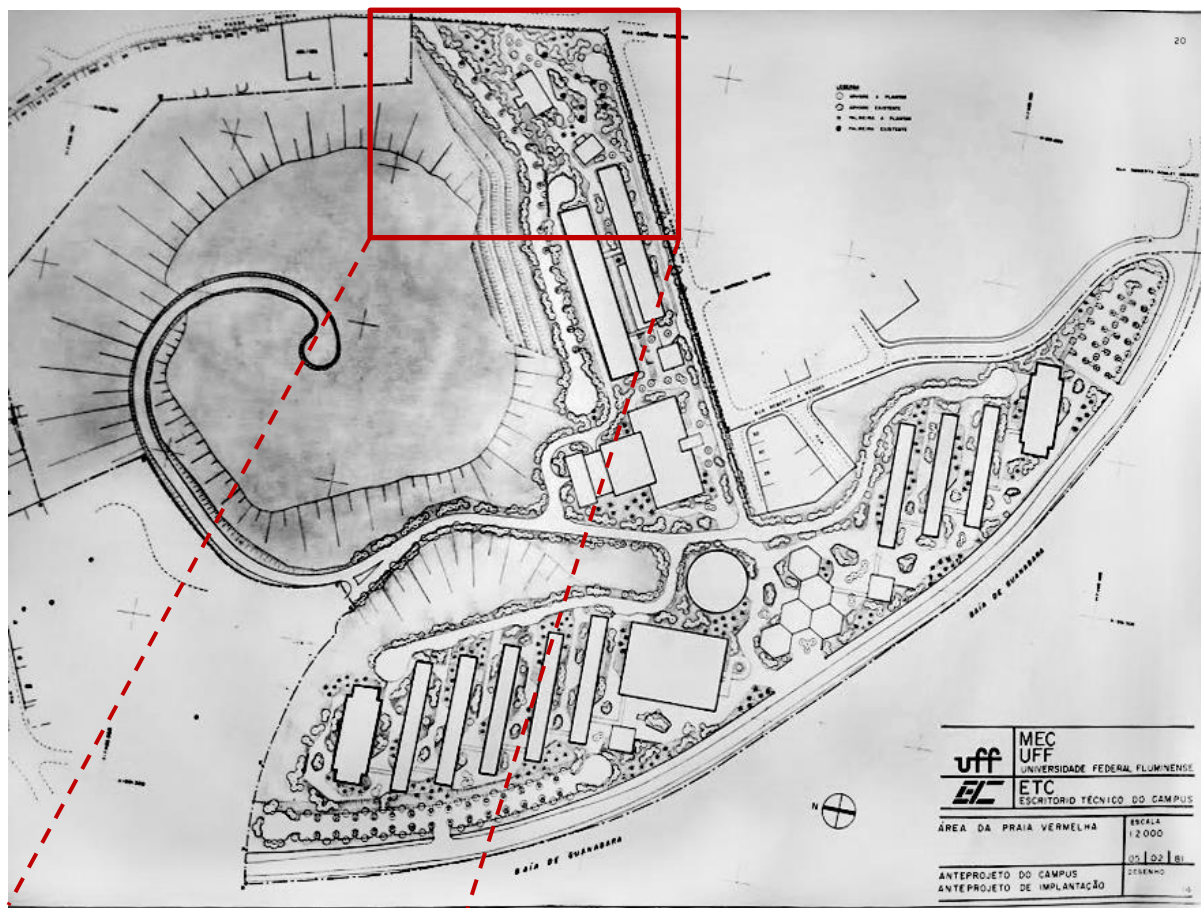
Niterói, 25 de junho de 1980

Wagner Morgan de Alcântara  
Coll. C.174 N. 1976.D  
Fcc. 4975173 - 5.º andar

PAULO ALBERTO RODRIGUES  
Paulo Alberto Rodrigues  
Chefe do TAU

MARIA FERREIRA - professora UFF  
José Pedro Espinal - prof. UFF - Diretor IAC  
Alicia Espinal Brandi da Silva :- - TEC. ADMINISTRAÇÃO  
- CODICIAO -  
José Maria  
Luiz Pereira de Rezende - CDY - PMN - Eng. Civil  
Leandro Costa - PMN - Primeiro Prof  
José Carlos (ONG civil - S. C. 02)

Figura 47: Idem legenda Figura 45  
(Parte 2). Fonte: Extraída de Mello e Vasconcellos, 1987, p.35.



**Figura 48 (acima):** ETC – Escritório Técnico do Campus: Área da Praia Vermelha – Anteprojeto do Campus – Anteprojeto de Implantação (1981).

**Figura 49 (esquerda):** Ampliação de Figura 43.

Destaque para via de acesso às outras edificações do Campus junto ao Casarão.

Na década de 80 pôde ser observada a estruturação e expansão física de diversas universidades, dentre elas a UFF, através do Programa MEC-BID III, oriundo de um acordo assinado entre o Ministério de Educação e Cultura e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, gerando recursos para a implantação dos Campi<sup>70</sup> (MONTEIRO, 2009). O programa fez parte de uma série de iniciativas governamentais voltadas para a resolução de deficiências observadas na organização dos campi de universidades criadas nas décadas de 50 e 60 e teve como uma de suas prerrogativas a criação de escritórios técnicos locais nas universidades conveniadas, “encarregados de planejar, projetar, contratar, gerir e fiscalizar as

<sup>70</sup> Foram contempladas: "Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Fundação Universidade do Acre (FUAC) e Fundação Universidade do Amazonas (FUAM) (SOUZA, 2013, p.19).

obras de complementação dos campi” (SOUZA, 2013, p.19). O Plano Diretor do Campus da UFF foi executado neste contexto, contando com o trabalho do Escritório Técnico do Campus (ETC/UFF), no qual trabalharam alguns dos atuais docentes da EAU-UFF, dentre eles o Prof. Jorge Crichyno que, em parceria com Cláudia Bellas, ainda arquiteta da Superintendência de Arquitetura Engenharia e Patrimônio (SAEP/UFF), foi responsável pelo Projeto de Paisagismo.

As principais alterações executadas na implantação do projeto do Campus da Praia Vermelha, na área que constitui o atual conjunto da EAU-UFF, foram: o Corte no morro para a construção de via de acesso; a realização de um aterro subindo o nível do terreno em cerca de 30 cm junto ao Casarão; um aterro, também, junto ao muro, elevando o nível do terreno internamente a ele (Figura 54, pág.74); o acréscimo de portões de acesso (Figura 56, pág.74), em detrimento do uso dos originais, com a demolição de trechos do muro anterior, em cantaria e gradil; a reestruturação dos fluxos, desmontando o eixo ortogonal ao Chalé, que surgia do portão de acesso no muro e tangenciava o Casarão (Figura 44, pág.61); a construção de estacionamento à frente do acesso ao Casarão; a pavimentação com paralelepípedos, formando paginações circulares; demolição de parte dos elementos em *rocaille* ainda existentes; a construção de canteiros-bancos em concreto armado, dentre outras.

O professor Jorge Crichyno comenta<sup>71</sup> que o paisagismo foi pensado com o foco em proporcionar uma ambientação adequada aos pedestres, fluxos e convívio universitário, já desde aquele período muito intenso, através da presença no dia-a-dia da comunidade acadêmica e em eventos voltados para o a recepção de novos estudantes, o lazer e a experiência política da comunidade acadêmica. Crichyno, no entanto, tem restrições quanto à instalação dos novos portões, realizada em detrimento da utilização dos antigos. Para ele, a universidade poderia ter sido um pouco mais cuidadosa em preservar os portões e acessos originais, aspecto que, em especial, teve reações negativas por parte da comunidade de professores da EAU-UFF, resultando na elaboração de uma carta ao Reitor, na qual tais intervenções eram criticadas, solicitando-se o reestabelecimento da solução anterior.

---

<sup>71</sup> Apêndice 01c: (PINTO, 2019, p.04).



Universidade Federal Fluminense  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Centro Tecnológico - Escola de Engenharia  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

(4) ANEXO

30  
Mello '84

Exmo. Sr.

Prof. José Raymundo Martins Romão

H.D. Reitor da Universidade Federal Fluminense

Em, 02 de abril de 1986.

Senhor Reitor,

Em reunião do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFF, realizada no dia 24 de Março de 1986 seus professores decidiram, por unanimidade, levar ao seu conhecimento o desacordo com alguns aspectos do projeto de modificação do espaço externo do Campus da Praia Vermelha, correspondente à área circundante ao Casarão e ao Chalet. Ao tomarem esta iniciativa colocaram-se como usuários deste espaço, que de forma nenhuma foram consultados pelos responsáveis quando da elaboração do projeto, e também como detentores de um patrimônio cultural em vias de ser reconhecido através do tombamento.

O principal problema que se apresenta é a modificação do muro de fechamento do terreno na sua face voltada para a Rua Passos da Pátria. Anteriormente a testada do campus era fechada por um gradil formado por barras verticais de ferro dispostas sobre mureta de alvenaria, sendo o dorso desta composto por lâncis de cantaria. Muros como esse foram introduzidos no Brasil no século passado; tornando-se a solução preferida para fechamento dos terrenos ajardinados das casas mais nobres, por atender o requisito fundamental de garantir a segurança permitindo ao mesmo tempo a apreciação externa dos jardins e da própria casa.

Restam em Niterói poucos exemplos dessa solução além do nosso campus; sendo um por coincidência, nas proximidades: a casa da Rua Pres. Domiciano, tombada pela SEMAN.

Figura 50: Cópia de carta de docentes da TAU ao Reitor da UFF sobre intervenções realizadas no campus. (abril/1980) (Parte 1/3). Fonte: Extraída de Mello e Vasconcellos, 1987, p.30.

No acesso campus o muro era valorizado por dois portões, também de ferro, ladeados por elegantes pilastras de cantaria, perfiladas segundo modelo clássico. Por esses portões, até recentemente, funcionava o acesso ao campus, tanto para pedestres como para veículos. Carecendo porém de conservação, não se distinguia sob as camadas de pó, a bela textura do granito da mureta, e das pilastras.

O que propõe o projeto de urbanização do Campus?

Rompendo o muro em dois trechos introduz novos acessos constituídos por altos muros em alvenaria de pedra, de junta seca, em forma de meia lua, guarnecidas por portões metálicos. Revela essa intervenção, como veremos a seguir, o desconhecimento por parte dos seus autores de alguns princípios básicos inerentes à boa arquitetura:

1. Muralhas de pedra com junta seca em forma de meia lua, por serem usadas amplamente em entradas de condomínios e de mansões (pela privacidade necessária), tornaram-se modismo característico daqueles programas de arquitetura, não condizendo de forma nenhuma com o acesso a um Campus Universitário.

2. Muro de pedra com junta seca, além de não se harmonizar com grades de ferro, é solução tecnicamente muito inferior à da associação ferro/cantaria.

Não há como justificar o desativamento dos portões ladeados por pilastras de granito - pedra característica dessa região; eleita por arquitetos, engenheiros e artífices cariocas e fluminenses, desde o século passado, como matéria prima para o enriquecimento das fachadas dos edifícios que são hoje, monumentos nacionais (como a igreja de Santa Luzia e o Ministério da Educação e Cultura).

3. A solução original permitia a visão completa do parque atravessando os árvores o Casarão da Arquitetura e mais distante, o Chalet:

CHL

Figura 51: Idem legenda Figura 47  
(Parte 2/3). Fonte: Extraída de Mello e Vasconcellos, 1987, p.31.

33  
16  
Aulio

Não há como entender a introdução de muros altos interrompendo a sequência visual do parque.

4. A solução anterior, pela sua transparência permitia a relação ambiental entre o Campus da UFF e a praça Nilo Peçanha. A nível da escala urbana e da percepção do transeunte, parque e praça se fundiam. As muralhas cortam essa comunicação, encerram o campus. Não poderia haver, no plano dos símbolos, solução mais retrógrada.

Senhor Reitor, muito mais econômico, mais adequado, mais coerente, teria sido simplesmente restaurar o muro - reformando o revestimento, limpando a cantaria, repintando muretas e gradis.

Nada é irreparável felizmente, razão pela qual os professores do TAU solicitam suas providências no sentido de restabelecer a solução anterior da frente do campus, colocando-se à disposição do Escritório Técnico para assessorar os autores do projeto nas adaptações que se fizerem necessárias na organização do espaço.


*Marcos Vasconcellos*   
*Roberto de Almeida*   
   
   
*Marcos Vasconcellos*  
*Maria Cristina Vasconcellos de Melo*  
*Maria Cristina Vasconcellos*  
*Groffny Kayne*   
*Maria Cristina Vasconcellos*  

Figura 52: Idem legenda Figura 47  
(Parte 3/3). Fonte: Extraída de Mello e Vasconcellos, 1987, p.32.



**Figura 53 (acima, esquerda):** Acesso Casarão (1924). Observa-se a rua no mesmo nível de acesso ao interior (1).\*

**Figura 54 (acima, direita):** Portão antigo inutilizado após execução do projeto do Campus. Percebe-se a diferença de nível entre a calçada e o estacionamento (2).\*

**Figura 55 (esquerda):** Vista de Casarão a partir de edifício em Rua Passo da Pátria. Destaque para a presença de elemento não identificado – possivelmente um banco circular, conforme havia na lateral oposta (3) e para edificação identificada na Figura 41 (pág.60) como antiga biblioteca. Fonte: INEPAC, 1977.

**Figura 56 (abaixo):** Um dos portões novos, executado a implantação do Projeto do Campus e criticado pela comunidade da EAU-UFF em carta ao Reitor.\*

\*Fonte: Acervo fotográfico da EAU-UFF, fornecida à autora pelo Professor José Pessoa.



A carta apresenta o posicionamento do departamento de Arquitetura e Urbanismo, o TAU, ainda como parte da Escola de Engenharia. A Escola de Arquitetura e Urbanismo (EAU) foi criada através da através da Portaria nº492, também no mesmo ano, em 1986. A partir de então, outros cursos deixaram de funcionar no Casarão e no Chalé, que passaram a abrigar exclusivamente a nova Escola, segundo Crichyno<sup>72</sup>, devido à escolha da própria comunidade acadêmica do curso. De acordo com a ex-professora, Cristina Mello<sup>73</sup>, atuante na EAU-UFF entre 1976 e 2002, a conquista da EAU se deve aos esforços de sua primeira diretora, a professora Maria Elisa Meira, que teve grande importância para a formação da Escola nas décadas de 80 e 90, e foi realizada pelo então Reitor José Martins Raymundo Romeo. Maria Elisa Meira foi muito atuante, tanto nos esforços de consolidação do curso de graduação, que

<sup>72</sup> Apêndice 01c: (PINTO, 2019, p.04).

<sup>73</sup> Apêndice 01a: (MELLO, 2018, p.17).

incluíam a luta por um currículo adequado, quanto nos esforços pelo tombamento, adequação e restauração do conjunto da EAU-UFF.

Em 1987, já com as obras de paisagismo realizadas, ocorreu um desmoronamento da encosta do morro do Gragoatá, derivado do corte mal realizado anteriormente, fazendo com que tivessem que ser adotadas soluções mais apropriadas para sua contenção. Além disso, fotografias do conjunto realizadas na ocasião demonstram a precariedade do estado de conservação do conjunto e a necessidade de restauração.



**Figura 57 (acima, esquerda):** Vista de desmoronamento de encosta a partir de Casarão (1987). \*

**Figura 58 (acima, direita):** Vista do desmoronamento e parte do Casarão. Destaque para Bloco D da Engenharia em construção. O prédio, segundo Monteiro (2009, p.13), passa por vários problemas na sua implantação, sendo concluído apenas em 1993. \*

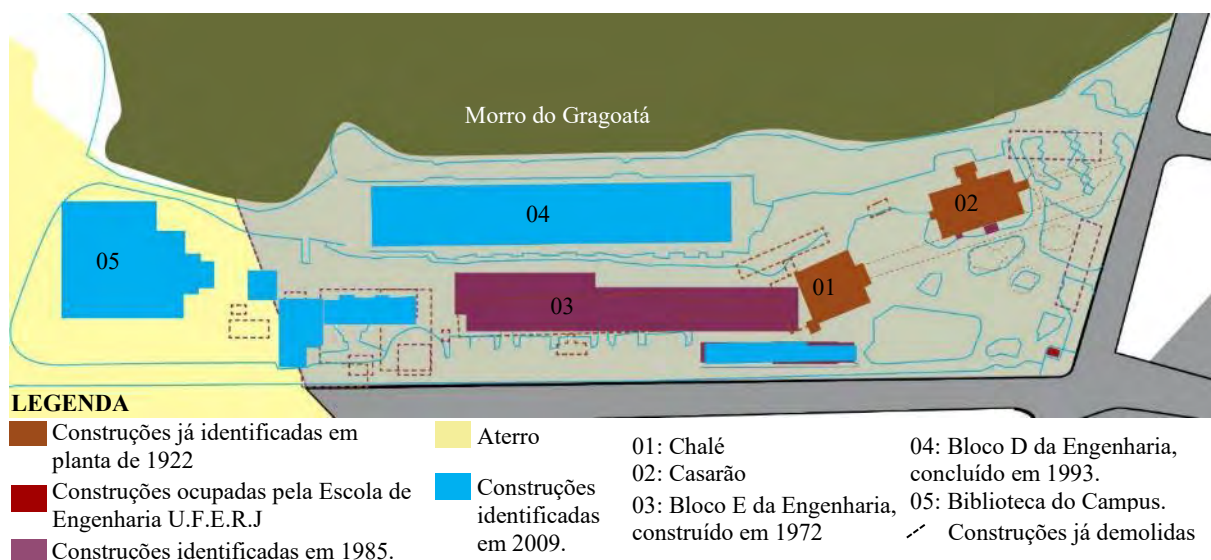
**Figura 59 (esquerda):** Vista do desmoronamento, parte do Casarão e portão de entrada construído na execução do projeto do campus e criticado pelos docentes da EAU. \*

**Figura 60 (abaixo, esquerda):** Chalé em 1987, já com o projeto de paisagismo executado. Pode-se perceber o estado de conservação do edifício e a necessidade de restauração. \*

**Figura 61 (abaixo, esquerda):** Casarão em 1987, já com o projeto de paisagismo executado. Pode-se perceber o estado de conservação do edifício e a necessidade de restauração. \*



\*Fonte (Figuras 57 a 61): Acervo fotográfico doado à EAU-UFF pela Professora Maria Cristina Fernandes de Mello.



**Figura 62:** Campus da Praia Vermelha. Situação em 2009. Elaborado pela autora a partir de planta de Levantamento topográfico desenvolvido em 2009 e fornecida à autora pela SAEP. A marcação de canteiros corresponde à executada no projeto para o campus, financiado pelo programa MEC-BID III.

O processo de tombamento seguia sem o estabelecimento do tombamento definitivo. Em 1984 a arquiteta Dora Alcântara havia reestabelecido a documentação do processo de tombamento ao INEPAC, informando a existência de outros precedentes de bens federais tombados pelo órgão estadual para a continuidade do processo, de acordo com o interesse do órgão. Em 1989, face a um novo parecer da Procuradoria Geral do Estado, que aprovava a de tombamento pelo Estado de bens de autarquia federal, o arquiteto do INEPAC, Marcos Bittencourt, retomou o andamento do processo, encaminhando-o para o Conselho Estadual de Tombamento, objetivando torná-lo definitivo. O parecer do arquiteto Paulo Pardal, em 1991, destaca, também, que os principais valores atribuídos ao conjunto não estariam relacionados a suas características arquitetônicas, mas, principalmente, **à ambiência**, no que tange o **convívio comunitário** por elas proporcionado, no âmbito da comunidade acadêmica:

Os prédios existentes no imóvel - o 'Chalet', de 1888 e o 'Casarão', do início do século XX - não se destacam especialmente no plano arquitetônico, mas sim no cultural e, principalmente, no paisagístico. [...] a importância maior em seu tombamento consiste no conjunto paisagístico em que se inserem estes prédios, com frondosas árvores, proporcionando um convívio comunitário hoje desconhecido em nossos campus universitários, como os da Cidade Universitária (UFRJ), da UERJ, do Valonguinho (UFF), dentre outros. Conclui-se não ter sentido o tombamento desses dois prédios sem que seja delimitada a área arborizada em que estão inseridos, que deve fazer parte do imóvel tombado e não constituir mera área de entorno. Solicito assim à Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do INEPAC que entre em contacto com o órgão competente da UFF e realize o levantamento da área a ser tombada, procurando minimizar os possíveis inconvenientes a necessária expansão da Universidade na extensa área remanescente a que será tombada. (PARDAL, 1991, p.30, grifo nosso)

O conselheiro Paulo Pardal indicou, desta forma, que a área arborizada deveria ser também alvo do tombamento, não constituindo “mera área de entorno”, solicitando a delimitação da área a ser tombada para que fosse dada continuidade ao andamento do processo. Neste mesmo ano, em 1991, iniciou-se o processo de tombamento pelo DEPAC –

Departamento de Patrimônio Cultural do município de Niterói, o primeiro tombamento a ser efetivado de maneira definitiva. Assim como os demais pareceres no âmbito estadual e federal, o parecer do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural de Niterói, tendo como relator o arquiteto Cyro Lyra, também professor na EAU-UFF, evidencia o envolvimento da comunidade, conforme observado:

Apesar da insensibilidade que pautou a maioria das intervenções, o conjunto permaneceu com seus valores maiores, essenciais, intocados, graças a sucessivas manifestações da comunidade da Escola de Arquitetura - alunos, professores e funcionários - em defesa dos velhos prédios. Nesse sentido vale registrar o pedido de tombamento à SPHAN, feito em 1976 por um professor, o tombamento provisório pelo INEPAC, em 1978, por solicitação de um grupo de professores, dois anos depois a reiteração do pedido de tombamento federal e, em 1986, o protesto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFF dirigido ao Reitor quanto à descaracterização do muro e gradis. Os esforços para a preservação dos prédios foram recentemente recompensados com a obtenção de recursos para a restauração dos mesmos, seguindo projeto elaborado por professores e alunos. [...] Considero que o tombamento municipal do conjunto do "Campus da Arquitetura" é medida perfeitamente justificada, não só porque os tombamentos, federal e estadual, não foram efetivados, mas pela importância, como testemunho arquitetônico de momentos significativos da história niteroiense. Esse tombamento é também consagração do esforço de uma comunidade - a universitária - pela preservação de sua memória. " (LYRA, 1991, p.02, grifo nosso).

Cyro Lyra, relator do parecer, destaca, além dos valores ético-políticos, os **valores afetivos** atribuídos pela comunidade acadêmica. Ele e Cristina Mello, eram professores da EAU-UFF responsáveis pelas disciplinas relacionadas ao campo do Patrimônio. A escola destacou-se como pelo seu pioneirismo na inclusão de disciplinas relacionadas à Projeto de Restauração em seu currículo letivo obrigatório<sup>74</sup>. Segundo Mello, Soares e Matta (1999, p.01), ao longo da década de 1980, três disciplinas optativas já se encarregavam da temática: “Estruturas Históricas da Arquitetura Brasileira”, “Princípios Teóricos da Preservação do Patrimônio Cultural” e “Espaços Culturais de Niterói”. A primeira a ser implantada, “Estruturas Históricas da Arquitetura Brasileira”, tinha um programa abrangente, adaptando-se ao perfil dos professores e enfatizando diferentes aspectos relacionados a preservação, como discussões teórica, políticas de preservação, tipologias arquitetônicas, centros históricos, ambientes culturais e metodologia do projeto de intervenção restauradora (MELLO, SOARES E MATTA, 1999, p.01). As demais foram criadas posteriormente, refletindo o crescente interesse da comunidade acadêmica e constituindo objetivos mais específicos:

"Princípios" voltava-se para a discussão conceitual, história da restauração, legislação e tendências atuais, com uma intenção marcadamente teórica. Por outro lado, "Espaços Culturais" relacionava-se diretamente com a cidade de Niterói, em uma escala de abordagem própria de estudos urbanísticos, em colaboração com a Secretaria Municipal de Cultura, mais precisamente no projeto de preservação de áreas de interesse histórico. Seu caráter era prático, com o trabalho de campo fortemente apoiado corpo técnico da Prefeitura de Niterói: Depois da criação dessas duas últimas, "Estruturas" foi redefinindo-se como disciplina de metodologia de

<sup>74</sup> Apêndice 01<sup>a</sup>: (MELLO, 2018, p.03).

projeto, com pesquisa, diagnóstico e proposta de intervenção, às vezes restauração conservadora, outras, reciclagem de uso ou, ainda, revitalização de sítios históricos. (MELLO; SOARES; MATTA, 1999, p.01)

Os docentes da EAU-UFF tiveram teve grande participação junto ao MEC para que a inclusão de disciplinas voltadas para a preservação fosse exigida como parte do currículo básico das faculdades de arquitetura brasileiras. Esta realização se deve não apenas ao envolvimento dos professores relacionados, mas ao apoio da diretora Maria Elisa Meira, que se envolveu e dedicou às necessidades voltadas para a formação do arquiteto e urbanista a nível nacional em toda a sua atuação profissional. Algumas das reflexões de Meira sobre o ensino nas faculdades de arquitetura brasileiras foram publicadas em “A educação do Arquiteto Urbanista – Reflexões da Professora Maria Elisa Meira” (2001), lançado um ano após o falecimento da professora. Valezka Peres Pinto e Isabel Cristina Eiras, na publicação, descrevem a professora:

Educadora competente e séria, militante ativa nas três entidades nacionais dos arquitetos e urbanistas – Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA) [da qual foi presidente de 1991 a 1993 e em 2000] Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e Federação Nacional de Arquitetos (FNA) [...] Ela foi a grande responsável pelas mudanças atualmente em andamento em todos os cursos de arquitetura e urbanismo existentes no País — cerca de 140 —, mudanças estas que antecederam em muito as recomendações da Unesco/União Internacional de Arquitetos (UIA) para a educação dos profissionais arquitetos e urbanistas no mundo, divulgadas também no ano de 1996.(EIRAS e PINTO, 2001, p.153 e 156)

De acordo com o professor Jorge Crichyno<sup>75</sup>, a diretora Maria Elisa Meira foi responsável pela inclusão não só de disciplinas relacionadas ao campo do Patrimônio na EAU-UFF, mas também das áreas de Conforto Ambiental, Informática e Paisagismo, esta última, para a qual ele foi convidado a implantar o ensino da disciplina como docente pela própria diretora, antes da chegada de outros colegas da área.

Relativamente ao campo do patrimônio, Cristina Mello mencionou em depoimento<sup>76</sup> que, com apoio da diretora Maria Elisa Meira, então presidente da ABEA, pleiteou durante 05 anos a inclusão das disciplinas no currículo básico das faculdades de arquitetura brasileiras, até que passasse a ser exigida pelo MEC, em 1996, através do cumprimento das exigências contidas na Portaria 1770 de 21 de dezembro de 1994 (revogada com pela Resolução Nº 6, de 2 de fevereiro de 2006), que incluía a matéria “Técnicas Retrospectivas” como obrigatória entre as chamadas “Matérias de Profissionalização”. Segundo a portaria: “O estudo das Técnicas Retrospectivas inclui a conservação, restauro, reestruturação e reconstrução de edifícios e conjuntos urbanos.” (MEC, 1994, Art.4º, § 2º). Os professores Cyro Lyra e Cristina Mello foram responsáveis pela elaboração de ementas para estas disciplinas, com registro através da participação, em 1995, do VII Congresso Nacional da ABEA (CONABEA) e XIII Encontro

---

<sup>75</sup> Apêndice 01c: (PINTO, 2019, p.03).

<sup>76</sup> Apêndice 01a: (MELLO, 2018, p.03).



Nacional sobre o Ensino de Arquitetura (ENSEA), com o trabalho *Ementas de disciplinas para a área de Preservação do Patrimônio Cultural, denominadas no novo currículo mínimo como "Técnicas Retrospectivas"* (ABEA, 1995, p.17).

Destaca-se o fato de que ambos os professores puderam envolver-se com o campo do patrimônio, fora da universidade, tanto profissionalmente, quanto através da realização de pós-graduações fora do país. Cyro Lyra conta que seu interesse pela preservação surgiu enquanto estudante, ao cursar, na ainda Universidade do Brasil (atual UFRJ), as disciplinas de História Analítica (lecionada por Lucas Mayerhofer), História da Arte (lecionada por Fléxa Ribeiro) e, em especial, Arquitetura do Brasil que, lecionada por Paulo Santos, se aproximava do Patrimônio, promovendo a realização de levantamentos de edificações, e tinha como assistente Augusto Silva Telles, viabilizando a Cyro Lyra a realização de um estágio no então SPHAN<sup>77</sup>. Sua trajetória profissional seguiu no Sul do Brasil, onde teve a oportunidade de atuar profissionalmente durante cerca de 20 anos na execução de projetos e obras de restauração, como diretor do órgão de preservação estadual do Paraná e como professor da Universidade Federal do Paraná, além de realizar uma pós graduação no ICROMM (Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauo de Bens Culturais), em 1976, em Roma, sob orientação de Jukka Jokilehto, antes de retornar ao Rio de Janeiro em 1983 e tornar-se professor da UFF. Também Cristina Mello, que menciona a carência de disciplinas relacionadas à preservação em sua graduação, já como docente na universidade, buscou especializar-se no campo através de uma pós-graduação fora do país, realizando seu doutorado na *Università Degli Studi Di Roma La Sapienza* (1982-1988), em Roma. Atuou profissionalmente também na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), como Coordenadora de Restauração (1986-1991), sendo responsável pelo escritório técnico especializado que veio a se tornar o Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) da instituição.

Os dois professores destacam, em seus relatos, tanto o fato de terem vivido um período no qual ainda era escassa, no Brasil, a existência de pós-graduações em preservação, de maneira que a especialização ocorria mais no âmbito da atuação profissional e da realização de especializações internacionais<sup>78</sup>, e havia grande carência de profissionais especializados para a atuação no patrimônio pelo país. Os cursos de pós-graduação na área, no Brasil, se estruturaram na década de 1970, consolidando-se, principalmente, na Bahia na década de 1990<sup>79</sup>.

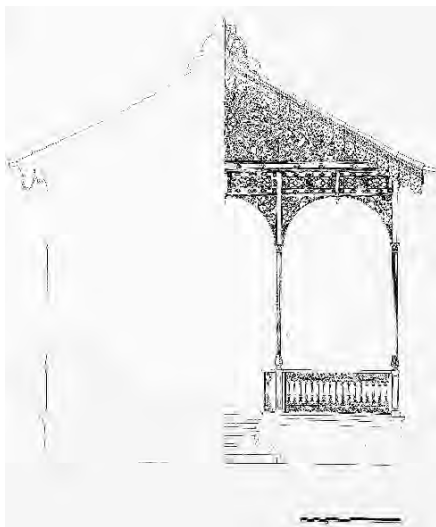
---

<sup>77</sup> Apêndice 01b: (LYRA, 2019, p.01-08).

<sup>78</sup> “Em 1964 o IPHAN aderiu ao ICCROM, passando a fazer parte da lista de instituições com direito de indicar profissionais para especialização na conservação de bens culturais. A partir de então, arquitetos brasileiros cursaram [...] especialização em conservação restauro de monumentos. Alguns deles se tornaram professores dos cursos que seriam instituídos no Brasil.” (LYRA, 2016, p.66),

<sup>79</sup>Os dois primeiros cursos ocorreram na Universidade de São Paulo em 1964 e 1974. Em 1976, ocorreu um curso na Universidade Federal de Pernambuco; em 1978, na Universidade Federal de Minas Gerais. Em 1981, na

De acordo com Mello, Soares e Matta (1999), na UFF, a partir da criação da Portaria 1770/1994, “a EAU criou as seguintes disciplinas obrigatórias e optativas em seu Currículo Pleno de graduação em 1996: Princípios gerais da conservação de Bens Culturais; Projeto de restauração; Projeto de intervenção nos centros históricos; Tecnologia e história dos materiais; Estudos urbanos e regionais e Viagem de estudos”. Ainda na década de 1980, antes da reforma, os professores já utilizavam o conjunto da EAU-UFF como objeto de estudo nas atividades das disciplinas, sobretudo na disciplina “Estruturas Históricas da Arquitetura Brasileira”.



**Figura 63 (esquerda):** Chalé. Levantamento: Detalhe Fach Principal. Elaborado por alunos da disciplina “Estruturas Históricas da Arquitetura Brasileira” (1986). Coordenação: Profs. Cyro Lyra e Cristina Mello. Fonte: Reprodução de acervo da Biblioteca de Arquitetura e Urbanismo (BAU).

**Figura 64:** Ampliação de legenda da Figura 63. Destaque para a participação, como aluna, da Prof. Andréa Sampaio, docente da EAU-UFF desde 1995, tendo lecionado em disciplinas relacionadas à área de Patrimônio.

<p><b>CHALÉ</b> RUA PASSO DA PÁTRIA, 156 SÃO DOMINGOS / NITERÓI</p>	<p>ME - UFF      ESCOLA DE ARQUITETURA</p>		
	<p>ESTRUTURAS   HISTÓRICAS DA ARQUITETURA BRASILEIRA</p>		
	<p>COORDENAÇÃO:   PROFS. CYRO LYRA / CRISTINA MELLO</p>		
	<p>EQUIPE: ANDRÉA SAMPAIO CRISTIANE GUINÁNCIO VERÔNICA DA SILVEIRA PEDRO</p>		
	<p>LEVANTAMENTO: DETALHE FACH PRINC</p>	<p>ESC: 1/20</p>	<p>OUTUBRO '86</p>

Conforme mencionado por Lyra (1991), o tombamento municipal definitivo foi acompanhado pela realização de obras de Restauração no conjunto, cujo projeto foi resultado de uma atividade realizada ao longo de uma longa greve de três meses por alunos e professores. Os professores Cyro Lyra e Cristina Mello orientaram alunos na produção de levantamentos dos edifícios, projeto de restauração e orçamento, que foram encaminhados à reitoria.<sup>80</sup> A execução do Projeto de Restauração foi licitada a partir deste projeto (Mello, 1999), viabilizada com a Reitoria pela diretora Maria Elisa Meira. A cerimônia de tombamento foi realizada em 03 de outubro de 1991, na abertura do X Encontro Nacional Sobre Ensino de Arquitetura (ENSEA), e contou com a presença de Oscar Niemeyer. O então Reitor da Universidade, José Martins Raymundo Romeo, comenta sobre a atuação de Maria Elisa Meira em prefácio da publicação sobre sua atuação (2001):

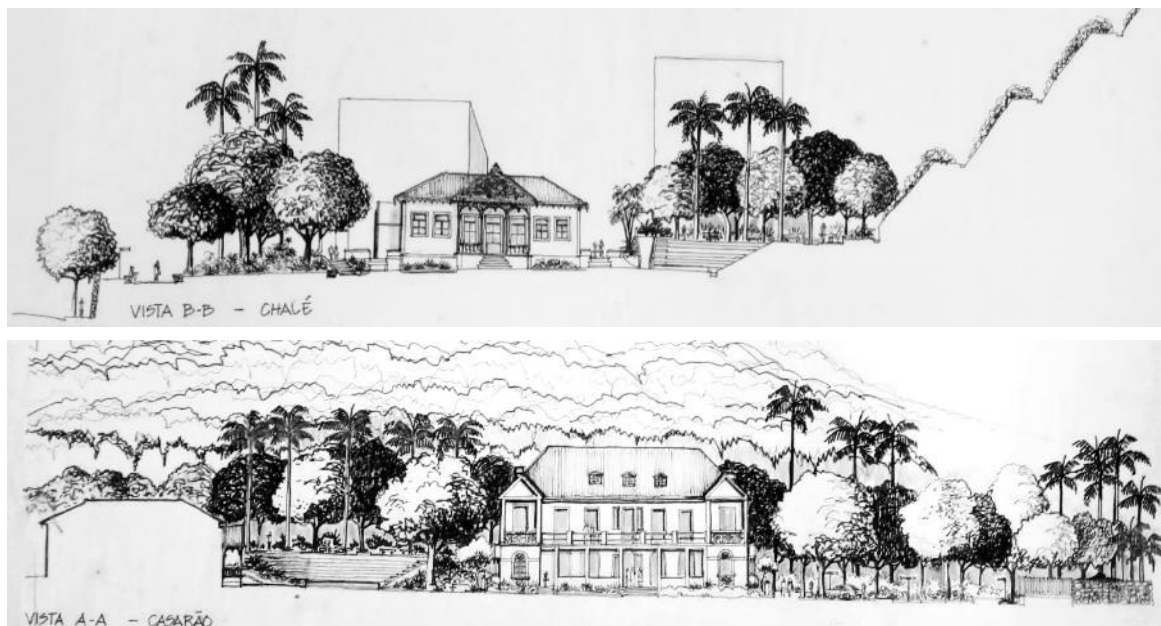
Continuei acompanhando a trajetória de Maria Elisa na Universidade Federal Fluminense, onde destacou-se como professora, chefe de departamento e diretora da Escola de Arquitetura e Urbanismo. Inquieta, Maria Elisa dedicou-se a restaurar o antigo casarão sede da Faculdade. Procurou arquivos, fotografias e o projeto original [...] Terminado seu mandato de diretora, Maria Elisa passou a dedicar-se à formação

Universidade Federal da Bahia, na qual consolidou-se, sendo posteriormente chamado de Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios (Cecre) (LYRA, 2016, p.68-69).

<sup>80</sup> Apêndice 01a: (MELLO, 2018, p.16).

do arquiteto, liderando cruzada quase mística visando a melhoria das condições de ensino. Sua participação na Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo do Ministério da Educação (MEC) foi determinante para transformá-la em instrumento de melhoria das faculdades de arquitetura. (ROMEO, 2001, p.07-08).

Também na ocasião da elaboração do Projeto de Restauração dos edifícios, foi elaborado um Projeto de Paisagismo, coordenado pelo Prof. Jorge Crichyno e pela Prof<sup>a</sup> Laura Elza Gomes, para complementar aspectos relacionados aos jardins que não haviam sido incluídos na obra de implantação do campus. No entanto, os recursos foram destinados apenas à intervenção nos prédios.



**Figuras 65 e 66:** Desenhos elaborados por alunos para Projeto de recuperação paisagística dos Espaços Livres que compõem o entorno da Escola de Arquitetura e Urbanismo, sob coordenação dos professores Jorge Crichyno e Laura Elza (1989). Disponível em: Biblioteca de Arquitetura e Urbanismo (BAU-UFF)

A prática de utilização do conjunto em pesquisas, por parte dos alunos, através de exercícios vinculados a disciplinas e trabalhos finais de graduação vem sendo mantida pelos professores que sucederam a Cyro Lyra e Cristina Mello, como os professores José Simões Pessoa, docente efetivo da escola desde 2002, Ana Carmen Jara Casco, desde 1997, e Ronaldo Brillhante, desde 2014, tendo sido intensificada recentemente através de parcerias com a FIOCRUZ, conforme abordado no item 2.3. Para Mello, utilizar os edifícios era uma forma de começar a prática lidando com os problemas que se tinha ao alcance:

“projeto de restauração você precisa de um levantamento, fazer um levantamento. E eu usava meio a linha do Paulo Freire, vamos começar por onde a gente está? O que a gente conhece? Os problemas que a gente convive cotidianamente? Então, eu usava muito os prédios da UFF como exercício pros alunos...” (MELLO, 2018, p.17).

Os aspectos destacados desde a ocupação do conjunto pela EAU-UFF demonstram que as décadas 80 e 90 tiveram grande importância na consolidação da escola, no âmbito do ensino da preservação, da ocupação de seu espaço físico e da construção de identidade e memória de

sua comunidade acadêmica, caracterizadas pela atribuição de valores já reconhecidos em seus processos de tombamento. A apropriação dos ambientes pela comunidade acadêmica, em seu dia-a-dia e na realização de eventos destinados ao convívio, às relações políticas e ao ensino, são, desde a ocupação pela EAU, aspectos muito fortes da presença desta comunidade neste espaço, provocando uma forte relação de identidade e a atribuição de **valores afetivos**. Esta identidade é muito relacionada à imagem dos edifícios, como pode ser percebido através da constante reprodução destes em convites de formatura, por exemplo:



**Figura 67 (acima, esquerda):** Convite de formatura de turma do segundo semestre de 1990 ilustrado com imagem do Chalé. \*

**Figura 68 (acima, direita):** Convite de formatura de turma em 1994, ilustrado com imagem do Casarão. \*

**Figura 69 (esquerda):** Celebração de formatura do primeiro semestre de 1993 realizada no pátio do jardim, em frente ao Chalé. \*

**Figura 70 (abaixo):** Convite de cerimônia de colação de grau de formandos de 2018.1.

\*Fonte: Facebook “Estudamos na EAU UFF”, acesso em setembro de 2019



### Cerimônia de Colação de Grau FORMANDOS 2018.1

local  
Auditório NAB | Campus Pólo Vermelho UFF | Niterói

data  
28/08/2018

hora  
6:00



### formandos

ANDRÉ CAMINHA PEREIRA  
ANDRESSA CRISTINA PINHEIRO DE ALMEIDA COSTA  
CAROLINE APONHOD MORAES  
CAROLINE RIBEIRO DE SOUZA PESSOA SOARES  
DANIELLE ALVES SANTIANA DA SILVA  
EDUARDO ANDO DE TOLEDO  
FERNANDA REIS RODRIGUES  
GABRIEL VERNAUD SOARES  
GABRIELA TEIXEIRA BALDI  
GISELE DE OLIVEIRA LOURENÇO  
HANNAH SILVA SILVA  
IVO MELLO MORAES  
JOSÉ EDUARDO DE ALMEIDA NETO  
JULIANA AMORIM DE SOUZA  
JULIANA CARLUS FERREIRA DA SILVA  
JULIANA DO NASCIMENTO DOS SANTOS  
LUCIANA DE OLIVEIRA MENEZES  
MAYRA DUARTE LIMA  
PATRICIA OLIMARES TOBIAS  
PAULA STRESE CARDOSO  
RAISSA NOGUEIRA DA SILVA ROCHA  
RAQUEL RAMALHO DE JESUS CUNHA  
REBECCA DE CASTRO LEAL COSTA DE S.  
TAINÁ GUANDE DA SILVA  
TÁGGI TÁSCA MENDES  
VICÍTORIA LUTERBACH DIKEF ZAMBONI DE MELLO

A presença dos estudantes nos espaços, ainda reforçada pela carga horária integral das disciplinas, continua sendo um aspecto marcante. O espaço dos jardins segue abrigando o convívio comunitário em diferentes esferas, sociais, políticas e educativas.



**Figura 71:** Reunião entre servidores, alunos e professores em conjunto, em maio de 2015.  
Fonte: Thiago Gonzalez em UFF – Arquitetura (grupo de Facebook).



**Figura 72:** Reunião entre alunos e professores sobre os efeitos da PEC 241, em outubro de 2016.  
Fonte: Bruna Bastos em UFF – Arquitetura (grupo de Facebook).

Tal vivência provoca também intervenções nos espaços físicos do conjunto. Destaca-se, dentre elas, a intervenção em uma parede do diretório acadêmico, então localizado em uma das salas do Chalé, na qual os estudantes passaram a fixar cartazes de encontros, congressos e outros eventos regionais, nacionais, e latinos de estudantes de arquitetura, organizados pela Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura (FENEA) e outras organizações estudantis. Muitos destes encontros. A intervenção foi iniciada na década de 1990 e continua sendo realizada atualmente. Entre 2008 e 2010, foi realizada por estudantes outra intervenção sobre a parede que consistiu na aplicação de um verniz sobre os cartazes, o que provocou uma alteração cromática nos registros. A possibilidade de uma intervenção de restauração provoca diferentes opiniões quando questionado se os registros deveriam ser mantidos ou não. O diretório acadêmico já ocupou diferentes espaços do conjunto. Recentemente, em 2017, devido à uma interdição do edifício do Chalé e à uma ocupação estudantil, realizada como atividade de greve, foi transferido da sala onde estão os cartazes para uma sala no pavimento térreo do Casarão. Hoje, os estudantes estão retomando a sala no Chalé, mantendo-se os dois espaços ocupados pela presença dos estudantes, sendo no Chalé o Diretório acadêmico e, no Casarão, um espaço de estudos.



**Figura 73:** Diretório acadêmico. Em destaque, parede na qual são colados cartazes de eventos estudantis desde a década de 1990. Fonte: Camila Ennes, 2019;

O tombamento estadual teve sua tramitação concluída, com determinação do tombamento definitivo, em 2011, após o parecer de Rui Velloso, membro do Conselho Estadual de Tombamento e ex-professor da EAU-UFF, realizado em 2005. O conselheiro menciona que, apesar da ainda não efetivação do tombamento definitivo na ocasião, era de comum entendimento o fato de que o conjunto já estava sob proteção do INEPAC:

Entretanto, é evidente que a ausência de finalização formal dos procedimentos de tombamento não altera e nem prejudica o reconhecimento comum de que o Casarão e o Chalé da UFF estão protegidos pelo INEPAC. Isto se confirma pelo entendimento de toda a comunidade acadêmica de que ambos encontram-se tombados, o que muito nos orgulha, dadas as características arquitetônicas que apresentam e os fatos históricos que ambos simbolizam para a nossa Escola de Arquitetura e Urbanismo e para a UFF (VELLOSO, 2005, p.02).

Seu parecer reforça os pareceres anteriores, no que tange a identificação de valores atribuídos, relacionados principalmente à ambiência e o convívio, mencionando também a apropriação dos espaços para atividades didáticas:

A área arborizada localizada entre as duas edificações e a via pública é, provavelmente, remanescente dos jardins plantados pelo proprietário da chácara, quando da construção do Chalé. Representam, portanto, parte da história das duas edificações, constituindo a ambiência adequada ao conjunto. Além disso, é utilizada não apenas como espaço de acesso, mas também de encontro e estar dos alunos e docentes que, muito frequentemente, apropriam-se de seus ambientes como motivação para atividades de didáticas e, até mesmo, como sala de aula. As intervenções paisagísticas realizadas pela Prefeitura do Campus da UFF na área, no final da década de 1980, que incluíram a execução de nova pavimentação e a introdução de bancos de concreto, não afetaram as características das massas arbustivas e arbóreas, tendo resultado, ao contrário, em valorização de seus ambientes. (VELLOSO, 2005, p.04).

A trajetória de esforço da comunidade acadêmica pela sua preservação e ocupação representam também a atribuição de **valores ético-políticos** relacionados da comunidade acadêmica da EAU-UFF, no que tange a resistência e identidade desta comunidade. Se considerada a conceituação do Patrimônio Universitário como todo o patrimônio tangível e intangível relacionado a instituições, órgãos e sistemas de ensino superior, bem como à comunidade acadêmica e o ambiente social e cultural do qual este patrimônio faz parte (CONSELHO EUROPEU, 2005), torna-se clara a importância do conjunto enquanto parte do Patrimônio Universitário da Universidade Federal Fluminense.

Também se destaca a atribuição de **valores cognitivos**, intensificados pela utilização constante dos bens em atividades de ensino, não apenas no ensino da história da arquitetura e da preservação, mas também em uma abordagem prática, que, em 1991, viabilizou a restauração do conjunto. Expressa-se, assim, a relação harmônica entre os valores cognitivos atribuídos e os valores de uso, identificada como um potencial do Patrimônio Universitário, ao se tratar de uma Escola de Arquitetura e Urbanismo, como uma oportunidade de contribuir também para sua preservação. Estes aspectos fortalecem-se diante da relevância da Escola e de seus docentes no ensino da Conservação no campo do Patrimônio Cultural, que também suscita a atribuição de valores afetivos.

Considerando a educação como um processo que envolve experiências e valores cognitivos, afetivos e ético-políticos, podemos utilizar o termo **valor educacional** para sintetizar a interpretação dos atributos identificados no Processo de tombamento do conjunto.

Percebe-se que o processo, apesar de iniciado ainda na década de 1970, já é pautado, em todos os pareceres realizados, nos valores atribuídos pela comunidade acadêmica e seus esforços pela sua preservação, e não meramente na identificação de valores arquitetônicos, intrínsecos aos bens, como era comum naquele período. Desta forma, o Tombamento do conjunto da EAU-UFF destaca-se como o tombamento de um patrimônio universitário no qual são enfatizados os valores relacionados à experiência acadêmica, diferentemente do contexto observado e apontado por Lira (2014), que identifica que os tombamentos de bens de patrimônio universitário raramente são associados à experiência universitária, no que tange suas justificativas e critérios de atribuição de valores

Relatos dos professores da universidade apontam que a última, e também única, grande intervenção de restauração foi aquela concluída em 1991. De acordo com o Prof. Jorge Baptista de Azevedo, o período contava com muito mais recursos para a Escola. Após esta ocasião, ocorreram apenas intervenções pontuais, abordadas no item 2.3 deste capítulo, que se refere também às ações de manutenção da universidade sobre o conjunto.

### 2.3. A manutenção dos espaços da universidade e as intervenções mais recentes

O atual estado de conservação dos bens tombados da Universidade reflete as dificuldades administrativas relacionadas à falta de uma política de gestão e conservação adequada para seus edifícios e jardins históricos. Sua estrutura organizacional, no que se refere aos serviços de gestão dos espaços físicos, atualmente conta com duas principais superintendências, recentemente reorganizadas: a Superintendência de Arquitetura, Engenharia e Patrimônio (SAEP/UFF) e a SOMA/UFF (Superintendência de Operações e Manutenção).

Até junho de 2019, a SAEN/UFF era a superintendência que concentrava as responsabilidades relacionadas a esta finalidade na universidade, contendo, além de outros setores, uma Coordenação de Manutenção em seu organograma. A reestruturação consistiu na criação da Superintendência de Operações e Manutenção (SOMA/UFF), cujas funções eram anteriormente vinculadas à SAEN/UFF e à setores da Pró-Reitoria de Administração da UFF (PROAD/UFF). A então SAEN/UFF deixou de ser responsável pelas atribuições de Manutenção e passou a ser denominada Superintendência de Arquitetura, Engenharia e Patrimônio (SAEP/UFF).

A menção a “Patrimônio” na denominação da SAEP/UFF não se refere especificamente a bens identificados como Patrimônio Cultural, mas a todo o patrimônio físico pertencente à instituição. A Universidade não dispõe administrativamente de um setor que tenha como objetivo central a gestão de seus bens culturais. De acordo com o site da instituição, as responsabilidades da SAEP/UFF referem-se à gerência e execução de projetos e obras de Arquitetura e Engenharia, assim como o cadastro e o controle sobre os bens móveis e imóveis Universidade.<sup>81</sup> A equipe, hoje, também não conta com profissionais que tenham formação especializada no campo do Patrimônio Cultural.<sup>82</sup>

As despesas relacionadas à gestão dos espaços físicos da Universidade provêm de duas categorias de verbas, discriminadas e destinadas separadamente: as chamadas verbas de Custeio e verbas de Capital. Pode-se considerar que as verbas de Custeio se destinam às despesas de consumo e contratação de serviços para a manutenção das atividades da instituição, enquanto as verbas de Capital, conhecidas como investimento, são recursos aplicados ao patrimônio, destinando-se aos gastos relacionados à aquisição de materiais e equipamentos novos, tal como novas construções. De acordo com técnicos da SAEP/UFF<sup>83</sup>, foi observada uma diminuição

---

<sup>81</sup> Fonte: <http://www.uff.br/?q=setor/superintendencia-de-arquitetura-engenharia-e-patrimonio>, acesso em 21 de setembro de 2019.

<sup>82</sup> Informações recebidas pelos técnicos Luiz Antônio Affonso e Henrique Amorim Soares, em reuniões realizadas em 18 de setembro de 2018 e 04 de setembro de 2019.

<sup>83</sup> Informações recebidas pelos técnicos Luiz Antônio Affonso e Henrique Amorim Soares, em reuniões realizadas em 18 de setembro de 2018 e 04 de setembro de 2019.



significativa em ambos os recursos, com ênfase nas verbas de Capital, de maneira que a maior parte das ações relacionadas a projetos e obras novas tem ocorrido através de recursos adquiridos através de emendas parlamentares. Estas emendas, viabilizadas na maioria das vezes pelos diretores das unidades, muitas vezes entram como prioridade dentre as demandas do setor, devido aos seus prazos restritos de utilização, dificultando ainda mais a execução de outras demandas.

Um processo anterior a estes relatos, que proporcionou a aquisição de verbas para a realização de obras, principalmente para a construção de novos edifícios, foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), ao qual a UFF aderiu. O programa foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 2007 e teve como objetivo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (Brasil, 2007, art. 1º). Através dele, muitas unidades da UFF ampliaram seus espaços físicos sob a contrapartida de aumentar a oferta de vagas em seus cursos. No entanto, alvo de amplas discussões e entendimentos controversos, o programa não apresentou unanimidade em sua adesão, que ocorreu a critério de cada unidade de ensino. A EAU-UFF, na ocasião, não aderiu ao programa.

As atividades de manutenção contínua dos espaços físicos da UFF ocorrem no âmbito da SOMA, que tem o objetivo de gerir as atividades de manutenção de bens móveis e imóveis, assim como de transporte, segurança e logística. A gestão da manutenção fica a cargo da Coordenação de Manutenção (CMA/SOMA/UFF), composta pela Divisão de Manutenção de Bens Móveis e pela Divisão de Manutenção de Bens Imóveis.

De acordo com Maximiliano Silva de Souza<sup>84</sup>, Engenheiro de Segurança do Trabalho da Divisão de Fiscalização de Obras da SAEP/UFF e ex-Coordenador de Manutenção da SAEN/UFF (2017-2019), a adesão ao Reuni proporcionou o aumento do número de edifícios da universidade, aumentando a demanda de manutenção, enquanto os recursos para tal diminuiriam, assim como contratações.

Tanto a gestão anterior da Coordenação de Manutenção<sup>85</sup>, no âmbito da antiga SAEN/UFF, como a atual, vinculada à SOMA/UFF, mencionaram a dificuldade de realização de uma prática de Manutenção Preventiva em suas ações. Foi enfatizada, principalmente, a carência de mão-de-obra para tal, diante da vasta ocupação física da universidade, além de outros fatores, como a dificuldade de realizar rotinas preventivas nos edifícios de concreto

---

<sup>84</sup> Informação fornecida por Maximiliano Silva de Souza, técnico da SAEP/UFF, em reunião realizada em 04 de setembro de 2019.

<sup>85</sup> Maximiliano Silva de Souza foi Coordenador de Manutenção da SAEN/UFF entre 2017 e 2019.

armado, mencionada pelo Coordenador de Manutenção da SOMA/UFF, o Engenheiro Júlio Rogério Ferreira da Silva por exemplo.<sup>86</sup> A realização dos atendimentos, atualmente, ocorre principalmente sob a demanda das unidades: os responsáveis pelas unidades contatam a CMA/SOMA/UFF informando a necessidade de atendimento; essa, por sua vez, envia um técnico para verificação da demanda e é emitida um Ordem de Serviço (OS) para sua realização. Raramente, a observação da demanda parte da própria equipe da CMA/SOMA/UFF, que produz a OS referente ao problema identificado.

O Relatório Mensal de Manutenção do mês de agosto de 2019 contabilizou um total de 308 OS's emitidas pelas diferentes unidades da instituição naquele mês. Destas, 171 (56% foram atendidas e 137 ficaram pendentes (Tabela 02). Apenas no Campus da Praia Vermelha, onde localiza-se o campus da EAU-UFF, foram emitidas 88 OS's, das quais 55 (63%) ficaram pendentes (Tabela 03). De acordo com o Coordenador de Manutenção da SOMA/UFF, a maior parte dos não atendimentos decorre da falta de material.<sup>87</sup>

TOTAL (OS EMITIDAS)	DADOS	OS ATENDIDAS	OS PENDENTES
308	(Qt)	171	137
	(%)	56%	44%

**Tabela 2:** Demonstrativo de Ordens de Serviço no mês (Agosto / 2019)  
Fonte: Extraído de SOMA/UFF (2019, p.02)

ÁREA / CAMPUS	OS EMITIDAS	DADOS	OS ATENDIDAS	OS PENDENTES
CAMPUS GRAGOÁTA	104	(Qt)	73	31
		(%)	70%	30%
CAMPUS PRAIA VERMELHA	88	(Qt)	33	55
		(%)	38%	63%
CAMPUS VALONGUINHO	58	(Qt)	31	27
		(%)	53%	47%
REITORIA	31	(Qt)	25	6
		(%)	81%	19%
FACULDADE DE DIREITO (TIRADENTES)	3	(Qt)	1	2
		(%)	33%	67%
FACULDADE DE FARMÁCIA (SANTA ROSA)	6	(Qt)	2	4
		(%)	33%	67%
FACULDADE DE MEDICINA (HUAP)	8	(Qt)	1	7
		(%)	13%	88%
ÁREAS DISPERSAS	7	(Qt)	4	3
		(%)	57%	43%

**Tabela 3:** Demonstrativo de Ordens de Serviço da CMA/SOMA/UFF no mês de Agosto / 2019.  
Fonte: Extraído de SOMA/UFF (2019, p.03)

<sup>86</sup> Apêndice 01d: (SILVA, 2019, p.03)

<sup>87</sup> Apêndice 01d: (SILVA, 2019, p.03)

No levantamento apresentado, constam apenas os Campi de origem das demandas, sem especificação de quais unidades. De acordo com o Coordenador de Manutenção da SOMA/UFF a maior parte das demandas de OS's refere-se às instalações elétricas dos edifícios.

Ainda de acordo com a Coordenação, os recursos para a manutenção advêm das verbas de Custeio, que também vêm sofrendo contingenciamentos, de maneira em que a CMA/SOMA/UFF frequentemente não dispõe de verbas para a compra de material para a execução dos serviços. Desta forma, muitas vezes a compra de material ocorre a cargo das próprias unidades através da utilização de parte de suas verbas de Livre Ordenação para a compra destes materiais.<sup>88</sup>

Em novembro de 2019, a diretoria da EAU-UFF divulgou, em canal de comunicação da escola, uma relação de solicitações de manutenções, obras e retirada de bens inservíveis/irrecuperáveis feitas a SOMA e a SAEP no período de setembro a novembro de 2019. Constavam 14 comunicações oficiais. Dentre elas, apenas 01 atendida – referente à manutenção de banheiros –, 01 agendada e 12 pendentes

OFÍCIO	GRPD	DESCRIÇÃO	DATA	STATUS
Ofício nº37	nº 42/SAEN	Manutenção de quadro de energia exposto (ao lado do chalé)	06/09/2019	Pendente
Ofício nº39	SOMA	Manutenção banheiros chalé e 1º andar casarão	18/09/2019	Atendido
Ofício nº40	nº 45/SOMA	Manutenção dos ares-condicionados da 532,534 e 536	19/09/2019	Pendente - Os aparelhos da 532 e um da 534 (troca de compressor) foram limpos via contratação externa (cartão corporativo)
Ofício nº41	nº 46/SOMA	Retirada de árvore caída no jardim	19/09/2019	Pendente
Ofício nº47	nº 51/SOMA	Corte tronco de árvore caída no jardim	23/09/2019	Pendente
Ofício nº55	nº 57/SAEP	Obra Cisterna	24/10/2019	Pendente - em avaliação
SOLICITAÇÃO DE RETIRADA DE BENS INSERVÍVEIS	Nº SOLICITAÇÃO/SAEP SR19111	Retirada de equipamentos de informática sala chulé	22/10/2019	Pendente
DECLARAÇÃO DE DISPOSIÇÃO DE BENS IRRECUPERÁVEIS	processo 23069.02367/3/2019-67/SAEP	Retirada de irrecuperáveis no jardim da Escola	23/10/2019	Pendente
Ofício nº58	nº 58/SAEP	Reparos na tubulação do banheiro masculino do 1º andar	01/11/2019	Pendente - Agendado para o período de férias
Ofício nº60	nº 60/SAEP	Atualização do orçamento de restauro do Chalé	01/11/2019	Pendente
Ofício nº66	nº 66/SOMA	Manutenção da pia do banheiro do	08/11/2019	Pendente

OFÍCIO	GRPD	DESCRIÇÃO	DATA	STATUS
Ofício nº67	nº 67/SOMA	Aplicação de tinta no telhado do casarão e chalé	14/11/2019	Pendente
Ofício nº71	nº 71/SOMA	Manutenção de quadro de energia exposto	14/11/2019	Pendente
Ofício nº72	nº 72/SOMA	Tronco com risco de queda em frente ao casarão	18/11/2019	Pendente

**Tabela 4:** Relação de solicitações de manutenções, obras e retirada de bens inservíveis/irrecuperáveis feitas a SOMA e a SAEP feitas pela direção da EAU-UFF no período de setembro a novembro de 2019, divulgada pela Servidora (Técnica Administrativa) Suzanny Bareto em 18 de novembro de 2019.

Fonte: Canal de comunicação extraoficial em rede social: Grupo de Facebook “UFF – Arquitetura”.

<sup>88</sup> Apêndice 01d: (SILVA, 2019, p.02)

No que se refere à manutenção de Bens Imóveis, a execução dos serviços ocorre através de duas frentes de trabalho: uma equipe de servidores da universidade e as equipes de empresas terceirizadas, contratadas através de licitação para realização dos serviços por períodos de cinco anos consecutivos. Como mencionado, não há a destinação de uma divisão dentro destas superintendências voltada para a gestão específica dos bens que compõem o Patrimônio Cultural da universidade. Na ocasião de reestruturação das superintendências, com a criação da SOMA/UFF e da SAEP/UFF, as equipes redirecionadas e fixadas em cada uma das superintendências, nos setores que lidam diretamente com a gestão das edificações, constituíam-se da seguinte forma, vide Tabela 05:

SAEP		SOMA - CMA	
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS		DIVISÃO DE MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
Cargo	Qty.	Cargo	Qty.
Engenheiro (Área não identificada).....	03	Engenheiro (Área não identificada).....	01
Analista em Ciência e Tecnologia (Arquiteto Urbanista)	01	Mestre de edificações e infraestrutura (Eng. Civil).....	01
Arquiteto Urbanista.....	12	Técnico em edificações.....	01
Desenhista / Projetista.....	08	Assistente administrativo.....	01
Desenhista técnico especializado.....	01	Auxiliar administrativo.....	01
Técnico em edificações.....	01	Pedreiro.....	03
Técnico Administrativo.....	01	Servente de obras.....	02
Assistente Administrativo.....	01	<b>Contramestre de ofícios.....</b>	<b>24</b>
Técnico em Arquivo.....	01	Eletricista.....	02
		Auxiliar de eletricista.....	02
		Bombeiro hidráulico.....	01
		Auxiliar de encanador.....	01
		Mecânico.....	01
		Assistente de laboratório.....	01
		Pintor.....	01
		<b>Jardineiro.....</b>	<b>01</b>
		Cenotécnico.....	01
		Técnico em móveis e esquadrias.....	01
		Auxiliar de Carpintaria.....	01

**Tabela 5:** Quantitativo de funcionários alocados na Divisão de Desenvolvimento de Projetos da SAEP e na Divisão de Manutenção de Bens Imóveis da Coordenação de Manutenção da SOMA em Junho de 2019, quando da criação das duas superintendências e desativação da antiga SAEN. Fonte: Adaptado de SDC – UFF (2019, p. 02-28)

De acordo com o Coordenador de Manutenção da SOMA/UFF<sup>89</sup>, a equipe de servidores alocados no cargo de “Contramestres de Oficinas”, de quantidade superior aos demais cargos, engloba diferentes especialidades, como Pintores, Pedreiros, etc., no entanto, encontra-se em sua maior parte com idade avançada e aposentadoria próxima. A execução da manutenção, desta forma, ocorre principalmente no âmbito das contratações terceirizadas, para as quais a Universidade tem apresentado dificuldades na assiduidade e realização de pagamentos, provocando diversas consequências negativas, tanto para a mesma quanto para as empresas.

Os contratos de manutenção predial e de manutenção de áreas livres (jardins, canteiros, etc.) são realizados separadamente. Para os primeiros, atualmente, está em vigor um contrato de Prestação de Serviços de Apoio Administrativo/Operacional nas dependências da UFF, firmado em 12 de setembro de 2019. A contratação compreende, além da disponibilização de mão de obra, o fornecimento de materiais e emprego de equipamentos. O detalhamento dos Cargos, no Termo de Referência, consistiu nas seguintes atribuições, vide Tabela 06:

ITEM 1 - Prestação de Serviços de Apoio Administrativo/Operacional nas dependências da UFF	ORDEM CARGOS	DISCRIMINAÇÃO DO POSTO	QUANT.	POSTO	CBO	VALOR MÁX. POSTO (R\$)	VALOR MÁX. ACEITÁVEL TOTAL (R\$)
	1	Contínuo	30	40 HORAS	4122-05	R\$ 3.267,01	R\$ 1.176.124,43
	2	Encarregado Júnior	220	40 HORAS	4101-05	R\$ 3.915,61	R\$10.337.202,08
	3	Encarregado administrativo	80	40 HORAS	4101-05	R\$ 5.112,65	R\$ 4.908.141,83
	4	Almoxarife	4	40 HORAS	4141-05	R\$ 4.372,15	R\$ 209.863,33
	5	Auxiliar de Almoxarife	13	40 HORAS	4141-05	R\$ 3.493,03	R\$ 544.912,93
	6	Auxiliar de Serviços Gerais	50	40 HORAS	5143	R\$ 3.310,93	R\$ 1.986.559,15
	7	Copeiro	5	40 HORAS	5134-25	R\$ 3.399,89	R\$ 203.993,36
	8	Guardião de Piscinas	2	40 HORAS	5171-15	R\$ 3.693,28	R\$ 88.638,77
	9	Inspetor de Alunos	15	40 HORAS	3341-10	R\$ 2.988,06	R\$ 537.850,13
	10	Recepcionista	30	40 HORAS	4221-05	R\$ 3.430,12	R\$ 1.234.842,91
	TOTAL		449				R\$21.228.128,92

**Tabela 6:** Detalhamento dos cargos no Termo de Referência. Fonte: Extraído de PROAD/UFF (2019a, p.01-02)

Não há previsão de contratação de postos que contemplem profissionais com formação específica para a atuação em bens culturais edificados. A habilitação dos profissionais para essa atuação poderia ocorrer através da oferta de treinamentos de capacitação por parte da universidade na realização das contratações. No entanto, atualmente, a natureza dos contratos não contempla muitas das necessidades específicas destes edifícios. Como exemplo, foram mencionadas pelo ex-Coordenador de Manutenção da antiga SAEN/UFF (2017 a 2019) a ocorrência de demandas localizadas no edifício do IACS/UFF (Instituto de Arte e Comunicação

<sup>89</sup> Apêndice 01d: (SILVA, 2019, p.02)

Social) – dentre elas, serviços de manutenção em calhas – que não puderam ser realizadas pela equipe contratada por diversos motivos, como a não previsão contratual de execução de serviços em andaimes.<sup>90</sup> Desta forma, a não ser que fossem incorporadas tais atribuições no detalhamento dos contratos das empresas terceirizadas, tal capacitação poderia ocorrer mais adequadamente no âmbito da equipe de servidores da universidade.

O atual Coordenador de Manutenção da SOMA/UFF mencionou, ainda, que uma grande dificuldade na prática de ações de manutenção dos bens tombados está na falta de um conhecimento aprofundado sobre as especificações dos elementos que compõem estes edifícios, tal como dos materiais que podem ser utilizados em sua manutenção em métodos adequados à sua conservação.<sup>91</sup>

A pesquisa direcionada à obtenção de informações a respeito das intervenções de manutenção, reforma e restauração pelas quais o conjunto da EAU-UFF já contou com dificuldades devido à dissociação de seu acervo documental. Tanto no âmbito dos setores administrativos responsáveis quanto da EAU-UFF, observou-se que as informações não tem sido alvo de uma sistematização que permita sua fácil localização. Foram realizadas pesquisas junto à SAEP/UFF, à SOMA/UFF, ao Setor de Arquivos Permanentes da universidade, na Biblioteca de Arquitetura e Urbanismo (BAU/UFF) e Biblioteca Central do Gragoatá (BCG/UFF).

As pesquisas acadêmicas realizadas sobre o conjunto da EAU-UFF pelo seu corpo docente e discente, até então, são fontes de importantes informações a respeito de diferentes momentos de sua ocupação. No entanto, o material produzido por alunos em disciplinas acaba disperso, não sendo agrupado e sistematizado em um banco de dados. Este aspecto fica evidenciado pela dificuldade de serem encontrados levantamentos digitais atualizados e aprofundados dos edifícios.

Após a restauração realizada em 1991, destacaram-se nas pesquisas realizadas alguns outros processos que resultaram em intervenções ou projetos para os edifícios do conjunto. Foi identificada, como parte do acervo gráfico digitalizado fornecido pela SAEP/UFF, uma planta de 1996 com projeto para a instalação do laboratório de informática no terceiro pavimento do Casarão, indicando que a intervenção data deste período.

Posteriormente, foi identificada uma intervenção, realizada entre 2009 e 2011, que demonstra a complexidade envolvida na elaboração, contratação e execução de Projetos de Restauração no contexto universitário. A intervenção foi resultante do envio de Memorandos

---

<sup>90</sup> Informações fornecidas por Maximiliano Silva de Souza em reunião realizada em 04 de setembro de 2019.

<sup>91</sup> Apêndice 01d: (SILVA, 2019, p.07-10).

pela Direção da EAU-UFF, em 2006, representada pelo professor Nireu Oliveira Cavalcanti, à CTC/CMAC solicitando a presença de um técnico para elaboração de um laudo das estruturas físicas dos espaços. A solicitação foi encaminhada à então CAEP/UFF (Coordenadoria de Arquitetura, Engenharia e Patrimônio) que veio a elaborar que foi considerado como um “Projeto de Reforma e Recuperação” das duas edificações, de autoria do engenheiro José Luiz Bragança Motta e da arquiteta Vanice Blanco Lima Netto.

[...] elaboramos um projeto de recuperação dos 2 prédios em questão, sendo que este se limitou apenas a reparar as áreas danificadas, tomando como base o existente no local, não alterando em nada as características arquitetônicas das edificações. (CTC/UFF, Processo 23069.010104/2006-37, fls. 03)

O projeto foi encaminhado com as devidas especificações ao Diretor da EAU-UFF, Nireu Cavalcanti, em 15 de maio de 2006 para aprovação, que ocorre em 31 de maio de 2006 por parte desta direção. Tramitou por 2007, com atualização da planilha orçamentária, e em 2008, foi autorizada a execução dos serviços pela direção da EAU-UFF, na ocasião representada pelo professor Gerônimo Leitão, com solicitação de que fossem utilizados os recursos do PDI 2008. A obra foi licitada a partir das especificações elaboradas pelos técnicos da CAEP através da modalidade de Tomada de Preços, do tipo menor preço, para contratação de empresa pelo regime de empreitada por preços unitários, “para execução de obras de reforma dos prédios da Escola de Arquitetura e Urbanismo conhecidos como Casarão e Chalé” (CTC/UFF, Processo 23069.010104/2006-37, fl.45, grifo nosso). Destaca-se o fato de que a discriminação do objeto de licitação não se referia à uma obra de restauração, mas de reforma, e de que a licitação não foi realizada pela modalidade de Técnica e Preço, que pode ser considerada mais adequada à contratação de Serviços de Restauração. A contratação da empresa, não especializada em serviços de restauro, foi firmada em dezembro de 2008 e a Ordem de início dos serviços foi determinada em 09 de janeiro de 2009.

A execução dos serviços ocorreria com o acompanhamento dos fiscais designados pela CAEP, o Engenheiro José Luiz Bragança Motta, responsável pelo projeto, e o arquiteto Luiz Antônio Affonso, e por uma Comissão de obras designada pelo colegiado da EAU-UFF, composto pelos professores Pedro da Luz Moreira e Luiz Felipe Machado Coelho de Souza, além do diretor Gerônimo Leitão. Ocorreu que, iniciados os serviços de execução<sup>92</sup>, foram observadas inconformidades relacionadas a inadequações das especificações às necessidades específicas dos edifícios reconhecidos como bens culturais e à evolução dos danos desde a elaboração do projeto.

---

<sup>92</sup> Informações recebidas pelo técnico Luiz Antônio Affonso em reuniões realizadas em 18 de setembro de 2018 e 04 de setembro de 2019

Relativamente à inadequação das especificações, destacava-se, por exemplo, a demolição de rodapés de madeira danificados do Chalé com substituição por novos rodapés executados em argamassa de cimento, e não de madeira. Tal especificação, no entanto, estava presente tanto na elaboração inicial do projeto, realizada pelos técnicos da CAEP/UFF e aprovada pelo então diretor da EAU-UFF, provavelmente sem a devida observação, quanto as especificações da contratação da empresa. Além disso, a distância temporal entre a elaboração do projeto e sua execução proporcionou a observação de uma nova situação no local, decorrente da evolução dos danos. Com o início da execução dos serviços, a então Comissão de obras observou o caráter de “reforma” que a intervenção propunha e solicitou a adequação do escopo, conforme as seguintes determinações:

**Determinações gerais para as obras:**

- Garantir que as intervenções a serem realizadas sejam de boa qualidade e de caráter duradouro e permanente, evitando a necessidade de novas obras dentro de um curto prazo;
- Garantir a observância dos valores definidos pelos órgãos de proteção do patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não descaracterizando os elementos construtivos históricos presentes nas duas edificações;
- Priorizar as obras de recuperação dos telhados, do Chalé e do Casarão, no sentido de garantir que estas edificações fiquem completamente estanques, em relação à entrada de águas de chuva, após a conclusão das obras;
- Garantir que os madeiramentos dos dois telhados estejam livres de pragas, especialmente de cupins, ao término das obras.

**Determinações específicas para a obra do Chalé:**

- Realizar beiral na região posterior do edifício, seguindo os detalhes a serem fornecidos pela Comissão de Obras, de forma a garantir a proteção da empena;
- Trocar todas as peças do madeiramento de telhado que se encontrem comprometidas em função do ataque de cupins; recolocar eventuais telhas danificadas com as mesmas características das atuais;
- Recompor as claraboias, de forma a garantir a total estanqueidade da cobertura;
- Recompor os barrote de sustentação dos forros de madeira que estejam com suas seções comprometidas, preparando para uma obra futura de recuperação de suas tábuas;
- Realizar a recomposição dos rodapés, alisares e folhas de portas e de janelas, de acordo com detalhes fornecidos pela Comissão de Obras.

**Determinações específicas para a obra do Casarão:**

- Realizar a recomposição de todas as mansardas de madeira, venezianas existentes no telhado, de forma a garantir a estanqueidade da edificação frente às chuvas;
- Realizar a recomposição de toda a claraboia que se localiza sobre o núcleo de escada do casarão de forma a garantir a estanqueidade da edificação frente às chuvas;
- Redirecionar as tubulações provenientes das caixas d'água superiores, de forma que elas não prejudiquem a estanqueidade do telhado;
- Realizar a obra de requalificação da sala localizada no sótão do Casarão, seguindo os detalhes fornecidos pela Comissão de Obras;
- Realizar a recuperação da laje da varanda, de forma a garantir que o processo de oxidação de sua ferragem seja interrompido. (CTC/UFF, Processo 23069.010104/2006-37, fls. 304-306)

As considerações, no entanto, diferenciavam-se muito do escopo contratado, de maneira em que em reunião realizada com a fiscalização da CAEP/UFF e o representante da empresa contratada, foram determinadas as seguintes questões:

- 1) Face o tempo decorrido entre a elaboração do estudo que gerou o projeto (janeiro/2006) e a data de execução dos serviços (abril/2009); a situação local modificou-se, completamente; principalmente em relação as coberturas, causadas por ataques de cupins que danificaram consideravelmente a estrutura do telhado, causando

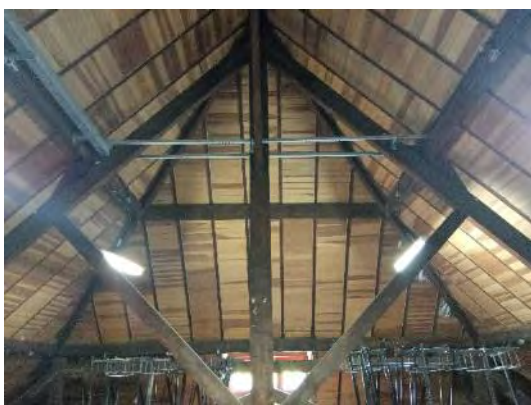


infiltrações generalizadas em vários pontos, sendo estes itens de considerável impacto no custo da obra que não foram contemplados na planilha original contratada. 2) Em função das diretrizes gerais e específicas determinadas pela Comissão de Obras do Casarão/Chalé - DTS n° 003 de 12 de março de 2009, tendo como consequência alteração quase total do objeto contratado, suprimindo e adicionando vários itens não constantes da planilha original. Neste sentido, a referida Empresa solicitou a rescisão amigável do contrato em tela, no qual a fiscalização está de acordo. 3) Que os novos estudos para atender as necessidades atuais, obedecendo à técnica adequadas para imóveis tombados pelos órgãos de proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, devem ser elaborados pela referida Comissão, conforme entendimentos verbais. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada esta reunião que vai assinada pelos presentes. (CTC/UFF, Processo 23069.010104/2006-37, fls. 310).

Apesar da intenção demonstrada, o contrato não foi rescindido. O escopo foi adaptado para que os recursos não fossem perdidos, de maneira em que foram realizadas apenas intervenções pontuais no Casarão:

Foi elaborado pela referida Comissão de Obras um novo escopo de serviços, visando exclusivamente a restauração arquitetônica do casarão, desconsiderando qualquer intervenção no chalé. De acordo com as novas diretrizes e detalhamentos fornecidos pela Comissão de Obras, foi solicitado à empresa Engevig uma nova Planilha Orçamentária, considerando estas alterações. (CTC/UFF, Processo 23069.010104/2006-37, fls. 310)

Apesar de elaborado o novo escopo, muito itens foram retirados sob a justificativa de que a contratação se referia a uma obra de Reforma, e não Restauração. A tramitação do processo e intervenções se estenderam até 2011. Apesar de, através do processo, não ser clara a identificação de quais foram exatamente as intervenções resultantes da contratação, sabe-se que alguns dos principais resultados foram, no Casarão: a renovação das calhas metálicas, a instalação de manta de impermeabilização sob as telhas, a instalação de um forro de lambri sob a manta e o reforço da escada, no patamar do segundo pavimento, conforme as fotografias abaixo. No Chalé, relatos de Castro (2010) indicam que, em novembro de 2010, foram realizadas pinturas internas e colocação de forros de PVC e novas luminárias nos banheiros.



**Figura 74 (acima):** Lambri do sótão.  
Fonte: Camila Ennes, 2019.



**Figura 75 (direita):** Reforço na escada.  
Fonte: Camila Ennes, 2019.

A situação ocorrida alerta para algumas especificidades necessárias para a elaboração e execução de projetos de restauração para os bens da universidade: a necessidade da contratação de serviços especializados de intervenção em bens culturais, tanto para a elaboração do projeto, quanto para a execução da obra; a necessidade de análise criteriosa dos projetos para aprovação, antes da realização da contratação, e a particularidade de Projetos de Restauração, no que tange ao intervalo de tempo entre o projeto e a execução. Enquanto para a realização de obras de novos edifícios as mudanças ocorrem apenas no âmbito do ajuste de orçamento, para a realização de obras de restauração, o agravamento dos danos decorrente de um longo intervalo de tempo poder provocar mudanças drásticas no escopo e orçamento destas obras, prejudicando o andamento do processo e eficiência das intervenções.

Destaca-se, também, o fato de que o projeto não foi submetido à avaliação dos órgãos de preservação, o que, se realizado, poderia ter evitado problemas ocorridos ao longo do processo, sobretudo na fase de projeto. Os órgãos de preservação, além da análise e aprovação, têm como responsabilidade também o fornecimento de orientação técnica para a realização do projeto, de maneira a diminuir a ocorrência de inconformidades na execução.

Após esta intervenção, a segunda contratação mencionada refere-se à elaboração de um Projeto de Restauração para o Chalé, cujo processo foi iniciado em 2010, viabilizado através dos recursos de uma emenda parlamentar. Nesta ocasião, observa-se a correção de alguns equívocos ocorridos anteriormente. A licitação foi realizada em 2012 através da modalidade de Técnica e Preço e a definição objeto foi descrita como “Projeto de Restauração do Chalé inclusive Urbanização e Paisagismo do pátio localizado à direita do mesmo da Escola de Arquitetura e Urbanismo – EAU” (PROAD/UFF, 2012, p.01). O desenvolvimento do projeto pela empresa contratada, a Acrópole Arquitetura Ltda., contou com o acompanhamento e avaliação dos professores da EAU-UFF especialistas no campo do Patrimônio, José Simões de Belmont Pessôa, Ana Carmen Jara Casco e Andréa Sampaio, além de ter sido submetido à análise e acompanhamento do INEPAC, com a aprovação em 2014. Infelizmente, apesar da tramitação do processo e finalização do projeto em 2014, posteriormente não foram disponibilizados recursos para sua execução.

Em 2019, o projeto ainda não tem previsão de ser implementado, necessitando revisões devido ao tempo decorrido. Cabe mencionar que os professores especialistas em preservação da EAU-UFF observaram, também, a necessidade de revisão do projeto da calha do telhado, visto que a solução apresentada para a calha central, que se conecta com a calha da fachada de fundos, propõe uma intervenção brusca na estrutura do telhado. A proposta consiste na construção de uma calha de concreto sobre o topo da alvenaria, que implicaria na retirada dos

frechais e em um corte nos vértices das tesouras que se apoiam na parede central. A estrutura da nova calha passaria a receber a carga da tesoura. O projeto estrutural, no entanto, não foi desenvolvido pela empresa.

Em 2016, o edifício do Chalé foi interditado preventivamente devido ao entendimento de que poderia haver riscos de desabamento do forro, sobretudo na área da circulação central onde está localizada uma claraboia, que apresentava infiltrações severas.

Em 2017, foi realizada uma parceria entre a EAU-UFF e a Oficina Escola de Manguinhos (OEM) do Departamento de Patrimônio Histórico da Fiocruz (DPH) da Casa de Oswaldo Cruz (COC). A OEM/COC/Fiocruz realiza, desde 2007, como parte de suas iniciativas, cursos de formação profissional em Técnicas de Conservação e Restauração de Edifícios Históricos. Em 2017 foram realizados os cursos de qualificação em Conservação e Restauração de Madeiras, do qual tive a oportunidade de participar como aluna, e de Vitrais.

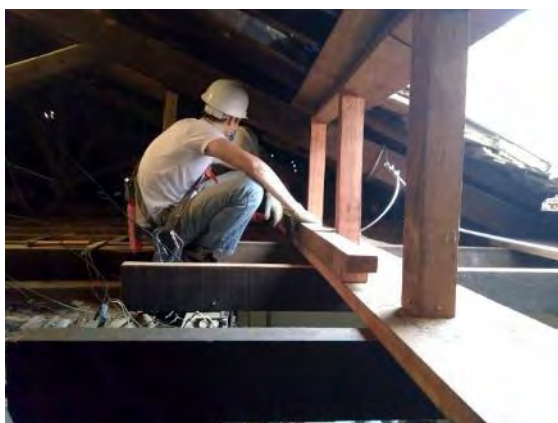
Como objeto de intervenção para as oficinas práticas do curso de Madeiras, foi escolhido o Chalé da EAU-UFF. As aulas eram ministradas pelo professor Ailson Goncalves, mestre marceneiro e colaborador do Grupo Concremat, onde atuou por trinta anos como mestre marceneiro em obras de restauração e consultor capacitando trabalhadores. A parceria contou com uma disciplina optativa de apoio no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFF, através da qual os alunos do curso puderam acompanhar as intervenções, denominada de “Oficina de Conservação”, ministrada na primeira edição pela professora Ana Carmen Jara Casco, atual coordenadora do curso.

Para o início do desenvolvimento das atividades, foi realizada uma vistoria pelos os alunos e membros da equipe de coordenação da OEM/COC/Fiocruz, junto do Arquiteto Leandro Augusto Ferreira Campos, convidado pela equipe da Fiocruz para a realização do diagnóstico. De acordo com a análise visual e percussiva por parte da equipe, as madeiras estruturais do telhado (Tesouras, linhas e terças, principalmente) possuíam apenas danos superficiais. Não foi possível fazer uma avaliação adequada nas extremidades das linhas das tesouras, embutidas nas alvenarias, onde geralmente os danos são mais críticos. A verificação realizada nos pontos mais próximos possíveis destas áreas indicava que não havia danos avançados. Quanto aos caibros e ripas, identificou-se a perda de sua maior parte.

Na primeira edição da parceria, foram realizadas intervenções em alguns dos elementos de madeira do Chalé, dentre elas: a realização de um escoramento emergencial na claraboia da circulação central do edifício, com finalidade de conter o agravamento de danos causados por infiltração na cobertura. Também foi realizada a recuperação de partes danificadas do rodapé do Auditório, a recuperação de uma folha de veneziana de Janela do Casarão e de uma porta de

acesso ao Hall do Chalé. A participação dos alunos de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo consistiu principalmente no registro das intervenções realizadas pelos alunos da OEM/COC/Fiocruz, com destaque para o levantamento do escoramento da claraboia, realizado pela estagiária docente Dulce Abigail Keuchkarian e registrado no seu Relatório de estágio de docência (2017).

De acordo com a vistoria realizada e com a intervenção de escoramento da claraboia, foi considerado afastado o risco iminente de desabamento do forro e o edifício voltou a ser utilizado pela comunidade acadêmica. Como medida preventiva, foram instalados também cabos de aço sob o forro de duas salas.



**Figura 76:** Aluno da EAU-UFF em escoramento de Clarabóia. 1º semestre de 2017. Fonte: Camila Ennes



**Figura 77:** Autora como aluna da OEM em execução de recuperação de rodapé. Fonte: Camila Ennes.



**Figura 78:** Alunos e Coordenadora técnica do curso da OEM/COC/Fiocruz em intervenção sobre porta de acesso do Chalé. Fonte: Carolina Moreira (OEM/COC/Fiocruz).



**Figura 79:** Execução de recuperação de folha de veneziana de janela do Casarão. Fonte: Dulce A. Keuchkarian

Entre o segundo semestre de 2017 e o primeiro semestre de 2018, ocorreu um incêndio na sala identificada como Sala 11, no segundo pavimento do Casarão, decorrente de um curto elétrico em um ventilador. A ocorrência se deu no período da noite, com o edifício vazio. Entende-se que o incêndio não teve continuidade porque, com as janelas da sala fechadas, a vedação foi suficiente para cessar a combustão. A ocorrência provocou danos na parede e, principalmente, no piso da sala, provocando, dentre outros, uma lacuna no assoalho e uma pequena perda de seção no barrote de sustentação. A sala 11 fica localizada acima da Biblioteca,

de maneira que, caso o incidente se prolongasse, aumentaria os riscos de que alcançasse grandes proporções e destruição da edificação. A ocorrência levou à contratação de uma obra emergencial de reforma das instalações elétricas da edificação, realizada no segundo semestre de 2018.

A parceria entre a EAU-UFF e a OEM/COC/Fiocruz contou com uma segunda edição, realizada entre março e julho de 2018, a qual pude acompanhar como estagiária docente da disciplina de Oficina de Conservação, no âmbito das atividades desenvolvidas para o Mestrado Profissional. A parceria, neste semestre, proporcionou a realização de intervenções em elementos do Casarão. Foram contemplados: uma base do pórtico da entrada lateral, parte do piso da Sala 11, danificado pelo incêndio, janelas do sótão. A disciplina passou a ser ministrada pelo professor Ronaldo de Moraes Brilhante, coorientador da presente pesquisa.



**Figura 80:** Recuperação de esquadrias do sótão, junho de 2018. Fonte: Camila Ennes



**Figura 81:** Escoramento e recuperação de base de pórtico lateral, junho de 2018. Fonte: Camila Ennes



**Figura 82:** Recuperação de esquadrias do sótão, junho de 2018. Fonte: Camila Ennes



**Figura 83:** Recuperação de esquadrias do sótão, junho de 2018. Fonte: Camila Ennes

O acompanhamento dos alunos da EAU-UFF no primeiro semestre de 2018 contemplou a realização de relatórios de obra, levantamento gráfico dos elementos que foram objeto das intervenções e a o preenchimento de fichas de inspeção destes elementos, já como parte da aplicação do produto da presente pesquisa, conforme abordado no Capítulo 03.

A parceria com a OEM/COC/Fiocruz consolidou em membros do corpo docente da EAU, sobretudo o professor Ronaldo Brilhante e a professora Ana Carmen Jara Casco, a intenção de criar uma Oficina de Conservação contínua na EAU-UFF, com disciplina de apoio, que desse subsídios a práticas de conservação no conjunto. Criada na ocasião da parceria com a Fiocruz e, desde então, sendo realizada semestralmente, estando atualmente em sua quarta edição, a oficina propõe a aproximação entre a teoria e a prática no ensino da preservação, necessária para a produção integral do conhecimento na formação do Arquiteto Urbanista. A proposta de suas atividades é permitir a aplicação prática de questões relacionadas à conservação sobre os elementos que integram o conjunto edificado.

Em outubro de 2018, foi realizada, como parte das atividades do estágio de docência, uma exposição durante a Semana de Arquitetura e Urbanismo, na qual foram expostas fotografias e exercícios produzidos pelos alunos da disciplina em parte das atividades realizadas nas Oficinas de Conservação nos semestres de 2017/01, 2018/01 e 2018/02. Organizada pela autora, pelo professor da disciplina e pelo monitor, Thiago Óscar Miranda, a exposição teve como objetivo divulgar as atividades da disciplina para a comunidade acadêmica da EAU-UFF. O material exposto pôde ser utilizado também em aulas de outras disciplinas através de sua visitação.



**Figura 84:** Folder de divulgação da exposição realizada na Semana de Arquitetura de 2018. Fonte: Camila Ennes



**Figura 85:** Folder de divulgação da exposição realizada na Semana de Arquitetura de 2018. Fonte: Camila Ennes



**Figura 86:** Fotografia da exposição realizada no Hall do Chalé. Fonte: Camila Ennes



**Figura 87:** Alunos da professora Daniela Costa, em visita à exposição, durante explicação em aula da Oficina de Conservação.

Relativamente à manutenção dos jardins, um dos professores de Paisagismo da EAU-UFF, o Professor Jorge Baptista de Azevedo, em relato, a considerou como o maior desafio para a conservação do Conjunto:

A total falta de manutenção dos jardins, especialmente de suas forrações e equipamentos como luminárias, placas de sinalização inexistentes, adaptações para a acessibilidade, etc. Recentemente perdemos muitos exemplares arbóreos de figueiras, provavelmente por causa da presença de cupins de solo. Um jardim bem tratado precisa de investimentos, cheguei a realizar e algumas oficinas de jardinagem com estudantes, trazendo mudas, adubos e ferramentas e custeando as mesmas. Lembro que durante muito tempo cobri uma mangueira para irrigação manual que nunca veio... Houve um verão em que todas as forrações feneceram por falta de irrigação, coisa muito triste que ninguém pareceu ligar. O último foi mais chuvoso e não observei maiores estragos, felizmente. (AZEVEDO, 2019, p.02).

A relação de servidores alocados na CMA/SOMA/UFF conta com apenas um jardineiro (vide Tabela 05). Em 2018 foi licitada a contratação de empresa para a manutenção das áreas livres dos Campi, contratada em 05 de abril de 2019 através do Termo de Contrato nº 10/2019/AD. O Coordenador de Manutenção da SOMA/UFF informou que em agosto de 2019 o contrato já havia sido interrompido por questões financeiras.<sup>93</sup> A seguir, é apresentada a relação de equipe mínima prevista para o contrato no Termo de Referência, distribuída pelos setores da universidade (Tabela 7) e a especificação dos serviços contratados (Tabela 8):

<sup>93</sup> Apêndice 01d: (SILVA, 2019, p.04).

Categoria	Quantitativo Sugerido					
	Interior	Gragoatá	Praia Vermelha	Valonguinho	Unidades dispersas	Total
Auxiliar de Jardinagem	10	9	8	6	7	40
Arboricultor (podador)	0	2	0	0	0	2
Jardineiro	0	2	2	2	2	8
Operador de Roçadeira	6	3	2	1	2	14
Operador de Microtrator	0	1	0	0	1	2
Motorista	0	1	0	0	2	3
Encarregado/Supervisor	1	1	1	1	0	4

**Tabela 7:** Relação de equipe mínima sugerida para prestação dos serviços de manutenção de áreas verdes.  
Fonte: Extraído de SAEN/UFF (2018b, p.15).

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT. ESTIMADA		VALOR ANUAL (R\$)	
			MENSAL	POR ANO	UNITÁRIO	SERVIÇO
1	Roçada Mecânica/Manual/Capina	m <sup>2</sup>	257.870,71	3.094.448,52	0,41	1.268.723,89
2	Manutenção de gramados	m <sup>2</sup>	122.343,69	1.468.124,28	0,13	190.856,28
3	Manutenção de jardins	m <sup>2</sup>	25.447,31	305.367,72	0,13	39.697,80
4	Poda e remoção de árvores	m <sup>3</sup>	46,00	552,00	92,54	51082,08
5	Limpeza e manutenção de áreas pavimentadas sem vegetação	m <sup>2</sup>	130.391,22	1.564.694,64	0,27	422.467,55
6	Limpeza e manutenção de áreas não pavimentadas com vegetação	m <sup>2</sup>	33.058,59	396.703,08	0,27	107.109,99
7	Limpeza e manutenção de áreas não pavimentadas sem vegetação	m <sup>2</sup>	14.985,03	179.820,36	0,27	48.551,50
8	Limpeza de canaletas (3 vezes por ano no intervalo de 4 meses)	m	567,23	6.806,76	0,81	5.513,48
9	Limpeza de bocas de lobo, bueiros e ralos (03 vezes por ano no intervalo de 4 meses)	un.	257,25	3.087,00	27,20	83.966,40
10	Limpeza de calhas de drenagens (02 vezes por ano no intervalo de 6 meses)	m	372,09	4.465,08	5,70	25.450,96
11	Limpeza de caixas coletoras de águas pluviais (03 vezes por ano no intervalo de 4 meses)	un.	45,75	549,00	55,59	30.518,91
12	Limpeza de coberturas, telhados e calhas (02 vezes por ano no intervalo de 6 meses)	m <sup>2</sup>	17.230,60	206.767,22	0,56	115.789,64
13	Remoção de entulhos, resíduos e detritos	m <sup>3</sup>	32,00	384,00	12,00	4.608,00
14	Plantio de espécies de vegetação (árvores, arbustos e ervas)	un.	50,00	600,00	36,00	21.600,00
15	Compostagem de resíduos vegetais	m <sup>3</sup>	12,00	144,00	70,02	10.082,88
16	Produção de mudas	un.	500,00	6.000,00	6,98	41.880,00
<b>TOTAL DOS SERVIÇOS</b>						<b>2.467.899,36</b>

**Tabela 8:** Objeto da Contratação de serviços continuados de manutenção, conservação e preservação de áreas verdes, gramados, jardins internos e externos, vias pavimentadas e sem pavimentação, limpeza de telhados, calhas, encostas e sistemas de captação e drenagem de águas pluviais, nas diversas Unidades da Universidade Federal Fluminense.  
Fonte: Adaptado de PROAD/UFF (2019b, p.01 e 02)



Pode observar-se que a “Limpeza de coberturas, telhados e calhas” (Item 12), por exemplo, que é uma importante medida na prática de Conservação Preventiva de edificações é discriminada no contrato manutenção de áreas livres e não no contrato de manutenção predial. Com a não vigência do referido contrato, tais atividades ficam suspensas até sua regularização.

Percebe-se, também, que a listagem de cargos (Tabela 7) não conta com a contratação de agrônomo, paisagista ou biólogo especialista, assim como não há (Tabela 8) discriminação de Diagnóstico / Inventário Fitossanitário das espécies dos jardins e assessoramento técnico das ações de manutenção. Hoje, a professora do curso de Bacharelado em Ciência Ambiental, Janie Garcia, bióloga, coordenadora e fundadora do Laboratório Horto-Viveiro (LAHVI) da UFF presta apoio às Superintendências para a realização de podas e outros serviços nos canteiros do Campus da Praia Vermelha. O LAHVI é responsável pela produção de Composto orgânico e pela produção de mudas para plantio nos Campus e está iniciando a realização de um trabalho de levantamento de espécies e diagnóstico das condições fitossanitárias dos canteiros dos campi da UFF. A equipe, no entanto, é muito reduzida, de maneira que o trabalho ocorre lentamente. A professora atuou também como fiscal<sup>94</sup> nos últimos contratos de prestação de serviços de manutenção das áreas livres por empresas terceirizadas e, em relato, enfatizou que o maior desafio à manutenção dos jardins atualmente é a falta de recursos, refletida, por exemplo, na redução da contratação de equipe nos últimos contratos realizados para a prestação destes serviços.

Identificou-se, conforme mencionado pelo professor, a perda de muitos indivíduos arbóreos centenários na última década, principalmente do gênero *Ficus*. Não se sabe a causa exata destas perdas. O professor associa à possibilidade de ataque por térmitas de solo, além da falta de manutenção<sup>95</sup>. A professora, Janie Garcia, do departamento de Ciência Ambiental, enfatiza também a própria idade das árvores como fator de colaboração. A crescente perda demonstra a necessidade da realização de um diagnóstico para o devido tratamento. De acordo com a professora Janie Garcia, o levantamento das espécies e diagnóstico foi iniciado, para os blocos de todos os Campi por um membro pesquisador do LAHVI, começando pelo campus do Gragoatá. No entanto, a equipe muito reduzida torna o andamento do trabalho muito lento.

A perda das espécies pode ser observada através da visualização de ortofotografias e imagens de satélites da área, ao longo dos últimos 10 anos, nas quais pode-se perceber a redução da cobertura do dossel.

---

<sup>94</sup> Informações que constam em seu Currículo Lattes e em PROAD/UFF (2019b).

<sup>95</sup> Apêndice 01e: (AZEVEDO, 2019, p.02).



**Figura 88:** Google Earth, junho de 2009



**Figura 89:** Google Earth, abril de 2013



**Figura 90:** Civitas GeoPortal – SMU – Niterói, 2014



**Figura 91:** Google Earth, junho de 2018



**Figura 92:** Google Earth, janeiro de 2018

Procurou-se utilizar as imagens que apresentavam melhor definição e menor interferência de sombras.

Pode-se perceber entre a Figura 89 (2009) e a Figura 90 (2013) uma leve perda de densidade na cobertura do dossel junto ao Casarão (1 e 2). Entre a Figura 90 (2013) e a 91 (2014), a queda de uma Mangueira que havia no canteiro central do pátio provocou uma grande abertura (3 e 4). Na Figura 92 (2018), já pode ser observado o replantio da Mangueira.

Através da comparação das áreas destacadas nas figuras 89 (2009) e 93 (2019), fica evidente a perda de cobertura do dossel, principalmente na área central do pátio e junto ao Casarão.

Em 2013, conforme pode ser observado entre as figuras 90 e 91, ocorreu a queda de uma Mangueira de grande porte que promovia uma grande sombra no pátio do jardim, provocando uma perda de qualidade ambiental considerável. A morte da árvore não teve a causa identificada. A professora Louise Lomardo, que ministra disciplinas relacionadas à Conforto Ambiental e coordena o Laboratório de Conservação de Energia e Conforto Ambiental (LabCECA), conta que, após o ocorrido, tomou a iniciativa de replantar uma mangueira, mesma

espécie existente anteriormente, além de realizar o plantio de herbáceas do gênero *Strelitzia* no mesmo canteiro.<sup>96</sup>



**Figura 93:** Canteiro após queda da Mangueira. Fonte: Fotografia de Cláudio Maurício, 18 de maio de 2013, acesso em <https://www.facebook.com/groups/183583221657188/>



**Figura 94:** Canteiro com nova Mangueira e *Strelitzias* plantadas pela Prof<sup>a</sup> Louise Lomardo. Fonte: Camila Ennes, setembro de 2019.

Ainda de acordo com relatos da Profa Louise Lomardo<sup>97</sup>, o plantio por parte de professores da escola é algo relativamente comum, demonstrando o afeto da comunidade de docentes com o espaço. A professora conta que, na ocasião de uma comemoração, ela e o Prof. Jorge Crichyno foram ao sítio do pai dela buscar mudas para realizar o plantio de herbáceas no jardim e de orquídeas nas árvores. Contou também que, após a perda de uma árvore próxima ao estacionamento na entrada do Campus, ela, o professor Luiz Renato Bittencourt e o professor Jorge Baptista de Azevedo realizaram o plantio de uma muda de Ipê no local onde havia a árvore anterior, aprovado em reunião de colegiado.



**Figura 95:** Plantio de muda de Ipê pelos Professores Luiz Renato Bittencourt, Louise Lomardo e Jorge Baptista de Azevedo em 20 de dezembro de 2012. Fonte: Louise Lomardo.

<sup>96</sup> Informação fornecida pela professora Louise Lomardo em conversa no dia 02 de outubro de 2019.

<sup>97</sup> Informação fornecida pela professora Louise Lomardo em conversa no dia 02 de outubro de 2019

O afeto dos professores com os jardins também se expressa na fala do Prof. Jorge Baptista sobre acontecimentos por ele vivenciados:

[...] me lembro de uma vez em que encontrei o professor Crichyno desolado a chorar por conta de um jardineiro que cortou o tronco trançado de uma trepadeira, popularmente conhecida como viuvinha (*Petrea subserrata*), apenas para “testar” um motosserra. Esse espécime nativo daqui era muito antigo, talvez fosse até plantio dos ingleses, dava floradas em profusão e, assim, também chorei por sua perda. De outra feita, o jardineiro cortou um pau-brasil com cerca de dois metros de altura, que fora doação do arquiteto Cândido Chutorianski em homenagem ao Dia da Árvore. Felizmente, essa foi resiliente e renasceu e hoje está enorme. Eu não sei o que acontece que a sensibilidade das pessoas parece que está desaparecendo e, que a vida, inclusive a humana, e que dirá a animal e vegetal, está sendo banalizada e reduzida por conta de qualquer dinheiro ou prazer do instante. Será que as pessoas não percebem o que está acontecendo? Contemplar a natureza e seu trabalho milenar não vale mais nada? O que está se perdendo com as chamas na Amazônia? (AZEVEDO, 2019, p.03).

Foram realizadas pesquisas em busca de material de conhecimento da composição dos jardins, como levantamentos paisagísticos e arbóreos, que possam ter sido realizados ao longo do tempo. Apesar da menção nos relatos, sobretudo com o professor Crichyno, da existência da planta do Projeto de Paisagismo realizado para a implantação do Campus na década de 1980, esta planta não foi encontrada na Biblioteca de Arquitetura e Urbanismo, conforme indicado, nem na SAEP/UFF, que contém uma quantidade expressiva de plantas de diversos momentos da universidade, porém não catalogadas, impossibilitando a realização da pesquisa. Também não foi identificado um registro sistematizado com quantitativo das perdas de árvores ao longo dos últimos anos. Foi identificado um levantamento arbóreo em planta de Levantamento Planialtimétrico Cadastral realizado em 2009 pela Empresa Água e Terra Planejamento Ambiental, fornecido pela SAEP/UFF.

Os aspectos apresentados demonstram a carência de recursos e de um planejamento voltado especificamente para a gestão dos bens culturais edificados da universidade. As dificuldades financeiras e administrativas, diante das demandas específicas destes bens, resultam no fato de que sua manutenção acaba não sendo contemplada nas ações corriqueiras do setor, conforme outros edifícios, tornando-se necessária a realização de licitações para a contratação de serviços específicos para as intervenções nestes, dificultadas pelo relatado contingenciamento de recursos.

### 3. Diretrizes para gestão da conservação: uma abordagem pedagógica

#### 3.1. Terminologias, modelos e instrumentos de Conservação Preventiva para bens culturais edificados

A necessidade de um cuidado sistemático voltado para a conservação de bens culturais edificados sempre foi identificada como a forma mais eficaz de se assegurar a salvaguarda destes bens a longo prazo. Desde meados do século XIX, nos debates iniciais da nascente disciplina de restauração arquitetônica, as reflexões sobre a urgência de uma abordagem preventiva já estavam presentes, compartilhadas por diferentes teóricos clássicos do campo da preservação. Independentemente de suas visões sobre princípios e práticas de restauração, em alguns casos conflitantes, esses teóricos tinham em comum o reconhecimento de que as atividades de manutenção eram fundamentais para evitar a necessidade de intervenções de restauração mais invasivas. Ainda em 1877, destaca-se na Inglaterra a criação da *Society for the Protection of Ancient Buildings* (SPAB), uma sociedade existente até os dias atuais<sup>98</sup> que, desde seu Manifesto de criação<sup>99</sup>, defendia a priorização de ações regulares de manutenção em detrimento de intervenções de restauração. Apesar disso, a abordagem preventiva na conservação ainda é, atualmente, bastante negligenciada.

Na segunda metade do século XX, pôde ser observado, em diversos países, o desenvolvimento de iniciativas voltadas para o planejamento da conservação de bens edificados com abordagens preventivas, utilizando-se de terminologias variadas para suas aplicações, de acordo com idioma e metodologias. Algumas dessas, que se consolidaram no século XXI e vem sendo ampliadas, são brevemente mencionadas neste trabalho. Podendo consistir em diferentes níveis de prevenção, os instrumentos aplicados para suas operações preventivas também variam, podendo fazer parte de planejamentos específicos de manutenção ou integrando planos de gestão do patrimônio que abrangem aspectos diferenciados.

A preocupação com a prevenção ao longo do século XX também pôde ser observada no debate teórico do campo. Na Europa, o reconhecimento da importância da manutenção e de operações preventivas esteve presente nas recomendações internacionais desde a Carta de Atenas (1931)<sup>100</sup>, que mencionava a tendência geral de substituir-se as reconstituições integrais

---

<sup>98</sup> A sociedade atua através de treinamentos, cursos, conselhos e pesquisas, auxiliando as pessoas a colocarem os conhecimentos de conservação dos edifícios em prática. Fonte: <https://www.spab.org.uk/about-us>, acesso em 15 de outubro de 2019.

<sup>99</sup> Escrito em 1877 por William Morris, que aplicação de maneira prática as ideias desenvolvidas pelo teórico John Ruskin em 1849 (COELHO, 2018), o Manifesto continua embasando as ações da SPAB até os dias atuais e está disponível em <https://www.spab.org.uk/about-us/spab-manifesto>, acesso em 15 de outubro de 2019.

<sup>100</sup> A Carta de Atenas (1931) foi elaborada durante o I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos (1931), organizado pelo Escritório Internacional de Museus da Sociedade das Nações, e marcou início da formulação de diretrizes internacionais voltadas para a preservação do patrimônio cultural.

“pela adoção de uma manutenção regular e permanente, apropriada para assegurar a conservação dos edifícios” (ESCRITÓRIO DOS MUSEUS DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1931, p.01). Em 1964, também a Carta de Veneza, importante marco para o desenvolvimento do campo, enfatizava, em seu artigo 4º, a necessidade da manutenção permanente.

A contribuições da Itália para o campo teórico são evidenciadas pela introdução do conceito de "restauração preventiva" (restauo preventivo), elaborado por Cesare Brandi (1906-1988) nas décadas de 1950 e 1960. Direcionado principalmente para as obras de arte, o autor começa a enfatizar que as condições ambientais em que o bem cultural se encontra interferem diretamente sobre sua matéria e, portanto, sobre sua conservação. Giovanni Urbani (1925 – 1994), sucessor de Brandi na direção do Instituto Central de Restauração (ICR), na Itália, de 1973 a 1983, expandiu o conceito procurando desenvolver sua aplicação prática, voltada para os bens culturais edificados, introduzindo a chamada “conservação programada” (*conservazione programmata*), na qual enfatizava a necessidade de ações programadas de prevenção e manutenção, que deveriam ser priorizadas sobre intervenções excepcionais de restauração:

*Perché questo sia possibile occorre che prenda corpo di azione tecnica quel rovesciamento del restauro tradizionale finora postulato solo in sede teorica (Brandi) come 'restauro preventivo'. Una simile tecnica, alla quale qui diamo il nome di conservazione programmata, è di necessità rivolta prima che verso i singoli beni, verso l'ambiente che li contiene e dal quale provengono tutte le possibili cause del loro deterioramento. Il suo obiettivo è pertanto il controllo di tali cause per rallentare quanto più possibile la velocità dei processi di deterioramento, intervenendo, ove necessario, anche con trattamenti manutentivi appropriati ai vari tipi di materiali.* (URBANI, 1976, p.13).<sup>101</sup>

Os trabalhos conduzidos por Urbani também enfocaram pesquisas científicas sobre a análise de riscos e os diferentes fatores de degradação, do tipo natural e antrópico (CARBONARA, 2006), lançando as bases do que se tornaria a "Carta de Risco" do patrimônio cultural Italiano, um instrumento que aborda a conservação a nível territorial e que ainda não foi totalmente implementado.

Para Borgarino (2011), o transbordamento do Rio Arno da cidade de Florença, em 1966, que provocou danos graves a seu patrimônio, teve grande influência na mudança de abordagem dos trabalhos conduzidos pelo ICR. Da preocupação subjetiva, dirigida ao restauro de bens

---

<sup>101</sup> Tradução: “Para que isso seja possível, a reversão da restauração tradicional até agora postulada apenas na teoria (Brandi) como "restauração preventiva" deve assumir um corpo de ação técnica. Uma técnica semelhante, à qual damos o nome de conservação programada, é necessariamente dirigida antes aos bens únicos, ao meio ambiente que os contém e de onde provêm todas as possíveis causas de sua deterioração. Seu objetivo é, portanto, o controle dessas causas para diminuir ao máximo a velocidade dos processos de deterioração, intervindo, quando necessário, também com tratamentos de manutenção adequados para os vários tipos de material” (URBANI, 1976, p.13, tradução livre da autora).

individuais, passa-se a abordar técnica e cientificamente a conservação de coleções e conjuntos diante do o contexto em que estas estão inseridas



**Figura 96:** Enchente em Florença, 1966 – Fonte: <https://passeiosnatoscana.com/2016/10/25/a-enchente-de-florenca-de-1966/> acesso em abril de 2018



**Figura 97:** Florença, 1966 – Fonte: <https://passeiosnatoscana.com/2016/10/25/a-enchente-de-florenca-de-1966/> acesso em abril de 2018

Urbani definiu a estratégia, inicialmente, como “conservação programada” e, posteriormente, como “manutenção programada” (*manutenzione programmata*), considerando que este termo demonstraria maior afinidade com o mundo moderno e referência à rotina (DELLA TORRE, 2003). Na década de 1990 a legislação italiana adotou a Lei n.º.109 de 11 de fevereiro de 1994, chamada “Lei Merloni” (*Legge Merloni*) que trata de obras construídas, sem distinção de reconhecimento patrimonial, e faz referência à necessidade de elaboração de planos de manutenção. Atualmente o arquiteto italiano Stefano Della Torre tem trabalhado a proposta de Urbani e enfatizado a importância de retomar o termo “conservação programada”, mais condizente com a complexidade de atuação sobre os bens culturais, já reconhecida por Urbani, e que atribui maior atenção ao problema da autenticidade, enquanto o termo “manutenção”, utilizado também para edifícios sem valor cultural, muitas vezes refere-se a intervenções incisivas e inadequadas ao patrimônio (DELLA TORRE, 2003). Desta forma, a estratégia tem como uma de suas diretrizes a necessidade do conhecimento aprofundado do edifício, o que definirá as ações e controles a serem realizados. Neste contexto, são imprescindíveis informações como notícias relacionadas à história do edifício, documentação de suas restaurações passadas e quaisquer outros fenômenos, que devem ser constantemente registrados para a manutenção de uma base de dados sobre o bem (TRECCANI, 2005).

O desenvolvimento recente da estratégia, na Itália, tendo à frente Steffano Della Torre resultou, em 2003, na publicação *La conservazione programmata del patrimonio storico-architettonico: linee guida per il piano di manutenzione e il consuntivo scientifico*, como parte de pesquisas realizadas para a região da Lombardia. A publicação propõe uma metodologia para elaboração de planos de conservação programada. Seguindo a estrutura dos planos de manutenção determinados pela Lei Merloni, os Planos de Conservação Programada são estruturados em três principais documentos: manual técnico, programa de conservação e

manual do usuário. Também tem sido alvo de pesquisas a utilização de ferramentas de informática para sua implantação, como a tecnologia GIS (BARTOLOMUCCI, 2008) e o desenvolvimento do software *PlaNet Beni Architettonici*, que consiste na informatização dos planos e foi aplicado, por exemplo, na elaboração do Plano de Conservação para a região de Monza (Piano di Conservazione della Villa Reale di Monza), apresentado por Moiola (2011).

Em comparação com a mentalidade tradicional de restauração, a conservação programada acentua a importância do monitoramento ao longo tempo e a atenção aos riscos. Pressupondo uma profunda mudança, de mentalidade e investimento de recursos, é proposta como uma estratégia global, apoiada no planejamento de ações que promovem a prática sistemática de inspeção, prevenção e manutenção, buscando tratar as causas antes dos efeitos

Na Holanda, destacou-se como iniciativa voltada para ações preventivas para o patrimônio edificado a criação, em 1973, do *Monumentenwacht* (“sentinelas dos monumentos”), uma estrutura organizacional de direito privado, com a missão de, através do monitoramento regular e a manutenção de monumentos, prevenir a decadência em larga escala. Os proprietários de edifícios de interesse histórico podem associar-se à organização e receber suporte técnico e capacitação para a conservação dos bens. A iniciativa se replicou em outros países, entrando em vigor na Bélgica, especificamente na região denominada de Flandres, a partir de 1991, onde desenvolveu uma atuação expressiva com a criação do *Monumentenwacht* de Flandres (*Monumentenwacht Vlaanderen*). Sob o lema "*Beter voorkomen dan genezen*" (“Melhor prevenir do que remediar”), as edificações dos proprietários afiliados à organização são regularmente monitoradas e mantidas pela equipe de especialistas que desenvolve, inclusive, planos de manutenção plurianuais que contemplam descrições dos trabalhos a serem realizados, recomendações sobre frequência e custos estimados. A iniciativa estimulou a formação de um mercado de profissionais especializados em manter edifícios históricos. Contribuiu para o desenvolvimento do campo, estando presente também no âmbito dos eventos científicos e acadêmicos, e para a implementação de programas semelhantes em outros países como Alemanha, Dinamarca e Reino Unido. Neste último, fundado em 1997, é denominado *Maintain our Heritage* (“mantenha nossa herança”) e tem atuado mais intensamente sobre o patrimônio cultural religioso.

Outro modelo que surge na segunda metade do século XX, na Austrália, foi o dos *Conservation Management Plans* (CPM), ou “Planos de Gestão da Conservação” (PGC), também chamados de apenas Planos de Conservação ou Planos Diretores. A metodologia foi desenvolvida na década de 1980 pelo comitê regional do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) no país, no contexto da recente adoção da Carta de Burra (1979),



propondo uma aplicação de suas diretrizes. A publicação "*The conservation Plan*", que contém instruções para aplicação da metodologia, foi elaborada pelo historiador James Kerr (1932-2014) e lançada em 1982, estando atualmente em sua sétima edição (2013). Trata-se de um guia de gestão das intervenções, focado na salvaguarda da significação cultural, e está estruturado em dois estágios: no primeiro, estipula o conhecimento o lugar, enfatizando seus valores culturais e identificando sua significância; no segundo, determina as políticas da conservação, traçando diretrizes para sua implementação. Uma das recomendações no segundo estágio é a elaboração de um manual de manutenção, onde são especificados ciclos de inspeção e reparos (KERR, 2013). O Plano de Conservação do *Opera House* de Sydney, elaborado por Kerr e publicado em 1993, consistiu no primeiro modelo no qual foram aplicadas as propostas da publicação lançada inicialmente em 1982. Os PGC's têm sido adotados por outros países, em especial nos anglo saxões, inspirando também iniciativas no Brasil.

A utilização do termo "conservação preventiva" ganhou força nas últimas décadas do século XX, aplicado principalmente à conservação de acervos móveis e à gestão de museus e referindo-se às estratégias desenvolvidas para o controle ambiental, como forma de garantir a conservação destes (CARVALHO, 2015; COELHO, 2018). Utilizava-se de instrumentos que contemplavam o monitoramento de umidade, temperatura, iluminação, dentre outros fatores, al como a aplicação de protocolos e padrões de condicionamento. Até recentemente, no início da década de 2000, existia uma clara distinção, no campo, entre as ações de "conservação preventiva", que atuavam indiretamente sobre o bem, das ações de "conservação curativa / corretiva", que contemplariam intervenções diretas. Esta distinção ainda é bastante utilizada na abordagem de acervos móveis, sendo consolidada pelo ICOM (Conselho Internacional de Museus) em 2008<sup>102</sup>, mas passou por uma mudança de concepção no desenvolvimento da abordagem da conservação preventiva para o campo da preservação arquitetônica.

Bernard Fielden em seu manual *Conservation of Historic Buildings*, cuja a primeira edição remonta a 1982, traz uma contribuição teórica para o desenvolvimento do campo da conservação preventiva em edifícios, apesar de não utilizar este termo. O autor fez uma diferenciação ainda semelhante à estipulada entre conservação curativa e preventiva, ao considerar que a "manutenção" (*maintenance*) agiria indiretamente, enquanto "reparos" (*repair*) consistiriam em ações de restauro. Foi utilizado o termo "projeto de conservação" (*conservation project*), para o qual era também reconhecida a necessidade de se identificar os

---

<sup>102</sup> Na 15ª Conferência Trienal realizada em Nova Délhi em setembro de 2008, o ICOM-CC adotou uma resolução que definiu uma terminologia para conservação, para facilitar a comunicação nos fóruns profissionais e públicos internacionais e na literatura, adotando os seguintes termos: "conservação preventiva", "conservação corretiva" e "restauração". Resolução e informações disponíveis em: <http://www.icom-cc.org/242/about/terminology-for-conservation/>, acesso em 19 de outubro de 2019.

valores nos bens, estabelecendo categorias (vide Tabela 01, p.07). O autor identificava as causas de deterioração, propunha procedimentos preparatórios para a conservação (*preparatory procedures for conservation*), que consistiam na elaboração de inventários, inspeções iniciais e documentação contínua e definia a possibilidade de se aplicar sete graus de intervenção: 1) Prevenção de deterioração; 2) Conservação do estado atual; 3) Consolidação; 4) Restauração; 5) Reabilitação; 6) Reprodução; e 7) Reconstrução (FIELDEN, 2004, p.08-12). Utilizava, na Prevenção de deterioração, o conceito de “conservação indireta”:

*Prevention entails protecting cultural property by controlling its environment, thus preventing agents of decay and damage from becoming active. Neglect must also be prevented by sound maintenance procedures based on regular inspections.* (FIELDEN, 2004, p.9).<sup>103</sup>

O conceito de conservação preventiva, relacionado às operações indiretas, quando aplicado aos bens edificados, adquire uma complexidade maior devido ao fato de que, geralmente, não há possibilidade de se realizar o controle das condições ambientais da mesma maneira em que é estipulado para as coleções móveis. Para Carvalho (2015):

O grande desenvolvimento experimentado nos anos 1990 no campo da conservação preventiva de bens móveis propiciou um melhor entendimento das relações entre as coleções e os edifícios históricos nos quais muitas delas estavam abrigadas, em função do papel que esses edifícios desempenham na mediação entre o ambiente exterior e interior no estabelecimento de estratégias de controle ambiental. Por esse motivo, uma atenção maior foi dada à conservação do tecido construído dos edifícios, gerando demanda para metodologias de diagnóstico. (CARVALHO, 2015, p.144).

Pesquisas elaboradas pelo GCI, voltadas para a elaboração de diagnósticos de conservação que integravam edifícios e coleções, propondo “a análise integrada do macroambiente, do edifício, das coleções e dos aspectos organizacionais que impactam sobre a preservação do conjunto” (DARDES, 1998, apud. COELHO, 2018) tiveram importante contribuição para a incorporação do conceito na preservação arquitetônica, que se ampliou no final da década de 1990 e início de 2000. Neste contexto, desenvolveram-se pesquisas no Brasil, através de parcerias entre o GCI e instituições brasileiras, com o objetivo de testar em regiões de clima quente e úmido a metodologia de diagnóstico de conservação focada nos fatores ambientais de deterioração. Dentre elas, a parceria com o Museu Casa de Rui Barbosa, conforme abordado mais adiante.

Em 2009, foi criada uma cátedra UNESCO denominada *Preventive Conservation, Monitoring and Maintenance of Monuments and Sites* (PRECOM<sup>3</sup>OS), cuja atuação colabora para o entendimento da natureza da conservação preventiva no campo do patrimônio construído. A cátedra tem como objetivo identificar e promover atividades de pesquisa e

---

<sup>103</sup> Tradução: “A prevenção envolve a proteção da propriedade cultural, controlando seu meio ambiente, evitando assim que os agentes de deterioração e danos se tornem ativos. A negligência também deve ser evitada por procedimentos de manutenção com base em inspeções regulares” (FIELDEN, 2004, p.9, tradução livre da autora).

educação no campo da conservação preventiva, manutenção e monitoramento de monumentos e sítios, de modo a contribuir para o desenvolvimento de estratégias, ferramentas e políticas voltadas para tal.<sup>104</sup> O grupo de estudos está localizado no *Raymond Lemaire International Centre for Conservation* (RLICC), na Universidade de Leuven (*KU Leuven*), e tem a colaboração com a *Monumentenwacht* de Flandres e a Universidade de Cuenca (Equador).

Koenraad Van Balen (2015), engenheiro arquitetônico da RLICC, professor no departamento de Engenharia Civil da *KU Leuven* e titular da Cátedra PRECOM<sup>3</sup>OS, desde 2008, considera que o conceito da conservação preventiva no campo do patrimônio construído pode ser melhor compreendido se comparado à prática da medicina preventiva. Para ele, a conservação preventiva de monumentos e sítios pode ser definida por três níveis de prevenção: 1) Prevenção primária: significa evitar as causas do efeito indesejado (dano); 2) Prevenção secundária: meios de monitoramento que permitem uma detecção precoce dos sintomas dos efeitos indesejados (danos); e 3) Prevenção terciária: meios que permitem evitar a disseminação adicional do efeito indesejado (dano) ou a geração de novos efeitos colaterais indesejados (danos). Esta classificação é adotada pelo PRECOM<sup>3</sup>OS na definição de conservação preventiva pra edifícios e sítios históricos. Van Balen (2015) também considera que o objetivo geral da preservação do patrimônio construído é preservar, tanto quanto possível, os diferentes valores patrimoniais em seu contexto social.

Prevenção primária	Prevenção secundária	Prevenção terciária
Evitar as causas dos danos	Detectar precocemente os sintomas dos danos através do monitoramento	Evitar a proliferação dos danos e o surgimento de danos colaterais

**Tabela 09:** Níveis de prevenção. Elaborada por autora baseada nas informações de Van Balen (2015).

Desta forma, pode-se considerar que a Conservação Preventiva é mais eficaz e completa quanto mais abrange os três níveis de prevenção e que, sucessivamente, a aplicação de um nível anterior ajuda a evitar necessidade de aplicação dos demais.

No âmbito do patrimônio edificado, a adoção de medidas de prevenção primária pode ser considerada mais efetiva em planos de conservação que incorporam como estratégia a Gestão de Riscos. Utilizando-se de metodologias específicas que vem sendo desenvolvidas desde a década de 1990<sup>105</sup>, esta ferramenta propõe uma sistematização, que relaciona os riscos identificados à valoração dos bens, fornecendo subsídios para a otimização das decisões voltadas de conservação e estabelecendo prioridades de ação e de alocação de recursos, visando

<sup>104</sup> Fonte: <https://set.kuleuven.be/rlicc/research/precomos>, acesso em 16 de outubro de 2019.

<sup>105</sup> Vide Coelho, 2018.

mitigar os diversos tipos de risco ao patrimônio e se antecipar ao aparecimento do dano através de medidas preventivas (COC/FIOCRUZ, 2017). Sua aplicação pressupõe o envolvimento institucional e a adoção de diversas medidas complexas, tendo como uma das premissas a participação de todos os atores envolvidos.

Ainda assim, medidas de implementação mais simples também podem ser enquadradas no âmbito da prevenção primária, como a limpeza de calhas e a poda adequada de árvores próximas, que podem ser incorporadas às rotinas de inspeção e manutenção, e também outras relacionadas à gestão, como a restrição de determinados tipos de uso e, até mesmo, a implantação de medidas de educação patrimonial.

A prevenção secundária é viabilizada principalmente pela execução de rotinas de inspeção, monitoramento e registros. Todas as iniciativas anteriormente mencionadas contemplam este nível de prevenção, cuja necessidade é há muito identificada. A Conservação Programada, apesar de também abranger aspectos da prevenção primária, é fortemente caracterizada pelo estabelecimento de ações que se enquadram neste nível de prevenção. Desta forma, tem se tornado comum o desenvolvimento de Planos de Conservação que consideram a Conservação Programada, identificada como a estratégia através da qual são estabelecidas e sistematizadas as rotinas de prevenção e manutenção, como um instrumento dentro de um modelo de planejamento específico, como é o caso de algumas iniciativas brasileiras.

De acordo com Carvalho (2015), no Brasil, a discussão da conservação preventiva, inicia-se na segunda metade da década de 1990, aplicada acervos móveis e coleções. Destacou-se, inicialmente, em 1996, o Projeto Cooperativo Interinstitucional de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos. No final da década, começam a surgir parcerias entre o GCI e instituições brasileiras, sendo a primeira com a Universidade Federal da Bahia, a Fundação Vitae e o Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Universidade Federal de Minas Gerais - CECOR e resultando na realização de um diagnóstico de conservação integrado das edificações históricas do Museu de Arte Sacra da Bahia e seu acervo móvel (COELHO, 2018).

O crescimento de pesquisas voltadas para a conservação preventiva no país, estimulado pelas parcerias internacionais, refletiu-se na introdução do campo disciplinar através da criação em cursos de graduação e pós graduação, de disciplinas específicas voltadas para tal, como foi o caso do tradicional curso de mestrado profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (MP-CECRE) da Universidade Federal da Bahia (CARVALHO, 2015), do qual a arquiteta Griselda Pinheiro Klüppel, uma das coordenadoras envolvidas no diagnóstico do Museu de Arte Sacra, era também docente. Klüppel, junto com

Mariely Cabral de Santana, também integrante da equipe do diagnóstico, foram responsáveis pela publicação do “Manual de conservação preventiva para edificações”, editado em 1999, no âmbito do Programa Monumenta, do qual a arquiteta foi consultora. A publicação apresenta recomendações técnicas de utilização e conservação dos bens edificados e orientações sobre: rotinas de inspeção, diagnóstico de problemas, materiais e sistemas construtivos, procedimentos de limpeza, execução de pequenos reparos e onde pedir ajuda (IPHAN, 2000). Seu objetivo era “[...]contribuir para a mudança, necessária, de visão de preservação do Patrimônio Edificado. Ele poderá ser o ponto de partida para um processo de reeducação de técnicos, proprietários e usuários, na linha de uma preservação efetiva, porque preventiva” (IPHAN, 2000, p.1). O manual estava voltado para instruir um público ampliado na identificação do dano já iniciado, de maneira que suas instruções se enquadram principalmente na prevenção secundária de Van Balen (2015). Outras publicações relacionadas à materiais e tipologias específicas foram também desenvolvidas por diferentes pesquisadores no contexto do Programa Monumenta do IPHAN, como, por exemplo: Manual de Conservação de Telhados (1999); Manual de Conservação de Cantarias (2000); Manual de Intervenções em Jardins Históricos (1999), que contemplava a Conservação Preventiva e o Manual de Conservação da Arquitetura Nativitana (2008); além dos Cadernos técnicos: Madeira: uso e conservação (2006); Conservação e Intervenção em Argamassas e Revestimentos à Base de Cal (2008).

Em 2004, o GCI realiza um acordo de cooperação técnica entre com a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) que resultou na instalação, em 2006, do sistema de controle climático para a sua biblioteca. Desde 1997, a fundação já promovia ações de preservação que buscavam integrar o edifício histórico e as coleções que abriga. Foi implantado um Plano de Conservação Preventiva (PCP), que tem entre os seus principais objetivos mitigar as causas de deterioração e reduzir as vulnerabilidades do conjunto. (CARVALHO, 2015). Em 2005, foi criada na fundação a linha de pesquisa “Estratégias de conservação preventiva para edifícios históricos que abrigam coleções”, sob coordenação da arquiteta Claudia Suely Rodrigues de Carvalho, responsável, até hoje, pela coordenação do PCP. Em 2012, foi criado o grupo de pesquisa “Conservação Preventiva de edifícios e sítios históricos”, reunindo profissionais pesquisadores de diversas instituições do Brasil e tendo como parceria na coordenação a arquiteta Griselda Klüppel. Até hoje, o PCP contou com o desenvolvimento, principalmente, dos seguintes projetos de pesquisa, destacando-se a utilização da conservação programada como estratégia:

- Conservação programada das coberturas e elementos de madeira (2006).
- Conservação programada das alvenarias e seus revestimentos internos e externos (2008), direcionada aos papéis de parede;

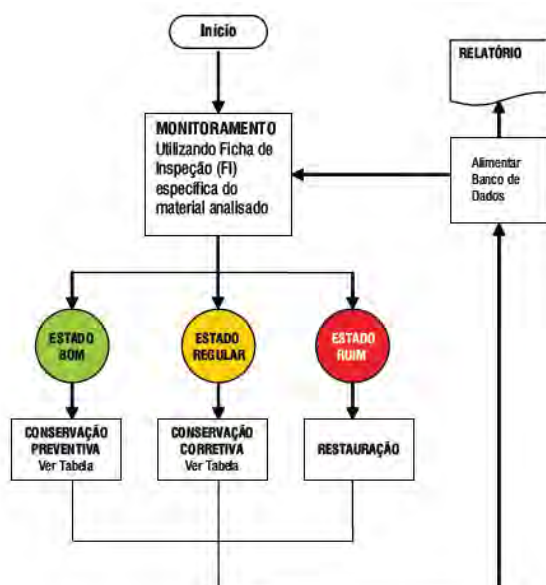
- Conservação das Superfícies arquitetônicas (2011), com elaboração de testes de argamassa que contemplaram o monitoramento;
- Documentação para a Preservação, processo contínuo com o foco na sistematização e gerenciamento do plano;
- Gerenciamento de Riscos (2010), contando com consultoria específica baseada na norma técnica australiana e neozelandesa (FCRB, acesso em 2018).
- Conservação Programada do Jardim Histórico (Oliveira, 2019)<sup>106</sup>

Outra iniciativa realizada a nível institucional que se destaca, hoje, no Brasil por promover a pesquisa e a prática da conservação preventiva aplicada a bens imóveis é desenvolvida pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Uma importante particularidade desta instituição é a existência do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH/Fiocruz), uma estrutura técnico-administrativa criada para responder pela conservação, restauração e valorização de seu patrimônio histórico, como parte da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). O setor iniciou suas atividades em 1987, ainda não denominado desta maneira, sob a coordenação de Cristina Mello, também docente da EAU-UFF no mesmo período, tendo como atividades a elaboração projetos e execução de obras de restauração. O DPH/Fiocruz conta com profissionais fixos na área de preservação de bens culturais e, desde 2000, tem voltado sua pesquisa e prática para a implementação de medidas de conservação sistemática.

A atuação permanente do departamento possibilitou o registro de métodos, materiais, falhas e acertos, sistematicamente, e a criação de rotinas preventivas para materiais e elementos arquitetônicos. A publicação "Metodologia e tecnologia na área de manutenção e conservação de bens edificados" (2009) registra a metodologia desenvolvida na instituição para a definição de procedimentos padrão para as ações de conservação. A atividade central apresentada era o monitoramento sistemático, por meio de Fichas de Inspeção, e registro das condições dos elementos a fim de alimentar continuamente uma base de dados. Os estados de conservação poderiam ser classificados como Bom, Regular e Ruim, e definiriam o tipo de intervenção, que poderia ser de "conservação preventiva", "conservação corretiva" ou "restauração", respectivamente. O termo "conservação preventiva" era utilizado conforme as abordagens voltadas para acervos móveis, mencionadas anteriormente. Desde então, os pesquisadores da instituição seguem desenvolvendo suas práticas no campo, trabalhando, inclusive, em parcerias com a FCRB.

---

<sup>106</sup> Informação fornecida na palestra "Conservação Programada do Jardim Histórico" ministrada pela arquiteta e urbanista Mariela Oliveira (UFRJ/FCRB) para a série "Perspectivas em conservação preventiva", iniciativa da FCRB, em 08 de agosto de 2019.



**Figura 98:** Fluxograma ilustrando a metodologia proposta. Extraído de PINHEIRO et al., 2009, p.19.

Em 2008 foi criado um Grupo de Trabalho na COC para tratar da Conservação preventiva de seus acervos. Foi desenvolvido o projeto de pesquisa “Conservação preventiva dos acervos preservados pela Casa de Oswaldo Cruz”, que utilizou a metodologia de diagnóstico de conservação desenvolvida pelo GCI e contou com a colaboração da FCRB, resultando na adaptação da metodologia através da inclusão de análises específicas para edifícios históricos que abrigam coleções (COELHO e CARVALHO, 2015). Outra importante pesquisa foi realizada entre 2015 e 2017, viabilizada pelo financiamento da Getty Foundation, através de sua iniciativa de subsídio internacional chamada *Keeping it Modern*. A FIOCRUZ foi contemplada, recebendo apoio para o desenvolvimento de estudos para a elaboração do Plano de Conservação Preventiva do Pavilhão Arthur Neiva. Os resultados da pesquisa estão reunidos na publicação "Arquitetura Moderna e sua Preservação: Estudos para o Plano de Conservação Preventiva do Pavilhão Arthur Neiva", lançada em 2017, organizada por Barbara Cortizo de Aguiar e Maria Luisa Gambôa Carcereri.

Como resultado também destes processos de pesquisa e prática, a COC lançou, em 2013, a Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz e, em 2017, como parte dessa política, apresentou o Programa de Conservação e Restauração de Acervos, que estabelece como diretriz a elaboração de um Plano de Conservação Preventiva e de Gestão de Riscos para cada edificação. O Programa reconhece a diferença da aplicação do termo, observada entre a publicação de 2009 e sua publicação, considerando as duas perspectivas:

O termo conservação preventiva comporta interpretações diversas. Pode ser utilizado – tal como definido no documento base da Política [Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde da COC] – para se referir a uma estratégia que incorpora diversas atividades, tais como pesquisa, documentação, inspeção, monitoramento, gerenciamento ambiental, armazenamento, conservação programada e planos de contingência. Observamos também seu uso num sentido mais restrito, quando se refere a um tipo específico de ação realizada nos bens culturais,

geralmente contrapondo-se à conservação curativa. Esta consiste em um grupo de ações realizadas para contenção de danos que podem evoluir de forma significativa, com impacto sobre os itens de maneira individual. Neste documento, o termo conservação preventiva será utilizado tanto no sentido de estratégia quanto de ação. (COC/FIOCRUZ, 2017. p.03).

A estrutura dos PCP's, proposta pela política, é formada por quatro módulos: 1) Caracterização; 2) Diagnóstico; 3) Avaliação de Riscos e 4) Procedimentos. A incorporação da Gestão de Riscos destaca-se como uma importante ferramenta que se constitui como uma medida de prevenção primária. A Conservação Programada também é incorporada como estratégia, incluída dentro do módulo 4) Procedimentos, no qual determina-se que se deve:

Elaborar um manual de conservação programada para o edifício e o jardim, com roteiros de manutenção e inspeção, bem como definindo a periodicidade das ações, a especificação dos procedimentos técnicos e pequenas intervenções (ex: instalação de passadiços e escadas de acesso à cobertura) que contribuam para a prevenção de danos. Incluir rotinas de monitoramento e inspeção. (COC/FIOCRUZ, 2017, p.31)

A política informa também que “a execução das ações de conservação programada nas edificações históricas é realizada por empresas terceirizadas e fiscalizada pelos técnicos do Departamento de Patrimônio Histórico” (COC/Fiocruz, 2017, p.9). Desta forma, a iniciativa da COC/Fiocruz destaca-se por incluir a cultura da conservação preventiva no âmbito da política institucional, incorporando-a a seu planejamento.

A elaboração técnica de planos de conservação, no Brasil, foi incluída como atribuição do cargo de Arquitetos Urbanistas através da Resolução nº 21 de 5 de abril de 2012 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), enquadrada como uma atividade de concepção e execução de projetos no campo de atuação Patrimônio Histórico Cultural e Artístico (item 1.11.1.8).

No contexto atual de preservação do patrimônio cultural edificado no Brasil, no entanto, ainda são muito pouco disseminadas as iniciativas que prezam por ações de conservação sistemática, predominando a priorização de grandes intervenções de obras de restauração. Até recentemente, as políticas públicas de preservação do patrimônio construído não tinham como exigência a elaboração de planos de conservação. Tinoco (2013) aponta, por exemplo, que o *Manual de Elaboração de Projetos* (2005) do IPHAN, documento técnico que orienta e normatiza a elaboração dos projetos de restauração para bens tombados pelo IPHAN, não possui “orientações técnicas quanto à produção de um plano de gestão da conservação ou outro documento que garanta a sustentabilidade das ações propostas e, quiçá, das atividades de rotinas de inspeção e manutenções.” (TINOCO, 2013, p.05). A exigência destes documentos e de sua execução poderia colaborar para que fosse evitada a necessidade de novas intervenções em um curto período de tempo. A elaboração dos planos, no entanto, deveria independer da realização da intervenção.



Esse cenário pode ser modificado pela nova Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN, instituída pela Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018. A proposta distingue os processos institucionais que organizam as ações e atividades voltadas à preservação do patrimônio material entre processos de: I. Educação Patrimonial; I. Identificação; III. Reconhecimento; IV. Proteção; V. Normatização; VI. Autorização; VII. Avaliação de Impacto; VIII. Fiscalização; IX. Conservação; X. Interpretação, Promoção e Difusão, considerando que “os processos de Normatização, Autorização, Avaliação de Impacto, Fiscalização, Monitoramento e Conservação correspondem a formas de Vigilância do patrimônio cultural material” (MinC/IPHAN, 2018, p.04).

Os instrumentos de Conservação estão descritos na Seção V do Capítulo 3, que é direcionado às formas de vigilância, que determina:

Art. 51. O objetivo da Conservação é **preservar os valores e a significação cultural** do patrimônio cultural material protegido.

Art. 52. São instrumentos de Conservação e Gestão do patrimônio cultural material:

I. As Diretrizes de Conservação;

II. Os **Planos de Conservação**; e

III. Os Diagnósticos e projetos específicos.

Art. 53. O Iphan realizará ações e atividades de Conservação com as seguintes finalidades:

I. Preservar os valores que determinaram a tutela do bem;

II. Estimular a **adoção sistemática de hábitos e práticas preventivas voltados à manutenção e a conservação** do patrimônio cultural material; [...] (MinC/IPHAN, 2018, p.12-13, grifo nosso).

O documento também traz a seguinte definição para os Planos de Conservação:

Plano de Conservação – (1) Instrumento de conservação do patrimônio cultural material. (2) Implica em estabelecer políticas, regulações e ações apropriadas para garantir a permanência dos valores que justificaram o reconhecimento de determinado bem como patrimônio cultural. (3) Dialoga com as necessidades de gestão e controle de mudanças com vistas ao seu uso sustentável. (MinC/IPHAN, 2018, p.23).

De acordo com a ênfase dada à significância, à garantia dos valores e às necessidades de gestão e controle de mudanças, entende-se que o sentido de Plano de Conservação a ser adotado pelo IPHAN se aproxima ao modelo de PGC's desenvolvido por Kerr (2013).

Algumas iniciativas brasileiras já se baseiam nesta metodologia para a elaboração de planos de conservação. A primeira delas foi desenvolvida pelo Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI) na elaboração de PGC's. Os planos contemplam as etapas: a) conhecimento do lugar; b) declaração de significância; c) estudo dos impactos potenciais; d) propostas de política de conservação. (TINOCO, 2013) e podem ser contratados por proprietários, como é o caso do plano elaborado para a Basílica Nossa Senhora da Penha, iniciado em 2006, para o qual o CECI segue implementando, monitorando e prestando

assessoramento técnico semanal à equipe de manutenção da Paróquia<sup>107</sup>. Destacam-se, como parte da política de conservação, as medidas de prevenção secundária aplicadas através dos “manuais de inspeção”, com linguagem coloquial, comportando ações de rotina, com fichas de identificações de danos, direcionadas aos frades, para que possam detectar sinais de degradação, possibilitando uma intervenção precoce e menos invasiva (TINOCO, 2013).

Também seguindo os modelos de PGC’s, em 2015, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) elaborou os primeiros estudos para implantação do Plano de Gestão da Conservação do Edifício Vilanova Artigas, que abriga seu funcionamento. A pesquisa foi viabilizada pelo financiamento do programa *Keeping it Modern*, da *Getty Foundation*, para qual foi contemplada, assim como a FIOCRUZ. O edifício moderno vinha sofrendo com a falta de manutenção, que levou a necessidade da realização de intervenções anteriores que, executadas inadequadamente, comprometeram aspectos de seu significado cultural. Estas intervenções proporcionaram o agravamento dos danos, principalmente na cobertura e nas superfícies das empenas das fachadas. As pesquisas foram divididas em três frentes, cujos resultados são apresentados no relatório final do projeto “Subsídios para um plano de gestão da conservação para o edifício Vilanova Artigas” Entregue à *Getty Foundation* em dezembro de 2017, o relatório contemplava as três seguintes tarefas (tasks) (PINHEIRO, 2018): 1) correspondia ao primeiro estágio dos plano, consistia em uma apresentação aprofundada do edifício, suas transformações e seu significado cultural; para tal, dentre os instrumentos de pesquisa, foi realizado um projeto de registro de memória oral, com depoimentos de membros atuais e antigos da comunidade acadêmica da FAU-USP, além de campanhas para recolhimento de fotografias de diferentes momentos do edifício. 2) o desenvolvimento um plano de conservação / manutenção preventiva para a cobertura, para o qual foram realizados estudos das características de desempenho e do estado de conservação e propunha-se o de monitoramento constante da impermeabilização; 3) uma investigação da composição do concreto armado das empenas e seu estado de conservação, para a qual foram realizados a varredura a laser das fachadas e testes para a determinação da composição e resistência. Destacam-se o fato de terem sido criados meios digitais para divulgar o material desenvolvido ao longo das etapas e, além de outras atividades didáticas, a criação de uma disciplina interdepartamental no curso de Arquitetura e Urbanismo denominada “Subsídios Investigativos e Projetuais para a Preservação do Patrimônio Edificado”, voltada para a pesquisa e preservação do patrimônio construído da FAU-USP e para a articulação de seus

---

<sup>107</sup> Jorge Eduardo L. Tinoco - Informação fornecida em relato por email em 18 de abril de 2018.

objetivos didáticos com as intervenções relacionadas à manutenção e restauração de bens patrimoniais (PINHEIRO, 2016).

Pode-se perceber, nas iniciativas mencionadas, que a transição para cultura de planejamento da conservação, com a adoção de medidas preventivas para o patrimônio cultural edificado, pressupõe o envolvimento institucional – ou do proprietário do bem, em casos de particulares – em algum nível, devendo tornar-se parte do planejamento administrativo, tanto nos casos em que os planos são contratados, como os *Monumentenwatch* e os planos elaborados pelo CECI, quanto na implantação realizada dentro do âmbito institucional, como na FCRB e na FIOCRUZ. Percebe-se também que a implantação destes planos de conservação constitui-se em um processo, e não na elaboração pontual de um documento ou intervenção. Este processo contempla o recolhimento de dados sobre os bens que, realizados ao longo do tempo, fornecem subsídios para os procedimentos práticos de conservação, inclusive as rotinas de inspeção e manutenção, presentes em todos os modelos identificados.

### **3.2. Subsídios para o ensino e prática da Conservação Programada: o caso da EAU-UFF**

A adoção de rotinas de inspeção é um instrumento de prevenção secundária presente em todos os modelos de planejamento de conservação, que objetiva a detecção precoce de danos de maneira a possibilitar a adoção de medidas que evitem seu agravamento ou o aparecimento de novos danos decorrentes. No caso do Patrimônio Universitário Edificado a utilização dos bens como objetos de práticas de ensino, pesquisa e extensão, com o envolvimento do corpo docente e discente, possibilita a adoção dessas medidas de maneira a proporcionar uma contínua construção de dados e a aplicação empírica de medidas necessárias para a gestão da conservação desses bens. Esta prática pode contribuir sobre a demanda da conservação do conjunto, assim como a de atividades práticas no ensino do campo, como parte da formação de Arquitetos Urbanistas.

O registro sistemático de informações sobre bem edificados constitui um material importante para a implementação do planejamento da conservação, assim como para a elaboração de projetos de restauração. Pode fornecer dados sobre o aparecimento, periodicidade e evolução dos danos, de maneira a colaborar para sua melhor compreensão e diagnósticos, assim como uma melhor proposição de tratamentos e medidas preventivas.

Os exercícios realizados desde a década de 1980 na EAU-UFF apresentam informações sobre o conjunto em diferentes momentos e, apesar de não terem sido realizados com o foco na sistematização de informações contínuas, possibilitam a observação da recorrência e evolução de alguns danos, conforme exemplificado nas imagens a seguir:



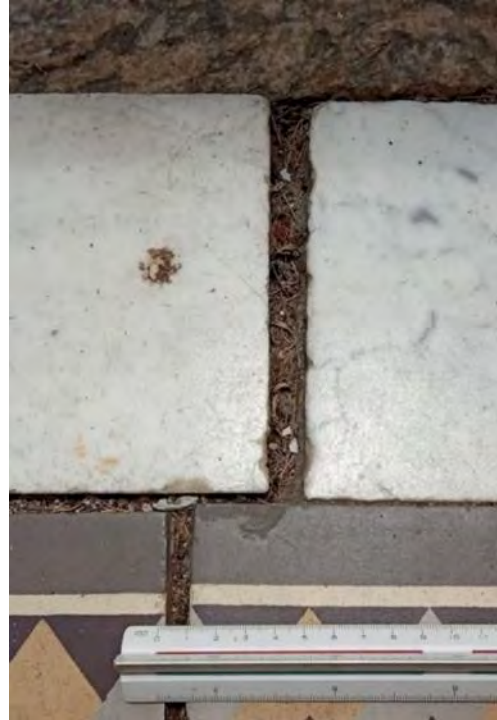
**Figura 99:** Danos identificados na fachada Sudoeste devido à perda de parte do condutor vertical de águas pluviais em 1999. Fonte: Mello (1999).

**Figura 100:** Imagem da mesma área em 2009, após intervenção. Pode-se observar o início do dano em desenvolvimento apenas na base da parede. Fonte: Camila Ennes.

**Figura 101:** Recorrência do dano, já bastante avançado, em setembro de 2019. Pode-se observar que a falha no condutor vertical ocorre desde a cimalha. Fonte: Camila Ennes.



**Figura 102:** Dano decorrente de recalque na fundação na varanda do Chalé, identificado em 1999. Fonte: Mello (1999).



**Figura 103:** Progressão do dano em 2019. Observa-se um pequeno aumento do espaço entre as pedras de mármore e entre essas e os ladrilhos hidráulicos. Fonte: Camila Ennes



**Figura 104:** Dano decorrente de recalque na fundação na varanda do Chalé, identificado em 1999. Fonte: Mello (1999).



**Figura 105:** Dano decorrente de recalque na fundação na varanda do Chalé, identificado em 2012 em Relatório da Acrópole para Etapa I do Projeto de Restauração. Fonte: Acrópole (2012).



**Figura 106:** Progressão do dano em outubro de 2019. Observa-se também o início de uma fissura na superfície da alvenaria da base (1), não observada em 1999 e em 2012, e o avanço da oxidação dos elementos de ferro fundido. Fonte: Camila Ennes.



**Figura 107:** Dano em muro de alvenaria de pedra no perímetro do conjunto, observado em 1999, decorrente, provavelmente, do aterramento da área interna, realizado de maneira a utilizá-lo como arrimo, sem que tenha sido projetado para tal, além da proximidade com as raízes das árvores. Fonte: Mello (1999)



**Figura 108:** Ampliação de dano observado na Figura 107. Fonte: Mello (1999).



**Figura 109:** Progressão do dano observada em dezembro de 2018. Observa-se que a cantaria se encontra com um deslocamento maior, a alvenaria abaixo começou a romper-se e o gradil apresenta maior deformação. Fonte: Jonatas Chaves.

Considera-se que a realização de atividades focadas no registro sistemático e a continuidade destas informações poderá ser um instrumento de colaboração na gestão dos bens e no ensino da conservação preventiva, além de constituir-se um material fundamental para a futura elaboração de um plano de conservação mais abrangente.

Durante segunda edição da parceria entre a EAU-UFF e a OEM/COC/Fiocruz, realizada no primeiro semestre de 2018, iniciou-se uma aplicação empírica de instrumentos de conservação secundária através do preenchimento de fichas de inspeção de danos. Organizadas inicialmente por elementos construtivos, as fichas registravam informações sobre o estado de conservação anterior dos elementos que viriam a passar por intervenções práticas nas oficinas.

O modelo de ficha de inspeção de danos utilizado inicialmente teve como referência a Ficha de inspeção proposta na publicação “Metodologia de Tecnologia na área de manutenção e conservação de bens edificados - o caso do Núcleo Arquitetônico e Histórico de Manguinhos”, elaborada por Pinheiro et al. (2009) e publicada pela COC/Fiocruz.

## Ficha de inspeção

CAMPO PARA INSERÇÃO DE DADOS DA INSTITUIÇÃO: LOGOS, ENDEREÇOS ETC.				
FICHA DE INSPEÇÃO		MATERIAL: <b>MADEIRA</b>		FOLHA: <b>1/3</b>
VISTORIANTE:		desenho de localização		
DATA DA INSPEÇÃO:				
EDIFICAÇÃO INSPECIONADA:				
OBJETO INSPECIONADO:				
OBS.:				
ITEM	ASPECTO	NÃO	SIM	OBSERVAÇÕES
1	Superfície			
1.1	Sujeidade impregnada			
1.2	Presença de estranhos			
1.3	Encoberta parcial ou integralmente			
1.4	Vestígios de adesivos, tintas, vernizes etc.			
2	Acabamento/Protetivo			
2.1	Fissuras			
2.2	Desgaste			
2.3	Perda parcial ou total			
2.4	Excesso de camadas			
2.5	Intervenção inadequada quanto a:			
2.5.1	Material			
2.5.2	Aplicação			

**Figura 110:** Modelo de ficha de inspeção utilizado empiricamente no primeiro semestre de 2018.. Extraído de PINHEIRO et al., 2009, p.19.

Os alunos realizaram, também, o levantamento cadastral dos elementos inspecionados e relatórios de registros de intervenções, nos quais foi realizado o registro fotográfico e descritivo dessas, além de acompanharem as intervenções práticas do curso, realizando o tratamento de esquadrias do sótão.

Observou-se que a organização das fichas por unidades de elementos construtivos, apesar de oferecer análises bastante completas, importantes para um conhecimento aprofundado dos bens, resultaria em uma quantidade de material muito extensa, com pouca praticidade de aplicação e difícil armazenamento no contexto atual da universidade, podendo facilitar sua dissociação. Sendo as rotinas de inspeção, inicialmente, condicionadas à ocorrência da disciplina, considerou-se a proposta de que as inspeções fossem mais abrangentes, possibilitando que a cada semestre ou ano, seja realizada uma análise do estado de conservação dos edifícios em sua totalidade.

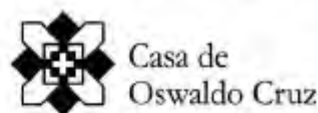
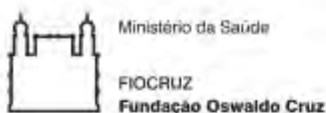
Desta forma, optou-se por modificar a metodologia das inspeções, que deixaram de ser focadas na análise dos elementos, individualmente, para a inspeção de ambientes internos (cômodos dos edifícios) e fachadas. Esta possibilidade permitiu que a atividade seja realizada facilmente por grupos de 2 a 4 alunos, compreendendo em uma atividade a inspeção de boa parte do conjunto. O foco das inspeções está na análise visual dos danos, de maneira a não depender de estruturas auxiliares, como a instalação de andaimes e apoios, que seriam necessárias, por exemplo, para a realização de inspeções com testes auditivos e de tato em elementos inacessíveis em altura. A análise percussiva de esquadrias deve ser contemplada nas inspeções. Iniciou-se, desta forma, a aplicação empírica de fichas de inspeção por ambientes, inicialmente no edifício denominado Chalé.

As fichas contemplaram, em sua primeira aplicação, duas partes: a primeira consistiu no preenchimento de tabelas onde estão listados possíveis danos a serem observados e a segunda consistiu na representação gráfica dos danos em pranchas. Estas pranchas já continham as plantas e vistas dos ambientes a serem vistoriados. A atividade de inspeção incorporou-se à disciplina como uma frente prática de atuação, passando esta a contemplar tanto a atividade de inspeção de danos quanto as intervenções em elementos do conjunto.

Para a primeira parte, no segundo semestre de 2018, foi utilizado empiricamente o modelo de Ficha de levantamento de danos apresentado pela Fiocruz em "Arquitetura Moderna e sua Preservação: Estudos para o Plano de Conservação Preventiva do Pavilhão Arthur Neiva", de 2017 (Figura 111).



6 – Modelo para levantamento de danos internos | Model for internal damage survey



Keeping It Modern - Plano de Conservação para o Pavilhão Arthur Neiva  
Ficha de levantamento de danos - Ambientes internos

**IDENTIFICAÇÃO DO AMBIENTE**

Ficha: \_\_/\_\_/\_\_

[Foto]

Nome ambiente: \_\_\_\_\_

Levantamento: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

**PISO**

Material: \_\_\_\_\_

Alteração cromática	
Arranhão	
Desgaste	
Desprendimento de material	
Instalação aparente	
Mancha	
Reposição de peça	
Sujidade	
Outro: _____	

**TETO**

Material: \_\_\_\_\_

Alteração cromática	
Arranhão	
Desgaste	
Desprendimento de material	
Instalação aparente	
Mancha	
Reposição de peça	
Sujidade	
Outro: _____	

**PAREDE:**

Material

	P1	P2	P3	P4
Desgaste				
Desprendimento material				
Infiltração				
Instalação aparente				
Mancha				
Substituição de peça				
Sujidade				
Trinca / fissura				
Outro: _____				

**ESQUADRIA:**

Material: \_\_\_\_\_

Sistema: \_\_\_\_\_

	E1	E2	E3	E4
Desgaste madeira				
Desprendimento pintura				
Instalação aparente (_____)				
Instalação de tela para insetos				
Insulfim				
Mancha				
Mecanismo de abertura danificado				
Perfuração				
Respingo de tinta				
Trecho quebrado				
Trinca / fissura				

Figura 111: Modelo de ficha de inspeção utilizado empiricamente no segundo semestre de 2018. Extraído de AGUIAR et al., 2017, Anexo 6.

Para a produção da segunda parte, correspondentes ao registro gráfico, foram utilizados e adaptados desenhos já existentes do conjunto, o que permitiu verificar a necessidade de revisão do levantamento cadastral do Casarão. Para este edifício, foram utilizados os desenhos que constavam em um CD com os arquivos correspondentes a um projeto de restauração realizado por alunos da Escola para a disciplina de Projeto de Restauração, em 1999, sob coordenação da Professora Cristina Mello e outros fornecidos pelo Professor José Pessoa, como parte de um trabalho também realizado para a mesma disciplina em 2009. Observou-se, no entanto, que ambos os conjuntos de desenhos apresentavam bastante divergência de medidas em relação à realidade, de maneira que, para a realização de intervenções, recomenda-se, a revisão deste levantamento. Esta constatação não prejudicou a elaboração das fichas, visto que, para efeito de inspeção visual, o material foi suficiente e foram feitas algumas correções.

Para a elaboração das fichas do Chalé, foram utilizados os desenhos elaborados em 2014 pela empresa Acrópole para o Projeto de Restauração da Edificação. Apesar de não constar do conjunto de plantas o levantamento cadastral, foi possível adaptar os desenhos do projeto executivo para representar a situação atual. Também foram utilizados os desenhos elaborados por Castro (2010). Ao preencher as fichas, no entanto, os alunos foram orientados a observar e registrar possíveis divergências entre o desenho e a realidade.

Para gerar uma correspondência entre os danos listados na primeira parte, representados graficamente na segunda, foi realizada uma adaptação da ficha proposta pela Fiocruz (2017), com a inclusão de uma coluna a ser preenchida com as cores utilizadas no mapeamento. Os alunos foram orientados a representar e registrar também qualitativamente todas as observações realizadas na inspeção, conforme pode ser observado no exemplo a seguir (Figuras 112 e 113), produzido pelas alunas Bianca Mota e Camila Avesani na atividade da disciplina.

Ficha de inspeção de danos - Ambientes internos

**IDENTIFICAÇÃO DO AMBIENTE**

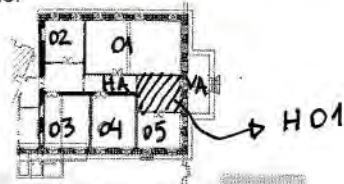
Nome ambiente: HALL 01

Localização:

Levantamento: BIANCA MOTA E CAMILA AVESANI

Data: 29/11/2018

Obs: CUIDEM BEM DO CHALÉ ♡



**PISO**

Material: CIMENTO QUEIMADO

<input checked="" type="checkbox"/>	Alteração cromática	1
<input type="checkbox"/>	Arranhão	
<input type="checkbox"/>	Desgaste	
<input type="checkbox"/>	Desprendimento de material	
<input checked="" type="checkbox"/>	Instalação aparente	
<input type="checkbox"/>	Mancha	
<input type="checkbox"/>	Reposição de peça	
<input type="checkbox"/>	Sujidade	
<input type="checkbox"/>	LACUNA	3
<input type="checkbox"/>	SUBST. MAT. INADEQUADO	2

Observações: NO MAPA DE DANOS

**TETO**

Material: FORRO DE MADEIRA

<input checked="" type="checkbox"/>	Alteração cromática	3
<input type="checkbox"/>	Arranhão	
<input type="checkbox"/>	Desgaste	
<input type="checkbox"/>	Desprendimento de material	3
<input checked="" type="checkbox"/>	Instalação aparente	
<input type="checkbox"/>	Mancha	
<input type="checkbox"/>	Reposição de peça	
<input type="checkbox"/>	Sujidade	
<input type="checkbox"/>	LACUNA	3

Observações: //

**PAREDES: ChPa 1**

Material: PINTURA

	H01-1	H01-2	H01-3	H01-4
<input type="checkbox"/>	ADICÇÃO DE MATERIAL	1	1	
<input type="checkbox"/>	Desgaste		1	
<input type="checkbox"/>	Desprendimento material	2	2	1
<input type="checkbox"/>	Infiltração			
<input checked="" type="checkbox"/>	Instalação aparente	2	1	1
<input checked="" type="checkbox"/>	Mancha		1	3
<input type="checkbox"/>	Substituição de peça	1		
<input type="checkbox"/>	Sujidade		2	3
<input type="checkbox"/>	Trinca / fissura			2/3
<input checked="" type="checkbox"/>	ELEMENTOS ESPURIOS	1		
<input type="checkbox"/>	SUBST. MAT. INADEQUADO	1	1	
<input type="checkbox"/>	LACUNA	2	3	

Observações: //

**ESQUADRIAS ChPm 1**

Material: MADEIRA E VIDRO

Sistema: DE ABRIR

	H01-1	H01-2	H01-3
<input type="checkbox"/>	ADICÇÃO DE MATERIAL	1	
<input type="checkbox"/>	Desgaste madeira		1
<input type="checkbox"/>	Desprendimento pintura		3
<input checked="" type="checkbox"/>	Instalação aparente ( )	2	3
<input type="checkbox"/>	Instalação de tela para insetos		
<input type="checkbox"/>	Insulfim		
<input type="checkbox"/>	Mancha		3
<input type="checkbox"/>	Mecanismo abertura danificado		
<input type="checkbox"/>	Perfuração		
<input type="checkbox"/>	Respingo de tinta		
<input type="checkbox"/>	Trecho quebrado	2	
<input type="checkbox"/>	Trinca / fissura	1	2
<input type="checkbox"/>	SUJIDADE	1	1
<input type="checkbox"/>	LACUNA	3	3
<input type="checkbox"/>	ADICÇÃO DE MATERIAL		1

Observações: //

Figura 112: Exemplo de ficha preenchida em atividade prática pelas alunas Bianca Mota e Camila Avesani no segundo semestre de 2018.

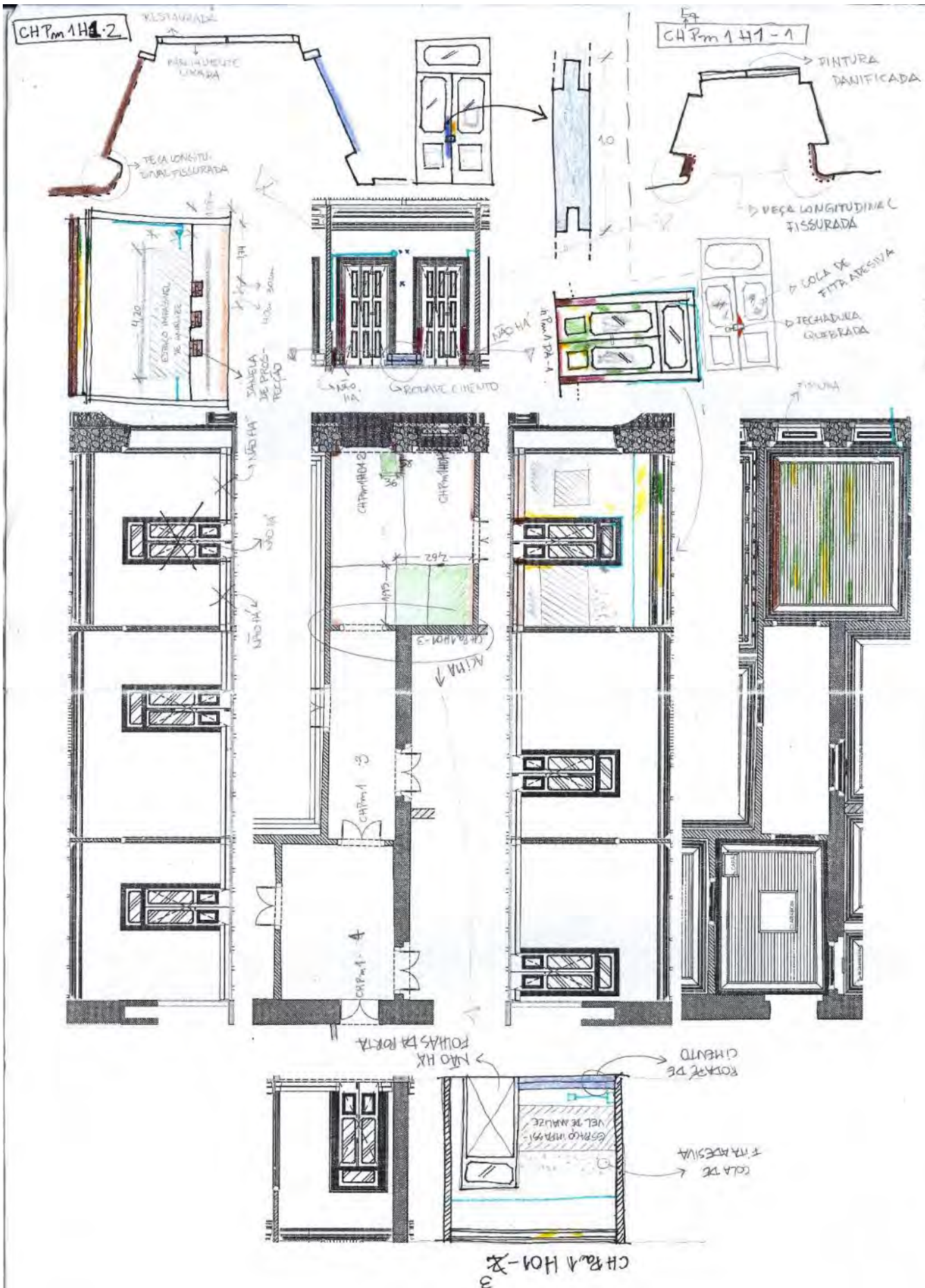
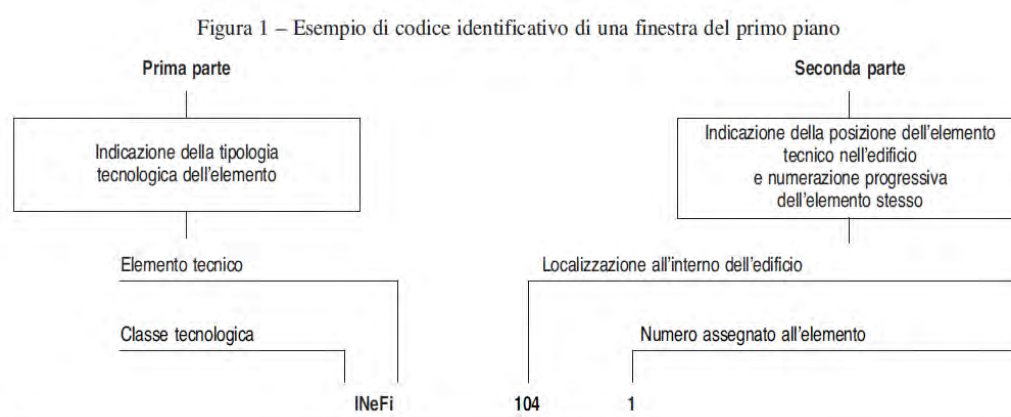


Figura 113: Exemplo de mapeamento de danos realizado pelas alunas Bianca Mota e Camila Avesani no segundo semestre de 2018.

A metodologia italiana de conservação programada, descrita na publicação *La conservazione programmata del patrimonio storico-architettonico: linee guida per il piano di manutenzione e il consuntivo scientifico* (2003), organizada por Stefano Della Torre, propõe que para a sistematização das ações sistemáticas, dentre elas as rotinas de inspeção, seja realizada uma identificação dos elementos construtivos do bem através de uma codificação (ou tagueamento) que engloba o sistema construtivo, localização e tipo de elemento. Seu objetivo não é a leitura individual de cada elemento, mas a identificação da relação entre os elementos, e conseqüentemente, entre os danos, a fim de proporcionar um entendimento global entre o elemento individual e o todo.



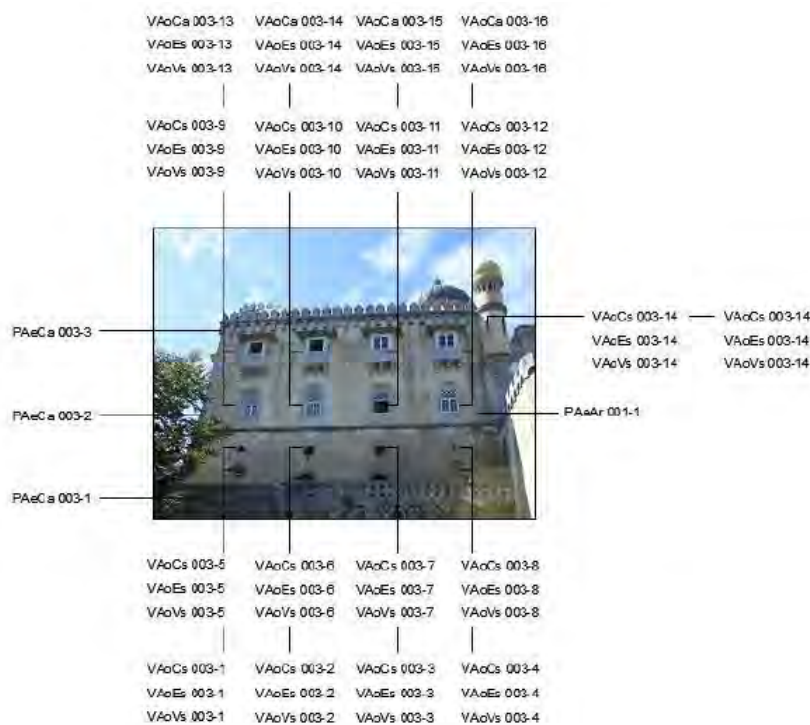
**Figura 114:** “Exemplo de código identificativo de uma janela do primeiro andar.”  
Fonte: Extraído de CARLINI, 2003, p.44.

Foram identificadas como referências, principalmente, duas aplicações práticas desta metodologia: o Caderno de Conservação Programada do *Tempietto di San Gerardo a Potenza* de Maria Carmela Grano (2011)<sup>108</sup>, na Itália e a dissertação "Programa previsional de manutenção em edificios históricos", de Daniel Nóbrega Tomásio Lopes Soares (2012).

A codificação é normalmente relacionada com as fichas de identificação (vide Figuras 117 e 118, p.133, por exemplo), onde devem ser descritas informações relacionadas aos materiais constituintes, tecnologias construtivas, tratamentos prévios e estado de preservação, levando em consideração as especificidades individuais (D’ASCOLA, 2003).

As referências metodológicas, apresentadas adiante, foram adaptadas ao objeto de estudo, com finalidade de utilização nas atividades de ensino, com o foco de aplicação nos alunos do curso, podendo ser também utilizada pelos demais atores envolvidos, como a SAEN e a SOMA.

<sup>108</sup> Elaborado como tese de licenciatura no Curso de tecnologia para a Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural da *Facoltà di Scienze Matematiche e Fisiche Naturali di Bologna* em Ravenna, na Itália, e publicado pelo *Consiglio regionale della Basilicata* em 2011.



**Figura 115:** Exemplo de metodologia italiana aplicada – identificação dos elementos da fachada a partir de codificação proposta. Fonte: SOARES, 2012, p.40.

<b>APPENDICE II</b>	
<b>Scomposizione in elementi tecnologici e loro identificazione alfanumerica</b>	
<p>NUMERAZIONE ANTIORARIA a partire dalla prima colonna esterna esposta a Sud-Est (alla destra della statua di San Gerardo) (stessa numerazione della relazione tecnica del 1997)</p>	
<b>FONDAZIONI</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• FN Tr probabilmente Trave rovescia (in passato era comune tale tipologia)</li> <li>• FN Mp Muratura continua e portante (il Muraglione fa da fondazione sul lato Ovest del Tempietto)</li> </ul>	
<b>STRUTTURE VERTICALI</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• SV Co COLONNE: SV Co1;2;3;4;5;6;7.</li> <li>• SV Ca CAPITELLI IN MARMO: SV Ca1;2;3;4;5;6;7.</li> <li>• SV Mc MURATURA CONTINUA</li> </ul>	
<b>STRUTTURE ORIZZONTALI</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• SO Ar ARCHITRAVE</li> <li>• SO Tr TRAVE in calcarenite</li> <li>• SO Pv PAVIMENTI in calcarenite e breccia</li> <li>• SO Ba BASAMENTI COMPOSITI delle colonne: SO Ba1;2;3;4;5;6;7</li> </ul>	
<b>COPERTURA</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• CP Gc GUAINA DI COPERTURA in fogli d'asfalto</li> </ul>	
<b>COLLEGAMENTO VERTICALE</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• CV Gr GRADINATA: 4 serie di scale con gradini in calcarenite e in cemento (gradini ricostruiti)</li> </ul>	
<b>APPARATI DECORATIVI</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• AD At : ALTARE marmoreo all'interno del Tempietto</li> <li>• AD St : STATUA di San Gerardo</li> <li>• AD Bs : BASAMENTO della statua, costituito da due elementi differenti</li> <li>• AD Is : ISCRIZIONI su lastre di marmo AD Is1;2</li> <li>• AD Ve: VETRATA policroma</li> <li>• AD Fr : FREGIO della trabeazione, in breccia</li> <li>• AD Cr: CORNICE della trabeazione, in marmo</li> </ul>	
<b>RIVESTIMENTI INTERNI</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• RVi In : intonaco</li> </ul>	
<b>RIVESTIMENTI ESTERNI</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• RVe Pa : 4 PARASTE in calcarenite (corrispondenti alle 4 colonne che giacciono sul muro interno, quindi numerate col numero della colonna corrispondente sul lato opposto) RVe Pa 1E;7E;6E;5E</li> <li>• RVe Zo : ZOCCOLATURA della parete in calcarenite</li> </ul>	

**Figura 116:** Exemplo de metodologia italiana aplicada – “Repartição por elementos tecnológicos e sua identificação alfanumérica”. Fonte: GRANO, 2011, p.134.

Tempietto di San Gerardo - Potenza				SCHEDA 1.A		
ANALISI DELLE PROBLEMATICHE						
Elemento: COLONNA (SV Co.1)						
Materiali e Tecniche	Problemi da valutare in futuro	Anomalie attese	Zone a rischio	Interazione con altri elementi	Azioni Preventive	Metodi di verifica e tempi di monitoraggio
<p>La colonna, esposta a Sud-Est sul lato del muraglione, è incassata nel muro perimetrale. E' costituita da 3 rocchi, di forma cilindrica, di calcirudite grainstone (campione G5) separati da una lamina metallica. I due rocchi superiori sono scanalati, quello basamentale è liscio.</p> <p>La scanalatura si interrompe in corrispondenza dell'innesto alla muratura. Al rocchio superiore è ancorato il capitello tramite un perno di ferro.</p> <p>Nel 1997 la colonna ha subito un intervento di restauro: le zone friabili, presenti soprattutto nella zona basamentale, furono preconsolidate con Paraloid B72 applicato fino a rifiuto. Seguì la pulitura con AB75 in sospensione di polpa di carta. Le discontinuità e le lacune furono stuccate con tre diverse malte in modo da avvicinarsi al colore mutevole della breccia. Consolidamento finale con silicato d'etile. Non è stato steso nessun protettivo.</p>	Idrofilia	Scagliatura Efflorescenza	Zone a contatto col muro e basamento.	SVMc	Valutazione porosità e trattamento idrorepellente	Spugna di contatto, controllo stagionale
	Esposizione ai reagenti chimici	Erosione per corrosione Alveolizzazione	Zone esposte a pioggia battente, rocchio inferiore	RVeBa	Monitoraggio inquinanti. Chiusura della strada al traffico. Strato di sacrificio	Macrofotografie per monitorare la rugosità della superficie
	Sporcabilità	Deposito superficiale	Zone erose e cunette che ostacolano il dilavamento	/	Spolveratura con pennelli morbidi e asciutti. Monitoraggio inquinanti e chiusura della strada al traffico.	Controllo della variazione cromatica, ogni 6 mesi
	Esposizione agli agenti biologici	Presenza di vegetazione	Zone più basse dove c'è maggiore presenza di acqua	/	Trattamento con raggi UV per una settimana o con prodotti biocidi	Verifica stagionale a vista
	Problemi da valutare in fase preliminare	Criticità connesse	Punti critici	Interazione con altri elementi	Provvedimenti	
	Facilità d'intervento	Altezza	Rocchio superiore	/	Necessità di un carrello elevatore	
	Pulibilità	Fragilità della breccia (dissoluzione calcite)	Tutta la colonna	/	Pulitura senza acqua né prodotti chimici. una volta all'anno lavaggio con spugna inumidita.	

Figura 117: Exemplo de metodologia italiana aplicada – Ficha de identificação de elemento. Fonte: GRANO, 2011, p.56.


Tempietto di San Gerardo - Potenza				SCHEDA 1.B	
GUASTI					
Elemento: COLONNA (SV Co.1)					
Degrado in atto e commento	Gravità	% Diffusione	Grado di Urgenza		
<p>Degradazione differenziale della breccia: messa in risalto dell'eterogeneità tessiturale.</p> <p>La matrice è erosa soprattutto nella fascia di colonna sottostante al capitello e nei punti di contatto tra i rocchi. Il rocchio inferiore, è eroso nei punti di carico, nella zona basale a contatto col plinto e nella striscia a contatto con il II rocchio. L'erosione può essere stata causata dall'azione fisica degli agenti atmosferici, dall'azione chimica delle piogge acide, dal carico di tensioni che si accumulano nei punti di contatto tra due rocchi, e dalla differente dilatazione di pietra e lamina metallica nei punti di contatto tra i rocchi.</p> <p>Nella parte di colonna affacciata sul muraglione all'erosione differenziale si accompagna presenza di vegetazione nelle fessure che trattengono acqua.</p>	1, danno lieve	40	2. degrado in progress		
Stato di degrado nel 1997					
<p>Nelle zone esposte a pioggia diretta, il fenomeno del continuo dilavamento ha disgregato la superficie, lasciando la pietra sottostante decoesa e porosa. La disgregazione è più evidente nei punti di carico. Bassa resistenza meccanica della pietra.</p>				<p>Visione dall'esterno</p> <p>Erosione nei punti di contatto tra i rocchi</p>	

Figura 118: Exemplo de metodologia italiana aplicada – Ficha de identificação de elemento. Fonte: GRANO, 2011, p.57.

### 3.3. Desenvolvimento do Guia de atividade e fichas

#### 3.3.1. Aplicação da metodologia italiana: Codificação

A proposta de codificação para os edifícios do conjunto foi realizada através de uma adaptação da codificação italiana. Sendo as inspeções realizadas por ambientes, esta informação foi trazida para o início da codificação, de maneira a simplificar a incorporação dos códigos dos elementos nas fichas. Os elementos foram divididos em grupos por sistema.

Para tal, ao invés da produção de fichas de identificação de elementos, foi realizada uma caracterização dos componentes dos sistemas construtivos de cada edificação, assemelhando-se a um inventário dos sistemas construtivos. Os elementos foram classificados de acordo com os seguintes grupos, para os quais foram considerados como critérios: a função no sistema construtivo, a localização e a adequação à inspeção por ambientes:

- Fundações
- Estrutura
- Paredes
- Cobertura
- Frontão
- Pisos
- Tetos
- Vãos
- Pórticos
- Escadas

A organização dos códigos obedeceu a seguinte ordem, conforme esquema de codificação abaixo:

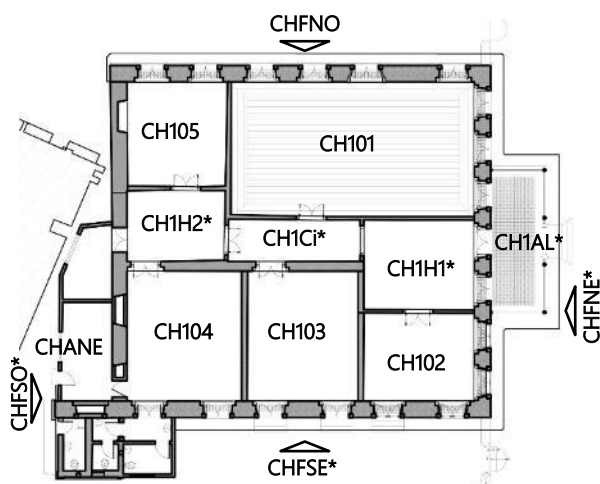
Edifício	Ambiente / ficha correspondente	Grupo	Elemento	Posição
<b>CH105.Va.Jm1_01</b>				
<b>CH</b>	<b>105</b>	<b>Va</b>	<b>Jm1</b>	<b>01</b>
Chalé	Primeiro pavimento Sala 05	Vão	Janela de madeira, Tipo 1	Posição / elemento 01

**Tabela 10:** Exemplo da codificação aplicada ao estudo de caso. Fonte: Camila Ennes, 2019.

O produto desta dissertação, resultado da sistematização, consiste nas Fichas de inspeção – compostas por: 1) listagem e enumeração dos danos; 2) mapeamento gráfico e 3) análise qualitativa – e em um guia de atividade, com a finalidade de orientar os alunos em sua execução. Os alunos são também orientados a produzirem levantamentos fotográficos das inspeções e o registro das intervenções realizadas sobre os elementos que forem objetos de intervenção na disciplina. Estes produtos estão apresentados no Volume II – Apêndice 2 e Anexo (CD com arquivos digitais) desta dissertação.

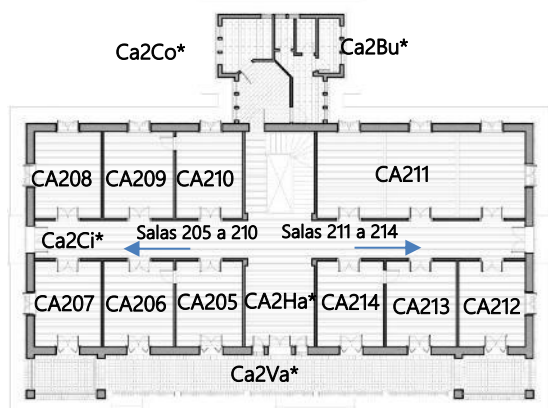
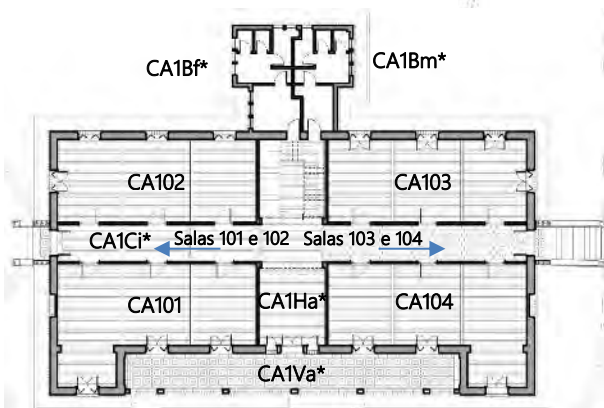


A codificação das salas seguiu o sentido horário, por edifício e pavimento. No casarão, a numeração das salas seguiu uma sequência contínua ao longo dos pavimentos, de maneira que a atual Sala 11 manteve sua numeração, correspondendo ao código CA211.



**Figura 119:** Codificação dos ambientes internos e fachadas do Chalé.

- \*CH1H1: Hall 1
- \*CH1H2: Hall 2
- \*CH1Ci: Circulação
- \*CH1AL: Alpendre
- \*CHTLH: Telhado
- \*CHFNE: Fachada Nordeste
- \*CHFNO: Fachada Noroeste
- \*CHFSE: Fachada Sudeste
- \*CHFSO: Fachada Sudoeste
- CHANE: Anexo



**Figuras 120 a 122:** Codificação dos ambientes internos e fachadas do Casarão;

- \*CA1Ha: Hall do 1º pavimento
- \*CA1Va: Varanda do 1º pavimento
- \*CA1Ci: Circulação do 1º pavimento
- \*CA1Bf: Banheiro feminino do 1º pavimento
- \*CA1Bm: Banheiro masculino do 1º pavimento
- \*CA2Ha: Hall do 2º pavimento
- \*CA2Va: Varanda do 2º pavimento
- \*CA2Ci: Circulação do 2º pavimento
- \*CA2Bu: Banheiro unissex do 2º pavimento
- \*CA2Co: Copa do 2º pavimento
- \*CATLH: Telhado
- \*CAFNE: Fachada Nordeste
- \*CAFNO: Fachada Noroeste
- \*CAFSE: Fachada Sudeste
- \*CAFNO: Fachada Sudoeste

Nas salas, a numeração dos elementos também segue o sentido horário, iniciando-se, normalmente, pelo primeiro elemento à esquerda da entrada. O resultado da codificação dos grupos e elementos é apresentado a seguir (Tabela 11) e a identificação dos componentes de sistemas construtivos, nos itens 3.3.2, 3.3.3 deste capítulo.

<b>Codificação para edifícios EAU-UFF</b>		
<b>Grupo</b>	<b>Elemento</b>	
Fundações (Fu)	<b>Baldrame (Bal)</b>	
Estrutura (Es)	<b>Pilar de tijolos maciços (Ptm)</b> <b>Pilar de ferro fundido (Pff)</b> <b>Pilar – não identificado (Pil)</b> <b>Arco de ferro fundido (Aff)</b> <b>Pilar de tijolo maciço (Ptm)</b> <b>Viga metálica (Vim)</b> <b>Viga (não identificado) (Vig)</b> <b>Laje de concreto (Laj)</b> <b>Barroteamento (Bar)</b>	<b>Tesouras (Tes)</b> <b>Quadro de Tesoura (Qts)</b> <b>Ripas (Rip)</b> <b>Terças (Ter)</b> <b>Caibros (Cai)</b> <b>Cumeeira (Cum)</b> <b>Espigão (Esp)</b> <b>Frechal (Fre)</b>
Parede (Pa)	<b>Alvenaria de tijolos maciços (Atm)</b> <b>Alvenaria de tijolos furados (Atf)</b> <b>Alvenaria de pedra (Ape)</b> <b>Superfície interna (Int)</b> <b>Superfície externa (Ext)</b>	<b>Rodapé de madeira (Rpm)</b> <b>Rodapé de argamassa (Rpa)</b> <b>Friso / Faixa de Tijolos (Ftj)</b> <b>Friso de argamassa (Fra)</b> <b>Cimalha (Cim)</b>
Cobertura (Cb)	<b>Águas (Agu)</b> <b>Clarabóia (Cla)</b> <b>Beiral (Bei)</b> <b>Calhas (Clh)</b> <b>Condutores verticais (Cov)</b> <b>Lambrequins (Lbq)</b> <b>Lanternim (Lnt)</b>	
Frontão (Fr)	<b>Tímpano de madeira entalhada (Tma)</b> <b>Tímpano de estuque (Tie)</b> <b>Cornija (Cor)</b> <b>Acrotério (Acr)</b> <b>Lambrequins ( Lbq )</b>	
Pisos (Pi)	<b>Assoalho (Aso)</b> <b>Cerâmico (Cer)</b> <b>Cimento queimado (Ciq)</b> <b>Ladrilho hidráulico (Lah)</b> <b>Tapete de Ladrilho hidráulico (Tlh)</b>	
Teto e forros (Te)	<b>Forro de madeira (Fom)</b> <b>Forro de gesso acartonado (Ges)</b> <b>Forro de PVC (Pvc)</b> <b>Lambri (sótão) (Lmb)</b> <b>Sanca de madeira (Sam)Sanca de argamassa (Sar)</b> <b>Laje (Laj)</b>	
Vãos (Va)	<b>Janela de madeira (Jm1, 2...)</b> <b>Porta de madeira (Pm1, 2...)</b> <b>Porta de madeira lisa (Pml)</b> <b>Porta de madeira simples (Pms)</b> <b>Janela de basculante (Jb1, 2...)</b> <b>Janela de tijolo de vidro (Jtv)</b> <b>Mansarda (Ms1, 2...)</b> <b>Grade de ventilação do porão (Gvp)</b>	<b>Guarda corpo de madeira (Gcm)</b> <b>Guarda corpo tubular (Gct)</b> <b>Guarda corpo de ferro fundido (Gff)</b> <b>Peitoril (Pei)</b> <b>Tímpano de estuque (Tie)</b> <b>Arco de escarção (Arc)</b> <b>Verga (Ver)</b> <b>Vão emparedado (Emp)</b>
Pórticos (Po)	<b>Cobertura de cobre (Cob)</b> <b>Forro de madeira (Fom)</b> <b>Colunas (Col)</b> <b>Base de alvenaria (Bsa)</b>	<b>Base de madeira (Bsm)</b> <b>Imposta de madeira (Ima)</b> <b>Testeira em madeira pintada (Ttm)</b> <b>Guarda corpo de alvenaria ( Gca )</b>
Circulação vertical (Cv)	<b>Escada de pedra (Epe)</b> <b>Escada de madeira (Ema)</b> <b>Escada de concreto (Eco)</b> <b>Rampa de ... (Rpe, Rma, Rco...)</b>	

**Tabela 11:** Codificação para edifícios EAU-UFF. Fonte: Camila Ennes, 2019.

### 3.3.2. Identificação de elementos Construtivos: Chalé

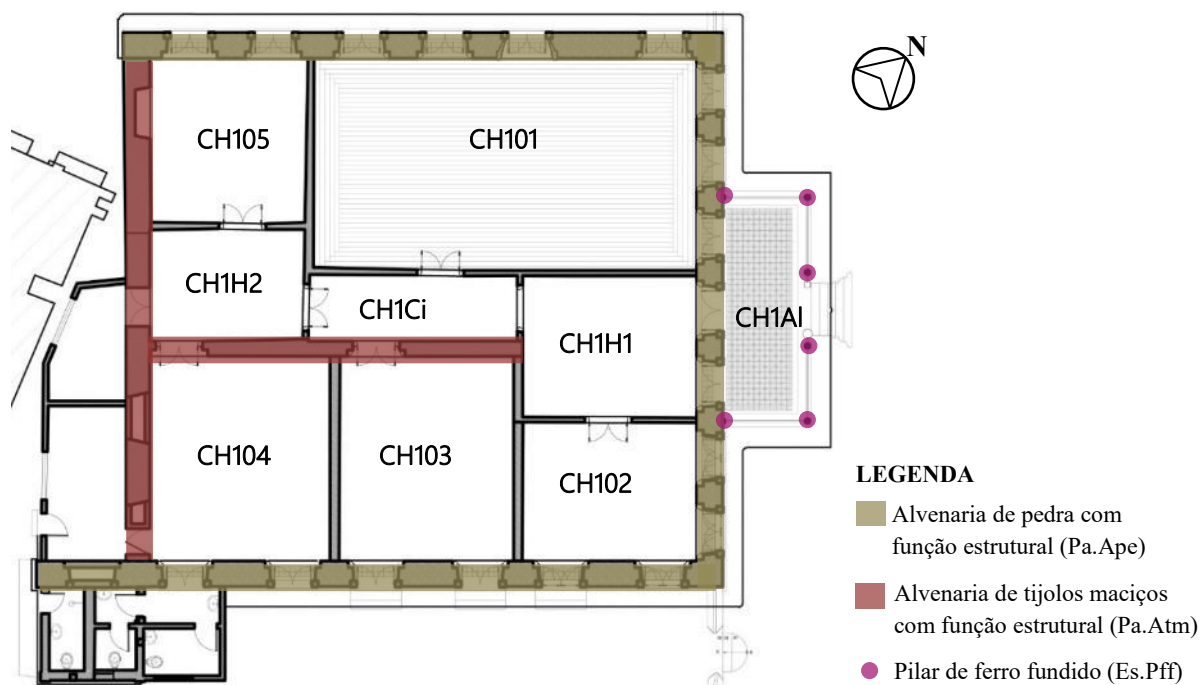
#### Fundações (Fu):

Não foi possível ter acesso às fundações das edificações. Diante do sistema construtivo e período de construção, no entanto, acredita-se que ambas as edificações são embasadas em baldrame de pedra. É proposta uma codificação para estes elementos, no entanto, eles não são contemplados nas fichas de inspeção, por não estarem disponíveis para análise visual.

#### Estrutura (Es):

Para a compreensão dos elementos com função estrutural no edifício do Chalé, baseou-se na classificação das alvenarias identificada pela empresa Acrópole no Projeto de Restauração do edifício, em 2014. Identificou-se que, no corpo principal do Chalé, as paredes da envoltória do edifício, compostas nas fachadas Sudeste, Nordeste e Noroeste por alvenaria mista de pedras e tijolos e, na Sudoeste, por alvenaria de tijolos maciços, possuem função estrutural, sustentando a estrutura da cobertura. Já no alpendre, pilares de ferro fundido conectados por arcos são responsáveis pela sustentação das cargas verticais.

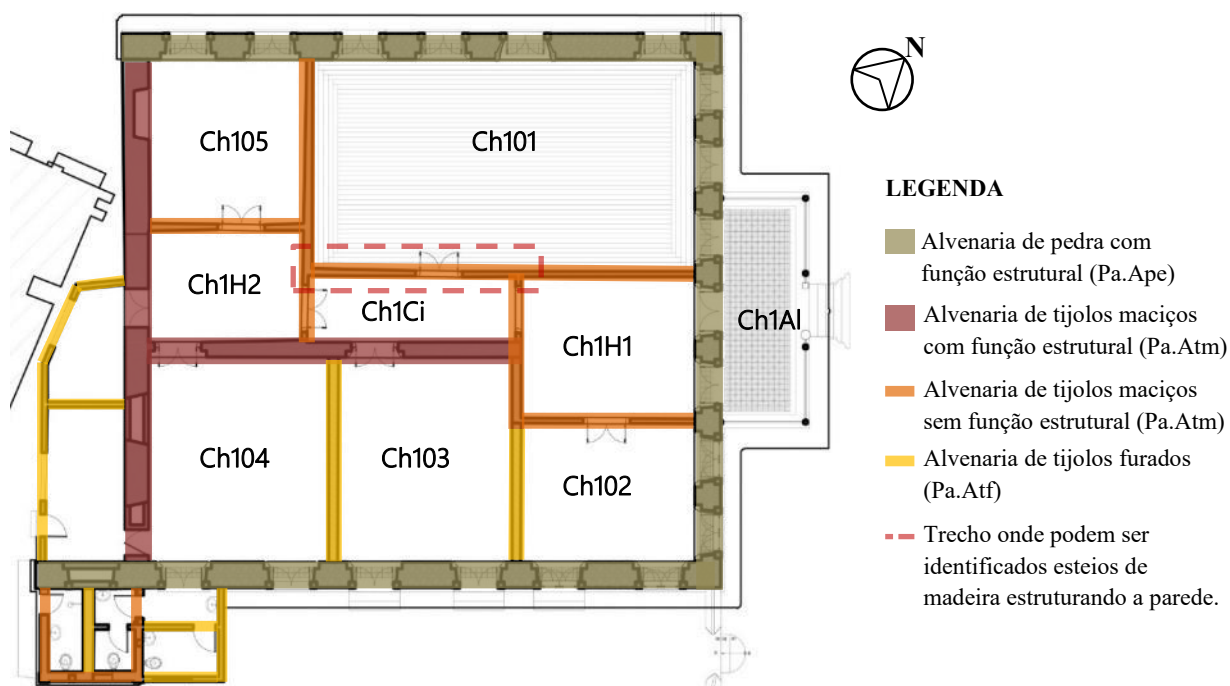
Na codificação, as paredes com função estrutural estão classificadas no grupo Paredes (Pa).



**Figura 123:** Planta esquemática de sistema estrutural do Chalé, adaptada a partir de material desenvolvido pela empresa Acrópole em Projeto de Restauração do Chalé (2014) e fornecido pela SAEN.

### Paredes (Pa):

A composição estrutural das paredes do Chalé foi identificada pela empresa Acrópole, em 2014, da seguinte maneira:



**Figura 124:** Planta esquemática de composição das alvenarias do Chalé, adaptada a partir de material desenvolvido pela empresa Acrópole em Projeto de Restauração do Chalé (2014) e fornecido pela SAEN.

Destaca-se, na alvenaria de tijolos maciços considerada como sem função estrutural, um trecho em que, devido a retirada da sanca para intervenção na claraboia (Figura 125), podem ser visualizados esteios e madeira estruturando a alvenaria (1), que possui arremate tipo “chapéu” no topo (2). Esta solução era comum em edificações do período, sendo encontrada também no Solar do Jambeiro (Figura 127), edifício próximo, tombado a nível estadual e municipal, mencionado no item 2.1 da dissertação.

Pode ser observada também, uma rugosidade na superfície desta parede na direção em que os esteios estão posicionados (Figura 126). Esta rugosidade pode ter sido ocasionada pela expansão volumétrica da madeira, provocada pela infiltração ocorrente na claraboia.



**Figura 125:** Fotografia realizada durante a primeira edição da parceria entre a EAU-UFF e a OEM/COC/Fiocruz, na qual foi realizado o escoramento da Claraboia (abril de 2017). Fonte: Carolina Moreira, OEM/COC/Fiocruz.

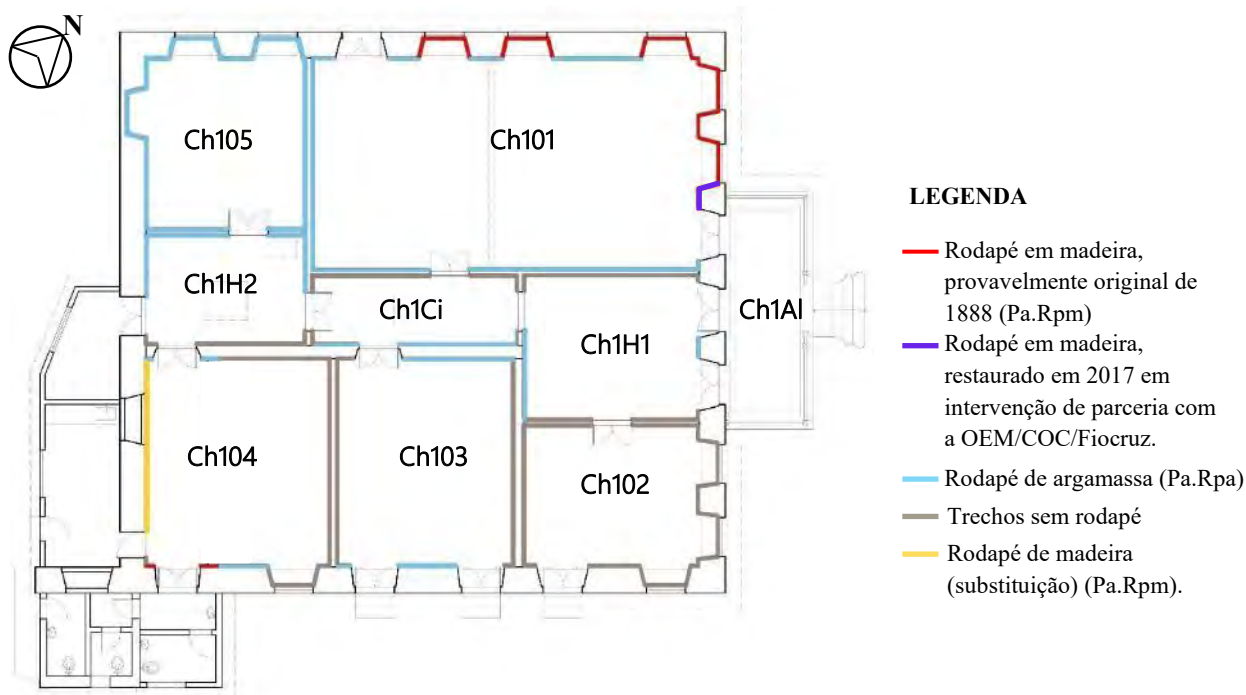


**Figura 126:** Esteios e alterações na parede em sua direção (3), em outubro de 2019. Fonte: Camila Ennes



**Figura 127:** Fotografia de alvenaria do Solar do Jambeiro durante obra de restauração. Fonte: <https://culturaniteroi.com.br/blog/?id=202>, acesso em 18 de outubro de 2019.

Nas inspeções visuais de ambientes internos e fachadas, serão consideradas as superfícies internas e externas destes elementos. São classificados, também, no grupo das paredes, rodapés, por serem elementos incorporados à sua superfície. No caso do Chalé, ocorreu a substituição de trechos do rodapé original de madeira por rodapés de argamassa. O levantamento destes trechos foi realizado por Castro (2010) e representado na planta abaixo:



**Figura 128:** Planta esquemática de composição dos rodapés do Chalé, extraída e adaptada de material desenvolvido pela aluna Paula Donegá de Castro em Trabalho Final de Graduação (2009).

Também os frisos de argamassa das fachadas, incorporados às suas superfícies externas, são contemplados no grupo de Paredes.

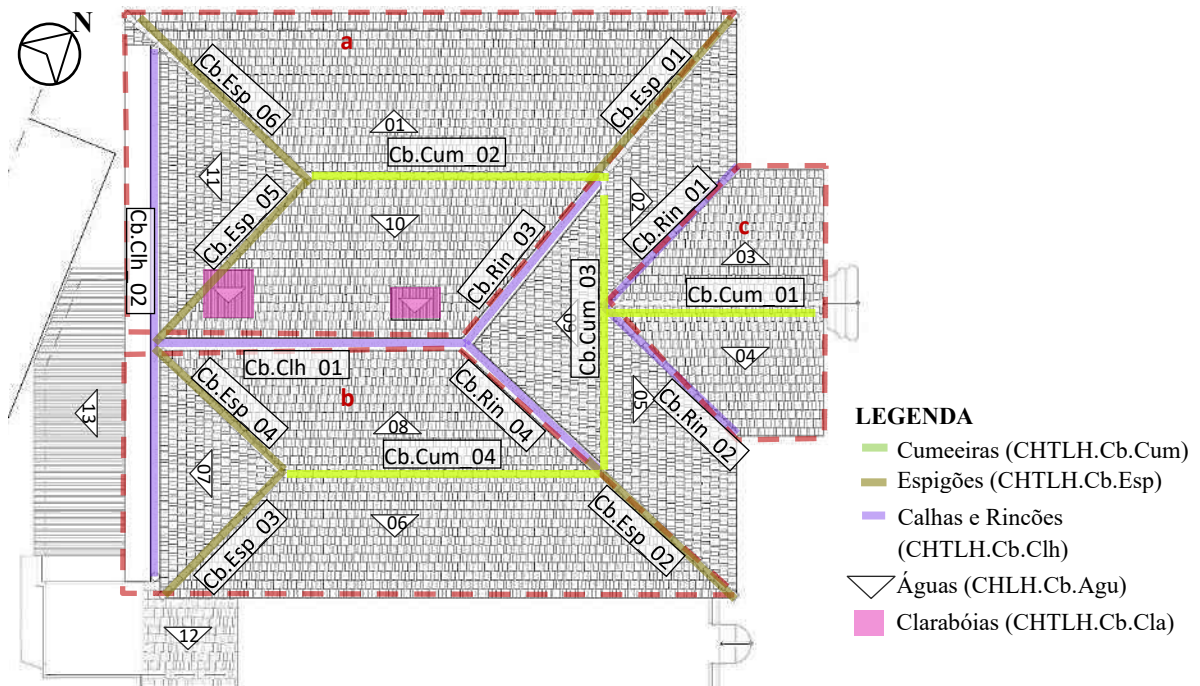
#### Cobertura (Cb) e Estrutura do telhado (Es):

Os elementos do telhado são identificados no ambiente assim denominado, Telhado (TLH), e divididos entre os grupos Estrutura (Es) e Cobertura (Cb). Alguns elementos – **Cumeeiras**, **Espigões** e **Rincões** – são classificados em ambos os grupos com a mesma nomenclatura, porém ora referindo-se aos elementos estruturais assim denominados (classificados no grupo “Es”), ora aos elementos que compõem a cobertura, como fiadas de telhas, no caso de Cumeeiras e Espigões, e calhas, no caso dos Rincões (grupo Cb).

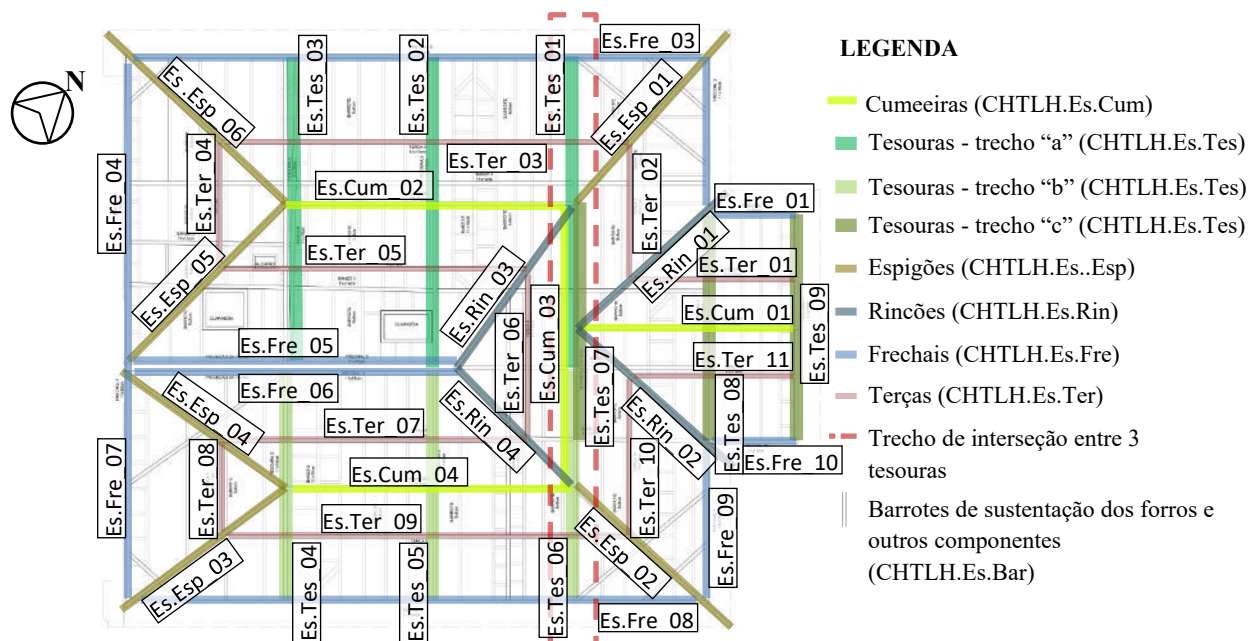
O telhado do Chalé é do tipo de várias águas, seguindo uma disposição em formato de “U”, com uma calha central, e um trecho independente que se projeta, formado a cobertura do alpendre (trecho “c”). Sabe-se que a intervenção de demolição dos fundos do edifício, que continha o segundo pavimento, provocou alterações em sua forma inicial. Não foi identificado,

no entanto, registro desta forma. Pode-se observar que a descontinuidade do beiral na fachada sudeste (de fundos), que provoca infiltrações em sua alvenaria, é um dos resultados da intervenção. As telhas são identificadas como do tipo francesa, de Marselha.

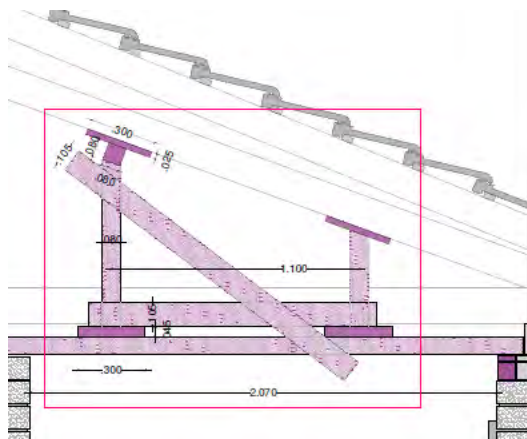
Sua composição volumétrica é formada, principalmente, por três grupos de tesouras, correspondentes aos trechos destacados como “a”, “b” e “c”. Os principais elementos estruturantes de seu madeiramento podem ser representados esquematicamente da seguinte maneira:



**Figura 129:** Planta esquemática de cobertura do Chalé, adaptada a partir de material desenvolvido pela aluna Paula Donegá de Castro em Trabalho Final de Graduação (2009).

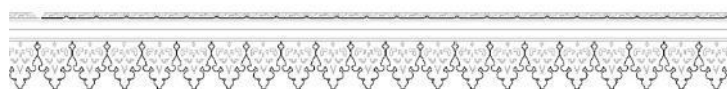


**Figura 130:** Planta esquemática de cobertura do Chalé, adaptada a partir de material desenvolvido pela empresa Acrópole em Projeto de Restauração do Chalé (2014) e fornecido pela SAEN.



**Figura 131:** Registro de intervenção de escoramento da Clarabóia realizada em 2017 na primeira edição da parceria com a OEM/COC/Fiocruz. Desenho elaborado por Dulce Abigail Keuchkarian. Fonte: KEUCHKARIAN, 2017, p.90.

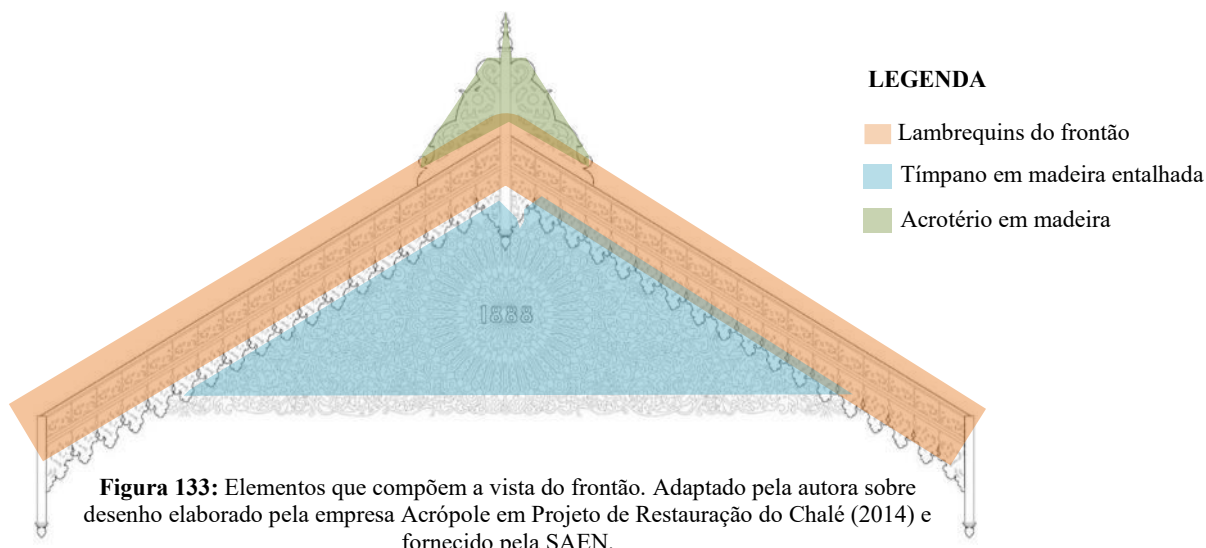
Os beirais e os lambrequins também são classificados como parte do grupo Cobertura, por serem elementos associados a seus componentes.



**Figura 132:** Exemplo de trecho de lambrequins associado ao grupo Cobertura. Desenho elaborado pela empresa Acrópole em Projeto de Restauração do Chalé (2014) e fornecido pela SAEN.

### Frontão (Fr):

Os elementos que compõem o frontão foram identificados em um grupo separadamente por terem características particulares. São identificados como seus elementos os lambrequins que o compõem, o acrotério e o tímpano em madeira talhada.



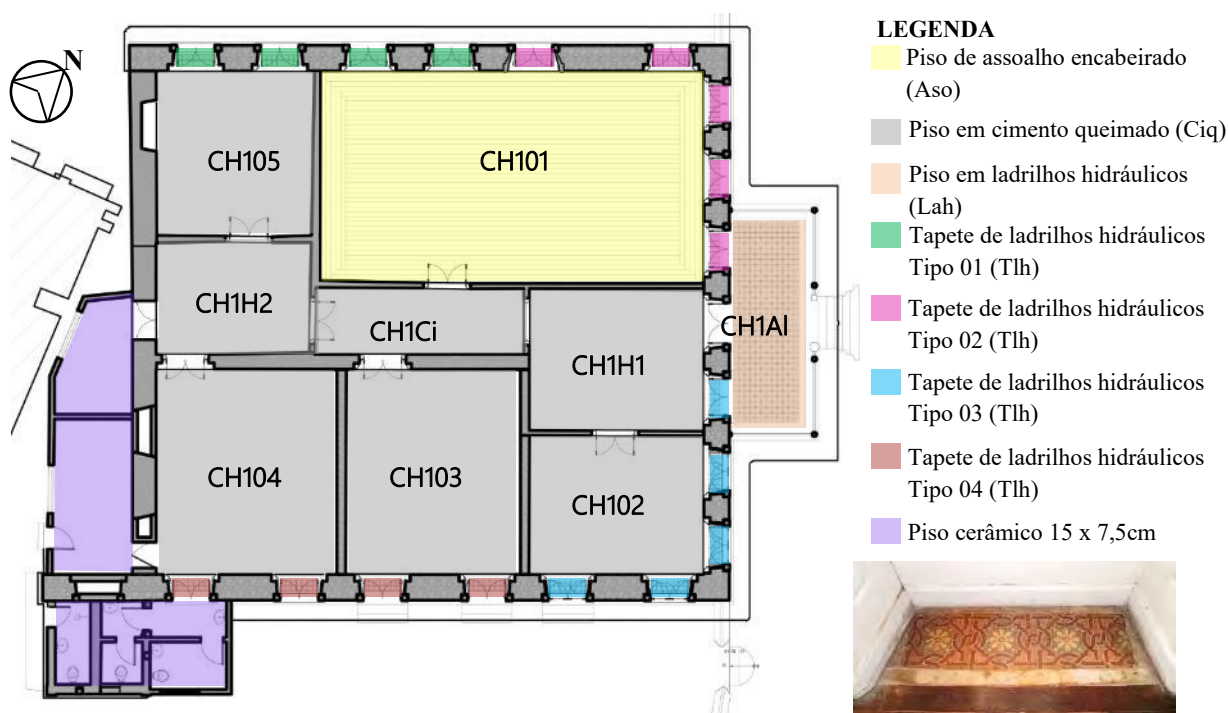
**Figura 133:** Elementos que compõem a vista do frontão. Adaptado pela autora sobre desenho elaborado pela empresa Acrópole em Projeto de Restauração do Chalé (2014) e fornecido pela SAEN.

Em 2018, durante tempestade, a lateral esquerda do acrotério caiu e se desagregou. As partes foram recolhidas e, no segundo semestre do mesmo ano, iniciou-se seu tratamento através do mapeamento das partes, limpeza e lixamento, nas atividades da disciplina Oficina de Conservação, objetivando-se sua recuperação.



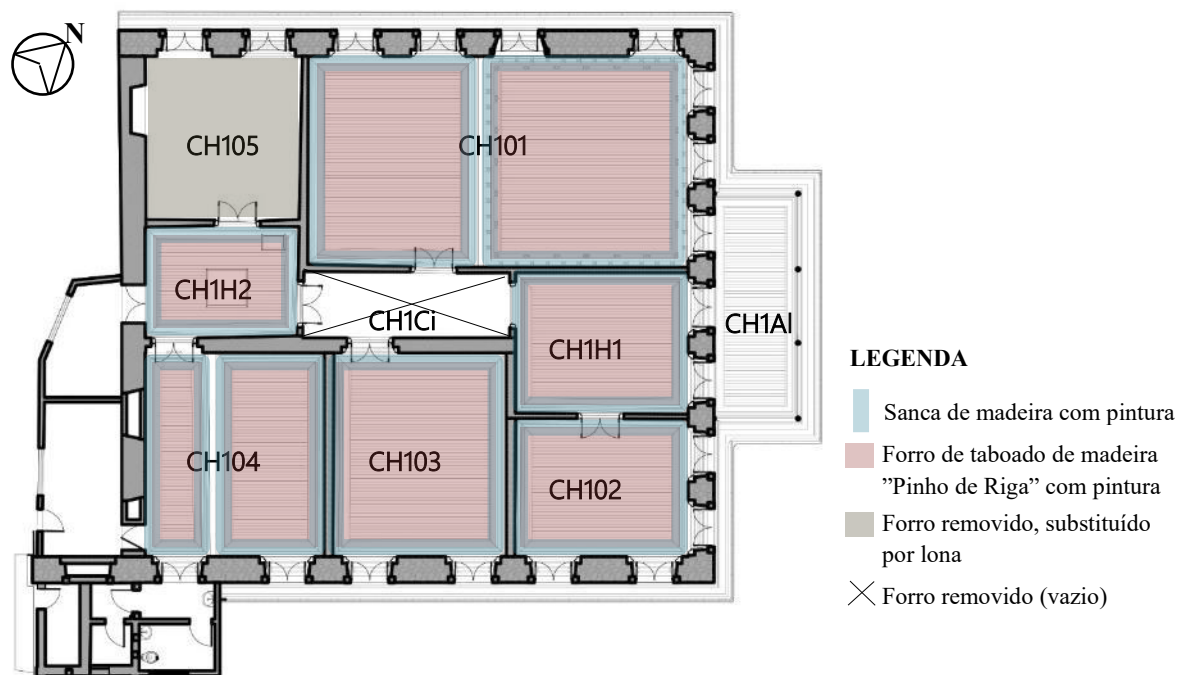
### Pisos (Pi):

Segundo relatório de Identificação e Conhecimento do bem elaborado pela empresa Acrópole como a Etapa I do Projeto de Restauração do Chalé (2013), o edifício teve seu piso de madeira Pinho de Riga modificado para cimento queimado após a ocupação pela UFF, com participação da arquiteta Silvana Valente, técnica da SAEP/UFF, devido à infestação por térmitas. A data da intervenção não é informada, porém acredita-se que tenha ocorrido na década de 80. Apenas o auditório teve o piso anterior substituído por um novo assoalho encabeirado, de ipê. O piso do alpendre, de ladrilhos hidráulicos, não foi modificado na intervenção. Internamente, os nichos das paredes externas do edifício possuem de “tapetes” em ladrilhos hidráulicos, apresentando padrões diferentes, que podem corresponder à divisão original dos cômodos em 1888. O porão da edificação perdeu sua função de ventilação do assoalho e hoje encontra-se entulhado.



**Figura 134:** Planta esquemática de pisos do Chalé, adaptada a partir de material desenvolvido pela empresa Acrópole em Projeto de Restauração do Chalé (2014) e fornecido pela SAEN/UFF. Fotografia: Exemplo de “tapete” de ladrilho hidráulico, do Tipo 01.

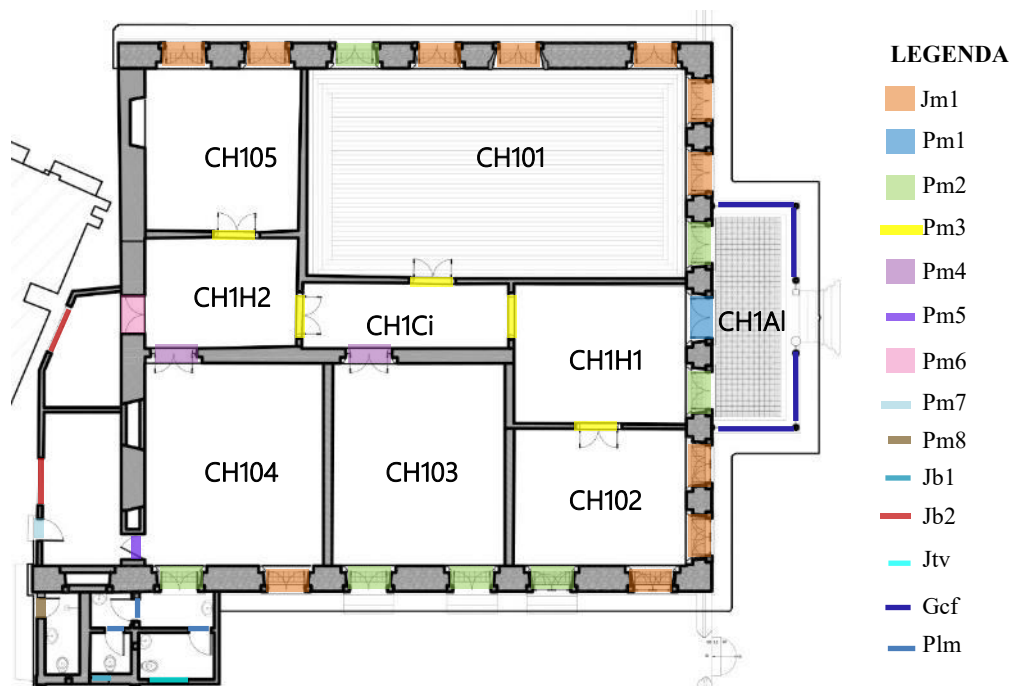
Os tetos do Chalé são em forro de taboas de madeira com pintura e emoldurados por sancas de madeira com pintura. A divisão das sancas também sugere diferentes conformações para os cômodos, não sendo possível identificar se a conformação atual das divisões é a original de 1888 ou posterior, decorrente de intervenção. Há semelhanças com a conformação sugerida nos tapetes de ladrilho hidráulico, no entanto, também há diferenças, não sendo possível concluir a disposição original de 1888.



**Figura 135:** Planta esquemática de tetos do Chalé, adaptada a partir de material desenvolvido pela empresa Acrópole em Projeto de Restauração do Chalé (2014) e fornecido pela SAEN.

Vãos (Va):

As esquadrias foram classificadas por tipos, de acordo com seu sistema de abertura, composição e dimensões, conforme utiliza-se normalmente em projetos de arquitetura e restauração. Em cada tipo, foram identificadas variações. Guarda-corpos também são classificados no grupo de vãos, sendo, no Chalé, identificados no guarda-corpo de ferro fundido do alpendre.



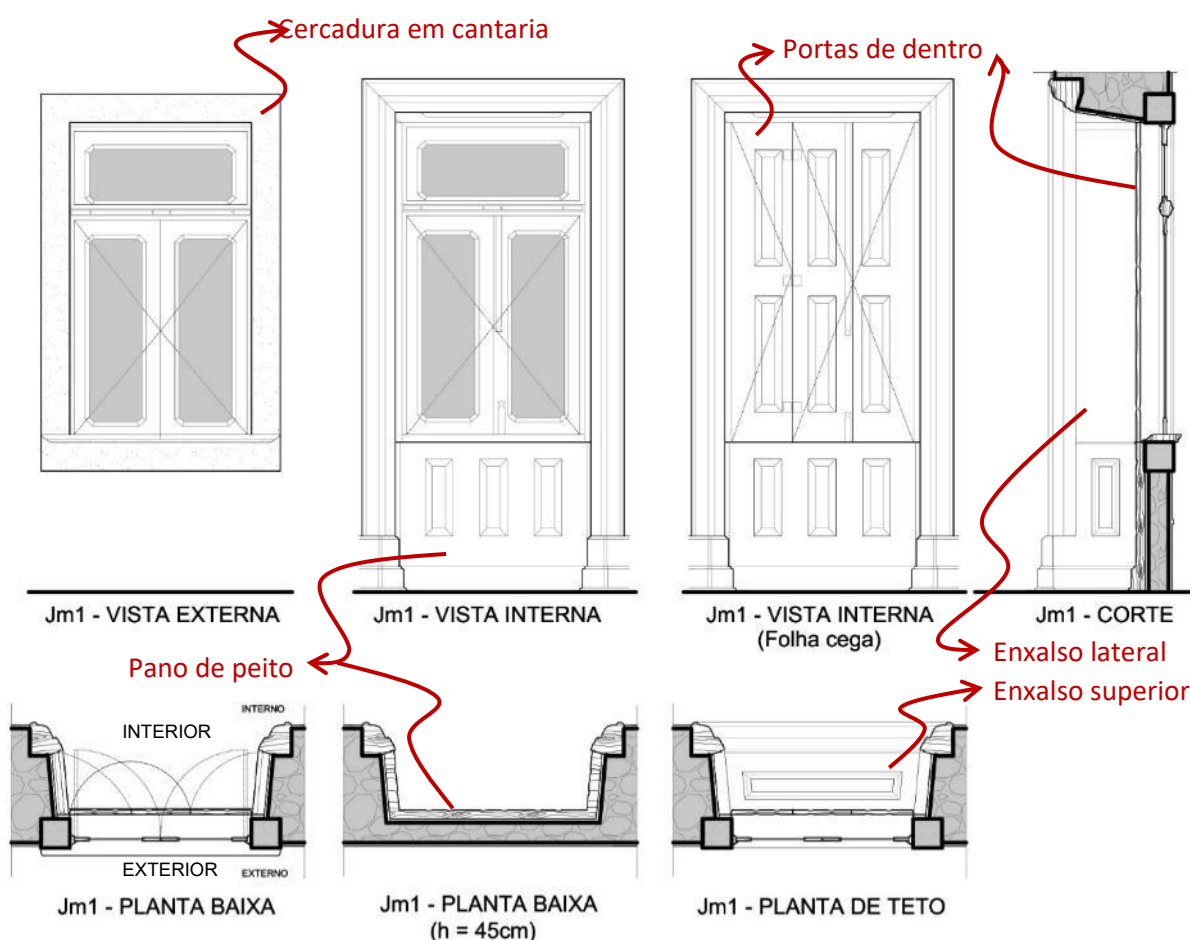
**Figura 136:** Planta esquemática de identificação dos componentes dos vãos do Chalé, elaborada a partir de adaptação do material desenvolvido pela empresa Acrópole e por Castro (2010).

- Jm1:

Dimensões: 1,20 x 1,44m, hp = 1,02m. | Quantidade: 11

Janela de abrir de 2 folhas de madeira pintada com bandeira de vidro e três “folhas cegas”, ou “portas de dentro”<sup>109</sup>, almofadadas, de madeira pintada. As portas de dentro se recolhem internamente nos enxalsos<sup>110</sup> laterais do vão. “Pano de peito”, parte inferior de enxalsos laterais e enxalso superior também revestido de madeira almofadada com pintura

Externamente, possui cercadura (conjunto de ombreiras, verga e peitoril) em cantaria.



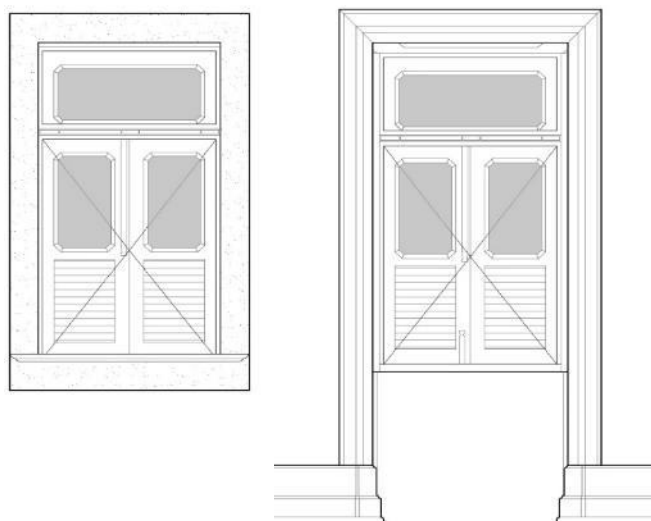
**Figura 137:** desenhos esquemáticos de Jm1. Elaborados pela autora a partir de adaptação do material desenvolvido pela empresa Acrópole no Projeto de Restauração do Chalé (2014). Sem escala.

<sup>109</sup> Costa, F. Pereira da. Enciclopédia prática da construção civil, Volume 20. Edição do autor. Lisboa: Portugália editora, 1955.

<sup>110</sup> Os termos utilizados para referir-se aos componentes da janela foram identificados em Corona e Lemos (2017), Real (1962), Albernaz e Lima(1962), Costa (1955) e Vasconcellos (1979).

As principais variações observadas nas janelas tipo Jm1 são:

- Ausência das portas de dentro, que estão presentes apenas nos exemplares da sala Ch102.
- Presença de bandeira de venezianas em parte das folhas de abrir na sala Ch104, conforme imagens a seguir.
- Acréscimo de grade metálica em exemplares da sala Ch105.



**Figura 138:** Vista externa e interna de variação de Jm1 na sala Ch104.

Pode-se observar em ampliação de fotografia de 1927 (Figura 139) que um exemplar da sala Ch102, hoje correspondente ao modelo aqui considerado como típico da Jm1, possuía folha com bandeiras completas de venezianas. Desta forma, não se pode afirmar que o modelo considerado típico corresponde à tipologia original. Foi assim considerado apenas para facilitar a compreensão do padrão e das variações existentes.



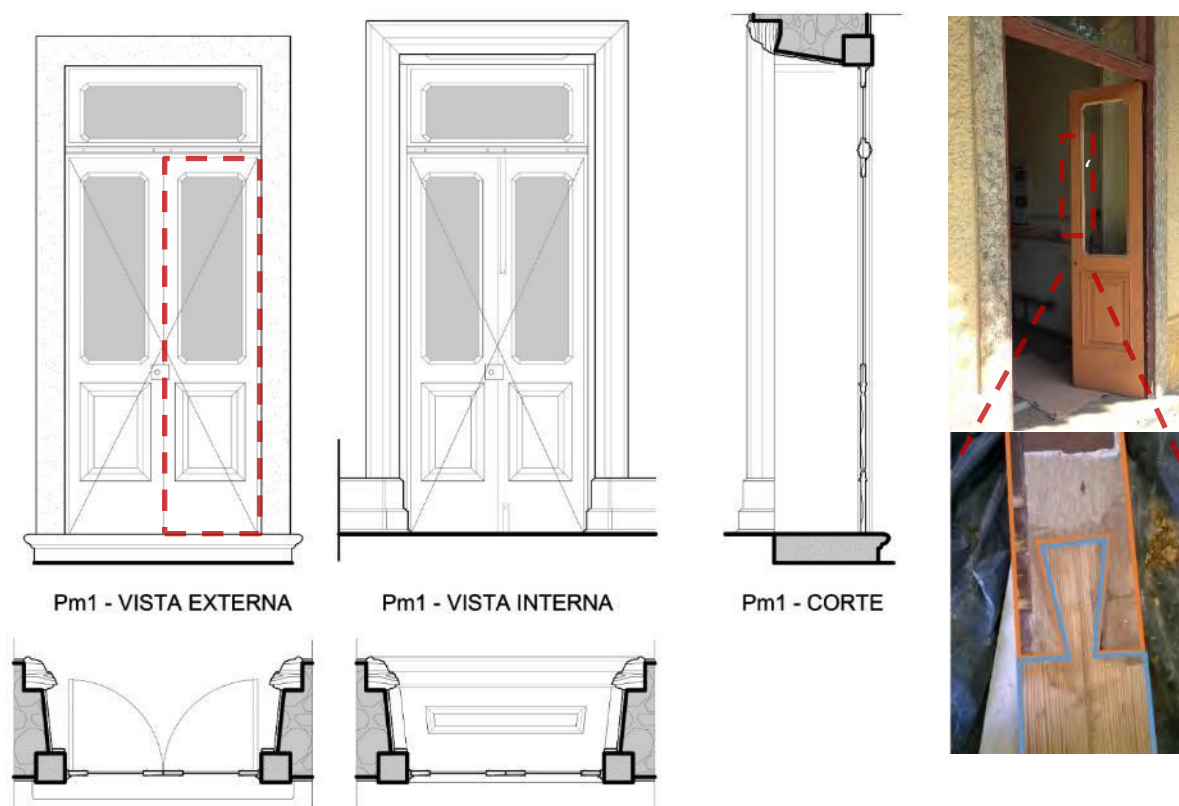
**Figura 139:** Ampliação de Figura 31: *Rectreation & mess building* (1927).

- Pm1:

Dimensões: 1,30 x 2,49m | Quantidade: 01

Porta dupla de madeira pintada com bandeira de vidro e parte inferior almofadada..

Principal porta de acessos ao edifício. Externamente, possui cercadura em cantaria.



**Figura 140:** desenhos esquemáticos de Pm1. Elaborados pela autora a partir de adaptação do material desenvolvido pela empresa Acrópole no Projeto de Restauração do Chalé (2014). Escala 1/50. Destaque para folha que passou por intervenção.  
**Figura 141 (direita, acima):** Folha de porta após intervenção, com uma camada de protetivo Zarcão, antes da pintura. Fonte: Ronaldo Brilhante. **Figura 142 (direita, abaixo):** Encaixe executado em intervenção. Fonte: Dulce A. Keuchkarian.

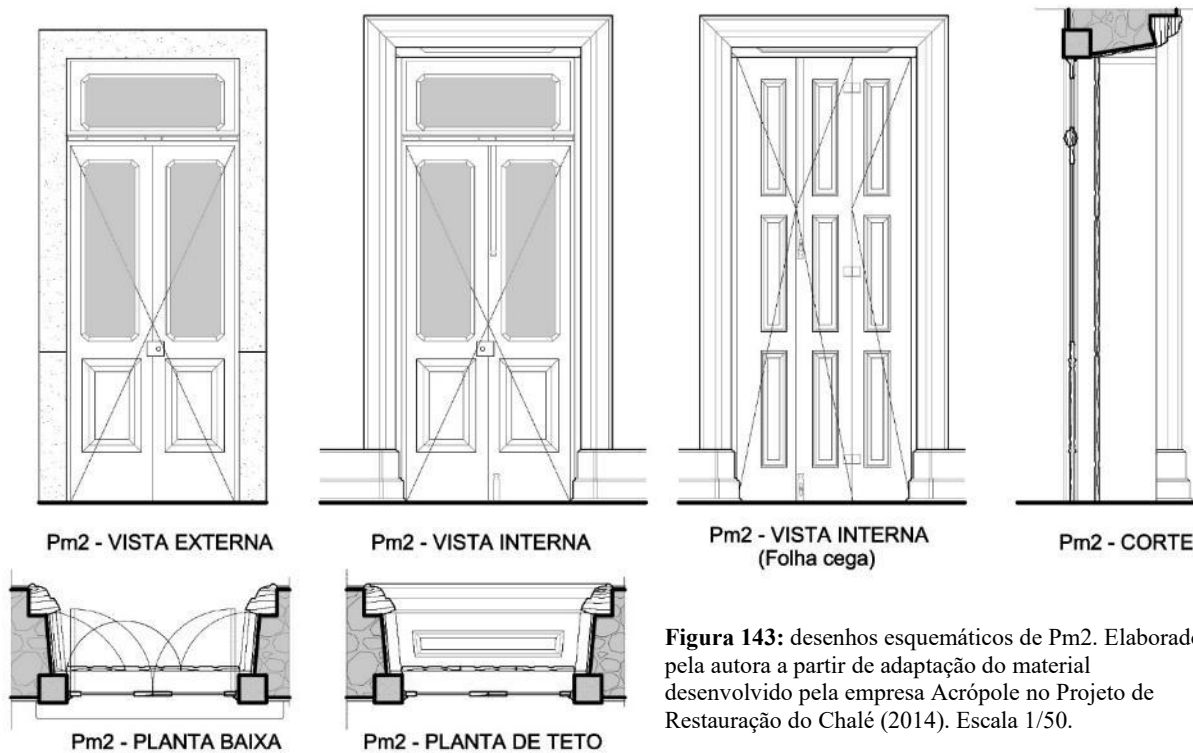
A porta possui sistema semelhante à Pm2, porém tem a dimensão 10cm maior em largura. Supostamente é a única porta original de acesso ao edifício, visto que indícios apontam para o fato de que as demais portas eram, anteriormente, vãos de janela.. Considera-se a possibilidade de que, inicialmente, este modelo possuísse portas de dentro conforme o modelo tipo da Pm2.

Na primeira edição da parceria com a OEM/COC/Fiocruz, em 2017, foi realizada uma intervenção em uma das suas folhas, que havia sofrido uma intervenção inadequada na instalação de uma fechadura e estava com o funcionamento prejudicado. Sua estrutura foi restaurada, com a execução de um encaixe seguro.

- Pm2:

Dimensões: 1,20 x 2,49m | Quantidade: 07

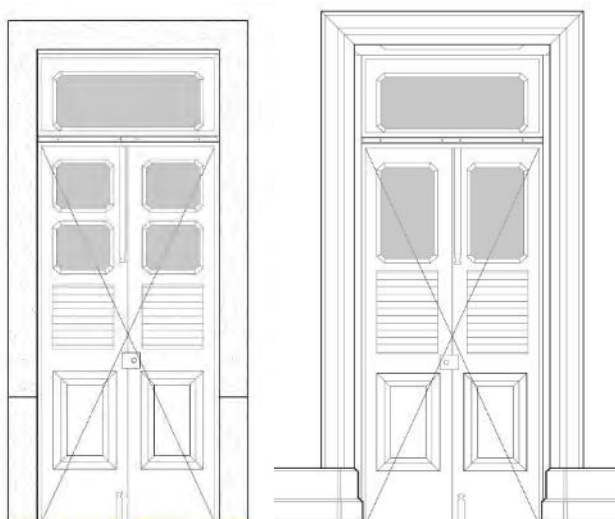
Porta de abrir de 2 folhas de madeira pintada com bandeira de vidro, almofadas e “portas de dentro” almofadadas, de madeira pintada.



**Figura 143:** desenhos esquemáticos de Pm2. Elaborados pela autora a partir de adaptação do material desenvolvido pela empresa Acrópole no Projeto de Restauração do Chalé (2014). Escala 1/50.

Principais variações observadas:

- Ausência de portas de dentro, presentes apenas no exemplar da sala Ch102.
- Presença de bandeira de venezianas em parte das folhas de abrir na sala Ch103, conforme imagens a seguir.



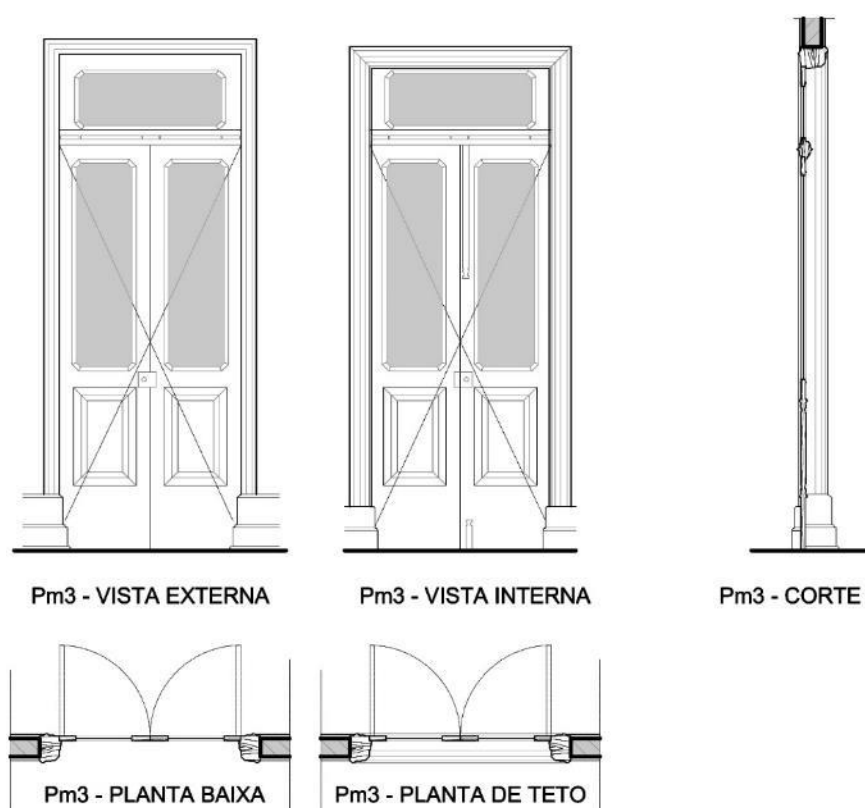
**Figura 144:** desenhos esquemáticos de variações Pm2. Elaborados pela autora. Escala 1/50.

A cantaria que compõe a cercadura dos vãos das Pm2 possuem emendas na altura dos peitoris das demais janelas, indicando a possibilidade que estes vãos fossem, originalmente, vãos de janelas.

- Pm3:

Dimensões: 1,20 x 2,49m | Quantidade: 05

Porta de abrir de 2 folhas de madeira pintada com bandeira de vidro e parte inferior almofadada. Localizada nas alvenarias internas de menor espessura.



**Figura 145:** Desenhos esquemáticos de Pm3. Elaborados pela autora a partir de adaptação do material desenvolvido pela empresa Acrópole no Projeto de Restauração do Chalé (2014). Escala 1/50.

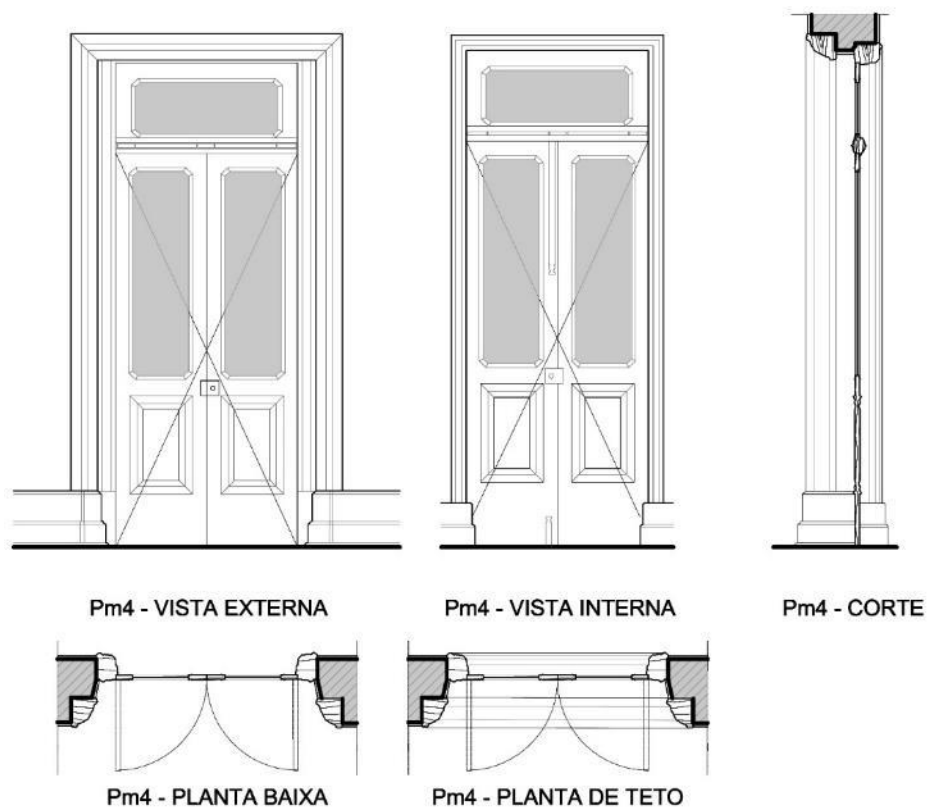
Principais variações observadas:

- Ausência de folhas de abrir entre os espaços Ch1H1 e Ch1Ci
- Acréscimo de grade metálica em exemplar da sala Ch105.

- Pm4:

Dimensões: Dimensões: 1,20 x 2,49m | Quantidade: 02

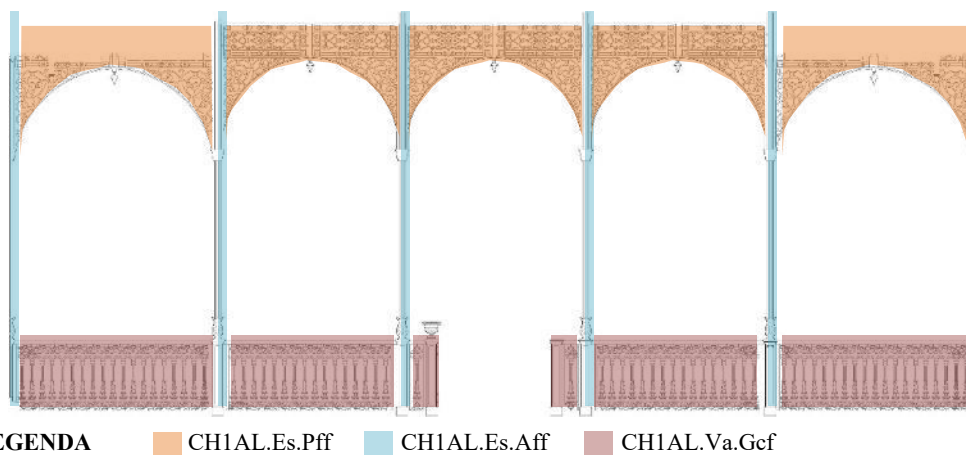
- Porta de abrir de 2 folhas de madeira pintada com bandeira de vidro e parte inferior almofadada. Localizada nas alvenarias internas de maior espessura, com guarnição diferente entre as vistas interiores e exteriores do cômodo.



**Figura 146:** desenhos esquemáticos de Pm4. Elaborados pela autora a partir de adaptação do material desenvolvido pela empresa Acrópole no Projeto de Restauração do Chalé (2014). Escala 1/50.

- Gcf

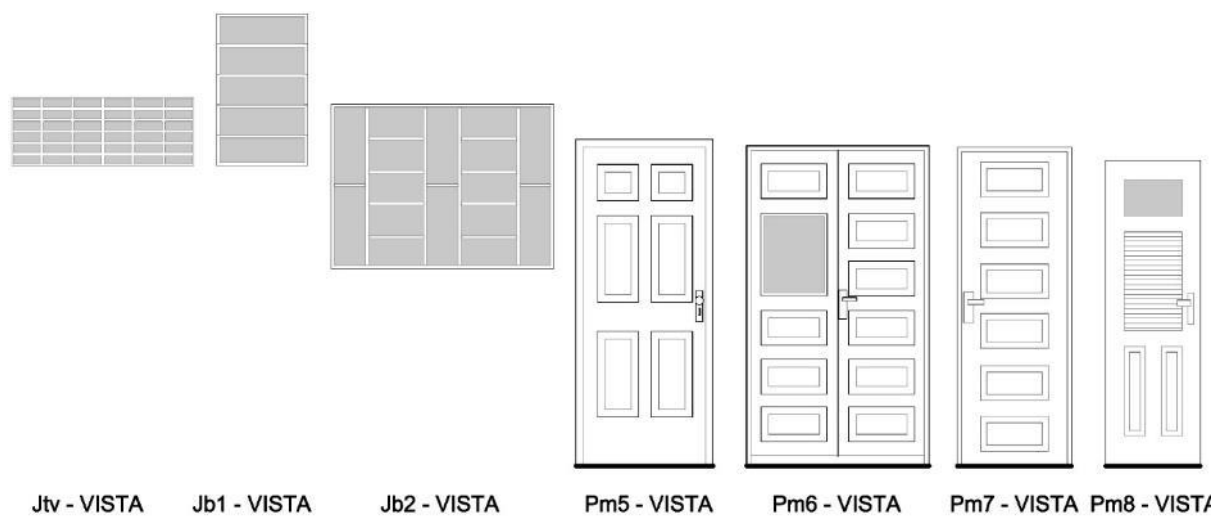
Guarda-corpo de ferro fundido do alpendre. Dimensões: Variadas.



**Figura 147:** Vista explodida de elementos de ferro fundido na varanda. Elaborado pela autora a partir de adaptação do material desenvolvido pela empresa Acrópole no Projeto de Restauração do Chalé (2014). Sem escala.



- Aspecto geral das demais esquadrias



**Figura 148:** Vista esquemática de parte das esquadrias do Chalé. Sem escala.

- Jtv: Janela de tijolo de vidro. Dimensões: 1,20 x 0,46m, hp = 1,85m | Quantidade: 01
- Jb1: janela de basculante de aço 01. Dimensões: 0,60 x 1,00m, hp = 1,85m | Quantidade: 01
- Jb1: janela de basculante de aço 01. Dimensões: 1,50 x 1,10m, hp = 1,10m | Quantidade: 02
- Pm5: Porta de abrir de madeira pintada com almofadas. Dimensões: 0,80x 2,10m | Quantidade: 01
- Pm6: Porta dupla de abrir de madeira pintada com almofadas. Dimensões: 1,20 x 2,10m | Quantidade: 01
- Pm7: Porta de abrir de madeira pintada com almofadas. Dimensões: 0,70x 2,10m | Quantidade: 01
- Pm8: Porta de abrir de madeira pintada com bandeira de vidro, almofadas e veneziana. Dimensões: 0,60x 2,10m | Quantidade: 01
- Plm: Portas lisas simples de madeira, localizadas nas cabines de banheiro. Dimensões: 0,60-0,70m x 2,10m. | Quantidade: 03
- Gvp: Gradil de ventilação do porão. Dimensões: 0,30 x 0,30m | Quantidade: 09

#### Circulação Vertical - Escada (Cv):

O Chalé possui apenas um elemento no grupo escada, que é a escada de acesso do pátio do jardim ao alpendre. Em cantaria, aparentemente do tipo Gnaisse facoidal.

### 3.3.3. Identificação de elementos Construtivos: Casarão

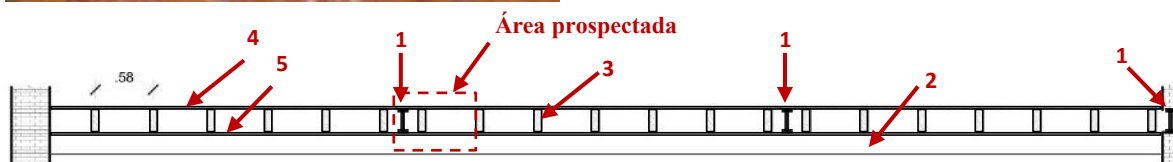
O casarão possui divisão modular dos espaços. Construído como alojamento dos engenheiros da *Western Telegraph Company*, considera-se a possibilidade de que a modulação corresponda às antigas divisões dos quartos, tendo sido removidas algumas de suas paredes para a ampliação de alguns cômodos em intervenções posteriores, sobre as quais não se tem registro. A paredes são compostas por alvenaria de tijolos maciços, com as envoltórias também possuindo função estrutural.

#### Estrutura (Es):

Com o incêndio ocorrido na Sala 11, que danificou parte do piso de assoalho, e posteriormente, no primeiro semestre de 2018, com a intervenção realizada na parceria com a OEM/COC/Fiocruz, pôde-se observar, além do barroteamento do piso, a existência de uma viga metálica em perfil “I” com a mesma orientação (1) localizada sob onde, supostamente, antes havia uma parede dividindo os cômodos. Além desta, pôde ser visualizada também outra viga metálica no sentido transversal (2), sobre a qual a primeira estaria apoiada. A disposição destas vigas está representada no corte transversal (Figura 150), desenvolvido por alunas da disciplina Oficina de Conservação em maio de 2018. O intervalo entre os barrotes e a presença das demais vigas metálicas foram supostos a partir da situação encontrada na área prospectada.



**Figura 149:** Área do piso da Sala 11 afetada pelo incêndio. Pode-se visualizar o topo da viga metálica paralela ao barroteamento (1), o topo do barrote danificado pelo incêndio (3) e a viga metálica transversal, sob parede de alvenaria de tijolos, sobre a qual se apoia a primeira e os barrotes.

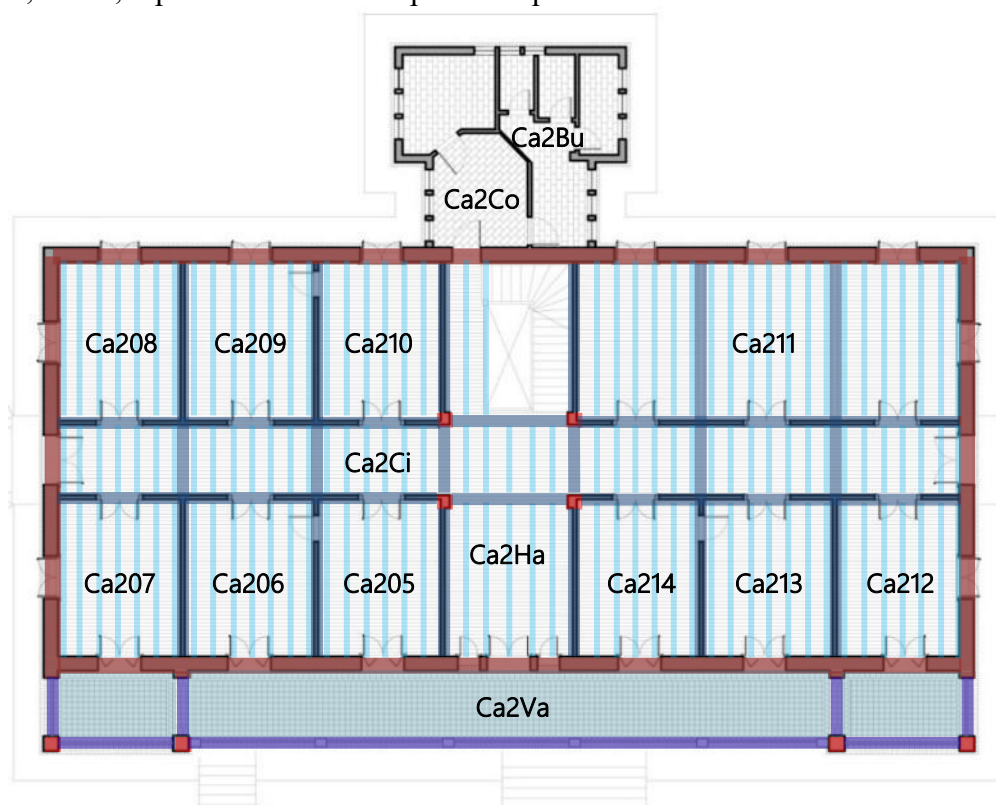


**Figura 150:** Adaptação de corte esquemático do piso da Sala 11, produzido pelas alunas Clara Cataldi, Gabriella Moura, Maria Isabel Viñas, Sabrina Mesquita e Yanka Figueira em maio de 2018 para a disciplina Oficina de Conservação. Estão representadas, em corte, as vigas “I” paralelas aos barrotes (3), a viga “I” transversal, sobre a qual os primeiros se apoiam, o assoalho em corte (4) e o forro da sala inferior, também em corte (5).

A existência da estrutura metálica já era mencionada no inventário realizado pelo INEPAC em 1977, referindo-se à pilares metálicos, conforme observa-se no trecho: “Construção em alvenaria de tijolo, determinando a estrutura externa. Internamente uma

estrutura metálica (os pilares) amarrada a vigas de madeira que sustentam o assoalho e as paredes divisórias dos quartos.” (INEPAC, 1977, item 18).

Desta forma, considera-se a possibilidade de que os pilares da circulação central, em todos os pavimentos, assim como os da varanda do segundo pavimento sejam compostos por perfis metálicos revestidos por tijolos maciços. Como esta informação não pôde ser confirmada, estes elementos são identificados inicialmente como pilares de tijolos maciços. Também as vigas do perímetro da varanda estão sendo identificadas apenas como “vigas”, visto que ainda não é confirmada sua composição. A compreensão do sistema estrutural do corpo principal do edifício é, assim, representada em uma planta esquemática:



#### LEGENDA

- |  |                                       |
|--|---------------------------------------|
| ■ Alvenaria estrutural de tijolos maciços (Pa.Atm) | ■ Vigas (Es.Vig)                      |
| ■ Vigas metálicas de perfil “I” (Es.Vim)           | ■ Pilares de tijolos maciços (Es.Ptm) |
| ■ Barrotos de sustentação do piso (Es.Bar)         | ■ Laje de concreto (Es.Ljc)           |

**Figura 151:** Planta esquemática de sistema estrutural do Casarão. Elaborado pela autora a partir de levantamentos feitos por alunos da EAU-UFF para a disciplina Projeto de Restauração em 1999 e 2009.

No primeiro pavimento, é identificada uma intervenção que substituiu a estrutura de pilares e arcos de madeira, mencionada no item 2.1 desta dissertação, por pilares que, até recentemente, acreditava-se serem de concreto armado. Uma prospecção realizada para a disciplina Oficina de Conservação no segundo semestre de 2019 pelos professores Ronaldo Brilhante e Oswaldo Souza, Engenheiro civil e professor da disciplina de Sistemas Construtivos em Arquitetura, revelou que os pilares da varanda do primeiro pavimento são também constituídos de tijolos maciços.

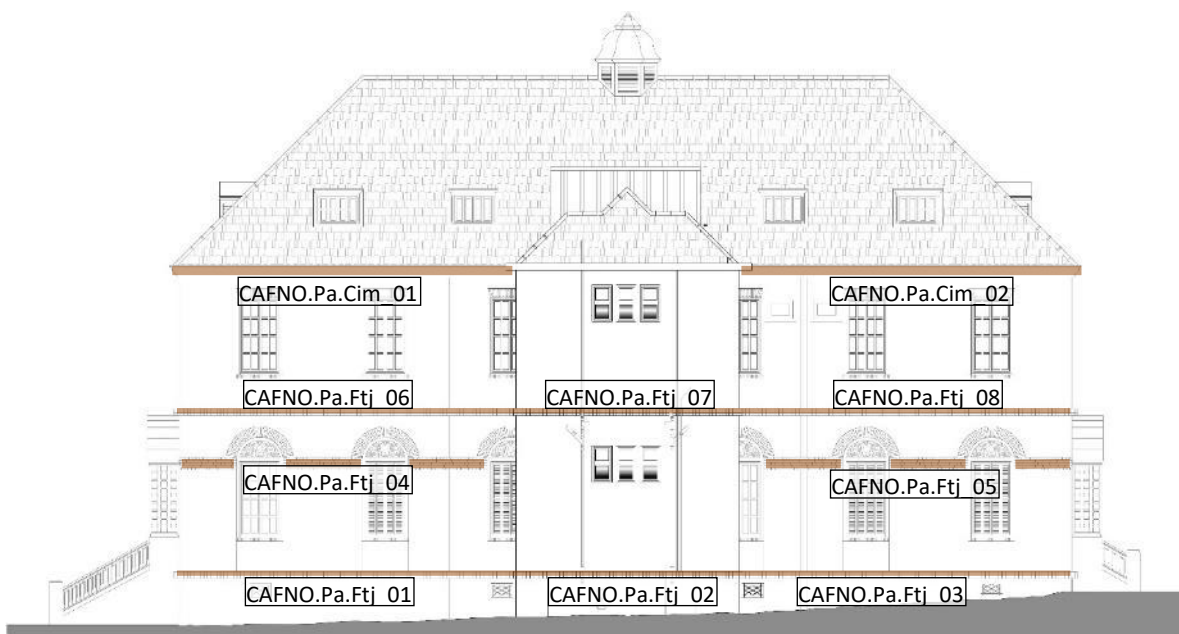


**Figura 152:** Prospecção realizada em 2019 nos pilares da varanda do primeiro pavimento, revelando a estrutura em tijolos maciços.  
Fonte: Professor Ronaldo Brillhante, 2019.

### Paredes (Pa):

Diferentemente do Chalé, que possui composições variadas em suas alvenarias, todas as paredes, internas e externas, do Casarão são constituídas por alvenarias de tijolos maciços, a exceção das paredes das salas do Laboratório de informática que são compostas por divisórias. Também os rodapés são em madeira, a exceção do corpo de áreas molhadas, que não possui rodapés em suas paredes.

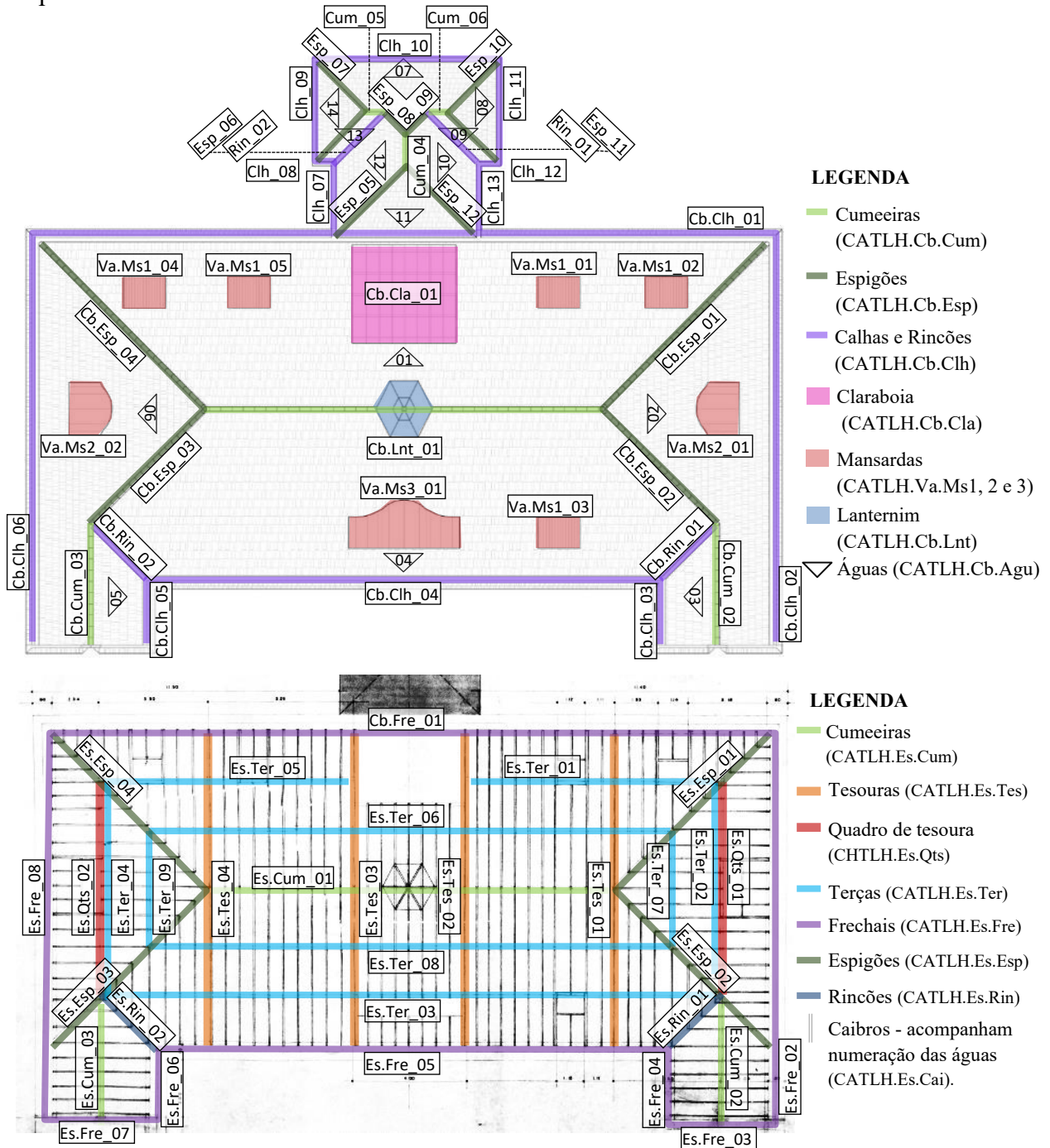
São incluídos no grupo “Paredes” os frisos de tijolos (Ftj) decorativos que compõem as fachadas do edifício, com exceção daqueles que representam elementos que compõem estruturalmente os vãos, como arcos de escarção e vergas. Estes estão contemplados no grupo “Vãos”. Também encontram-se no grupo “Paredes” as Cimalhas (Cim) que fazem o acabamento entre as superfícies das paredes externas da fachada e o telhado.



**Figura 153:** Frisos de tijolos na fachada, incluídos no grupo “Paredes”. Elaborado pela autora a partir de levantamentos feitos por alunos da EAU-UFF para a disciplina Projeto de Restauração em 1999 e 2009.

Cobertura (Cb):

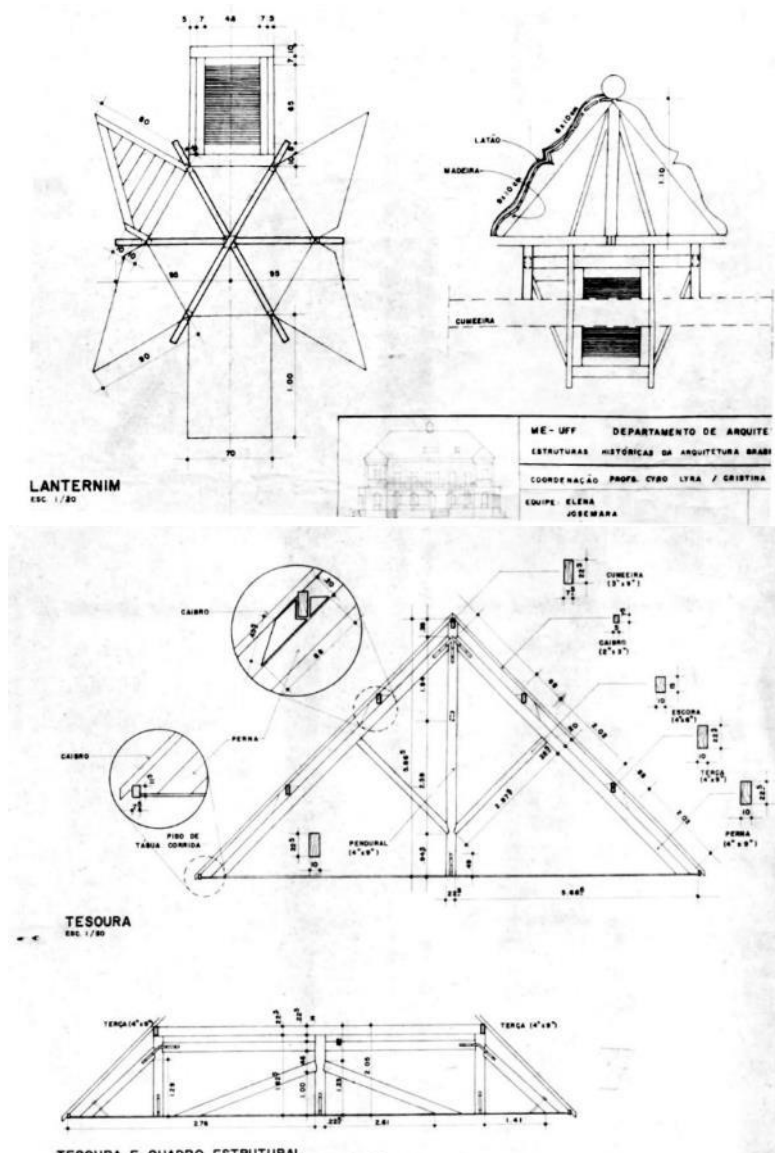
O telhado do Casarão, em seu corpo principal, segue a disposição de um telhado de quatro águas, porém com extensões na cobertura dos frontões nas duas extremidades laterais. Possui calhas em todas as extremidades. As telhas são do tipo francesa, de marseille. Possui mansardas – classificadas como parte do grupo “Vãos”, voltadas para as quatro fachadas, um lanternim no centro da cumeeira principal e uma clarabóia sobre a escada que conecta os três pavimentos.



**Figuras 154 e 155:** Principais elementos da cobertura e madeiramento. Elaborado pela autora a partir de adaptação de levantamentos feitos por alunos da EAU-UFF para as disciplinas Projeto de Restauração em 2009 e Estruturas Históricas da Arquitetura Brasileira, em 1986, respectivamente.

Assim como no Chalé, os elementos que compõem o telhado são identificados no ambiente Telhado (TLH), desconsiderando-se a divisão interna dos ambientes do terceiro pavimento. Trata-se de elementos dos grupos Estrutura (Es), Cobertura (Cb) e Vãos (Va) – sendo incluídos nestes últimos apenas as Mansardas e Janelas, que estão incorporados diretamente ao telhado (Ex: CATLH\_Va.Jm4\_02). Já os elementos relacionados aos espaços específicos das salas deste pavimento (Paredes, Piso, Teto e Vãos de Portas) estão localizados e numerados de acordo com a numeração das salas (Ex: CA316\_Va.Pms\_02). Os Condutores verticais (Cov) são classificados no grupo Cobertura, por serem indissociáveis de seus elementos, porém localizados, em sua codificação, nas Fachadas (Ex: CAFSE\_Cb.Cov\_01).

Foi realizado um levantamento cadastral das tesouras, quadros de tesouras e do lanternim, em 1986, por alunos da EAU-UFF como exercício para a disciplina de Estruturas históricas da arquitetura brasileira, representado nos desenhos a seguir, fornecidos pela SAEP/UFF.

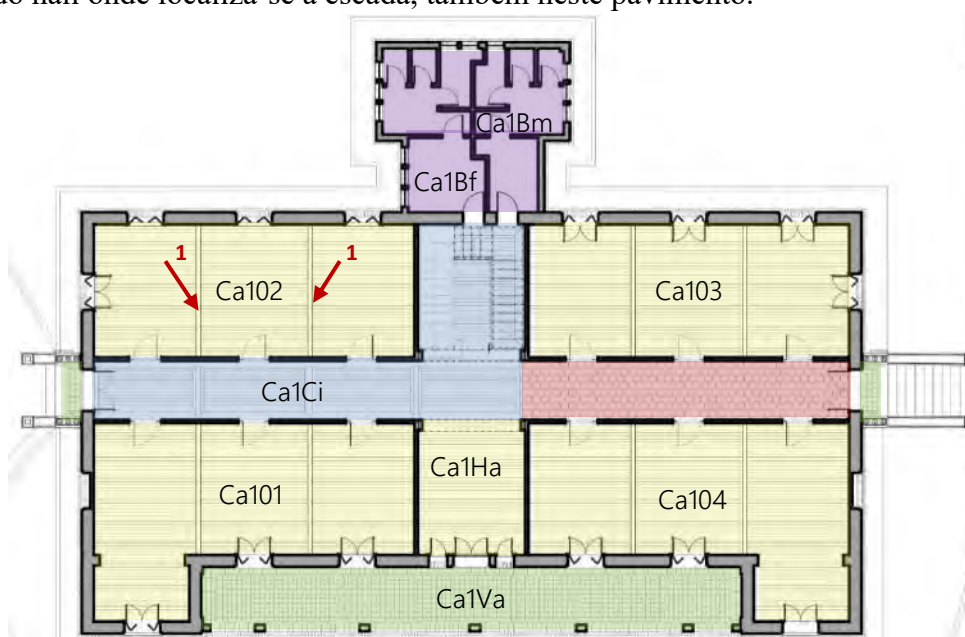


**Figuras 156 e 157:** Ampliações de levantamento do telhado do Casarão realizado por alunos da EAU para a disciplina Estruturas Históricas da Arquitetura Brasileira, em 1986. Fonte: Acervo de arquivos digitalizados da SAEP/UFF.

### Pisos (Pi):

A maior parte do piso do Casarão é composta por assoalho de madeira, exceto parte da circulação do primeiro pavimento, que foi substituída por um piso cerâmico vermelho hexagonal, os pisos das varandas do primeiro e segundo pavimento, de ladrilhos hidráulicos, e o piso cerâmico do corpo de áreas molhadas.

Os pisos de madeira, dentro das salas, seguem a modulação dos quartos do alojamento, havendo tabeiras nas divisões acredita-se que, anteriormente, ficavam as alvenarias (1). Para a codificação, foram considerados assoalhos distintos os trechos da mesma sala separados por tabeiras. O assoalho possui ligação entre as peças do tipo “macho e fêmea” e único trecho de assoalho encabeirado é a circulação do primeiro pavimento que se mantém em madeira e o trecho do hall onde localiza-se a escada, também neste pavimento.



#### **LEGENDA**

- Piso de assoalho de madeira simples modulado (Pi.Aso)
- Piso de assoalho de madeira encabeirado (Pi.Aso)
- Piso cerâmico vermelho hexagonal (Pi.Cer)
- Piso de ladrilhos hidráulicos (Pi.Lah)
- Piso cerâmico (Pi.Cer)

**Figura 158:** Planta esquemática de pisos do primeiro pavimento do Casarão. Elaborado pela autora a partir de levantamentos feitos por alunos da EAU-UFF para a disciplina Projeto de Restauração em 1999 e 2009.

### Tetos (Te):

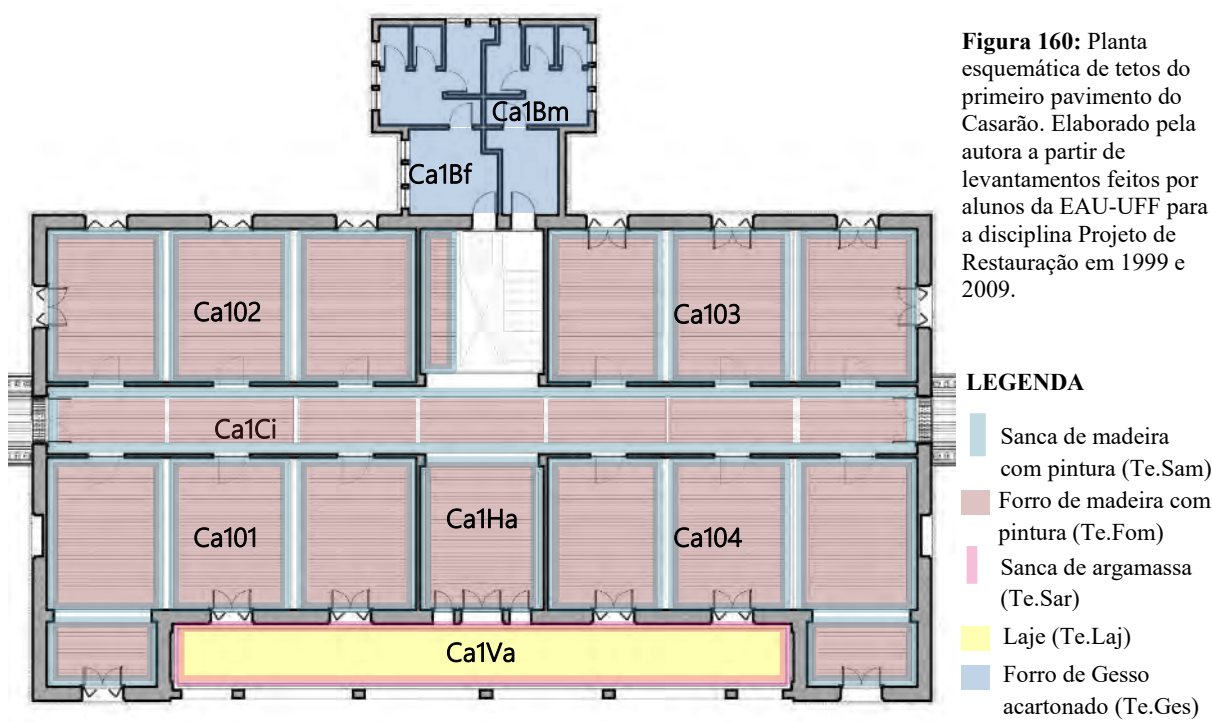
Todos os tetos das salas do primeiro e segundo pavimento do Casarão são compostos por forro de madeira pintada emoldurados por sancas em também em madeira pintada. Nas circulações, as sancas existem apenas na interseção com as paredes. Nas varandas, os tetos consistem em laje com pintura, emoldurada com sancas de argamassa. No corpo de áreas molhadas, os tetos aparentam ser de gesso acartonado. No sótão, os tetos / paredes são de lambri de madeira assentado sobre os caibros, na área onde o madeiramento é exposto. Já na área do laboratório de informática, são em forro de PVC (Figura 159).



**Figura 159:** Sala 318, uma das salas do laboratório de informática. Detalhe para o teto em forro de PVC.

Fonte: Camila Ennes, 2019.

Tal como a modulação identificada no piso, a modulação das sancas dentro das salas fornece indícios do que poderia ser a modulação dos alojamentos originalmente. A partir da observação dessas modulações, somando-se à disposição dos vãos, acredita-se que os espaços atualmente utilizados como salas correspondiam a três dormitórios, cada, separados por alvenarias nas posições onde hoje se encontram as sancas e tabeiras de piso. A codificação das sancas acompanha a codificação dos planos de forros.

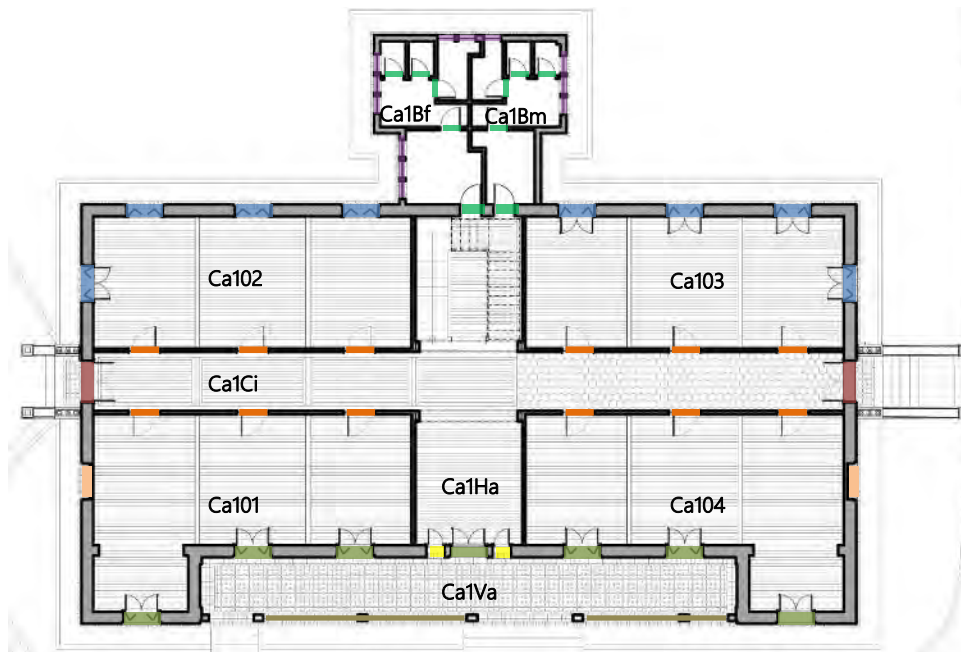


**Figura 160:** Planta esquemática de tetos do primeiro pavimento do Casarão. Elaborado pela autora a partir de levantamentos feitos por alunos da EAU-UFF para a disciplina Projeto de Restauração em 1999 e 2009.

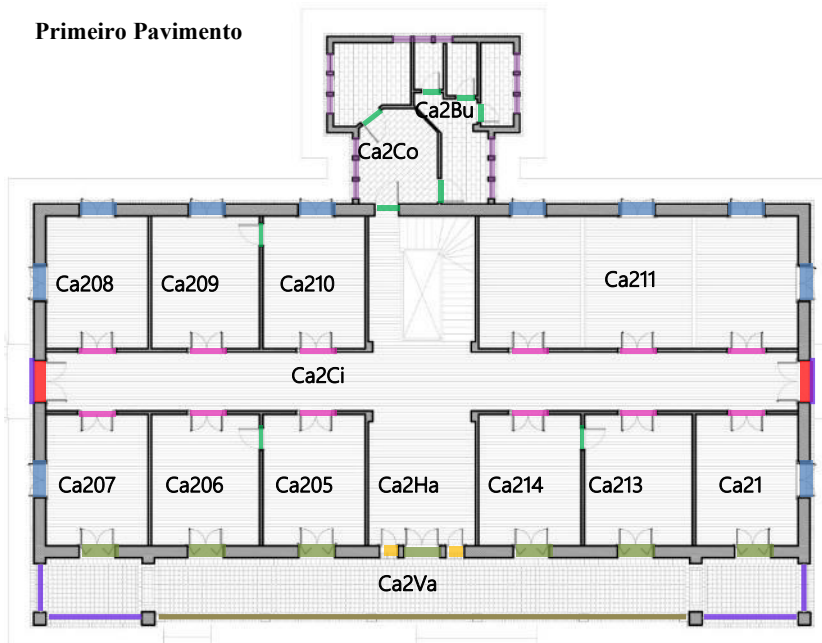
### Vãos (Va):

Assim como no Chalé, as esquadrias foram classificadas por tipos, de acordo com seu sistema de abertura, composição e dimensões, e em cada tipo, foram identificadas variações. Guarda-corpos também são classificados no grupo de vãos, sendo, no Casarão, guarda-corpos de madeira e metálicos. As mansardas elementos que compõem os vãos do Telhado, onde estão fixadas janelas. Desta forma, trata-se de elementos diferentes.

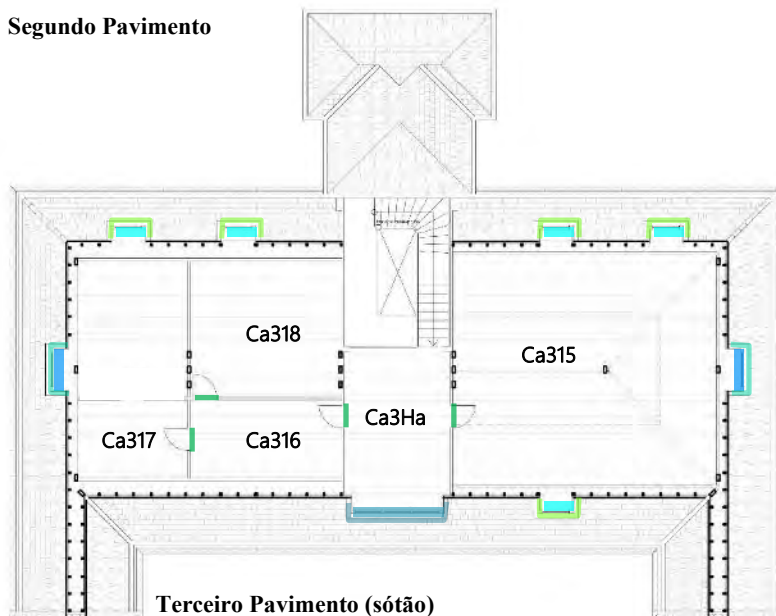




Primeiro Pavimento



Segundo Pavimento



Terceiro Pavimento (sótão)

### LEGENDA

- Jm1
- Jm2
- Jm3
- Jm4
- Jm5
- Jm6
- Jm7
- Pm1
- Pm2
- Pm3
- Pm4
- Pm5
- Pms
- Ms1
- Ms2
- Ms3
- Gcm
- Gct
- Vãos emparedados
  - a) Consta esquadria tipo **Jm1** em foto de 1927.
  - b) Consta esquadria tipo **Jm1** em foto de 1987.

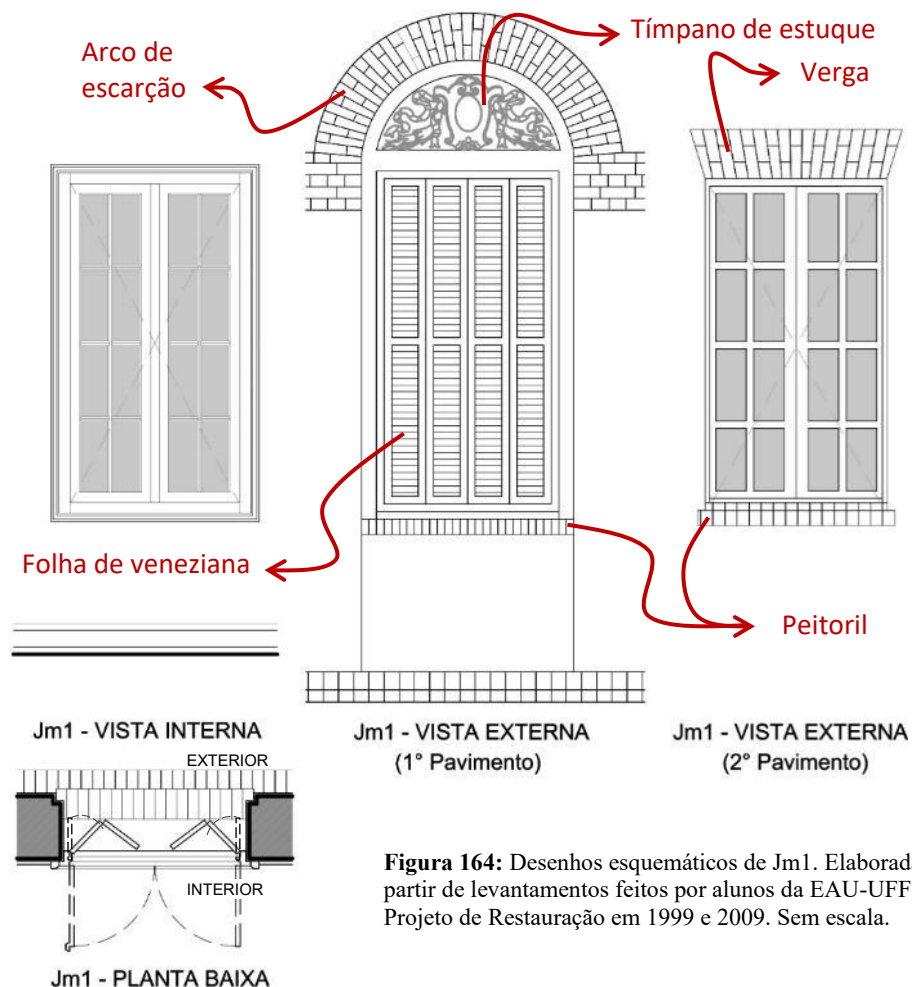
**Figura 161 a 163:** Plantas esquemáticas de localização de esquadrias que compõem os vãos do Casarão. Elaboradas pela autora a partir de levantamentos feitos por alunos da EAU-UFF para a disciplina Projeto de Restauração em 1999 e 2009.

- Jm1:

Dimensões: 1,10 x 2,30m, hp = 0,90m. | Quantidade: 18

Janela composta por duas folhas de madeira e vidro que abrem para o interior e 4 folhas de veneziana que abrem para o exterior da edificação. A folha de madeira e vidro possui pigadeira na face voltada para o exterior.

Destaca-se o fato de que, nas fachadas do Casarão, são representados alguns elementos estruturais do vãos, como vergas e arcos de escação. Estes elementos estão classificados separadamente, também incluídos no grupo Vãos.

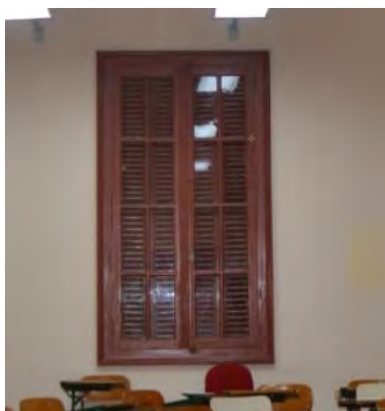


**Figura 164:** Desenhos esquemáticos de Jm1. Elaboradas pela autora a partir de levantamentos feitos por alunos da EAU-UFF para a disciplina Projeto de Restauração em 1999 e 2009. Sem escala.

As principais variações observadas nas janelas tipo Jm1 são:

- Apenas um exemplar, o elemento CA102.Va.Jm1\_01, apresenta a composição completa, com as folhas de madeira e vidro e de veneziana (Figura 165).
- No segundo pavimento, todos os exemplares perderam suas folhas de veneziana. Observa-se que foi realizada uma inversão na abertura das folhas de madeira e vidro destes elementos (Figura 166), que passaram a abrir para o exterior, assim como o elemento CA103.Va.Jm1\_01 no primeiro pavimento (Figura 167).

- Os exemplares CA208.Va.Jm1\_01 e CA211.Va.Jm1\_04 sofreram intervenções nas folhas de madeira e vidro para a instalação de aparelhos de ar-condicionado (Figuras 169 e 170).
- Os demais exemplares do primeiro pavimento, a exceção do CA102.Va.Jm1\_01 e do CA103.Va.Jm1\_01, mencionados anteriormente, perderam suas folhas de vidro, mantendo as de veneziana com abertura para fora (Figura 168).
- Poucos exemplares ainda possuem os fechos e cremonas com características antigas, os quais considera-se que podem ser originais (Figura 171).



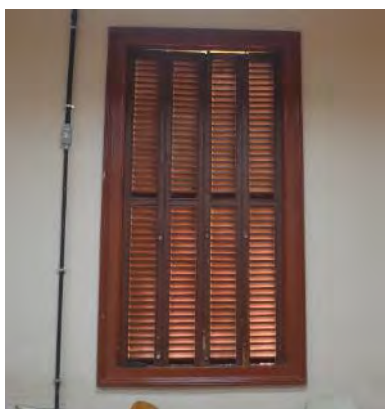
**Figura 165:** CA102.Va.Jm1\_01: Modelo completo de esquadria Jm1.



**Figura 166:** Variação de Jm1 com apenas folhas de vidro, abrindo para o exterior.



**Figura 167:** Variação de Jm1 com apenas folhas de vidro, abrindo para o exterior.



**Figura 168:** Variação de Jm1 com apenas folhas de veneziana.



**Figuras 169 e 170:** CA208.Va.Jm1\_01 e CA211.Va.Jm1\_04: Variações de Jm1 com modificação para ar condicionado.



**Figura 171:** Modelo com Fecho (1) e Cremona (2) antigos ainda presentes.

Pode-se observar, na Figura 166, indícios da inversão da abertura da folha de madeira e vidro através dos encaixes dos fechos das folhas de veneziana onde, hoje, recolhe-se a folha de madeira e vidro.

Fonte das imagens 165 a 171: Camila Ennes, 2019.

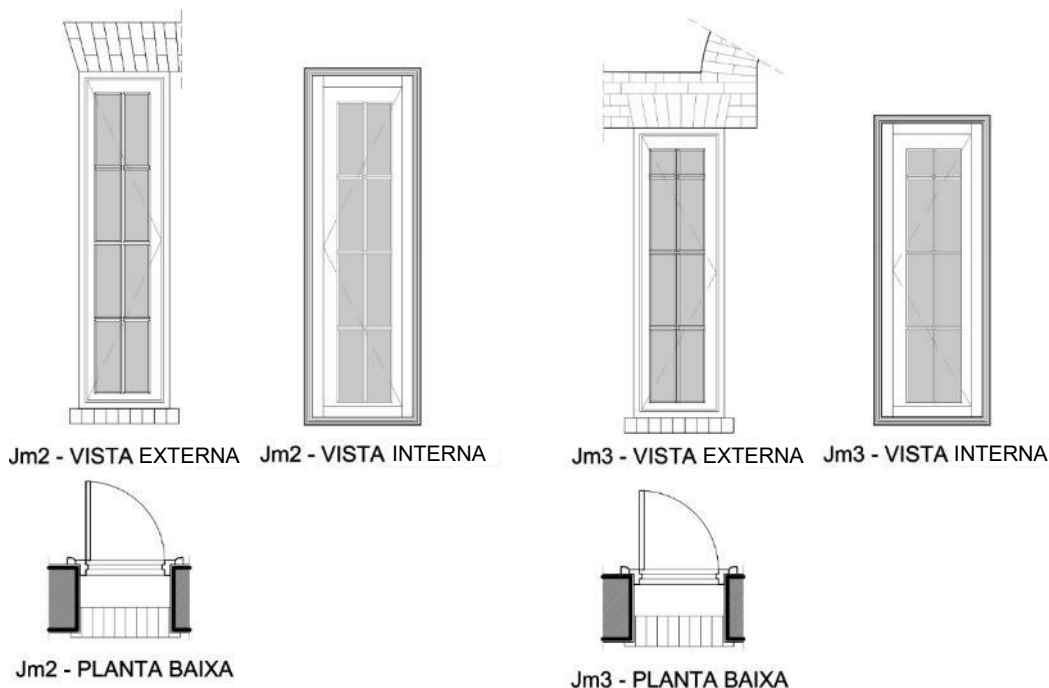
- Jm2 e Jm3:

Dimensões Jm2: 0,65 x 2,30m, hp = 0,90m. | Quantidade: 02

Dimensões Jm3: 0,65 x 2,00m, hp = 0,90m. | Quantidade: 02

Modelos semelhantes à Jm1, porém com apenas uma folha de madeira e vidro que abre para o interior.

A Jm3 e Jm2 apresentam o mesmo modelo, com uma pequena diferença de dimensão, visto que a Jm3 é interrompida a uma altura de 30cm abaixo da Jm2 na parte superior.



**Figura 172:** Desenhos esquemáticos de Jm2 e Jm3. Elaboradas pela autora a partir de levantamentos feitos por alunos da EAU-UFF para a disciplina Projeto de Restauração em 1999 e 2009. Sem escala.

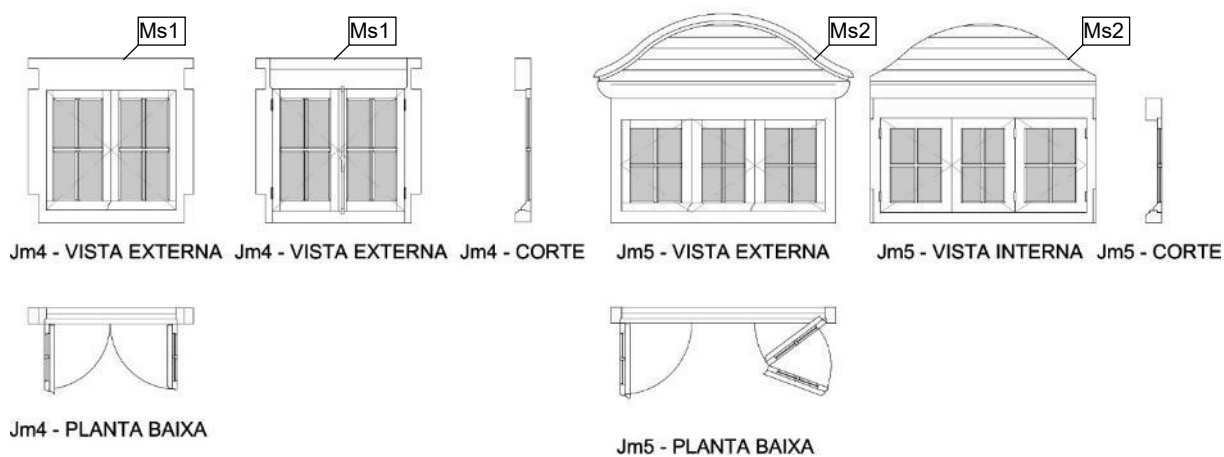
- Jm4 e Jm5

Dimensões Jm4: 0,96 x 0,90m | Quantidade: 05

Dimensões Jm5: 1,50 x 0,70m | Quantidade: 02

As janelas Jm4, Jm5 e Jm6 compõem os vãos de mansardas na cobertura. Para a codificação, as janelas são consideradas apenas a parte de esquadria, que se encaixa nos outros componentes da mansarda, classificada separadamente. Cada modelo tipo de janela está associado a um modelo tipo de Mansarda.

Estas janelas tem sido alvo das intervenções da Oficina de Conservação desde o primeiro semestre de 2018, na segunda edição da parceria com a OEM/COC/Fiocruz. Neste semestre, foram realizados relatórios com o registro dos materiais e métodos de intervenção e um levantamento das esquadrias. Nos semestres seguintes, as intervenções tem sido realizadas com base nos procedimentos executados na parceria.



**Figura 173:** Desenhos esquemáticos de Jm4. Adaptados pela autora a partir de levantamento realizado pelos alunos Matheus Andrade, Pedro Câmara e Sophia Carderelli para a disciplina Oficina de Conservação em maio de 2018. Sem escala.



**Figuras 174:** Folha central da janela CA315.Va.Jm5\_01 antes da intervenção realizada no primeiro semestre de 2018.  
Fonte: Gabriella Moura



**Figuras 175:** Intervenção em folhas de esquadria em andamento no primeiro semestre de 2018, pelos alunos da OEM/COC/Fiocruz.  
Fonte: Ronaldo Brillhante

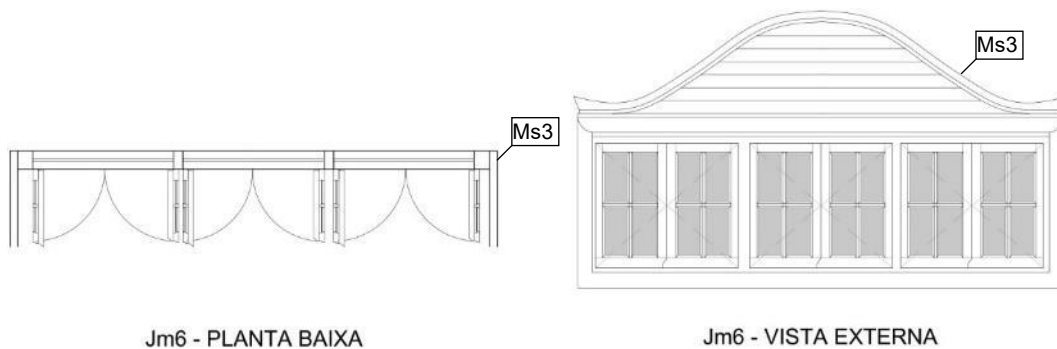


**Figuras 176:** Folha de esquadria ao final de intervenção, após pintura, no primeiro semestre de 2018, pelos alunos da OEM/COC/Fiocruz.  
Fonte: Ronaldo Brillhante

- Jm6

Dimensões aproximadas Jm6: 3,10 x 0,80m (conferir) | Quantidade: 01

Janela de abrir de madeira e vidro com 6 folhas, compõe vão de mansarda.

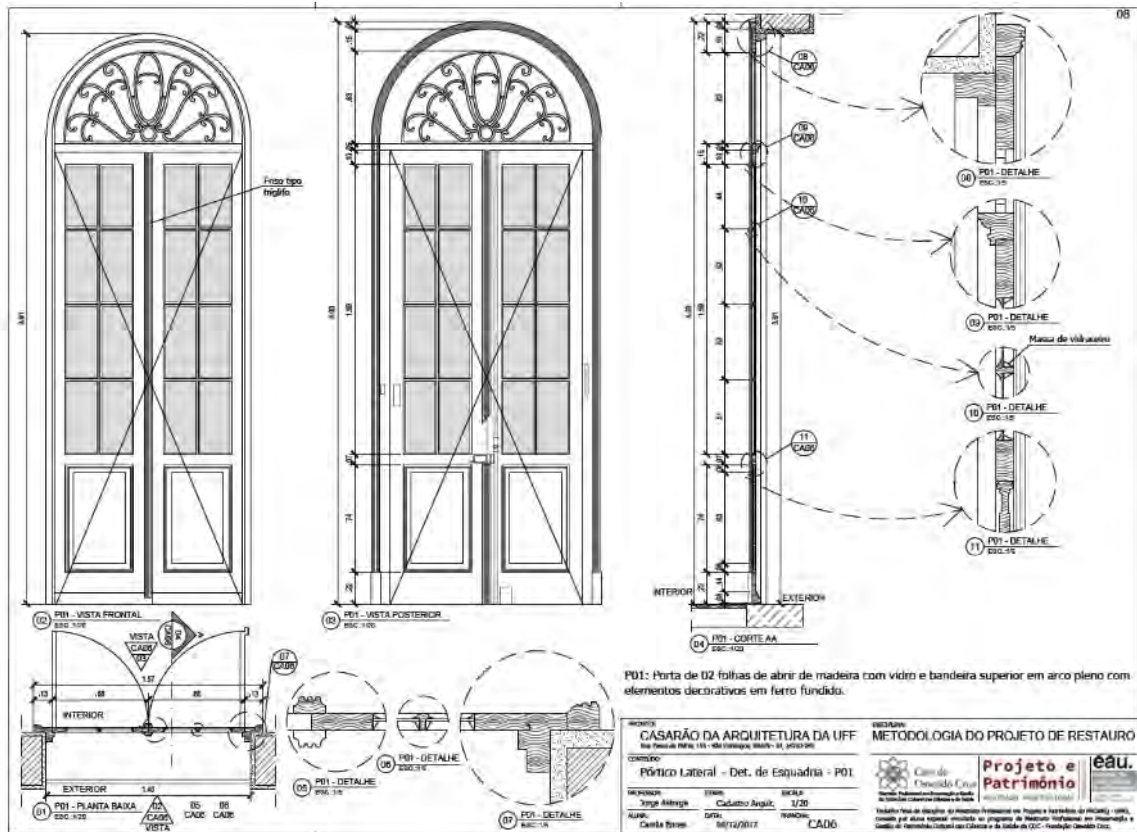


**Figura 177:** Desenhos esquemáticos de Jm6. Elaborados pela autora a partir de levantamentos feitos por alunos da EAU-UFF para a disciplina Projeto de Restauração em 1999 e 2009. Sem escala.

- Pm1

Dimensões: 1,40 x 4,00m | Quantidade: 02

Porta de 02 folhas de abrir de madeira pintada com vidro e bandeira superior em arco pleno com elementos decorativos em ferro fundido e parte inferior almofadada. Compõe pórticos de entrada lateral do edifício.



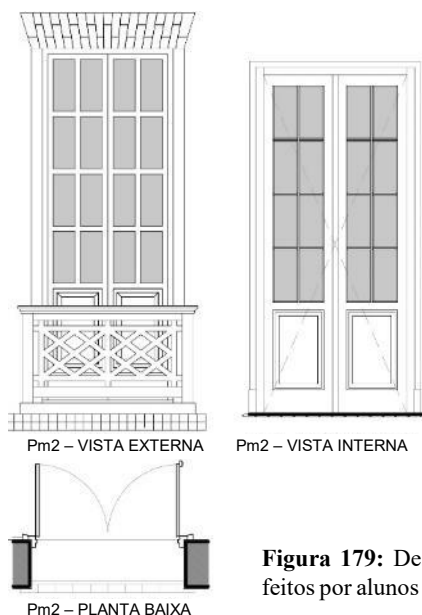
**Figura 178:** Levantamento realizado pela autora para exercício de disciplina Metodologia de Projeto de Restauro, Ministrada pelo professor arquiteto Jorge Astorga no Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a qual a autora cursou como aluna especial no segundo semestre de 2017.

- Pm2

Dimensões: 1,40 x 3,20m | Quantidade: 02

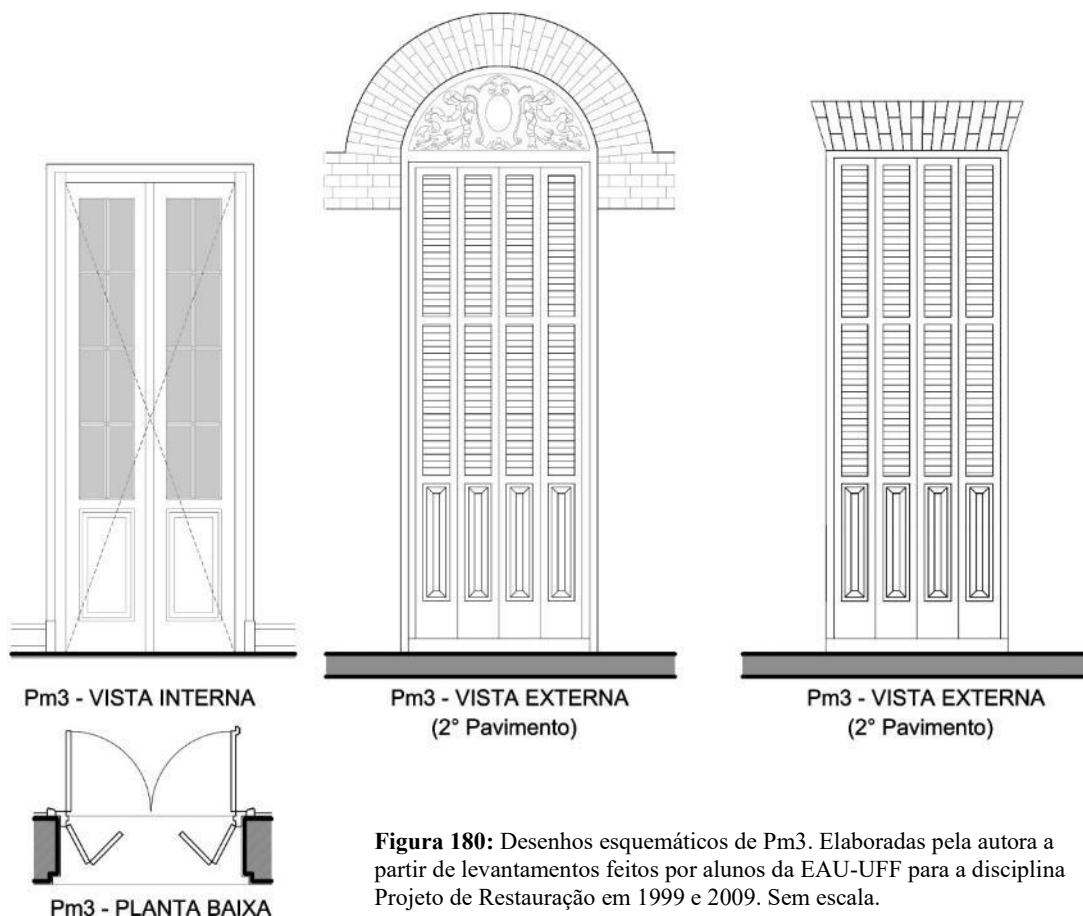
Porta de 02 folhas de abrir de madeira pintada com vidro e parte infeior almofadada. Corresponde à Pm1, porém sem a parte superior de arco pleno decorado.

Externamente, compõe balcão com guarda-corpo de madeira.



**Figura 179:** Desenhos esquemáticos de Pm2. Elaborados pela autora a partir de levantamentos feitos por alunos da EAU-UFF para a disciplina Projeto de Restauração em 1999 e 2009. Sem escala.

- Pm3
  - Dimensões: 1,10 x 2,30m | Quantidade: 18
  - Janela composta por duas folhas almofadadas de madeira e vidro que abrem para o interior e 4 folhas de veneziana que abrem para o exterior da edificação. A folha de madeira e vidro possui pigadeira na face voltada para o exterior.
  - Assemelha-se, relativamente ao sistema e ao tratamento dos vãos correspondentes na fachada, à Jm1.

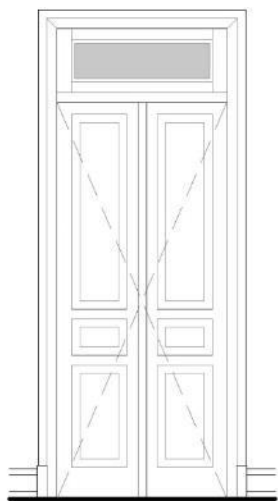


**Figura 180:** Desenhos esquemáticos de Pm3. Elaboradas pela autora a partir de levantamentos feitos por alunos da EAU-UFF para a disciplina Projeto de Restauração em 1999 e 2009. Sem escala.

As principais variações observadas nas janelas tipo Pm1 são:

- Ausência de folhas de venezianas no elemento CA104.Va.Pm3\_01. Os elementos CA.1HA.Pm3\_01 e CA.2HA.Pm3\_01 também não possuem venezianas. Trata-se, nestes casos, de portas de acesso do hall às varandas, de maneira que não se sabe se em algum momento possuíram.
- Poucos exemplares ainda possuem os fechos e cremonas com características antigas, os quais considera-se que podem ser originais.

- Pm4



Pm4 - VISTA



Pm4 - PLANTA BAIXA

Dimensões: 1,20 x 3,20m. | Quantidade: 12

Porta de madeira sem pintura, com bandeira superior de vidro e folhas almofadadas.

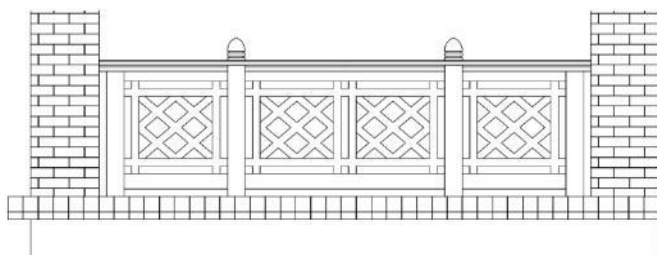
As principais variações observadas nas janelas tipo Pm1 são:

- Poucos exemplares ainda possuem os fechos e cremonas com características antigas, os quais considera-se que podem ser originais (Figura 171, p.162)

**Figura 181:** Desenhos esquemáticos de Pm4. Elaboradas pela autora a partir de levantamentos feitos por alunos da EAU-UFF para a disciplina Projeto de Restauração em 1999 e 2009. Sem escala.

- Gcm

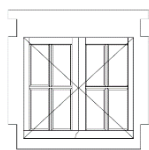
Guarda corpo de madeira pintado, existente ainda em trechos das extremidades da varanda do segundo pavimento.



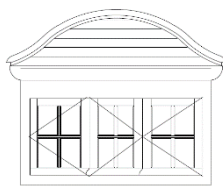
**Figura 182:** Desenhos esquemáticos de Gcm. Elaboradas pela autora a partir de levantamentos feitos por alunos da EAU-UFF para a disciplina Projeto de Restauração em 1999 e 2009. Sem escala.

- Ms1, Ms2 e Ms3

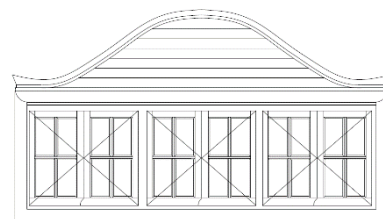
As Mansardas são localizadas no ambiente Telhado (TLH). Abrigam as janelas do tipo Jm4, 5 e 6. Com dimensões variadas, possuem fechamentos de táboas de madeira e cobertura em chapa metálica. Os levantamentos encontrados em pesquisa necessitam revisão.



Ms1 – VISTA EXTERNA



Ms2 – VISTA EXTERNA



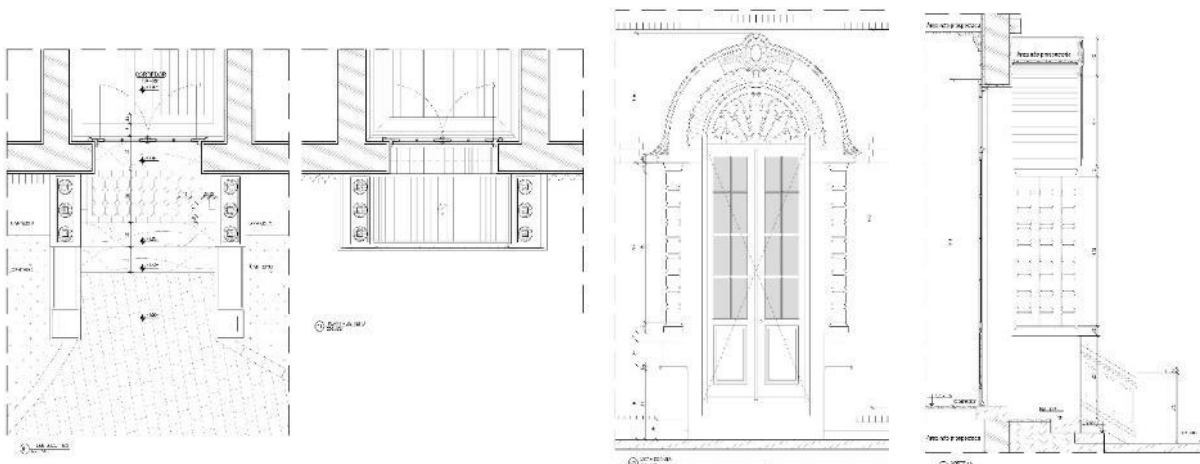
Ms3 – VISTA EXTERNA

**Figura 183:** Desenhos esquemáticos de Ms1, Ms2 e Ms3. Elaboradas pela autora a partir de levantamentos feitos por alunos da EAU-UFF para a disciplina Projeto de Restauração em 1999 e 2009. Sem escala.



### Pórticos (Po):

Pórtico de entrada lateral, localizados nas fachadas Nordeste e Sudoeste. É composto por colunas de madeira pintada sobre embasamentos de alvenaria, frontão em forma de arco, de madeira pintada, com entalhe artístico, cobertura de chapa metálica, (aparentemente cobre) forro de taboas de madeira, piso em ladrilhos hidráulicos, escada de pedra e corrimões de alvenaria. Na parede, observa-se o arco de tijolos sobre e porta, do tipo Jm1, que possui elementos de ferro fundido.



**Figura 184:** Levantamento realizado pela autora para exercício de disciplina Metodologia de Projeto de Restauro, ministrada pelo professor arquiteto Jorge Astorga no Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a qual a autora cursou como aluna especial no segundo semestre de 2017.

Em 2018, na segunda edição da parceria com a OEM/COC/Fiocruz, foi realizada uma intervenção no embasamento de madeira das colunas laterais esquerdas, que estava apodrecida com grande perda de seção (Figura 185), e havia passado por uma intervenção, realizada pela SAEN, na qual a lacuna foi preenchida com cimento.

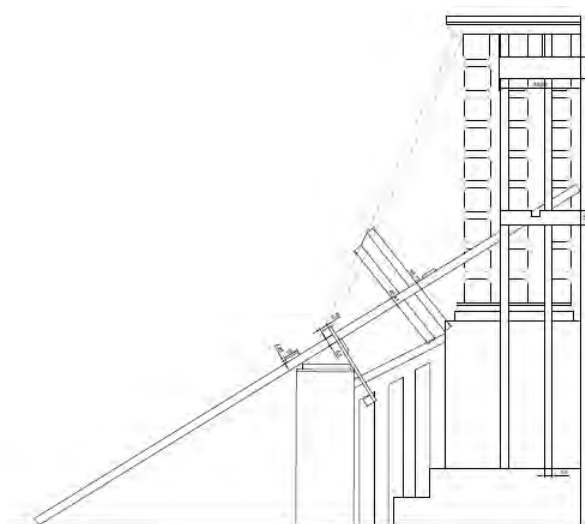


**Figura 185:** Base das colunas danificada antes de intervenções (novembro de 2017). Fonte: Camila Ennes.



**Figuras 186 e 187:** Base durante intervenções e aspecto da seção da coluna retirada. Fonte: Ronaldo Brilhante.

A intervenção consistiu na substituição da base danificada por uma nova base de madeira. Foi necessária a realização de um escoramento, realizado em madeira. Parte da base das colunas também apresentava sinais de podridão e também foi substituída. Ao longo da intervenção, foi observada a existência de uma peça de madeira de seção quadrada na parte interna da coluna que se encaixava no embasamento. Os resultados da intervenção devem ser acompanhados, principalmente devido ao fato de que as novas peças de madeira foram inseridas com orientação diferente da existente, podendo apresentar deformações a longo do tempo.



**Figura 188:** Registro gráfico de escoramento realizado pela aluna Clara Cataldi na disciplina Oficina de Conservação.



**Figura 189:** Aspecto após pintura, realizada no segundo semestre de 2019 nas atividades da disciplina.

### Circulação Vertical – Escadas (Cv):

O Casarão possui duas escadas de acesso nos pórticos laterais, nas fachadas Noroeste e Sudeste, em cantaria. Na fachada Sudeste, há duas escadas de concreto, de acesso do pátio do jardim à varanda. Internamente, a circulação vertical entre os três pavimentos se dá por uma escada de madeira, provavelmente original da construção do edifício.



**Figura 190:** Aspecto da escada a partir do Hall do primeiro pavimento. Fonte: Camila Ennes, julho de 2018.

### 3.3.4. Orientações para a realização das atividades de inspeção de danos e registro de intervenções

Para a atividade de inspeção dos danos, adota-se a terminologia conforme sugerida pela versão portuguesa do Glossário Ilustrado das Formas de Deterioração da Pedra (2008), publicada pelo ICOMOS, não restringindo-a, porém, a este material. A publicação considera a seguinte terminologia:

- **ALTERAÇÃO:** Qualquer modificação do material. Não implica necessariamente em piorar das suas características do ponto de vista conservativo. Por exemplo, um revestimento reversível aplicado sobre uma pedra pode ser considerado uma alteração.
- **DANO: Percepção humana da perda de valor causada por deterioração.**
- **DEGRADAÇÃO (*Decay*):** Qualquer modificação física ou química das propriedades intrínsecas da pedra que cause perda de valor ou restrições ao uso. / **DEGRADAÇÃO (*Degradation*):** Declínio da condição, qualidade ou capacidade funcional.
- **DETERIORAÇÃO: Sofrer ou infligir uma redução da qualidade, valor, carácter, etc.; depreciação.** (ICOMOS, 2008, p.08, grifo nosso).

Considera-se, então, que o dano é decorrente de um processo, em andamento ou finalizado, que causa a deterioração do bem. É comum também, fazendo-se uso de uma analogia com a medicina, a utilização do termo **patologia** na identificação de danos no patrimônio cultural. Neste trabalho, entende-se que a patologia estaria relacionada ao processo de deterioração enquanto o dano estaria relacionado ao sintoma perceptível. Para que, a partir do sintoma, se identifique a patologia, é necessário que se faça um **diagnóstico**, que requer um trabalho de análise e pesquisa a partir da identificação do dano.

Para que o processo de deterioração ocorra, são necessários dois componentes: a vulnerabilidade material do bem e a ação de um agente de deterioração. As metodologias de gestão de risco no patrimônio cultural reconhecem os 10 agentes que causam deterioração em bens culturais. São eles:

- |                       |                               |
|-----------------------|-------------------------------|
| 1. Forças físicas     | 6. Contaminantes              |
| 2. Criminosos         | 7. Luz / Radiação UV          |
| 3. Fogo               | 8. Temperatura incorreta      |
| 4. Água               | 9. Umidade relativa incorreta |
| 5. Agentes biológicos | 10. Dissociação               |

(PEDERSOLI JR, AN TOMARCHI, e MICHALSKI, 2017).

Cabe destacar que os índices de Temperatura e Umidade são considerados agentes de deterioração apenas quando se encontram em taxas inadequadas / incorretas para os materiais /

bens em questão. Da mesma forma, a pátina – as marcas visíveis do envelhecimento natural dos materiais – não é considerada um dano por não decorrer da perda de valor causada por deterioração.

Os danos contemplados nas fichas de inspeção podem ser decorrentes da ação de diferentes agentes de deterioração. A atividade de identificação dos danos como uma primeira etapa que inicia o processo de diagnóstico, que levará a identificação das medidas necessárias para a interrupção dos processos e de prevenção para a não ocorrência de novos processos. O Guia de atividade contém explicações sobre a identificação dos danos contemplados nas fichas.

Muitas vezes, para a elaboração de diagnósticos completos e a proposição de tratamentos, é necessária a realização de testes laboratoriais e pesquisas aprofundadas no âmbito da Ciência da Conservação. Espera-se, no entanto, que a partir da atividade de inspeção de danos os alunos possam iniciar a atividade reflexiva sobre as possíveis causas dos danos, observando os elementos do edifício não isoladamente, mas a partir de suas inter-relações, como parte de um sistema. Para tal, o Guia de atividade orienta os alunos a descreverem qualitativamente os danos observados e associarem o material a um levantamento fotográfico, no qual são exemplificados os danos observados. As fichas são então acompanhadas de uma terceira parte, na qual devem ser descritos: Principais danos observados; Elementos mais afetados; Relações de danos entre diferentes grupos / elementos; Agentes de deterioração e Processos identificados. Para tal, são recomendadas como bibliografia de referência o Manual de Conservação Preventiva de Edificações do IPHAN (2000) e a publicação da Fiocruz: "Metodologia e tecnologia na área de manutenção e conservação de bens edificados" (2009).

Para a atividade de levantamento fotográfico das intervenções, no caso das intervenções práticas realizadas na oficina da disciplina, são utilizadas as orientações que constam na publicação da Fiocruz:

#### RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

O relatório fotográfico ilustra todas as fases do processo de intervenção, registrando como o material construtivo se encontra antes, durante e depois, além dos materiais e procedimentos técnicos adotados na intervenção. As fotos devem conter datas, locação e descrição, seja dos danos verificados seja dos procedimentos nela registrados. As fotos do aspecto anterior à intervenção deverão priorizar os detalhes construtivos e o estado de conservação. Estas deverão ter referência da dimensão do elemento arquitetônico em questão, utilizando-se qualquer elemento de medida (lápiz, régua, trena...), e possibilitar uma leitura clara da deterioração verificada. As fotos que compõem o processo de intervenção devem registrar todas as etapas e procedimentos adotados e servirão para documentar as técnicas e os materiais aplicados, devidamente relatados. Preferencialmente, estas fotos deverão ser enquadradas de perto, a fim de capturar uma imagem nítida da técnica e do produto utilizado. Ao final de todo o processo de conservação, novas fotos deverão ser tiradas ilustrando o resultado atingido. Ressalta-se que alguns materiais precisam ser retirados do local de origem para receber o tratamento adequado. Neste caso, as fotos relativas a esta etapa deverão ser do material tratado tanto fora do local de origem quanto após sua recolocação. (PINHEIRO et al., 2009, p.23).

#### 4. Considerações Finais

Ao longo das pesquisas, foi observado que muito do material já produzido sobre o conjunto ao longo da ocupação da EAU-UFF encontrava-se disassociado. Considera-se que o armazenamento das informações produzidas, inclusive as decorrentes da aplicação da sistematização proposta, é um desafio diante da carência de espaços da universidade. Uma possibilidade seria a manutenção de uma base de dados digital, preferencialmente com acesso pelo site da universidade, que pudesse agrupar os dados produzidos, de maneira a facilitar o acesso às informações de conhecimento dos bens da escola. O material digital encontrado nesta pesquisa foi disponibilizado em CD anexo e fornecido à EAU-UFF, a fim de colaborar para a realização de um banco de informações relativas ao conjunto e para o desenvolvimento de novas pesquisas.

Observou-se, na elaboração das fichas, a necessidade de revisão dos levantamentos cadastrais do Casarão. O produto proposto deve ser alvo de constantes atualizações, de acordo com a constatação de divergências ou a ocorrência de novas intervenções. Neste sentido, considera-se importante que sejam levantados e incluídos no material os componentes de instalações prediais.

O investimento de recursos financeiros para a realização das atividades práticas de conservação no âmbito da disciplina, principalmente relativo à compra de materiais, também é determinante para a continuidade da experiência. Atualmente os recursos para a sua realização vem ocorrendo por iniciativa do professor da disciplina. Desta forma, entende-se que a inclusão da conservação do conjunto em atividades de Extensão que disponham de financiamentos poderia ser uma possibilidade promissora.

Outro aspecto importante é a necessidade de ampliar o conhecimento sobre os jardins, enquanto objeto de conservação. Foi identificada uma planta de Levantamento Planialtimétrico Cadastral realizado em 2009 pela Empresa Água e Terra Planejamento Ambiental, fornecido pela SAEP/UFF, na qual é apresentado o levantamento arbóreo dos jardins do conjunto. Além desta, foi mencionada por alunos do curso de Ciência Ambiental, durante as pesquisas, a realização de atividades de levantamento arbóreo dos jardins do campus em uma disciplina ministrada pelo professor Cláudio B. de Athayde Bohrer, que, quando procurado, informou que o material, não digitalizado, havia se dispersado. No entanto, a realização das atividades pelo professor, assim como as atividades que vem sendo realizadas pela professora Janie Garcia no Lahvi, vislumbram para a oportunidade de estabelecer parcerias entre os diferentes departamentos para a realização de levantamentos e diagnósticos, que contemplem também as espécies arbustivas e herbáceas, objetivando-se a sistematização para a gestão da conservação do conjunto. Neste sentido, os recentes resultados das pesquisas voltadas para a Conservação

Programada dos Jardins da Casa de Rui Barbosa, para a qual foi elaborada uma sistematização por canteiros (OLIVEIRA, 2009), podem ser uma importante referência de aplicação metodológica.

Minha experiência pessoal, inicialmente enquanto aluna do Curso de Conservação em madeiras, colaborou para o fortalecimento dos valores afetivos atribuídos ao espaço, assim como de novos valores cognitivos relativos ao conhecimento do bem, seus materiais, sistemas construtivos e aspectos históricos. O desenvolvimento e aplicação do material de pesquisa da dissertação enquanto estagiária docente somou-se a esta experiência, colaborando para o reconhecimento do potencial da aproximação entre a teoria e a prática para o aprendizado no campo, assim como para a conservação crítica e sustentável dos bens edificados da universidade, condizendo com os valores atribuídos pela comunidade acadêmica e contribuindo diante das dificuldades de gestão e conservação no contexto atual.

A associação entre a atribuição de valores cognitivos e afetivos através das atividades realizadas pôde ser identificada no retorno dos alunos diante das atividades práticas. Foram enfatizadas, em depoimentos durante as oficinas e encerramento de curso, as mudanças de compreensão em relação à madeira e suas possibilidades de recuperação. Muitos alunos mencionaram que, inicialmente, consideravam que muitos dos os elementos de madeira nos quais foram realizadas intervenções estariam perdidos, sem possibilidades de recuperação, e que foram surpreendidos ao longo do processo de restauração. Também foi enfatizada a importância da disciplina, que responde à uma carência do curso, relativa à realização de atividades práticas, com canteiro de obras. Tais resultados apontam para a constatação de que a potencialidade relativa à atribuição de valores cognitivos e a utilização dos bens do Patrimônio Universitário em atividades de ensino pode também promover a atribuição de novos valores afetivos à comunidade acadêmica que experiencia estas atividades.

Considera-se a aliança entre o ensino e a prática de conservação no âmbito do curso da EAU-UFF uma oportunidade de colaborar para ambos, considerando o diferencial de tratar-se de uma faculdade de Arquitetura e Urbanismo com pioneirismo no ensino da preservação arquitetônica. Desta forma, espera-se que o produto desta dissertação possa colaborar neste processo.

## 5. Bibliografia

ABEA, ANAIS **Encontro Nacional sobre o Ensino de Arquitetura e Urbanismo** (13: 1995: Brasília) Congresso Nacional da ABEA (7: 1995: Brasília), 17º Caderno ABEA, p.17.

A CAPITAL (RJ), **26 de novembro de 1904**, p.03. Acesso em Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

ACRÓPOLE ARQUITETURA LTDA., **Projeto de Restauração do Chalé, (inclusive Urbanização e Paisagismo do pátio localizado à direita do mesmo). Escola de Arquitetura e Urbanismo (EAU) – Campus Praia Vermelha: Etapa I: Identificação e conhecimento do bem.** Niterói, Rio de Janeiro, 2013.

\_\_\_\_\_, **Projeto de Restauração do Chalé, (inclusive Urbanização e Paisagismo do pátio localizado à direita do mesmo). Escola de Arquitetura e Urbanismo (EAU) – Campus Praia Vermelha: Etapa II: Projeto Executivo.** Niterói, Rio de Janeiro, 2014.

AGUIAR, Barbara Cortizo de; CARCERERI, Maria Luisa Gambôa (org.) **Arquitetura moderna e sua preservação: estudos para o Plano de Conservação Preventiva do Pavilhão Arthur Neiva.** Rio de Janeiro: In-Fólio, 2017.

ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. **Dicionário ilustrado de arquitetura.** Vol. 1 e II. São Paulo: ProEditores, 1998.

ALCÂNTARA, Dora M. e S. de. Parecer – Assunto: Pedido de tombamento – imóvel à Rua Passo da Pátria, 156 – Universidade Federal Fluminense – Niterói, RJ. 1979. *In:* INEPAC / Governo do Estado do Rio de Janeiro. **Processo de Tombamento do Chalet e Casarão da Western Telegraph - E-03/ 34.562/ 78.** Rio de Janeiro: INEPAC, 1978, fls.22-24.

AMADURO, Camila Dias. **Os jardins da Chácara do Challet - Uma análise da atuação de Glaziou em Nova Friburgo.** 19&20, Rio de Janeiro, v. IV, n.2, abr. 2009. Disponível em: [http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/jardins\\_glaziou.htm](http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/jardins_glaziou.htm), acesso em 25 de setembro de 2019.

ARAÚJO JR, Edmar. Financiamento do Patrimônio Arquitetônico Universitário: Análise das políticas de proteção aos bens imóveis tombados da UFRJ *In:* BORDE, Andréa L. P.; BELLINHA, Paulo R. T. (Org.). **Conservação e Reativação do Patrimônio Arquitetônico Universitário.** 1. ed. Rio de Janeiro: PROURB, 2015. p.145-154.

AVRAMI, Erica; MASON, Randall Mason; DE LA TORRE, Marta. **Values and Heritage Conservation.** 2000 p.1.25

AZEVEDO, Jorge Baptista de. **Apêndice 01e: Depoimento redigido (Encaminhado por escrito) - Depoimento nº5.** Relato enviado por mensagem eletrônica por Jorge Baptista de Azevedo. Destinatário: Camila Saturnino Braga Ennes. 18 de setembro de 2019. 1 mensagem eletrônica. Rio de Janeiro, 2019.

BARTOLOMUCCI, Carla. **I GIS per la conservazione dell'architettura storica.** in MondoGIS n. 66/67, pp. 13-17

BECK, Ingrid. **O Projeto Conservação Preventiva em bibliotecas e arquivos e a formação dos profissionais em conservação no Brasil: necessidades e perspectivas**. Cadernos do CEOM (UNOESC) , 2005, v. 22, p. 257-264.

BEZERRA, Maria Cristina Caminha. **Britânicos e alemães em Niterói: um estudo de imigração urbana**. Orientadora: Ismênia de Lima Martins. Tese (Doutorado) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História. 2015

BORDE, Andréa L. P.; BELLINHA, Paulo R. T. Conservação e Reativação do Patrimônio Arquitetônico Universitário *In*: BORDE, Andréa L. P.; BELLINHA, Paulo R. T. (Org.). **Conservação e Reativação do Patrimônio Arquitetônico Universitário**. 1. ed. Rio de Janeiro: PROURB, 2015. p.13-19.

BORGARINO, Maria Paola (Org.). **Dal restauro alla conservazione programmata del patrimonio storico architettonico**. Technical Report. Milão, Itália: Politecnico di Milano - Dipartimento ABC, 2011.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm). Acesso em: 21 de setembro de 2019.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 21 de setembro de 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.096, de 27 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)**. Brasil, 2007. Acesso em: <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>

BRUNO, Maria Cistina Oliveira. **A indissolubilidade da Pesquisa, Ensino e Extensão nos Museus Universitários**. Mesa redonda: Pesquisa, Ensino e Extensão nos Museus Universitários, Belo Horizonte (Brasil), *In*: I Simpósio sobre Museologia na Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Cadernos de Sociomuseologia Nº 10. 1997.

CAMARGO, Mônica Junqueira de, **Carta Patrimonial da USP: Por que?**, Revista CPC, São Paulo, n.24, p.162-169, 2017.

CAMPIOTTO, Renata C. ; GONCALVES, Ana Paula A. Documentação de Patrimônio para um Plano de Gestão da Conservação: o Edifício Vilanova Artigas. *In*: **1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil: O Estado da Arte da pesquisa sobre o patrimônio no Brasil**, Belo Horizonte, 2017

CARBONARA, Giovanni. **Brandi e a restauração arquitetônica hoje**, *Desígnio*, 2006, n. 6, p. 35-47.

CARLINI, Frederica. Il manuale tecnico: l'archiviazione dei dati e la rappresentazione grafica *In*: **La conservazione programmata del patrimonio storico-architettonico: linee guida per il piano di manutenzione e il consuntivo scientifico**. Guerini, Milano, 2003, p.39-49.



CARVALHO, Claudia S. Rodrigues de. A pesquisa para conservação programada do patrimônio edificado da Fundação Casa de Rui Barbosa. **Anais do I Simpósio Fluminense de Patrimônio Cultural-Científico: Planos integrados de preservação**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. v.1. p. 115-12.

\_\_\_\_\_ **Conservação preventiva de edifícios e sítios históricos: pesquisa e prática**  
Revista CPC, São Paulo, n.18, dez. 2014/abril 2015, p. 141–153.

CASTRO, Paula Donegá de. **Projeto de Restauração e Requalificação do Chalet da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense**. Niterói, Trabalho final de graduação - UFF, 2010.

CAU/BR. Resolução nº 21 de 5 de abril de 2012 **Dispõe sobre as atividades e atribuições profissionais do arquiteto e urbanista e dá outras providências**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), 2012.

CMA/SOMA/UFF. **Relatório Mensal de Manutenção – Agosto / 2019**. Niterói, Rio de Janeiro: UFF, 2019.

CTC/UFF, **Processo 23069.010104/2006-37**, 2016.

COC/FIOCRUZ. **Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde**. Casa de Oswaldo Cruz – Rio de Janeiro: Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2013.

\_\_\_\_\_ **Programa de Conservação e Restauração de Acervos**. Anexo 01: Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz – Rio de Janeiro: Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2017.

COELHO, Carla Maria T., CARVALHO, Claudia Rodrigues S. O diagnóstico de conservação como ferramenta da conservação preventiva: Pavilhão Mourisco e Coleções – Fundação Oswaldo Cruz. *In: Actas IX Jornadas de Arte e Ciência UCP – V Jornadas ARP. A prática da conservação preventiva*. Porto: Universidade Católica editora, 2015. p.111-122.

COELHO, C. M. T. . **Gestão de riscos para sítios históricos: uma discussão sobre valor**. (Tese de doutorado). Niterói: PPGAU-UFF, 2018.

CONSELHO EUROPEU, **Declaração de Amsterdã**. Amsterdã: 1975. Tradução de IPHAN. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 21 de setembro de 2019.

\_\_\_\_\_ **Recommendation of the committee of ministers to member states on the governance and management of university heritage**. 2005. Disponível em: [http://umac.icom.museum/pdf/Rec\\_2005\\_13E.pdf](http://umac.icom.museum/pdf/Rec_2005_13E.pdf). Acesso em: 19 de junho de 2018.

CORDEIRO, Aline Soares, **Plano de Gestão e Uso para Edifícios Históricos: Um estudo de caso para a Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF**. Niterói, Trabalho final de graduação - UFF, 2009.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. 2 ed. São Paulo: Romano Guerra, 2017.

CORTE, Andréa Tello da; MARTINS, Ismênia de L. **50 anos da Universidade Federal Fluminense – 1960-2010** / Andréa Tello da Corte e Ismênia de Martins (Orgs.) Niterói – RJ. Niterói: Editora da UFF, 2010.

COSTA, F. Pereira da. **Enciclopédia prática da construção civil**, Volume 20. Edição do autor. Lisboa: Portugália editora, 1955.

D'ASCOLA, Simona. Il manuale tecnico: la definizione delle problematiche *In: La conservazione programmata del patrimonio storico-architettonico: linee guida per il piano di manutenzione e il consuntivo scientifico*. Guerini, Milano, 2003, p.29-38.

DE LA TORRE, Marta et al. **Heritage Values in Site Management Four Case Studies**. Research Report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2005. p.1-12

\_\_\_\_\_. **Values and Heritage Conservation**. *Heritage & society*, Vol. 60 No. 2, November, 2013, p.155–166.

DELLA TORRE, Stefano. La conservazione programmata: una strategia per il patrimonio storico-architettonico *In: La conservazione programmata del patrimonio storico-architettonico: linee guida per il piano di manutenzione e il consuntivo scientifico*. Guerini, Milano, 2003, p.15-20.

DEVINCENZI, Diego Speggorin. . **Ações de Educação Patrimonial na UFRGS: a Visita Guiada Teatralizada**. Semina (UPF) , v. 14, p. 176-192, 2015.

DIARIO DE NOTICIAS (RJ) - 1885 a 1895, Edição 00477 de **28 de setembro de 1886**, Rio de Janeiro, p.01. Disponível em Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, acesso em 18 de setembro de 2019 (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

DIVISION DU PATRIMOINE / DIRECTION DE L'URBANISME. **L'évaluation de l'intérêt patrimonial d'un lieu: Guide pour la formulation d'un énoncé de l'intérêt patrimonial - notions, principes et boîte à outils**. Montreal: 2019.

ENGLISH HERITAGE. **Conservation Principles: policies and guidance for the sustainable management of the historic environment**. English Heritage, 2008, p.19-42

ESCRITÓRIO DOS MUSEUS DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas**. Atenas: 1931. Tradução de IPHAN. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 21 de setembro de 2019.

ETC/UFF – Escritório Técnico do Campus: **Área da Praia Vermelha – Anteprojeto do Campus – Anteprojeto de Implantação**. Niterói, Rio de Janeiro, 1981.

FABRIS, Annateresa. Os valores do Monumento. *In*. RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**; tradução Wernwe Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. – 1 ed. – São Paulo: Perspectiva, 2014, p.09-23.

FCRB. **Plano de Conservação Preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa**. <http://www.casaruibarbosa.gov.br/conservacaopreventiva/> - acesso em 18 de abril de 2018.

FIELDEN, Bernard M. **Conservation of Historic Buildings**. Oxford: Architectural Press, 2003.

GRANO, Maria Carmela. **Quaderno di conservazione programmata del tempietto di san gerardo a potenza. Ricerca storica, analisi diagnostiche e proposta di una metodologia conservativa**, Regione Basilicata, Itália: 2011.

HANDFAS, E. R.; GRANATO, M.; LOURENÇO, M. C. **O patrimônio cultural universitário de ciência e tecnologia: os acervos da universidade federal do rio de janeiro**. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v. 9, n. 2, 2016. Disponível em: [www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/3777/2254](http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/3777/2254). Acesso em: 21 de setembro de 2019.

HERITAGE LOTTERY FOUNDS. **Conservation plan guidance**, 2012.

HISTORIC ENGLAND. **Conservation principles for the sustainable management of the historic environment** Consultation Draft. 10th November 2017.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. Veneza: 1964. Tradução de IPHAN. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 21 de setembro de 2019.

ICOMOS AUSTRALIA. **The Burra Charter**, 1978.

\_\_\_\_\_ **The Burra Charter**, 1988.

\_\_\_\_\_ **The Burra Charter**, 1999.

\_\_\_\_\_ **The Burra Charter**, 2013.

\_\_\_\_\_ **Practice Note: Understanding and assessing cultural significance**, 2013a.

INEPAC / Governo do Estado do Rio de Janeiro. **Inventário dos Bens de Interesse Histórico e Artístico do Estado do Rio de Janeiro - Chalet**. Rio de Janeiro: INEPAC, 1977a.

\_\_\_\_\_ **Inventário dos Bens de Interesse Histórico e Artístico do Estado do Rio de Janeiro - Alojamento da Western Telegraph**. Rio de Janeiro: INEPAC, 1977b.

IPHAN. KLÜPPEL, Griselda Pinheiro; SANTANA, Mariely Cabral de. (Coord). **Manual de conservação preventiva para edificações**. Brasília: Programa Monumenta, IPHAN, 2000.

JOHANSEN, Bjørn Vidar (2016). Vulnerable University Architecture: Management, Use and Public Access., *In*: Laura Stagno & Lauro Magnani (ed.), **Valorizzare il patrimonio culturale delle università**. Focus su arte e architetture - Raising Awareness of Academic Heritage. A Focus on Art and Architecture. Genova University Press. ISBN 978-88-97752-75-2. p.59-71

JOKILEHTO, J.; FEILDEN, B. M. **Manual para el manejo de los sitios del patrimonio mundial cultural**. Bogotá: Instituto Colombiano de Cultura (Colcultura)/Subdirección de Patrimônio, 1995.

KERR, James Semple. **The Conservation Plan: a guide to the preparation of conservation plans for places of european cultural significance**, 7th Ed. Australia, ICOMOS, 2013.

KEUCHKARIAN, Dulce Abigail. **Relatório Ateliê de Restauro no Chalé da Escola da Arquitetura e urbanismo (EAU) da Universidade Federal Fluminense (UFF)**. Relatório de estágio de docência. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da UFF. Professora responsável: Ana Carmen Amorim Jara Casco. Niterói, Rio de Janeiro: 2017.

LACERDA, Norma. Valores dos Bens patrimoniais. In. Norma Lacerda e Sílvio Mendes Zancheti **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012, p.44-55.

LERNER, Dina. Experiências de inventário no Estado do Rio de Janeiro. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (orgs.). **Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998, p.79-89.

LIPE, William D. Value and meaning in cultural resources. *In: Approaches to the Archaeological Heritage*, ed. H. Cleere. Nova York: Cambridge University Press, 1984, p.1-10.

LIPOVEC, Neza Cebron; VAN BALEN, Koenraad. Preventive conservation and maintenance of architectural heritage as means of preservation of the spirit of place. In. **16th ICOMOS General Assembly and International Symposium: 'Finding the spirit of place – between the tangible and the intangible'**, Quebec, Canada: Icomos, 2008.

LIRA, José Tavares Correia de. Patrimônio edificado como patrimônio universitário: o CPC e a USP. In: LIRA, José Tavares Correia de (Org.). **Patrimônio construído da USP: preservação, gestão e memória**. São Paulo: Edusp, 2014. p. 16-39.

LYRA, Cyro Corrêa. Tombamento do Campus da Arquitetura da UFF – Conselho Municipal de proteção do Patrimônio Cultural de Niterói. 1991. *In: DEPAC/ Prefeitura Municipal de Niterói. Processo de Tombamento do antigo alojamento e instalações da Western Telegraph, hoje sede da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF – Processo nº 110/0046/91*. Niterói, Rio de Janeiro: DEPAC, 1991.

\_\_\_\_\_ **Preservação do Patrimônio Edificado: a questão do uso** / Cyro Corrêa Lyra. Brasília, DF: IPHAN, 2016.

\_\_\_\_\_ **Apêndice 01b: Transcrição bruta de depoimento (áudio gravado) - Depoimento nº2**. Relato concedido a: Camila Saturnino Braga Ennes em 17 de julho de 2019. Transcrição (bruta) de depoimento realizada por Camila Ennes. Rio de Janeiro, 2019.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. **Obras rústicas e ornamentos: os artífices e a técnica da rocaile para jardins e parques urbanos no Brasil entre o final do século XIX e o início do XX**. Anais Museu Paulista, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 19-57, 2017 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142017000300019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142017000300019&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 de setembro de 2018.

MASON, Randall. Assessing the values of cultural heritage: Methodological Issues and Choices. In. DE LA TORRE, Marta. **Assessing the values of cultural heritage**. Research Report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002, p.05-31.

\_\_\_\_\_ **Fixing Historic Preservation: A Constructive Critique of "Significance"** [Research and Debate]. Places. 2004. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/74q0j4j2>

MELLO, Maria Cristina Fernandes de (Coord.). **Projeto de Restauração dos prédios utilizados pela Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF – Casarão e Chalé.** Trabalho para a Disciplina de Projeto de Restauração, Turma A1. Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1999.

\_\_\_\_\_ **Projeto de Entrevistas Dirigidas: Narrativas e trajetória do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz da Fiocruz.** Entrevista concedida a: Débora Paiva Monteiro, Inês Andrade, Sônia Nogueira e Camila Ennes em 24 de novembro de 2018. Transcrição de entrevista (bruta) realizada por Tarcísio Bastos. Rio de Janeiro, 2018 (**Apêndice 01a: Depoimento nº1**).

MELLO, Maria Cristina Fernandes de; SOARES, Eliana Miranda A. S.; MATTA, Junno M. da. **Arrumando a própria casa... O Projeto de Restauração da sede da escola como atividade de aula.** Trabalho para a Disciplina de Projeto de Restauração, Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1999.

MELLO, Maria Cristina Fernandes de, VASCONCELLOS, Lélia Mendes de (Coord). **História da Universidade em suas edificações.** 1985-1987. Pesquisa (Pós-graduação)- Departamento de Arquitetura, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1985.

MENDONÇA JÚNIOR, Anselmo ; SANTOS, Ana Cláudia de Araújo . **Patrimônio Cultural da/na universidade Federal de Pernambuco: análise de um quadro de ausência e/ou insuficiência de financiamento e de políticas.** In: Marcus Granato. (Org.). Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia. 1ªed.Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2016, v. 1, p. 825-832.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas.** In: SUTTI, Weber (Coord.). I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: sistema nacional de patrimônio cultural – desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Brasília, DF: IPHAN, 2012, p.25-39.

\_\_\_\_\_ **Da vida culturalizada à cultura patrimonializada: conflitos e convergências.** Conferência CPC / II Seminário de reconhecimento de bens culturais USP, São Paulo, em 28 de novembro de 2017 (não publicado). Texto enviado por mensagem eletrônica. Destinatário: Camila Saturnino Braga Ennes. 08 out. 2018. 1 mensagem eletrônica.

\_\_\_\_\_ **As dimensões do patrimônio.** Conferência de abertura do X Fórum de Mestres e Conselheiros do Patrimônio Cultural (não publicado), UFMG, Belo Horizonte, em 29 de agosto de 2018.

MinC/IPHAN. Documento Legal nº 375, de 17 de agosto de 2018. **Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências.** Brasília, DF, 2018. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/publicacao\\_politica\\_do\\_patrimonio.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/publicacao_politica_do_patrimonio.pdf), Brasília, DF, 1988. acesso em 27 de agosto de 2019.

MOIOLI, Rosella et al. **Lavori in corso per il Piano di Conservazione della Reggia di Monza.** In: Built Heritage Information Modelling/Management – BHIMM, Politecnico di Milano, 2016, p.357 – 364.

MONTEIRO, D. M; AZEVEDO, M. N. **O Campus da Praia Vermelha da Universidade Federal Fluminense: contradições e desafios.** In: Seminário DOCOMOMO, 8, 2009, Rio de Janeiro, RJ

MOTA, A. R. J. ; PEREIRA, Lisiane Gastal ; LEAL, Noris Mara Pacheco Martins . **A Rede de Museus da Ufpel e a pesquisa nos acervos universitários: comunicando o Patrimônio Cultural.** Interdisciplinaridade nas Ciências Humanas Caminhos da Pesquisa Contemporânea, v. 1, p. 2343-2353, 2017.

MOTTA, Lia. **Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural, 1975 a 1990.** Dissertação (Mestrado) – Memória Social e Documento, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

NOGUEIRA, Sonia A. *Escuela Taller Manguinhos: una propuesta de capacitación técnica en conservación del patrimonio histórico construido.* In: **La Dimensión Social del Patrimonio.** Buenos Aires: Centro Internacional para la Conservación del Patrimonio, 2006, v.1, p.555-562.

OJEDA, Valéria Marinho. **Um passeio público para vila real da praia grande: 1820 - 1913.** Orientadora: Marlice Nazareth Soares de Azevedo. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2008.

OLIVEIRA, Mariela. **Conservação Programada do Jardim Histórico** (Palestra). In: Perspectivas em Conservação Preventiva (Série de palestras), ministrada em 08 de agosto de 2019 na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=82XGQxBcY7M>, acesso em 30 de outubro de 2019.

O MALHO, **08 março de 1934.** Rio de Janeiro, p.34. Disponível em Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, acesso em 18 de setembro de 2019 (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

PARDAL, Paulo. Ofício N°23/CET/91 Rio de Janeiro, em 17 de setembro 1991. In: INEPAC / Governo do Estado do Rio de Janeiro. 1991. **Processo de Tombamento do Chalet e Casarão da Western Telegraph - E-03/ 34.562/ 78.** Rio de Janeiro: INEPAC, 1978, fls.29-30.

PEDERSOLI JR, J. L. AN TOMARCHI, C.; MICHALSKI, S. **Guia de Gestão de Riscos para o patrimônio museológico.** [S.l.]: IBERMUSEUS, ICCROM, 2017. Tradução de José Luiz Pedersoli Jr.

PEDROSA, Patrícia Coelho. **Significância cultural como critério para conservação do patrimônio mundial.** Dissertação de Mestrado (UFPE), 2011.

PEREIRA, J. H. M. ; PINHEIRO, M. L. B. . **Educação Patrimonial no Centro de preservação Cultural "Casa de Dona Yayá": Balanço e Novos Desafios.** Revista de Cultura e Extensão , v. 5, p. 37-44, 2011.

PINHEIRO, Marcos José Araújo; LOURENÇO, Bettina Collaro Goerlich de; DUARTE, Márcia Lopes; LOPES, Débora S.. **Metodologia de Tecnologia na área de manutenção e conservação de bens edificados - o caso do Núcleo Arquitetônico e Histórico de Manguinhos.** Rio de Janeiro: Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2009.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan; et al. **Plano de Gestão da Conservação do Edifício Vilanova Artigas**. In: Fórum internacional do patrimônio arquitetônico. Brasil, 3, 2016, Anais. Portugal, Campinas: IAB, 2016. p.290-296.

Keeping it Modern na FAUUSP: algumas linhas. 2018, <http://docomomo.org.br/uncategorized/keeping-it-modern-na-fauusp-algumas-linhas/> – acesso em 19 de abril de 2018.

PINTO, Jorge Crichyno. **Apêndice 01c: Transcrição bruta de depoimento (áudio gravado) - Depoimento nº3**. Relato concedido a: Camila Saturnino Braga Ennes em 05 de setembro de 2019. Transcrição (bruta) de relato realizada por Camila Ennes. Rio de Janeiro, 2019.

PINTO Valeska Peres; EIRAS Isabel Cristina. Conhecendo Maria Elisa Meira. In: PINTO Valeska Peres; EIRAS Isabel Cristina (Org.). **A educação do arquiteto e urbanista: reflexões da professora Maria Elisa Meira**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2001. p.151-159.

PROAD/UFF - Pró-Reitoria de Administração da Universidade Federal Fluminense. **Edital de tomada de Preços 22/2012/PROAD**. Niterói, RJ, 2012.

Pregão nº 8/2019, Termo de Referência. Processo Administrativo 23069.001704/2019-29. Niterói, RJ, 2019a.

Termo de Contrato nº 10/2019/AD. Termo de Contrato de Prestação de Serviços nº 10/2019/AD que fazem entre si a Universidade Federal Fluminense e a empresa CTESA Construções LTDA. Niterói, RJ, 2019b.

REAL, Regina M. **Dicionário de Belas-Artes. Têrmos técnicos e matérias afins**. 2 volumes. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

REDE DE PROFESSORES E PESQUISADORES EM MUSEOLOGIA. **Carta aberta aos Ministérios da Educação e da Cultura**. Destinatários: Rossieli Soares da Silva (Ministro da Educação) e Sérgio Sá Leitão (Ministro da Cultura). Belo Horizonte. Carta aberta escrita no V Fórum Permanente de Museus Universitários – Rede de Museus Universitários, ocorrido entre 09 e 1 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/forum2018/>. Acesso em 21 de setembro de 2018.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 13 ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RIBEIRO, C. ; LIRA, Flaviana . Autenticidade, Integridade e Significância Cultural. In: LACERDA, Norma; ZANCHETTI, Silvio. (Org.). **Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos**. 1ed.Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada - CECI, 2012, v. , p. 32-43.

RIEGL, Aloïs. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**; tradução Wernwe Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. – 1 ed. – São Paulo: Perspectiva, 2014.

RODRIGUES, Noemia Fatima; BEM, Judite Sanson de; BERND, Zila. **O Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS - Contribuições da Lei Rouanet**. Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional, Taquara -RS., v.14, p. 27-39, 30 jun. 2017.

ROMEO, José Martins Raymundo. **A contribuição da arquiteta e professora Maria Elisa Meira**. In: PINTO Valeska Peres; EIRAS Isabel Cristina (Org.). **A educação do arquiteto e**

**urbanista: reflexões da professora Maria Elisa Meira.** Piracicaba: Editora UNIMEP, 2001. p.07-09.

SAEN/UFF - Superintendência de Arquitetura e Engenharia da Universidade Federal Fluminense. **Relação dos Bens Tombados pelo Patrimônio Municipal e Estadual pertencentes à Universidade Federal Fluminense em Niterói – RJ** - Superintendência de Arquitetura e Engenharia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018a.

\_\_\_\_\_. **Pregão Eletrônico N.º 110/2018/AD**, Anexo I - Termo de Referência para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos continuados de manutenção, conservação e preservação de áreas verdes, gramados, jardins internos e externos, vias pavimentadas e sem pavimentação, limpeza de telhados, calhas, encostas e sistemas de captação e drenagem de águas pluviais, nas diversas Unidades da Universidade Federal Fluminense, situados nos Campi Universitários no Estado do Rio de Janeiro. Niterói, RJ, 2018b.

SDC/UFF. **BOLETIM DE SERVIÇO ANO LIII – N.º 110 13/6/2019 SEÇÃO I** / Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro: UFF, 2019, p.02-28.

SILVA, Júlio Rogério Ferreira da. **Apêndice 01d: Transcrição bruta de depoimento (áudio gravado) - Depoimento nº4.** Relato concedido a: Camila Saturnino Braga Ennes em 16 de setembro de 2019. Transcrição (bruta) de relato realizada por Camila Ennes. Rio de Janeiro, 2019.

SILVEIRA, Jorge Roberto. **Vistas e Paisagens de Niterói.** Niterói: Casa Jorge Editorial, 2002.

SOARES, Daniel Nóbrega Tomásio Lopes. **Programa previsional de manutenção em edifícios históricos.** Dissertação de mestrado em Engenharia Civil. Lisboa, Instituto Superior Técnico Lisboa, 2012.

SOARES, Emmanuel de Macedo. **As ruas contam seus nomes.** Niterói: Niterói Livros, 1993.

SOUBIRAN, Sébastien; LOURENÇO, Marta C.; WITTJE, Roland, TALAS, Sofia et BREMER, Thomas, **Initiatives européennes et patrimoine universitaire**, La Lettre de l'OCIM [Online], 2009, Disponível em: <http://ocim.revues.org/229>. Acesso em 10 de junho de 2018.

SOUZA, Márcio de Oliveira Resende. **O Programa Mec/Bid III e o Cedate na Consolidação dos Campi Universitários no Brasil.** Universidade Federal De Juiz De Fora Faculdade De Engenharia Mestrado Em Ambiente Construído, Juiz de Fora 2013

TALAS, Sofia. **UNIVERSEUM: Rede do Patrimônio Universitário Europeu. Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 68 - 79, 2015

THE BRAZILIAN REVIEW – 1889 a 1913, Edição 0039 de **24 de setembro de 1907**, Rio de Janeiro, p.18. Disponível em Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, acesso em 18 de setembro de 2019 (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. **“Planos de Conservação: do ensino à prática, da academia aos canteiros de obras”.** Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada/ CECI, 2013.



TRECCANI, Gian Paolo. **Sul concetto di manutenzione**. In: Arkos: ciência e restauro dell'architettura. 2005, vol. 6, n. 9, pp. 18-24.

UNESCO. **Recomendação de Paris**. Paris: 1964. Tradução de IPHAN. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 21 de setembro de 2019.

URBANI, G. **Piano pilota per la conservazione programmata dei beni culturali in Umbria. Progetto Esecutivo**. Roma: Ministero per i Beni Culturali e Ambientali - Istituto Centrale del Restauro; Tecneco S.P.A., 1976.

\_\_\_\_\_ **"Inventário da Basílica da Penha"**. PRONEB, 2010.

VALSOUSA. **Plano de manutenção do Mosteiro de Salvador de Travanca, Rota do Românico, Portugal**. (não publicado). Texto enviado por mensagem eletrônica por Ricardo Magalhães. Destinatário: Camila Saturnino Braga Ennes. 01 jun. 2018. 1 mensagem eletrônica.

VAN BALEN, Koenraad, **Preventive conservation of historic buildings**. In: International Journal for Restoration of Buildings and Monuments , 2015, Volume 21, issue 2-3, p.99-104.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil - Sistemas construtivos**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.

VELLOSO, Rui. Parecer do arquiteto Rui Velloso. 2005. In: INEPAC / Governo do Estado do Rio de Janeiro. **Processo de Tombamento do Chalet e Casarão da Western Telegraph - E-03/ 34.562/ 78**. Rio de Janeiro: INEPAC, 1978, fls.22-24.

VIDA DOMÉSTICA, Edição nº. 192, **março de 1934**, Rio de Janeiro, p.32. Disponível em Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, acesso em 18 de setembro de 2019 (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

WEHRS, Carlos. **Niterói cidade sorriso: a história de lugar**. Rio de Janeiro: Gráfica Vida Doméstica, 1984.

ZOUAIN, R. S.; ANDRADE, I. E.; NOGUEIRA, S. A. **A preservação do patrimônio histórico arquitetônico da Fundação Oswaldo Cruz, campus de Manguinhos, RJ: trajetória, reflexões e projeções para o futuro**. In: Simpósio Científico 2017 do ICOMOS-Brasil, 2017, Belo Horizonte. Anais do Simpósio Científico-ICOMOS Brasil. Belo Horizonte (MG). Instituto Metodista Izabela Hendrix., 2017.